

REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIOGRANDENSE DE LETRAS

AD LUCEM  
VERSUS

/99  
1968

VII

N.º 7

# ACADEMIA NORTE-RIOGRANDENSE DE LETRAS

## DIRETORIA

Presidente – Manuel Rodrigues de Melo  
Secretário Geral – Rômulo Chaves Wanderley  
1.º Secretário – Francisco Ivo Cavalcanti  
2.º Secretário – Maria Carolina Wanderley  
Tesoureiro – Virgílio Galvão Bezerra da Trindade  
Bibliotecário – Antônio Gomes da Rocha Fagundes  
Diretor da Revista – Aderbal de França

## COMISSÃO DE CONTAS

Onofre Lopes – Hélio Galvão – Esmeraldo Siqueira

## COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Paulo Pinheiro de Viveiros – Américo de Oliveira Costa – Otto  
de Brito Guerra

## COMISSÃO DE REVISTA

Aderbal de França – Edgar Barbosa – Veríssimo de Mélo



REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIOGRANDENSE  
DE LETRAS



AD LUCEM VERSUS



*Fachada do edifício da Academia Norte-Riograndense de Letras*

## APRESENTAÇÃO

*Êste número da REVISTA DA ACADEMIA resume e documenta o trabalho mental dos seus associados, de 1949 a 1967.*

*Grande parte da vida intelectual do Estado está compendiada nos discursos de posse e saudação que formam êste volume.*

*A história literária do Rio Grande do Norte jamais se fará sem a consulta obrigatória a êsses depoimentos, feitos, todos êles, com base em pesquisa nos nossos arquivos.*

*A fundação da Academia Norte-Riograndense de Letras marca realmente um período da nossa literatura. E a publicação da sua REVISTA fixa e documenta êsse período como um dos mais positivos, dos mais sérios, dos mais construtivos. A leitura da REVISTA, já no seu sétimo número, é a melhor prova dessa afirmativa. Antes da fundação da Academia todo o trabalho mental dos norte-riograndenses andava disperso em revistas e jornais nem sempre acessíveis aos estudiosos. Ezequiel Wanderley, com o seu POETAS DO RIO GRANDE DO NORTE, (1922), Luis da Câmara Cascudo, com ALMA PATRÍCIA, (1921), Rocha Pombo, com HISTÓRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, (1922) e Luís Fernandes, com A IMPRENSA PERIÓDICA NO RIO GRANDE DO NORTE, (1908) eram as únicas fontes existentes no Estado, possibilitando consultas, por sua vez deficientes e incompletas. A REVISTA DA ACADEMIA, por sua natureza especializada, tornou conhecidas muitas figuras até*

*então esquecidas e dadas como inexistentes. Certamente, muita coisa está por fazer, exigindo pesquisa, estudo, divulgação. Será êste o trabalho da Academia através do tempo, ao qual não ficarão indiferentes a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o Governo do Estado. Esta edição representa o início dessa nova fase, em que a colaboração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte se faz sentir de modo decisivo e expressivo. Registre-se, de passagem, a esclarecida visão do Magnífico Reitor Onofre Lopes, e do seu assessor cultural, Professor Edgar Barbosa, aos quais devemos a publicação dêste número da Revista, suspensa, por falta de verba, há muitos anos.*

*Esta edição marca, por outro lado, uma data muito significativa na vida da Academia. Marca o trigésimo primeiro aniversário da instituição, em que se inaugura de modo definitivo a sua sede própria (\*) depois de doze anos de labor intenso pela sua construção. Nêsse trabalho silencioso e constante não faltou a colaboração do poder público, representado pela União, pelo Estado do Rio Grande do Norte e pelo Município de Natal, em que não andaram ausentes os poderes legislativos dessas três circunscrições administrativas. Se o poder da vontade, o otimismo, a vocação de servir realizam juntas alguma coisa, podemos dizer que êsses sentimentos foram a nossa permanente companhia a que não faltou o estímulo da população da cidade, dos órgãos de divulgação, das autoridades e do povo em geral. E sobretudo o estímulo e a confiança da própria Academia, por todos os seus membros.*

---

(\*) Prorrogada SINE DIE

## AUGUSTO SEVERO (\*)

WALDEMAR DE ALMEIDA

Um mistério tremendo envolve quase sempre o cérebro do homem do Brasil, vendando-lhe os olhos e tapando-lhe as faculdades auditivas nos momentos mais necessários, nos instantes mais precisos, nas horas mais justas de demonstrar confiança, orgulho e fé na inteligência do homem brasileiro.

Micróbios desconhecidos, ainda não estudados nos laboratórios da consciência nacional, provocam tão sérios distúrbios na mentalidade da maioria dos homens nesta imensa terra nascidos, que o brasileiro não sente ainda em tôda sua plenitude, a alegria de parabenizar, mas em alto grau experimenta a imensa volúpia de oferecer no infortúnio alheio a solidariedade do seu pesar.

Se para felicitar o possível triunfo de um inventor, a primeira esperança de sucesso de um escritor, a provável vitória de um cientista nacional, o brasileiro prefere sempre os chinelos, o pijama e a espreguiçadeira de casa, para levar o abraço de condolências à família do inventor, escritor ou cientista, corre mais rápido do que o som à presença dos enlutados!

E, assim é que os enterros no Brasil são tão bem freqüentados e as missas de sétimo dia encham completamente as naves das nossas igrejas.

Crer no talento, no gênio do homem nacional, é para o homem nacional o mesmo que confessar nessa crença a convicção de uma rude e grande inferioridade.

Não crê jamais, apesar das muitas lições do Tempo, — o Tempo que é o pai da verdade no dizer de Brideye do Pantagruel.

Para cantar no Cômico do sucesso verde e amarelo o brasileiro enrouquece repentinamente e diz sentir as cordas vocais congestionadas, inflamadas! Canta mudamente!

---

(\*) Discurso de posse na Academia Norte-Riograndense de Letras, no dia 13 de julho de 1949.

É nessa mudez dos tenores das nossas administrações públicas ou dos baixos profundos da política brasileira, que o micróbio da indiferença ao cérebro do homem aqui nascido, toma aspecto de calamidade.

Não conhecemos assim, a solidariedade ao talento dos vivos, porém, em compensação, sabemos mais do que qualquer outro povo, oferecer com entusiasmo de menino que recebe o primeiro prêmio na escola, um inocente e pseudo “apôio moral”, àqueles que tinham sonhos e projetos grandiosos, àqueles que sacrificaram a própria existência em constantes e grandiosas lutas para oferecerem com o ouro do cérebro, maiores riquezas ao tesouro da história brasileira.

Foi o que aconteceu com Augusto Severo.

No momento em que o seu esforço, sua luta, o seu gênio inventivo mais necessita de sólida e espontânea assistência pecuniária, foi que êle observou, compreendeu que todos aquêles de sua geração que sabiam ler e escrever e, tinham influência no seio do organismo propulsor do País, queimavam-se na febre de quarenta graus, produzida pela vacina do indiferentismo.

O exemplo de Alfredo Nobel contribuindo com 65.000 coroas para que Salomão Augusto André em princípios de 1897, voasse de Spitsberg em demanda ao Polo Norte, apesar de, no ano de 1902, ainda cheirar a nôvo, não fez mexer-se nem um só dos bons e magnânimos patricios de Severo.

Com Santos Dumont o panorama tinha outras côres. Era emoldurado pela riqueza encarnada e verde de cinco milhões de pés de café.

Perto das mãos do rapaz paulista, estava a algibeira franca e sem medida que o destino lhe ofertara.

Apesar de saber Dumont rico, quis Severo dar uma magnífica lição aos seus pares da Câmara Federal, apresentando uma proposta substitutiva concedendo ao jovem inventor brasileiro, não somente voto de louvor, moção de aplauso como rezava o projeto assinado por um representante de Minas, porém, sim, o auxílio de cem contos de réis, mais com a finalidade de fazer-lhe sentir que o Brasil seguia com orgulho as suas geniais experiências do que mesmo com a intenção de ajuda material de que o nosso herói do ar não necessitava.

E diz Severo, na Câmara Federal, com aquela voz clara e sonora que só os grandes oradores possuem:

“A experiência de Dumont no dia 13 anima e justifica a intervenção do Estado, — auxiliando-o. Que êle construa um balão maior e que o experimente apresentando-nos e ao mundo, o valor do encantado.

As moções não resolvem os problemas.

“Mas, a fôrça do Destino não cede, nem se vence”.

Augusto Severo cujos conhecimentos científicos dos problemas

sôbre aerostação eram mais sérios, mais sólidos do que os de Santos Dumont, teve a tolher-lhe as primeiras arrancadas, a falta absoluta de meios materiais.

—oOo—

Muito môço ainda Severo demonstrava uma acentuada inclinação por tudo quanto se relacionava com a mecânica, uma natural tendência pelos problemas da Química, da Física e um interêsse sempre crescente pela Eletricidade.

Via-se n'êlo, o futuro estudante da Escola Politécnica.

Era um eterno apaixonado dos livros. Lia tudo quanto lhe caía às mãos. O nome do padre Francisco de Luna, o jesuíta que pelo ano de 1650 construíra o "barco voador" e, ao mesmo tempo rogara a Deus não tivesse bom êxito no seu invento, a fim de não alterar as relações civis e políticas entre os povos, já lhe era familiar.

Sabia de cor o nome do primeiro homem que no mundo possibilitou o vôo em balão — o descobridor do hidrogênio — e citava a data certa em que Henri Cavendish deu à ciência a riqueza de sua descoberta.

Já aos quinze anos, não ignorava que o vôo no mais pesado que o ar, se realizara muito tempo antes do vôo no mais leve do que o ar.

Citava com freqüência a história do paulista de Santos que indo estudar cânones em Coimbra, tornou-se mais tarde o maior físico e matemático de sua época, merecendo de D. João V, rei de Portugal a honra de ser nomeado capelão e fidalgo de sua casa.

Provava assim, desde muito jovem uma sadia admiração pelo jesuíta Bartolomeu Lourenço de Gusmão, que em 1709, perante Rei, côrte e povo de Portugal, realizara a experiência de sua máquina aerostática que subiu suavemente partindo do pátio da Casa da Índia. Nos seus livros de notas de rapaz estudioso, o nome do professor Charles, catedrático de física em diversos colégios de Paris e, a quem cabe a glória de ter pela primeira vez, aplicado à aerostática o hidrogênio, já figurava em primeiro plano.

Conhecia as proezas de Zambecarri que em 1783 sobrevoara Londres no seu balão; o sucesso de Jeffries e Blanchard que partindo de Dover, um ano mais tarde, atravessaram em balão o canal da Mancha, introduzindo quatro asas na barquinha, sonhando assim com a possível dirigibilidade.

—oOo—

De estudante de preparatórios, Augusto Severo fez-se acadêmico de engenharia. Ainda não fizera dezoito anos.

Abandonando a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, volta à pequenina Natal de então e abraça o magistério como professor e vice-diretor do Ginásio Norte Riograndense, fundado em 1882 por seu irmão Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

É nessa época que o seu sonho de menino predestinado, volta a tomar posição no cérebro, a alimentar com a imaginação rica, uma vontade que mais tarde a nada cederia.

Com o aço do seu querer começava a forjar a espada com que teria de vencer o Fafner da incógnita.

Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, n'esse tempo o aluno caçula do Ginásio Norte Riograndense, conta-nos com a autoridade de uma convivência constante, a história d'esses primeiros ensaios que tanto alarmaram os "sábios" do nosso meio social daquele tempo: —

"Lembramo-nos ainda, eu e meus condiscípulos do Ginásio Norte Riograndense, dos passeios que conosco fazia o querido vice-diretor de 18 anos — (tinha eu 10 e era dos menores da classe).

Augusto Severo chefiava a turma; e com a idade igual à dos maiores de seus dirigidos, tomava parte ativa em todos os folguedos dos estudantes nos vários números e múltiplos de nossas diversões. Um dia, foi um espanto! Todos nós, conduzindo "papagaios", com os seus compridos "rabos" presos ao papel de côres do conhecido brinquedo ainda hoje usado pelas crianças em certa época do ano — marchamos para as dunas de Natal onde o vento era rijo, para soltarmos, ao ar lavado da margem direita da foz do Potengy, nossos papagaios, de formas várias, em côres verde e amarela, azul e encarnada, para vermos qual mais alto subiria no vasto oceano aéreo.

O vice-diretor, que se fazia acompanhar por um carregador conduzindo um grande encapado, disse-nos que ali, naquele embrulho pesado, levava êle também o seu "papagaio". Êste, porém, não tinha rabo, e subiria equilibrado em sua própria estrutura porque tinha asas, e, no futuro, dizia ainda o gênio juvenil do mestre, êle marcharia no espaço em tôdas as direções,, movido por um motor que êle, o autor, imaginara e vinha experimentando na tentativa de conseguir o moto-contínuo.

O papagaio original chamava-se "Albatroz". Houve uma aclamação da ardorosa rapaziada que adorava o jovem mestre e amigo. Momentos depois ante as vistas admirativas dos estudantes que aplaudiam o invento de Severo, o "Albatroz", que tinha a forma de um pássaro, em côres branca e azul, simbolizando a Paz, jogado ao ar pelo carregador, do cimo de um pequeno cômodo de areia e prêso ao forte cordão que Severo empunhava, subia airosamente, a grande altura, tangido pelo vento e governado pelos impulsos que lhe dava pelo cordão o inventor. Depois, arriado o aparelho Severo explicava: — êle terá uma hélice, será dirigido, levantará vôo e marchará no

espaço acionado por um motor de pouco pêso e alta potência. Este, porém, não é ainda conhecido. É o mistério que a ciência atual procura desvendar”.

Sempre irrequieto, Augusto Severo não tinha o espírito sereno dos contemplativos. Jamais os movimentos, o ritmo de sua vida poderiam assemelhar-se à calma das águas dos Lagos; ao contrário, imprimia sempre nas suas atitudes a pressa, o nervosismo das ondas do Mar.

Olha Natal e a sua saída para o interior. Deixa o Ginásio e caminha pela estrada em direção à terra onde nascera. No meio da distância, resolve ficar onde tinha chegado — Guarapes. A faina comercial envolvia ali todos os homens. As fortunas consolidavam-se com o movimento extraordinário daquele pequeno pôrto comercial, o mais movimentado de todo o Estado n'aquela tempo.

Mais uma profissão iria experimentar. Ingressa no mundo dos negócios. Faz-se empregado no comércio, como guarda-livros da firma Fabrício & Cia.

Mil e poucos dias vive êle experimentando a sensação do comprar e do vender. Mas a tranqüilidade do ambiente, a doçura do clima, a monotonia da vida n'aquela empório comercial não poderiam certamente fixar na terra por muito tempo, o homem que precisava de espaços maiores para estender a rêde infinita dos seus grandes sonhos.

Não deixaria porém, Guarapes, sem ter dado àquele lugarejo a oportunidade de registrar um dos maiores acontecimentos que veio modificar de muito, a marcha imediata da solução do problema a que antes disto, dava todos os minutos, todos os instantes de trabalho, de observação e de estudos na ânsia incontida de decifrar o segrêdo da Esfinge aérea.

O homem que se propunha a conquistar o imenso oceano do ar, fôra fácil e totalmente conquistado por uma menina de dezesseis anos, que vira uma só vez em casa do seu cunhado Jovino Barreto, n'um rápido encontro de visita.

Era abril de 1885.

Adeus Navio do Alto Ar, adeus aerostato semirígido, viga sólida central, proteção dinâmica, dirigibilidade, estabilidade, adeus região dos cirrus e dos stratus — tôdas essas preciosas pedras que estavam bem colocadas no tabuleiro de xadrez do inventor, esperando a cada instante que passava, o tão ambicionado xeque-mate.

Quem estava em xeque era o rei, era o nosso rei do ar, senão vejamos:

“Guarapes, 9 de dezembro de 1887.

Exma. Sra. Inês Perpétua Teixeira de Araújo

Minha Senhora:

Peço-lhe vênha para ir a sua presença tratar do que hoje mais profundamente me interessa, eu que não posso apresentar títulos que

me recomendem perante a Sra., nem mesmo os de um ligeiro conhecimento pessoal. Vi-a, é verdade, tive o prazer de lhe ser apresentado em abril de 1885, em casa do meu cunhado Jovino, mas então nem sonhava que tivesse de pedir-lhe, de implorar-lhe o que ora peço e imploro.

Como recomendação única, levo o mais nobre, o mais santo de todos os sentimentos — flôr do céu a que Deus permitiu a vida na terra — o Amor. Inspirou-mo grande e casto, sua boa filha Da. Maria Amélia; tão grande, tão puro que já não poderei viver sem êle.

Peço-lhe pois, a mão d'ela para a minha felicidade, porque cifram-se em sua doce posse a realização do mais risonho do único risonho de todos os meus sonhos, o alento para as boas inspirações, inspirações de minh'alma sem a qual, sinto que morrem.

Peço-lhe, de joelhos minh'alma como implorando o céu, que dê o seu consentimento partido do coração, que me aceite a mim por filho, a mim que quase desconhece mas que lhe juro com a consciência branca, não se envergonhará de ter-me por tal. De meu pai que a Sra. conhece e de minha santa mãe tenho a plena aprovação; d'êles que de havê-la por filha hão de orgulhar-se, com o orgulho que não macula, que é antes um bom sentimento quando não leva o egoísmo, porque lhe reconhecem tôdas as virtudes — flôres d'alma que na terra só é dado possuir a mulher perfeita.

Pela precipitação da viagem de meu pai, não o incumbi de por mim pedir a Sra. o que agora pedi; não me arrependi porém, porque não me podia fazer conhecer mais do que sou e eu, só eu devia pedir a minha felicidade.

Eu devia apresentar-me pessoalmente para êste fim do qual está pendente tôda a minha felicidade, o meu futuro inteiro, mas sou empregado em uma casa comercial onde me prendem obrigações tão mais fortes porque estamos agora em meio de safra principalmente não tendo como não tenho por ora, um imediato que me substitua por alguns dias.

Poderia ir em abril quando pretendo, mas não teria fôrça bastante para conservar até lá, calcado no coração o sentimento que precisa do seu consentimento para não explodir.

Por Deus minha Senhora, espero que me dará posse da felicidade. Se não fôsse impellido pela grande fôrça que rege o movimento dos corações, não me afoitaria a tanto!

Junto uma carta para cuja entrega peço-lhe permissão. Suplico-lhe que me responda na primeira mala, que pela resposta fica ansioso meu coração.

Como meu único advogado, o Amor — o sempre grande, o Amor — o sempre casto.

Creia minha Senhora (autorize-me a chamar-lhe mãe; como então eu serei feliz!).

No profundo respeito que lhe consagra e na lealdade de quem só pode ser feliz com a doce posse de sua querida filha D.<sup>a</sup> Maria Amélia”.

Com a resposta dessa carta e, sentindo o coração menos alvoçado, pela certeza de ter sido correspondido no sentimento que regia tôdas as pulsações do coração, Augusto Severo volta a abrir os livros de matemática, os compêndios da física.

Nasce-lhe também um certo interêsse pela literatura. Procura os mestres portugueses. Lê com sêde de Tântalo os poetas e prosadores do Século de Ouro.

Dos autores espanhóis prefere os romances de cavalaria e devora livros e mais livros com uma fome insaciável de erudição.

—oOo—

Deixemos Severo, o homem de 23 anos, na posse de sua felicidade, sonhando o único sonho de todos os seus sonhos, e voltemos de algumas, as páginas do livro do Tempo.

O rapaz que achava pequenina a liberdade do homem na terra, o môço que se sentia como que encerrado n'um outro labirinto de Creta, e, idealizava não asas de ave presas com cêra no corpo, imitando a aventura de Dedalo e Ícaro, mas sim, a máquina aérea forte e rígida capaz de conquistar a amplidão dos ares, — teria forçosamente de deter-se e, olhar com a visão que lhe ditava o espírito transbordante de bondade, o drama da escravidão, a grande tragédia do negro.

Pensar e realizar eram para Augusto Severo cousas quase simultâneas.

Fez-se um cruzado da Abolição.

Para quem lhe conhecia os excepcionais dotes na Arte de caçar, o seu ingresso na batalha contra a escravatura, não foi, nem poderia ser uma surpresa.

Como caçador percorria aos domingos e feriados, as matas de Guarapes com a espingarda carregada e o bernal a tira-colo cheio de munição.

Dir-se-ia que a caça era por êle atraída.

Os pássaros como que se oferecendo em holocausto, apareciam-lhe de instante a instante pelo caminho. Severo chegava a apontar, mas não puxava o gatilho e, se o fazia, era apontando para o ar com a intenção de observar-lhes no vôo, algum movimento capaz de esclarecer alguma minúcia preciosa aos seus estudos aeronáuticos.

Poucos anos mais tarde o encontramos novamente preocupado na observação do vôo das aves.

Foi no Recife, em casa do seu primo José Antonio Gonçalves de Mello, então diretor do Tesouro do Estado de Pernambuco.

Indicando-lhe com o dedo uma porção de urubus que voava sôbre um coqueiral na direção de Olinda, exclamou:

“Seu Juca, precisamos de achar um meio de fazer o mesmo”.

Se, aos bichos e às aves, o caçador de Guarapes dava com a nudez de sua espingarda a oportunidade de continuarem andando e voando livremente, porque não oferecer também ao negro das Senzalas, ao prêto que nascia — contra tôdas as leis biológicas — com o sentimento e o coração presos, como contas de rosários, nas mãos quase sempre impiedosas dos Senhores de Engenho, — porque não oferecer — a lança da fraternidade na luta pela igualdade entre os homens!

Estremecia-lhe a alma ao ouvir as vozes tonitroantes dos bangueseiros vociferando contra o escravo que estava ali aumentando-lhes com o suor de tôdas as horas do dia, a fortuna, mas que não tinha o direito de passando pelo alambique, experimentar sequer o parati que corria limpo, sereno e tentador.

“A primeira vez que te vir com um martelo de cachaça nas unhas, te mando fazer uma visita ao tronco do Galdino. Arre! No dia em que amanhecer às avessas, cachorro afôga-se em sangue de negro aqui neste terreiro”.

Na idade em que a maioria dos môços de hoje, gasta a memória em decorar anedotas pueris, histórias fúteis e imorais, Augusto Severo citava com admiração e entusiasmo, na sua primeira fase oratória, os nomes de André Rebouças, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Joaquim Serra, Ruy Barbosa, Castro Alves e repetia com eloquência e em tom de censura a frase de Silveira Martins: “O Brasil é o café e o café é o negro”, ou com alegre aprovação, a de Nabuco: “O negro é um homem, não pode ser uma propriedade”.

Um dia caiu-lhe nas mãos, o primeiro artigo que André Rebouças escreveu logo depois de aderir e assentar praça no batalhão de Nabuco, cujo título tanto lhe atraiu a curiosidade: “Carlos Gomes e a emancipação”.

O gênio de Campinas que mais tarde a jovem República abandonaria no caminho para as mais altas e notáveis realizações de Arte brasileira, já tinha escrito — “O Escravo” e a Europa tôda ouvia assim, admirada e estupefacta o hino de horror à propriedade do homem pelo homem, vindo dos lados de uma terra onde mais de dois milhões de cativos, choravam nas Casas Grandes e nas Senzalas, a infelicidade dos ventres que lhes traziam ao mundo!

Severo ficou empolgado.

Duplicou o seu esfôrço abolicionista.

Enquanto os antinegreiros trabalhavam na Imprensa, na Câmara e no Senado, êle montava a cavalo, visitava os grandes e pequenos proprietários, acordando-lhes a razão, o sentimento humanitário, mostrando-lhes a horrível injustiça d'aquela posse anticristã.

Depois do 13 de maio, o calendário brasileiro marcharia rápido para mais um solene registro de grande e importante data histórica.

A libertação dos escravos foi o rio vertiginoso que na sua grande enchente isolou e amoleceu até o desabamento final o monumento do Império.

Nenhum soldado da Abolição recolheu as armas da palavra, nos Quartéis do Idealismo.

Inúmeros outros acontecimentos de grande e pequena importância política empurraram os mỗços a caminho de uma nova conquista.

Severo que tinha na pessoa de um dos seus irmãos, o exemplo vivo do entusiasmo ardoroso na batalha pela República, alistou-se imediatamente na milícia revolucionária de Pedro Velho.

Surge o jornalista.

O ideal revolucionário encontrou na sua pena um dos seus maiores esteios. Incansável, escrevia diàriamente com atrevimento e coragem, n'um jornal que circulando em plena vigência monárquica, tinha um nome que era uma ofensa ao regime constituído.

Os gazeteiros de Natal gritaram assim pelas nossas ruas de então, muitos meses antes, o nome que representava o desejo do povo ao assinar a ata que foi lavrada imediatamente depois do discurso do vereador José do Patrocínio e entregue a Benjamin Constant — no dia 15 de novembro de 1889: — “A República”.

Três anos depois da queda do Império — 1892 — vamos encontrar Severo no Congresso Estadual. Sua eleição foi o resultado do imperativo do seu extraordinário merecimento próprio.

Como jornalista e orador, seus escritos e suas palavras eram lidos e ouvidos persuadindo, eletrizando, conquistando.

Sua popularidade crescia infinitamente e, no ano seguinte, — 1893 — é escolhido para a Câmara Federal, de onde a irradiação do seu nome teria de sobrar no quadrante da terra brasileira e se estender necessariamente pelo mundo inteiro.

Mas, não vamos até lá, agora.

Lembremos primeiro, Augusto Severo, o amigo que, como poucos, bem poucos, sabia conservar até o infinito, as afeições pessoais, o irmão que tinha a verdadeira e absoluta consciência da fraternidade, o padrinho que no batismo via o dever sagrado de ser metade pai dos afilhados, o conservador admirável que jamais monopolizava a palavra nas reuniões, o convidado a um almôço ou jantar que deixava às vêzes, as atenções de que era alvo e ia à cozinha preparar um mỗlho ou um *beef*, o atirador que nas competições com os camaradas, errava de propósito a pontaria, para não os fazer desistir do torneio, o criador de cães que pranteava semanas a morte de um d'êles, o declamador de voz simpática e agradável que dispensava a clássica “Dalila” da época,

o político que depois das pugnas partidárias, jamais esquecia os seus eleitores, o marido apaixonado que na intimidade do lar conservava sempre a mesma atmosfera de um eterno e feliz noivado, o pai que adorava os filhos com grande amor e ternura.

É do dia 8 de agosto de 1898 uma carta escrita ao seu primogênito Augusto:

“Meu filho:

Papai recebeu tua carta que beijou muito, porque ficou muito contente.

Pedro Velho vai hoje e leva as botinas e sapatos para vocês e mais os livros que pediste e um chapéu para ti e outro para Otávio.

Quando tio Pedro Velho voltar, papai vai matar as saudades, passando com vocês ainda que seja um dia, antes do fim do ano.

Então, se os meus filhos continuarem a dar gosto a papai, ganharão as bicicletas.

Pede a Maria Eugênia a medida para o chapéu de Sérgio e Mário, que eu quero para o mês levar chapéus para todos.

Diz a Otávio que me escreva também.

Quero que todos sejam muito bons, que queiram muito bem a vóvó e as tias para papai poder ficar contente e dar muitos brincados.

Quero também que todos os dias se lembrem da Mamãe.

E o meu Augusto e seus irmãozinhos nunca deixam de fazer assim, não é?

Beijo muito muito do coração aos meus filhinhos e quero que Augusto beije Berta por

“Papai”.

—oOo—

Dono de um coração cheio de tantas nobres qualidades, tornou-se o constante inimigo do sofrimento alheio, o remédio das necessidades do próximo e, assim, muita gente fez das algibeiras de Severo, o Abre-te Sésamo das próprias dificuldades.

Com o seu irmão Adelino, por quem tinha uma afeição muito especial, estabeleceu-se Severo com uma casa de negócios na rua Chile, que girava sob a razão social A. Maranhão & Cia.

Comprar fiado n'um estabelecimento comercial onde um dos proprietários, não era outro senão um pai Goriot em carne e osso, era uma eterna tentação para os fregueses desonestos.

No fim de cada mês, a maioria das contas ficava aberta, apesar do minucioso cuidado do sócio Adelino Augusto que começava a observar a mercadoria saindo em grande quantidade e o dinheiro entrando em porção mínima.

Era uma comédia, ver-se os irmãos discutindo a necessidade de mandar cobrar de um freguês, seis meses em atraso.

Adelino zangava-se. Exigia a imediata cobrança. Severo aconselhava paciência e prazo. Adelino Augusto ficava irredutível para finalmente acceder, concordar com o mano.

Uma tarde, em que os dois sócios se empenhavam em discussão semelhante, entrou um rapazote com uma ordem de pedido de mercadoria, assinada por um comprador cujo débito para com a firma, crescia assustadoramente.

Adelino já contrariado e revoltado, teimava em não despachar o pedido e, a zanga atingia assim quase as raias da ira, quando, n'um gesto moderado, como a querer advertir o irmão da presença do portador que tudo testemunhava, Augusto Severo disse com uma calma extraordinária, capaz de secar tôdas as taças do ódio:

Homem mande! Ele é um bom republicano”.

Logo depois da experiência com o Bartolomeu de Gusmão, Severo teve a tristeza de se ver ridicularizado até mesmo na cidade de sua adoração.

Foi em Natal, no carnaval de 1894.

Um tenente do exército, homem que não sabia andar de cabeça erguida e jamais olhava frente a frente quem quer que fôsse, improvisou um cordão carnavalesco, com a intenção de levar o inventor ao ridículo.

Os foliões, pelas ruas da cidade, faziam subir diversos balões de papel e cantavam:

Lá vem, lá vem, lá vem  
Chegou, chegou, chegou  
Na praia de Pontanegra  
O Meumeuzinho naufragou.

Esse mesmo senhor, autor de tão perversa crítica, teria mais tarde de receber a pronta resposta aos seus insultos.

Ele e Severo encontraram-se, depois, no Rio de Janeiro.

O tenente, abrindo os braços para o amplexo de tamanduá, foi apesar de tudo, abraçado cordialmente por Severo.

— Este encontro foi providencial. Estou sem vintém. Poderá você emprestar-me qualquer mil réis?

Imediatamente Severo puxa do bôlso os únicos 50\$000 de que no momento dispunha, e os entrega dizendo:

Agora quem naufragou fui eu. Emprestei-lhe todo o dinheiro que tinha; dêsses seus cinqüenta, empreste-me dez.

Era assim, o coração de Augusto Severo.

—oOo—

Aquêles que sempre têm tesouras escondidas no cérebro doente, os ineptos, os que nada realizam, os eternos demolidores, os

vaidosos sem motivos, os filtradores gratuitos da inveja, procuraram — como é bem natural na espécie humana — negar os verdadeiros méritos de Severo, emprestando a Pedro Velho, n'uma atitude cruel e demolidora, cem por cento do sucesso político que o elegeu à Câmara Estadual e depois à Federal.

Mas, a esta crítica êle não deu nenhuma importância sequer.

Continuou sua marcha, já agora sob o ritmo acelerado das árvores que não esperam muitos invernos para produzir.

O desmentido a essas aleivosias, não tardou a ser gritado, em tonalidade de ferir tímpanos, no próprio ouvido d'aqueles que sopraram o funil da maledicência.

Os operários do Arsenal da Marinha, na sua totalidade, os funcionários do Ministério da Pasta do Mar e tôda aquela gente do mundo portuário, na Capital da República, n'uma grande manifestação pública, pediram-lhe não mais aceitar sua reeleição pelo Rio Grande do Norte, pois queriam ter a felicidade de elegê-lo deputado pelo Distrito Federal, como delegado e defensor dos homens do Mar.

Severo, incansável namorado de sua terra, como se tivesse bebido do filtro confiado a Braugien pela mãe de Isolda, recusou a honrosa oferta, n'uma frase que mais tarde, n'uma linda coincidência e em outras circunstâncias, teria de ser repetida por um operário francês, em Paris: *Não deixarei a representação do meu pequenino Estado, nem por um trono de Rei.*

Oito anos mais tarde, trabalhando com Severo o eterno cativador de amizades, que lhe soube conquistar o espírito, atraído apaixonadamente pelo seu invento, transformá-lo n'um colaborador inestimável Georges Sachet, recusando oferecimentos mais tentadores n'outras oficinas de mecânica, repudiando os conselhos de colegas de hangar, respondeu-lhes: *Não deixarei a barquinha do Pax, nem por um trono de Rei.*

E juntos, na manhã do sacrifício, subindo no "Pax" para vencerem as estrêlas, foram mais longe, muito mais além, porque venceram a Morte!

—oOo—

Do Albatroz, que representa a sua primeira tentativa para a solução do problema que surgia a cada instante na sua prodigiosa imaginação, ao Bartolomeu de Gusmão, o primeiro navio do alto ar, perfeitamente unificado em um todo solitário, que subiu aos ares no mundo, vai uma distância de apenas dez anos.

Augusto Severo tinha a idade de 26 anos quando riscou o plano do seu primeiro navio aéreo e, enviando alguns pormenores do seu invento ao ilustre sábio Manuel Pereira Reis, lente de astronomia

na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, d'êle recebeu a seguinte carta:

“Ilmo. Sr. Augusto Severo.

Eis o que penso sôbre a modificação feita por V. S. na adaptação da fôrça impulsora nos balões.

Um corpo que tem de mover-se n'um meio resistente, nas condições d'um balão em movimento, deve ter uma forma tal que a resistência desenvolvida tenha uma resultante única. Mas, se a direção da impulsão contínua que o corpo receber não coincidir com a direção da fôrça resultante das resistências desenvolvidas, produzir-se-á necessariamente uma rotação que prejudicará o movimento, assim como qualquer manobra que se pretenda executar.

Não é fácil satisfazer a esta condição tratando-se dos balões. De feito, todos os balões aos quais se tem aplicado uma fôrça impulsora, apresentam o inconveniente de estar esta fôrça muito afastada da resultante das resistências. No próprio balão Renard e Krebs ainda êste inconveniente se apresenta.

Resolver esta dificuldade, apresentando um meio de tornar a direção da fôrça impulsora justaposta à direção da resultante das resistências é o que consegue com a idéia apresentada por V. S., a qual constitui uma verdadeira modificação feita em todos os balões construídos até o presente; e esta modificação transformar-se-á em um importante aperfeiçoamento se não encontrar dificuldades em sua realização prática.

Ê esta minha opinião, que suspeito não estar afastado da verdade.

Felicitando a V. S., subscrevo-me de

V. S.

criado atencioso.

Manuel Pereira Reis

Rio de Janeiro, 1892 — Setembro 17.

N'um ambiente absolutamente impróprio para estudos tão elevados, o cérebro do inventor patricio fervia, imaginando, criando, calculando.

De vez em quando, dava um murro na mesa, olhava para o Sr. Manuel Salustiano de Carvalho, seu colega de trabalho no escritório comercial de Fabrício & Cia., e dizia-lhe irritado, quase gritando:

— Ora seu Carvalho, eu aqui, escrevendo nesta carteira cousas de assuntos mercantis, tendo no cérebro o segrêdo, o grande segrêdo da dirigibilidade dos Balões!...

Êsse senhor Carvalho foi um homem que se tornou famoso algum tempo em Natal pela excelência de sua caligrafia, a qual chamou a atenção até de Pedro Velho que lhe distinguiu com a tarefa de fazer uma cópia manuscrita da primeira constituição do Estado.

Enquanto o gênio nascido em Macaíba lutava o dia inteiro, vendendo horas e horas de trabalho, dando assim, aos problemas do seu invento, apenas o tempo curto que lhe sobrava das cansaças diárias de um escritório comercial, o Conde Zepelin n'um grande e desmesurado contraste, tinha, além de, mais de duas vèzes a idade de Severo, à sua disposição, o tempo livre para o estudo, as grandes bibliotecas, os imensos laboratórios, o maior parque industrial do mundo, o confôrto de tôdas as necessidades já resolvidas, e, além de tudo isto, o entusiástico apôio moral e financeiro do Kaiser, Imperador da Alemanha.

Mesmo assim, o germânico não chegou primeiro. Veiu necessariamente depois. O brasileiro, quatro anos antes d'êle, deu ao mundo a maravilha da grande descoberta.

O alemão veio depois, repito, — voando sôbre Natal, trazer a homenagem d'aquela grande povo do norte da Europa à glória do maior homem nascido em terras norte-riograndenses. — E, o Zepelin sobrevoando a capital do Rio Grande do Norte, deixou cair do seu bôjo, a honrosa e bem significativa homenagem: — “Homenagem da Alemanha ao Brasil, na pessoa do seu grande filho Augusto Severo”.

Em 1892, o nosso Albuquerque Maranhão, já havia privilegiado em Paris o seu sistema aéreo, e com o apôio de Floriano Peixoto, então, na Presidência da República, pôde construir o seu primeiro dirigível, o “Bartolomeu de Gusmão”, caracterizado por uma viga armada, metálica resultante do desenvolvimento da barquinha, que penetrava até meia altura pelo interior do aerostato em tôda sua extensão, oferecendo ponto de apôio direto e sólido, tanto ao volume aerostático como às hélices motoras, colocadas ousadamente, pela primeira vez, na extremidade do próprio eixo da figura do sólido.

Essa notável criação, foi armada em 1893 no Campo de tiro do Realengo, onde ficou plenamente demonstrado o equilíbrio perfeito do sistema e a horizontalidade exata do seu eixo de tração.

Floriano Peixoto que, a princípio mostrava tão grande interesse pelo invento de Severo, não pôde continuar a ajudá-lo.

Custódio José de Melo, abordando o “Aquidaban”, n'êle hasteando o símbolo da sedição, inaugurava no país, uma luta fratricida.

E, o movimento revolucionário que se julgava, demorasse algumas semanas, prolongou-se nervosamente por diversos e compridos meses.

Foi a Revolta da Armada que atraindo tôdas as atenções do Governo, fez com que êste, não pudesse atender às requisições inadiáveis ao prosseguimento dos trabalhos de Severo, que se viu forçado, pelas circunstâncias, a suspendê-los.

“Augusto Severo não foi um visionário. Foi um vidente servido por uma cerebração de elite e uma vasta ilustração científica.

Atacando o problema da criação do navio de alto ar, evitou sistematicamente sobrecarregá-lo com uma armadura pesada. Por isso, reduziu-a ao mínimo indispensável à consolidação perfeita do conjunto, e foi assim que criou, em 1892, o primeiro semirígido do mundo.

Assim como em 1893, o “Bartolomeu de Gusmão” foi o primeiro navio do alto ar a subir aos ares da América, o “Pax” foi, dez anos mais tarde, o primeiro semi-rígido a elevar-se aos ares da Europa, provando assim, Severo, por duas vêzes, a superioridade indiscutível de sua majestosa concepção aeronáutica, como única solução possível.

Com os magníficos resultados obtidos com o “Bartolomeu de Gusmão”, Augusto Severo, cada vez mais confiante no seu gênio inventivo, iniciou às suas próprias custas, ajudado pela maioria de seus parentes e alguns amigos, a construção de um segundo aerostato ao qual daria o nome simbólico de “Pax”.

Era sua intenção dar ao mundo com o balão dirigível, solução justa e humana às contendas de fronteiras internacionais.

N’um dos seus belos discursos na Câmara Federal, assim se expressou: “O balão dirigível pode e há de garantir a paz, sim, porque pode chegar sôbre o inimigo, guardado por uma nuvem que lhe servirá de manto, sem ser pressentido, e derramar com o incêndio, a miséria sôbre um país inteiro. E, diante de tal expectativa, a sabedoria humana, a garantia da vida, o instinto de conservação do individuo e das nações, só têm um remédio, uma saída: — o acôrdo fraternal.

Então, o Brasil, ampliando a fórmula de Monroe: — “A América para os americanos”, dirá: — A Terra para a humanidade.

Possuido assim de tão grandes e nobres propósitos, o nosso patricio não descansou mais um só instante até resolver definitivamente sua viagem a Paris.

O século findava. Não deixou, porém findar o primeiro ano do século novo.

Em 17 de setembro de 1901, estava o nosso herói a bordo de um navio que o levaria a um dos principais portos francêses.

Alguns amigos acompanharam-no até o Cais Faroux.

Os que não puderam comparecer ao seu embarque, mandaram-lhe a bordo, cartões, cartas ou bilhetes.

Medeiros e Albuquerque, um dos maiores admiradores de Severo, escreve-lhe no dia de sua partida:

Severo.

“Sinto não ter tempo de te ir abraçar. Sabes, porém, que embarcam contigo os meus melhores votos de prosperidade e sucesso da tua invenção.

Estou com vontade e receio de pôr uma nota que pode parecer pretenciosa. . . Vê entretanto, si vale a pena. Há, no mecanismo do teu balão, umas transmissões de movimento com correntes, como as de *bicyclettes*. Vê, antes de as mandar fazer, as *bicyclettes acafène Metropole*.

Parece-me um sistema muito mais economizador de fôrça.

Em suma, isto é talvez tolice. Volta bem, volta glorioso é o que te deseja o amigo

Medeiros.

Dezoito dias depois, Medeiros e Albuquerque volta a escrever ao inventor:

Severo.

Vivo a ler telegrama de Paris, à espera de notícias tuas. Por ora nada. Sei que é cedo; mas também sei que, si não houver aí boa vontade contigo, só terás publicidade do que fizeres, quando venceres de todo. Convém, entretanto, que nós saibamos aqui do que vás fazendo. Como?

Fui ao Rochinha, que veio agora de Paris e está aí bem relacionado e pedi que te desse uma carta de apresentação para o Diretor da Agência Havas. Disse-me êle que provàvelmente, quando o fôsses procurar, não o encontrarias. Se tal suceder, procura o secretário, que êle me diz ser um homem "tout-à-fait charmant" e com o qual te entenderás. Para quê? Para lhe pedir que a Agência Havas siga com atenção as tuas experiências e lhes dê publicidade não só na Europa, como em telegramas para aqui. Põe bem em relêvo que interrompestes os trabalhos do Congresso, onde eras membro da comissão de tarifas, só para ir à Europa.

Não deixes de ir. Ainda hoje, os jornais d'aqui publicam telegramas, dizendo que o major Rénard tenciona atravessar o mediterrâneo em balão. Dos francêses nos vem até as intenções e as tentativas de intenção.

Até breve. Sê feliz. Volta vitorioso é o que te deseja o amigo  
Medeiros e Albuquerque.

—oOo—

De novembro dêsse ano (1901) em diante, tôda a imprensa européia começa a se preocupar da personalidade do jovem inventor brasileiro.

Todos os jornais da França, Bélgica, Inglaterra, Espanha, Itália, Alemanha, Rússia, Holanda, trazem quase diàriamente notícias completas a cêrca dos propósitos que levaram Augusto Severo a Europa.

O calendário registrou abril de 1902 — Em fins dêsse mês, de plena primavera, teve início o enchimento do balão, tarefa que durou alguns dias.

Depois disto, o “Pax”, ficou pronto para as experiências. O tempo chuvoso, porém, obrigou a que se esperasse mais uma semana.

Chegou o mês de maio. Na madrugada do dia quatro, teve lugar o primeiro ensaio à corda. O “Pax” equilibrou-se soberbamente deixando o inventor transbordante de alegria.

Outra vez foi necessário suspender as experiências porque ameaçava chuva, que finalmente caiu, escurecendo a atmosfera.

Três dias depois, a 7 de maio, uma segunda experiência foi realizada. N’essa oportunidade, o Conde de la Vaulx, que a princípio não acreditava absolutamente em nenhum possível sucesso de Severo, mudou repentinamente de opinião, e, no dia seguinte, as quatro horas da manhã, quando o aeronauta brasileiro chegava ao hangar, já o encontrava, interessado e ansioso, para assistir à prova definitiva.

Não sendo, outra vez, o tempo favorável, o que já começava a cansar a pequena assistência que vinha desde o princípio do mês, se levantando tôdas as noites as duas horas da madrugada, para chegar às quatro, no local onde deveria ter início a ascensão do “Pax”, achou melhor Severo adiar para o dia 12 os ensaios definitivos.

Enquanto isto se passava em Paris, aqui, em Natal, tôda a população ansiava por notícias.

Muita gente, certa da vitória e muita gente convicta do insucesso.

O nosso Chefe de Polícia de então o Dr. Francisco Câmara, mais conhecido pela alcunha de Chico Farofa, chegou a pressagiar a catástrofe.

A onze de maio, pela manhã, na hora da primeira refeição, pediu à espôsa, mandasse preparar a sua roupa prêta, para no dia seguinte ir levar seus pêsamos a Alberto Maranhão, irmão do aeronauta, nessa época, Governador do Estado.

Enquanto assim pensava o Dr. Francisco Câmara, o Major Pedro Avelino, leal e grande amigo de Severo, juntava tôdas as suas posses econômicas e seguia até Paris, com a intenção de assistir “sur place” a vitória do inventor, a qual tinha como absolutamente certa.

Os tipógrafos da “Gazeta do Comércio”, — Aristóteles Costa, Ezequiel Barboza, Teófilo dos Anjos, Francisco Ivo e Pedro Silva, sabendo que Augusto Leite, colaborara financeiramente para a viagem de Pedro Avelino, prontificaram-se a trabalhar gratuitamente no jornal até a volta d’aquela entusiasta admirador de Severo.

Do Rio de Janeiro, Medeiros e Albuquerque escrevia ao amigo, e n’um post-escrito a que chamou de *Nota n.º 2*, inadvertidamente demonstra uma certa dúvida quanto ao brilho da experiência:

“Quando voltares, a pé, de carro, em navio ou em balão, já eu terei sido deputado eleito e deputado depurado..

Finalmente amanhecia o dia 12 de maio de 1902.

Leio, não sem emoção, apesar da grande distância do tempo, o que publicou em "La Revue", órgão da imprensa parisiense, o Sr. Georges Caye, uma das testemunhas da tragédia, presentes no Parque Vaugirard.

"As 5 horas e 15 saía o balão de seu hangar.

Como medida de prudência e afim de dispor de maior quantidade de lastro, Severo decidiu partir só com seu mecânico Sachet, deixando em terra o Sr. Álvaro Reis que devia subir em sua companhia. Êste indignou-se com a resolução.

Eram, precisamente 5 hs. e 25 da manhã, quando o "Pax" largou do solo. Imediatamente, estando ainda o balão retido por cordas, experimentaram-se os motores e as hélices, que funcionaram perfeitamente, como tôda a assistência pôde verificar. Em seguida, prendeu-se o "guide-ropé" e Severo, tendo dito um último adeus a seus amigos, lançou-se de nôvo o "Pax", a caminho das nuvens. Quando o balão atingiu a extremidade da corda, o homem que a segurava reteve-a por momento. Severo, sentindo-se detido, cuidou que fôsse insuficiente a fôrça ascensional, e, por isso, lançou dois sacos de lastro, o que fez o balão elevar-se bruscamente.

Pôs, então, em movimento suas hélices de direção, para ver si poderia contar inteiramente com elas.

Pudemos ver o balão descrever, sôbre nossas cabeças, *anéis* cada vez mais estreitos, depois *oitos* cada vez mais apertados, ora num sentido, ora noutros, como o mostra um documento que possuímos — uma fotografia em que apanhamos o aerostato em três posições sucessivas, sem mudar a chapa. No ponto de vista da direção, Severo estava absolutamente senhor de seu balão. É verdade que Santos Dumont pretendeu contrariar esta asserção, praticando um equívoco, talvez por nunca ter visto o aerostato do seu compatriota.

Com pouco mais, as pequenas hélices faziam evoluir maravilhosamente o aerostato e o "Pax" mostrava-se senhor de sua direção. Severo sentia-se assim, feliz com semelhante resultado, e, por isso repetiu a experiência, durante dez minutos. Como suas hélices de propulsão não estavam em marcha, o balão foi arrastado pelo vento.

Tudo corria, pois, muito bem. Reinava a maior alegria nos poucos espectadores que haviam arrostado aquela hora matinal, e, tendo sido dado por Severo o sinal convencional, todos correram para tomar os automóveis, a fim de se dirigir ao campo de manobras de "Issyles-Moulineaux".

Sùbitamente, soltaram todos um grito pungente. O balão estava envolto em chamas. Um clarão sinistro, partido da pôpa da barquinha, erguia-se para o aerostato, que ràpidamente se inflamava.

Era ouvida por nós, uma terrível detonação, enquanto o "Pax" e seus dois aeronautas se abismavam através do espaço, com uma ver-

tiginosa velocidade, tombando de uma altura de mais de 400 metros e vindo cair, horrivelmente deformados, sôbre a Avenida do Maine.

—oOo—

A Senhora Natália Rienzi que conhecera Severo viúvo, a êle unindo-se pelo laço de uma acendrada paixão, tudo presenciara, com um dos braços erguidos para o céu e o outro apertando nervosamente contra o seio, o filho, Augusto Natal e, meio viva, meio morta, telegrafa a Pedro Velho:

“Aflita comunico desastre Balão falecendo Severo”

Natália.

—oOo—

Eram 3 e meia da tarde do dia 12 de maio.

O solêncio natural de uma pequena Natal, sem bonde, sem ônibus, sem automóvel, de repente foi interrompido pelo som triste, grave e longo da cirene da chaminé do Tecido.

Alguma cousa de extraordinário teria acontecido.

A população inteira ficou de sôbre-aviso e a curiosidade aumentava de intensidade quando os operários da fábrica iam ganhando a rua, dispensados do trabalho do resto da tarde.

Uma hora mais tarde, o natalense compreendera tudo.

A velha chaminé do Tecido registrara nada mais nada menos do que o primeiro soluço, o primeiro pranto, o primeiro grito de dôr de tôda a cidade do Natal, de todo o Estado do Rio Grande do Norte.



## DE SEVERO A VALDEMAR DE ALMEIDA (\*)

*JUVENAL LAMARTINE*

O padrinho da cadeira n. 20 da qual acaba de tomar posse o acadêmico Valdemar de Almeida foi uma das figuras mais interessantes do nosso meio social. Alto, forte, de abundante cabeleira castanho claro, sempre exuberante de bom humor e de alegria contagiante, Augusto Severo acolhia a todos os que dele se aproximavam com grande simpatia e simplicidade cativante.

Mas esse espírito transbordante de alegria e que dava a impressão de um homem despreocupado das cousas graves era um sonhador e alimentava a sua alma forte e a sua inteligência robusta de um belo sonho, e que era, na época, um dos mais sérios e complicados problemas de mecânica e de física, com que já defrontara a inteligência humana: — o de cortar o azul dos nossos céus num dirigível por êle projetado, construído e pilotado.

Era quasi sempre visto, em nossas tardes de verão, de pé nas cristas de nossas dunas, acompanhando o largo vôo dos corvos e a empinar enormes papagaios de papel, como criança grande. Estudava a direção dos ventos e como se comportavam os corvos contra as correntes aéreas.

Estudou engenharia até o terceiro ano, abandonando a escola por motivo de saúde. Ficou-lhe, porém, o gosto pelas matemáticas, que lhe valeram muito na concepção de seu balão.

Ingressou na política, sob a orientação de seu irmão Pedro Velho; mas não se deixou absorver por ela. Foi sempre um dile-

---

(\*) Discurso de saudação ao Acadêmico Valdemar de Almeida, por ocasião da sua posse na Academia, como fundador da Cadeira n. 20, no dia 13 de julho de 1949.

tante na arte de governar bem ou mal os homens. Permaneceu, porém fiel ao seu grande sonho: o de descobrir a dirigibilidade dos balões. Na revolta da Armada capitaneada pelo almirante Custódio de Mélo, construiu autorizada por Floriano Peixoto, um dirigível, a que deu o nome de Bartolomeu de Gusmão, cuja finalidade era combater a revolta, localizando a posição dos navios e lanchas inimigas. O material empregado, que era bambú, não suportou o peso dos motores e o balão partiu-se.

Essa primeira derrota não lhe abateu o animo. Encontrou um amigo de temperamento oposto ao seu. Era, porém, um sábio, um grande matemático, com trabalhos notáveis já publicados sobre astronomia física e mecânica. Foi o dr. Manoel Pereira Reis, catedrático da Escola Politécnica; mas homem retraído, metido sempre com os livros e morando no observatório da Escola, e que se apaixonou pelo sonho de Severo, dando-lhe a cooperação de seu saber. A idéia, porém, era de Severo, sua a concepção. Pereira Reis lhe corrigia os desenhos, se estes se desviavam das leis da mecânica e da física e lhe dava a contribuição tratando-se de um temperamento frio, disciplinado pela análise paciente dos problemas científicos, que desde a mocidade encheram a sua vida de intenso labor mental.

A imaginação incandescente de um temperamento irrequieto como o de Severo, soprou as cinzas, que cobriam os carvões da mente do sábio, que o animou a trabalhar na realização de sua idéia, cuja praticabilidade estava demonstrada pelas deduções científicas. Encorajado por esse valioso apoio moral e científico Severo partiu para Paris, onde Santos Dumont, outro brasileiro genial, já fizera flutuar a bandeira da nossa Pátria sobre a Cidade Luz, a fim de construir o seu balão, de feitio completamente diferente.

Severo não conseguiu ver objetivadas as suas aspirações, que foi o sonho de toda a sua vida. A morte o colheu em pleno reigio, atirando-o ao solo depois de haver feito as primeiras evoluções, envolvendo nos destroços de seu balão, mas caiu de pé, como um protesto á brutalidade do golpe e como uma afirmação de que a idéia não morrerá e seria continuada até a vitória final.

O Pax, cujo nome traduz bem o pensamento universal de Severo, inspirou mais tarde o Conde de Zepelin na construção do imponente dirigível, que cortou os céus de nossa capital para deixar cair, como uma homenagem delicadíssima, um perfumado bouquet de rosas no monumento erigido nesta cidade para perpetuar a memória do nosso conterrâneo.

Em 1930, parei na Avenue du Maine, no local em que tomou Augusto Severo para meditar sobre o destino do grande noro-grandense, émulo de Santos Dumont, e primeiro martir da avia-

ção do Brasil e talvez do Mundo e inspirador da primeira Escola de aviação civil brasileira, aqui fundada.

“Essa figura esplêndida de aristocrata que nos surge de um passado ainda recente todo vermelho do próprio sangue e não do sangue dos outros, escreve Gilberto Freyre, está a merecer a atenção de um Gondim da Fonseca ou de um Francisco de Assis Barbosa — escritores a cujo talento, sensibilidade e coragem de pesquisa devemos paginas tão atraentes e lúcidas sobre Santos Dumont. Que aproveitem êles a memória, ainda viva, as recordações ainda frescas, as fotografias ainda nítidas, os papéis ainda intactos, as relíquias preciosas, guardadas pelo próprio filho de Augusto Severo na sua casa provinciana da rua Dr. Barata, em Natal”.

Câmara Cascudo, o nosso ilustre polígrafo escreveu uma página deliciosa sobre Severo — o cidadão de Natal, que não posso deixar de citar para documentar o homem:

“O aeronauta, o entendido, o sacrificado, o ideologista, já estamos habituados a vê-lo rutilante, nos discursos. Raramente vemos ou nunca vimos, Augusto Severo todo dia, o cidadão de Natal, gente nossa, daqui mesmo, chupando cajú, tomando banho no Morcego, comendo panelada. Quem o alcançou vivo, está desaparecido. Augusto Severo só se apresenta no passadiço do Pax, em glória, voando para a morte. O camarada, andando a pé, conversando, pilheriando, está se diluindo nas névoas da saudade silenciosa. Ficarà o outro caindo em vertical, como um símbolo de persistência, haloado de fogo, sobre a Avenue du Maine. O conterrâneo, maravilhoso atirador de revolver, o emérito cozinheiro, o exigente gourmet, o tribuno, o jornalista, o conversador, está condenado a morrer na memória futura. Onde a página íntima que retrate seu caráter? Onde a história simples que explique seu talento? Onde o fato comum que denuncie sua caridade?”

Dá-me vontade de dizer que o maior inimigo de Severo é o Pax. O balão esconde o homem, oculta-o, disfarça-o, deforma-o em sua consagração trágica. A imortalidade do Herói é sua humanidade”.

Conheci Severo, mais velho do que eu pouco mais de dez anos, senti o calor de sua simpatia, a atração do magnetismo de sua palavra amiga. Vale a pena envelhecer para recordar as figuras do passado com as quais convivemos, quando são, como Severo, dignas dessa recordação.

\* \* \*

A Academia Norte Riograndense de Letras recebe hoje, para a cadeira de Severo, Valdemar de Almeida, também um sonhador, pois sonhador são todos os artistas dignos dêsse nome. Valdemar vive dentro de seu sonho de artista, praticando a mais nobre das

artes — a música, que nunca envelhece, não conhece fronteiras e é uma das mais altas expressões da cultura humana. As mais arrojadas concepções filosóficas cedem à evolução da ciência, se gastam com o tempo, ficando como marcos da história cultural de um povo; mas a música é eterna e se transporta de século a século, de Continente a Continente, pelas ondas do eter, até o seio de Deus. É um dom da Providência, não se aprende nos livros.

Bach, Beethoven, Chopin, Verdi, Carlos Gomes e tantos outros nasceram músicos. Suas produções não envelhecem nem são deformadas pela arte moderna que vai caricaturando a pintura, a poesia e a própria escultura, substituindo a beleza das linhas curvas pelas imagens deformadas, pelas estrofes sem rimas e sem métrica; o apurado da linguagem, pelo calão, por frases apanhadas nas sargetas, que tiram a beleza do pensamento. É como se o porrete do brutamente pudesse se comparar ao florete no punho do esgrimista.

Valdemar nasceu artista. Sem conhecer música, tocava de cor as músicas que ouvia, numa velha pianola que havia num café á esquina da Avenida Rio Branco, tendo composto a primeira valsa aos onze anos, sem saber escrever uma só nota de música.

Na Alemanha para onde seu pai o mandou depois de haver feito até o 8.º ano no Conservatório do Rio, Valdemar teve oportunidade de entrar em contacto e estudar com os mais notáveis professores de piano daquele país líder em assuntos de música, tendo depois estudado em Paris, para entrar no conhecimento da música francesa, e ficar assim ao par das duas escolas mais notáveis da Europa.

Valdemar de Almeida criou uma escola de piano própria, e publicou, aproveitando a parte lógica das escolas germânica e francesa, **Normas pianísticas**, que estão espalhadas por todo o Continente Sul-Americano.

Natal já lhe deve a organização de nosso Instituto de Música, com as cadeiras de violino, violoncelo, piano, teoria e solfejo e história da música.

São em grande número suas produções conhecidas em todo o país. Suas mais altas produções, porém, as que mais enobrecem o seu nome de artista e enaltecem o Curso Valdemar de Almeida, são as de ter dêle saído Oriano de Almeida, o perfeito intérprete de Chopin, Maria da Glória Sigaud, Túlio Tavares, Ligia Bezerra, Maria de Lourdes Quilherme, Dulce Cicco, Ziva Blatman, Moisés Roiz, Maria Nazareth Leitão de Almeida, Wanda Lamas Grandi, além de outros pianistas, que têm se exibido em diversas capitais do Brasil.

Quero agora fazer uma censura a Valdemar de Almeida. Não estou nesta tribuna só para elogiar, por mais que mereça o nosso

confrade. Com a cultura musical e o talento que possui Valdemar de Almeida, lhe seria fácil e honroso para a nossa terra, fazer um grande nome de projeção continental, se anualmente fizesse exhibições dando concertos em meios cultos dentro e fóra do país. Guio-mar Novais e Tagliaferro não fizeram o nome glorioso que possuem dentro do Brasil. A consagração que aureola os seus nomes foi obtida fóra daqui, através das platéias estrangeiras, talvez menos cultas e menos exigentes. O santo de casa não faz milagres.

A Academia vos recebe, meu caro confrade, com imensa alegria, como uma alta expressão da mais nobre e mais pura arte dada por Deus à humanidade, para que ela amenise os seus sofrimentos na terra e entre em comunhão espiritual com as cousas eternas.

O artista vive e se alimenta da arte, que o acompanha até a morte, como o Jean Cristophe, de Romain Roland, que exclamava, no momento de morrer: "Oh! minha velha companheira, minha música, és melhor do que eu. Sou um ingrato, despeço-te. Mas tu, não me abandones: não te enfades com os meus caprichos. Perdão! Sabes bem que não são mais do que repentês. Nunca te traí, nunca me traíste, temos plena confiança um no outro. Repartiremos juntos, minha amiga. Fica comigó até o fim".

Em nome da Academia eu também vos digo: Ficai conosco, Valdemar de Almeida. A música é uma alta expressão de cultura e a finalidade mais elevada desta casa é a de trabalhar pelo aprimoramento da cultura em nossa terra.



## TREZE ANOS DA ACADEMIA (\*)

ADERBAL DE FRANÇA

— Por convocação vossa, eis-me aqui para lembrar o passado desta Academia. Sim, meus confrades, porque nos parece que estes treze anos de sua existência efetiva já permitem o direito ao fôro da história. Deve haver algo de interessante e curioso neste ainda curto caminho aberto sobre uma paisagem onde só havia os símbolos da tenção obstinada, tantas vezes invencível, como a ideia, o sentido, o desejo de surgir. Já contamos, certamente, com alguma distância percorrida e podemos fixar impressões esparsas e definitivas.

Ainda há poucos meses, numa das suas crônicas de contato jornalístico, com que se castigam, sem compensação, os escritores nesta província, o nosso consócio Luís da Câmara Cascudo relembrava o início do trabalho de pensamento e de coesão que veio, afinal, dar forma e consistência à Academia Norte-Riograndense de Letras. E ninguém melhor do que êle, seu fundador, poderia fazê-lo, determinando desde logo um ponto importante da sua vida. Andei ao seu lado nessa fundação literária, e nunca me arrependi da ajuda, nem da companhia. Ao contrário, sempre me envaideceram e me elevaram.

Dizia êle na sua página de recordação: “Encontrava-me em 1936 no Rio de Janeiro e um dos meus companheiros de ônibus ou de bonde era Afonso Costa. Hospedava-me no Flamengo e ele residia em Botafogo, havendo um percurso diário e comum, voltando para casa. A conversa tinha um assunto predileto, que era a fundação da Academia Norte-Riograndense de Letras. Afonso Costa estava obstinadamente tentando criar uma Academia em cada Estado para fortalecer a Federação, tornando-a de influencia decisiva pela reunião de todos os colégios literários, espalhados pelo Brasil. De tanto conversar

---

(\*) Palestra proferida no dia 14 de novembro de 1949, em solenidade da Academia Norte-Riograndense de Letras, comemorativa do seu 13.º aniversário de fundação.

e sugerir, acabei prometendo meter-me na campanha, desconfiado e temeroso como todo provinciano que sabe onde os tatús dormem e sesteiam. Em Natal morava eu na avenida Junqueira Aires, 393. Fiquei umas semanas pensando no compromisso. A época não era simpática, porque tínhamos saído de tumultuosa e áspera batalha eleitoral. Vencedores e vencidos em vermelho branco, irreconciliáveis. A política pacificadora não aparecera ainda. As inimizades e desencontros eram frequentes e conhecidos. Como juntar no mesmo poleiro todas as aves ainda feridas do combate furioso? Lembrava-me das tentativas anteriores. Na última fase do Centro Polimático passara essa ideia de transformar a sociedade numa Academia. O Centro ia morrendo de inanição e os seus membros mais desejavam a liberdade do trabalho solitário que atender a um toque de reunir para o esforço coletivo. O Centro, com sua revista, desaparecera numa indiferença glacial. Anos depois, um advogado prestigioso, Heráclio Vilar (1893-1931), pensou na Academia e mandou-me chamar. Tivemos umas horas de plano na sua casa, onde está atualmente a Agência de Correios e Telégrafos da Cidade Alta. Heráclio queria dividir a Academia em classes, pelas funções dos acadêmicos — ciências, jornalismo, poesia, romance, história, geografia, etc. Andamos uns meses trocando imagens, soprando as brasas da ideia. Era o Ano do Centenário e fui para o Rio de Janeiro. Quando voltei, Heráclio desanimara. Agora, era eu o homem que andava empurrando o velho sonho para a realidade”.

Foram esses, de fato, os pontos e os contatos que vieram tornar realidade a criação desta Academia.

### COMO SE FUNDOU A ACADEMIA

Podemos afirmar que a pedra fundamental da Academia foi aquela tarde de 9 de agosto de 1936, em que, convidado por Luis da Câmara Cascudo, escutei, na casa que êle citou e que hoje é vizinha a em que mora, as razões da sua deliberação de fundá-la. E quando as sombras da noite nos advertiram do tempo consumido na primeira conversa, a instituição virtualmente estava lançada sobre as bases de vinte e cinco nomes. Naquela mesma crônica, o seu fundador descreve o impulso decisivo da jornada: “Há treze anos, 9 de agosto de 1936, Aderbal de França e eu ficamos o domingo juntos, debatendo, escrevendo nomes dos futuros imortais e seus padroeiros. Acertámos mais ou menos a lista, original pela letra do Aderbal, em meu poder. Fui começando a conversar com as minhas vítimas. Umas riam. Pilheriavam outras. Um dêles, humorista nato, perguntou se já havíamos contado com o testamento de Fortunato Aranha, o nosso maior livreiro, e cujas iniciais coincidiam com as de Francisco Alves, padrinho da Academia Brasileira. Aceitavam, entretanto, a imortali-

dade que lhes oferecia. Todos os academicos fundadores foram, sem exceção, convidados por mim. Em nossa casa, ou melhor, na sala e alpendre, fizemos as primeiras sessões preparatórias, acertando dois pontos essenciais e definitivos. Primeiro: eu jamais seria Presidente da Academia; segundo: aceitaria a Secretaria Geral na primeira diretoria. Pedi a Waldemar de Almeida a hospedagem no Instituto de Música, rua Vigário Bartolomeu, 630. Aí fizemos a primeira eleição, 14 de novembro de 1936 e que se considerou a fundação. Henrique Castriciano foi eleito por maioria. Relutava, antes a mim, e no dia a todos os presentes, para aceitar o cargo, alegando saúde precária. O trabalho de animação nesses meses foi intenso e nunca fiz tanto discurso na minha vida. Finalmente, na noite dum sábado, 15 de maio de 1937, no Instituto de Música, declarou-se a Academia instalada regularmente e fiz as comunicações, desafogado da missão”.

Aí está, em depoimento do seu próprio autor, o que foi o começo da Academia. Hoje, treze anos passados dessa fundação inicial, relembro Nabuco, quando historiou em seu primeiro discurso acadêmico os primeiros passos da Academia Brasileira: “Quanto à escolha própria, como podia ser evitada? Nenhum de nós lembrou o seu próprio nome; todos fomos chamados e chamamos a quem nos chamou...”

A unificação verificou-se num ambiente de certo pessimismo, descrença justificada a custa de exemplos passados e presentes. Assim foi que na sala “Waldemar de Almeida”, do Instituto de Música, se instalou a Academia Norte-Riograndense de Letras, que Deus guarde e ajude, e levado à presidência Henrique Castriciano. Quatorze consócios assinaram os primeiros estatutos, elaborados por Matias Maciel e assumiram as suas prerrogativas no destino da agremiação literária. De entre eles Câmara Cascudo fôra eleito secretario geral, Edgar Barbosa e Aderbal de França secretários, Clementino Camara, tesoureiro. Formaram-se as comissões de Regimento, Revista e Contas. Só uma teve até há pouco o que fazer — a de Regimento, com Otto Guerra relator. Procedeu-se, na reunião seguinte, a escolha e proclamação dos patronos. Em 12 de dezembro eram publicados os Estatutos, que haviam de ter novas edições por motivo de emendas.

Na sessão inaugural, a 15 de maio de 1937, o poeta do “O Aboio” lia uma página sobre a vida literária do Rio Grande do Norte, que era uma síntese cheia de observações apoiadas naquele temperamento crítico que não desviou da sua rota a simples feitura histórica do movimento. Luis da Câmara Cascudo, investido na Secretaria Geral, resumia, por sua vez, num improvisado que se perdeu no tempo, as peripecias, digo mal, as curvas da tentativa vitoriosa.

Três dias mais tarde, a 18 de maio, escrevia eu na minha crônica diária d’ “A República”: “A Academia nasceu das reuniões em casa do dr. Câmara Cascudo, escritor notavel pelos vários titulos

honrosos que já lhe conferiram instituições culturais do país e do estrangeiro. Ele é para nós o que foi Conrart para os imortais da França. O embrião da nossa Academia foi lá que se formou. A secretaria geral está aos seus cuidados. A presidência ficou com Henrique Castriano, que é, assim, o nosso Machado de Assis. Exponente da nossa cultura literária, poeta e prosador cintilante, jornalista de estilo apri-morado, ele se tornou um assíduo frequentador das reuniões preparatórias, animando-nos com a sua palavra de esperança e coragem”.

### MARCHA SOBRE O DESTINO

Estava, por esse modo, começada a tarefa. A Academia conquistara os elementos da sua existência real. Era a entrada no cenário tumultuoso da vida, onde o homem de letras sofre a angustia da província. Temos andado tateando no desanimo e quasi nos faltou a água que dessedenta no deserto os heróis das travessias ousadas. Bem cedo entraram a pontilhar o nosso caminho as cruces de uma condição humana que não transige. Já hoje a nossa história, a história da Academia, assinala três grandes saudades, três notas tristes, daquelas que pungem silenciosamente e que, no costumeiro das nossas reuniões, vibram no ambiente, personificando-se.

A Academia surgiu sem intuitos de oficialização e, portanto, não se desnor-teou no regime que pretendeu guiar, desde os primeiros passos, a Academia Brasileira de Letras, nem sentiu o interesse escondido na vaidade política de um Richelieu, atravez dos bons serviços de algum *écouteur à gages*, de onde viesse desde logo a proteção do Estado, como aconteceu à Academia Francesa.

Desculpai-me, nesta altura, o tom de audacia, talvez a impropriedade, de evocar essas duas instituições tratando da nossa. Mas aceitai a analogia. Vale a pena a referência, para nos ficar melhor a aureola da independência às fontes políticas dos governos. A missão, todavia, era imposta a todos nós e para cumpra-la teriamos necessidade de energia e estímulo. Cabia à Academia assinalar a renovação de um movimento literário, e dentro desse clima já conseguiu viver treze anos. Resultou como já vos dissemos, de uma tentativa, após outras, de várias origens e modelos, enfrentando uma época de relativa calma literária, sem que se lhe pudesse atribuir qualquer grito de comando. Natal em 1936 era um panorama de pouca vibração espiritual dominante, quasi sem força de organização. Era uma paisagem um tanto melancólica, onde as raízes de uma academia de letras poderiam perder-se na segura do ambiente. E quasi que aconteceu, de fato, essa dura realidade. Tanto assim que certa vez recebi de Câmara Cascudo um bilhete-convite para nos reunirmos, fechando-o com estas palavras: “Trata-se de decidir da vida e da morte da associação”.

Como vêdes, nada ainda possuímos. Nem casa, nem mobília. Mas temos a esperança e confiamos no futuro. E' a sorte com que as instituições dessa natureza alçam vôo no mundo. Conta-nos Paul Gautier que a Academia Francesa, constituindo-se em 1635 na casa de Valetim Conrart, tempos depois teve este de mudar-se. Por isso, passaram os seus membros a se reunir ora na casa de um, ora na de outro, *chez Desmaretz*, *chez Chapelain*, *chez Montmor*, até que, em 1672, Luis XIV a instalou no Louvre. A Brasileira, fundada em 1896, informa Medeiros e Albuquerque, foi "uma instituição vagabunda. Não tinha pouso certo. Ora se reunia no escritório da Revista Brasileira, onde nasceu, ora no escritório do nosso colega Rodrigo Otavio, ora em outros pontos. Suas sessões solenes tinham de tomar por empréstimo salas do Ginásio Nacional, do Gabinete Português de Leitura, do Ministério do Interior".

Temos tido, pelo confronto, melhor sorte. Nascida na casa do nosso primeiro secretário geral, instalou-se no Instituto de Música, e, desde 1939 serve-se do tecto acolhedor do Instituto Histórico e Geográfico. Não tem armas, nem bandeira, nem fardão, nem jeton de presença. Mas adota, desde o início um lema e já é de utilidade pública pelos canais oficiais.

Quando poderemos nós dizer e, porventura nos reserva o destino tão justo galardão, que somos gratos a algum Mecenas, talqualmente confessava Medeiros e Albuquerque ao ministro Seabra numa homenagem 23 anos depois de ser dado o Silogeu para domicílio da Academia Brasileira? "O literato primitivo, em geral, dizia ele, é um pouco nômade, um pouco boêmio. Só depois toma pé, faz-se homem sério, pode subir até o fardão. A Academia fez, exatamente, essa evolução".

E qual será, por acaso, a Academia de Letras, nestas esquecidas plagas estaduais, que tenha o orgulho de possuir séde própria? Todavia, não ditam estas palavras as nossas susceptibilidades provincianas. Já os nossos grandes modelos, o da França, antes do parque de Versailles, teve por domicílio o Louvre; a do Brasil antes do Petit Trianon, viveu no Silogeu, com outras instituições.

## NA FEDERAÇÃO DAS ACADEMIAS DE LETRAS

Havia o compromisso de nos filiar-mos à Federação das Academias de Letras do Brasil. Era esse o sentido formal que nos movêra, ao fundarmos a sociedade. Mas o tempo foi passando. O desanimo, provindo de fatores absorventes, retardou por alguns anos a regularização da dívida. E porque não saldá-la, se temos na Academia a nossa comunhão espiritual? Afirmamos aqui uma fôrça de cultura e de trabalho que nos faz bem e nos aproxima cada vez mais da pátria. E hoje somos, finalmente, parte integrante da Federação das

Academias de Letras. O que é este instituto? Ele se define nas palavras de um dos seus presidentes, o escritor Alcides Maya: “Celebrar o passado na essência de suas obras mentais e morais e reunir, animar, enaltecer os elementos representativos de sua atividade anímica atual, eis dois termos em correlação no seio de um instituto, que é nosso, votado ao genio do Brasil. Das entranhas dele, isto é, das crônicas, dos anais, das lendas, dos cancioneiros, dos poemas, dos romances, dos tratados, de tôdas as peças, de todos os livros, de tôdas as criações, nas letras, que o descrevem, assinalam, glorificam e exprimem, como povo — nasceu esta vitoriosa Federação de Academias”.

Haveis de crêr, na frequência com que vos tenho citado a Academia Brasileira de Letras, que pretendemos subir ao nível de equiparação que ela representa no cenário intelectual do país. Mas supomos ser, na relatividade a que não podemos fugir, também “uma tôrre de margim, onde se acolham espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde, estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto”, como sentenciava Machado de Assis. Ainda a nosso favor, dizia Afranio Peixoto (A. P.) quando prefaciou o primeiro volume dos Discursos Acadêmicos (1897-1906): “A Academia Brasileira de Letras é de 1896 e tem progenie gloriosa nas vinte academias estaduais. Destas se pode dizer o mesmo que Voltaire das academias provinciais da França: são filhas, *bien sages*, porque não dão que falar de si, falar mal, como acontece à nossa, a “brasileira” . . .

Já possuímos documentário da nossa vida, e necessitamos de tempo para alicerçarmos a nossa força moral. Poderá morrer a Academia, quem sabe? Mas estes treze anos, embora mal vividos, podem ser um marco da tradição a que se destina. Se grande coisa não temos, as páginas dos nossos trabalhos e dos nossos discursos aí estão em originais nas mãos dos seus autores, por falta de publicação conveniente, e alguns até perdidos, como o estudo literário de Henrique Castriciano no dia da instalação. E’ como dizia Afranio Peixoto, “a literatura formal dos discursos, primeira produção acadêmica. A essência da precária “imortalidade” dos acadêmicos” . . . “Que é um acadêmico? perguntava ele e respondia. “Dois discursos: um, de corpo presente, no dia da posse, e outro, — Aí de nós! — já ausentes, na posse do sucessor . . .”

Ao abrirmos as portas da Academia eramos vinte e cinco. Hoje, filiados à Federação, somos trinta, desde 1943. Vinte e dois patronos já tiveram as suas vidas e as suas obras revividas no estudo regional dos ocupantes das suas cadeiras. Quatro presidentes orientaram e dirigiram os destinos da Academia, cada um deixando de si os traços marcantes de atividades e esforços proveitosos.

## OS TRÊS MORTOS DA ACADEMIA

Não havíamos de escapar às medidas, nem às regras da fraqueza humana neste convênio espiritual de ficção da imortalidade. Perdemos três companheiros, dos mais ilustres, dos mais velhos e dos mais moços, vindos da primeira hora e envolvidos dos mesmos encantos academicos. Sebastião Fernandes, Luis Gonzaga do Monte e Henrique Castriciano. Cada um representa uma soma de serviços nesta casa. Evocamos as fisionomias iluminadas pela alma criadora e pela razão dominante, que se afastaram para sempre do nosso convívio. O primeiro deles, fundador de periodicos na sua mocidade, escreveu em quasi todos os jornais e revistas do seu tempo. Sócio fundador, dos mais velhos e dos mais assíduos, desta Academia. Era para mim, antes do jurista, o homem de letras, estudioso, comentador, dono de uma prosa excelente, poeta magnífico, decorador de poemas clássicos. Dias após sua morte, Luís da Câmara Cascudo fazia esta síntese comovedora da sua vida, das suas atitudes, da sua obra:

“Possuia, intactas, as virtudes de compreensão, de finura, de tacto, de respeito à dignidade alheia, de pudor intelectual, de altivez espontanea, denunciando a profundesa com que esses juizos se enraizavam e floresciaam nos gestos e nas palavras. Sua incontida vibração intelectual, a rapidez de assimilar, em tôdas as dimensões, assuntos e causas, emprestavam-lhe aquela vivacidade, a um tempo combativa e aristocrática, com que se empolgava e agia, como se cada tese constituisse formula única para sua expressão. Era o poeta, o tributo, o ensaísta, o doutor da Lei, com a sensibilidade em perpetua sintonização, emocionando-se por uma página feliz, um crepusculo resplandecente ou a história de uma gota d’água que ficara, milênios, guardada num bojo de alabastro. Por isso, emotivo, romantico, sentimental, era cioso, reservado, suspicaz, para deixar ver a beleza de uma alma que não envelhecera. Um dia antes de morrer, numa breve pausa em que o coração retomava o ritmo da vida, Sebastião recostou-se e declamou, as mãos magras, a voz tenue, os versos relampejantes de Cirano de Bergerac. Era, como ele, guerrilheiro, sonhador, renunciando os reinos da conquista, batendo-se com um exercito e rendendo-se a uma criança”.

O segundo que se separou pela morte foi o cônego Luis Monte, exemplo edificante de sacerdote, talento profundo, a florado numa vasta camada de saber e num amplo horisonte espiritual. Seu sucessor nesta casa, o cônego José Adelino Dantas, já nos disse: “A figura física e moral do cônego Monte, a sua ação de presença e de inteligência entre nós, ainda está viva e quente para ser exumada por quem quer que seja. Melhor seria que, por enquanto ficasse guardada na terra virgem de nossa dôr, dessa dôr que ainda nos fere em cheio e que jamais se compensará em torneios artificiosos de palavras”. “Ele

foi, acima de tudo, profundidade, e como tal, subiu e subiu muito. Nele, realizou-se harmoniosamente o feliz conúbio da Fé e da Ciência, agindo num mesmo plano de ação e de contemplação. Nesse plano, objetivou seu ministério, sendo sal e sendo luz. Como luz, o cônego Monte ergueu-se qual enorme luzeiro no meio de todos nós, não a lucerna imóvel e mortíça postada no ápice da montanha, nem tão pouco escondida sob o alqueire, mas viva e ardente levada na mão por toda parte, esclarecendo e iluminando”.

Ao instalar-se a Academia, o cônego Monte deu-nos quatro lemas latinos para escolha. Ele próprio indicou *Ad Lucem Versus*, que foi o adotado. Quer dizer — Buscando a Luz. Os outros eram: *Ducitor in Altum* — Guiando-se para o Infinito; *Nitens Humi Sidera Carpe* — Colhendo estrelas,, mesmo preso à Terra; *Tellus Premat Artus Trahant Sidera Verticem* — Os pés na terra, mas o espírito para as alturas. Explica o cônego Adelino, a quem pedi a tradução desses lemas, que esta foi feita segundo a idéia, e não segundo a letra. Todos significam a mesma coisa. Outras traduções e interpretações poderiam dar, reservando-se intacta, entretanto, a idéia mestra do autor, que, através dessas belas sentenças, quis destacar a ânsia e a elevação do espírito humano para o Infinito.

O terceiro dos nossos mortos é Henrique Castriciano, o primeiro presidente, talvez pela “consagração da idade”, como sucedeu a Machado de Assis. Veiu, com Sebastião Fernandes, daquela mesma sementeira literária do fim do século passado, poeta, sobretudo, no meio da farta messe de prosa que lhe dourou a evolução espiritual. Também dele direi melhor com as palavras de outro confrade, que lhe estudei aqui mesmo, neste recinto, a personalidade. Hélio Galvão bem o disse: “Maior na prosa que na poesia, Castriciano é, entretanto, dos nossos grandes poetas. Suas poesias esparsas dariam um volume consagrador”. E mais adiante: “Prosador, Castriciano é senhor de um estilo invejável, dominando um vocabulário plástico e elegante, sem aquela adjetivação abusiva e sonora, tão em gosto nos começos do século”.

Devemos-lhe nós, a sociedade norte-riograndense, outro aspecto de influência, consubstanciado em instituições vitoriosas, dirigidas à formação de um gráu superior e prático da vida, como essas que se dedicam às habilitações domésticas da mulher e a certos fatores individuais do homem — ou sejam o ensino *menagère* e o es-coteirismo.

Nenhum deles, porém, teve oportunidade de proferir o elogio do seu patrono. A Academia andava em falta com esses compromissos, que eram deveres, ainda agora não de todo cumpridos. Sebastião Fernandes escreveu o elogio de Pedro Velho, quando a molestia que o prostrou não lhe permitiu mais a leitura. Fê-la depois da sua morte, o seu filho Geraldo Fernandes de Oliveira, em sessão solene, nesta sala.

## O QUE NOS ANIMA

Dizia Mignet, da Academia Francesa, que a “história tem por finalidade ser instrutiva e por obrigação ser exata”. Não tentei fazer, nem faria eu, por certo se o pretendesse, a história da Academia. Sua vida está cheia de detalhes que não poderiam mais ser resumidos num breve discurso. As atividades dos homens de letras têm a sua crônica pitoresca, ao lado das suas realizações estruturais. Que nos reúne em Academia, a nós, intelectuais provincianos, impenitentes e desiludidos? Não é, certamente, o intuito de ditar modelos, nem dirigir movimentos literários. Mas, o de podermos ser fiéis ao seu lema, inspirado na fonte perene de Horácio, exercendo influência no culto do espírito.

Conta-se que certo dia, forçado pela necessidade de dinheiro, Olavo Bilac foi ao editor Domingos Magalhães vender as “Panoplias” e as “Sarças de Fogo”. Bilac, lamentando que os seus versos não lo-grassem melhor oferta, ouviu do editor, que manifestava o desejo de o ajudar, a sentença de que “literatura não era officio”.

Pertencemos a essa classe de predestinados. E seguimos o nosso caminho não tanto desencorajados pelo valor do trabalho. Anima-nos a evidência de que, relativamente à sociedade, esta de alguma forma nos aprecia e nos julga. E se nos julga e nos anima com a sua presença e as suas atenções, é porque com alguma coisa boa a temos servido. Esse apóio já se manifesta benéfico ao nosso espírito, que necessita de confiança e estímulo. O que é, nesta época, uma instituição acadêmica? Não mais, por certo, qualquer herança clássica. Nem somos um cenáculo de venerandos, porque, podemos adotar a frase de Lamartine: aqui “uma mocidade estudiosa e pura avança com gravidade na vida”.

E por vós, caros confrades, eu digo, nas mesmas palavras de Nabuco, quando se referia aos *quarenta* da sua ilustre companhia: nós somos trinta mas não aspiramos a ser os *Trinta* . . .



## AURÉLIO PINHEIRO: TENTATIVA DE ESTUDO CRÍTICO E BIOGRÁFICO

*AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA*

Discurso de posse na Academia Norte-Riograndense de Letras, a 22 de Dezembro de 1949.

— Escolhido e convidado, há algum tempo, a ingressar — senhores acadêmicos, — na vossa ilustre companhia, que passava, então, a ter aumentados os seus quadros de 25 para 30 membros, — honra aquela que mais uma vez, e de público, vos agradeço profundamente, — ocorreu-me a necessidade de também realizar uma escolha pessoal: a do patrono da cadeira que, entre vós, me fôra reservada. A Academia, abrindo as suas portas, em circunstâncias assim excepcionais, a um pequeno grupo de novos titulares, assegurava-lhes, como aos fundadores, essa oportunidade da manifestação de preferências, simpatias ou admirações, em torno de nomes, — sob cujos signos ou ao influxo de cujos espíritos viriam aqui sentar-se.

Evidentemente, não se tratava de uma fácil tarefa. Absorvia-me, por inteiro, a sua responsabilidade. Recordo-me de que várias figuras de conterrâneos, naturalmente já desaparecidos na morte, mas cujas irradiações da inteligência ou da sensibilidade criadoras permanecem, vivas, no espaço moral ou intelectual da terra comum, constituíram objeto de minhas indagações.

Desde o primeiro instante, contudo, a sugestão do nome de Aurélio Pinheiro me apareceu como a de maiores ressonâncias humanas e espirituais, a que acordava mais íntimos e sensíveis índices de afinidade com as minhas próprias tendências ou gostos literários, os meus gêneros de estudo ou as minhas leituras prediletas. Aurélio havia sido um ficcionista, um ensaísta, um crítico, um cronista, um poeta, um jornalista. . . Seu romance "Macáu", que assim

levava a designação de minha cidade natal, despertara-me sempre um particular interesse.

A sua obra, todavia, era-me, em grande parte, como a tantos outros das gerações que se seguiram à sua, desconhecida diretamente. Ou porque se haviam esgotado as edições de alguns dos seus romances, tornados difíceis e raros de encontrar, ou porque, contida em antigos órgãos natalenses e mossoroenses, ou dispersa em revistas e jornais de vários pontos do país, sobretudo de Manaus ou do Rio, impunha-se como de precário ensejo de contacto. De suas numerosas atividades de escritor, dotado de uma alta e nobre consciência do seu ofício, ou melhor, do seu destino, — porque, em Aurélio Pinheiro, a função intelectual dir-se-ia condicionar tôdas as razões de ser e agir, — sucediam-se-me, porém as indicações, as referências, — insistentes, entusiastas, valorizadoras.

Decidi-me, por isso e afinal, pelo romancista de “O Desterro de Umberto Saraiva”, mesmo com uma larga margem da obra ainda a percorrer. Posso agora dizer-vos que a minha intuição de sua exata importância intelectual, do admirável conteúdo de sua produção de escritor, não se equivocava. À medida que as minhas pesquisas e os meus esforços de aquisição total de seus livros e de suas páginas avulsas (sob este último aspecto esforço ainda continuado) iam obtendo resultados favoráveis, crescia a convicção de que a escolha do patrono, não ao escritor mas só a mim mesmo orgulhava e honrava, inclusive na parte que me cabia de ter conduzido como legenda para uma das cadeiras desta Casa uma figura realmente exponencial de nossas letras, tão pouco conhecida e amada como merece — extraordinária e tentacular organização de trabalho mental, — trabalho que constituiu, certamente, como ocorre a tantos outros, em situações idênticas, não apenas a sua paixão ou a sua alegria, mas também o seu tormento, a sua amargura ou a sua decepção.

Espero, ao longo dêste estudo, transmitir-vos uma noção e um roteiro do homem e do escritor, bastantes para justificativa da minha comovida exaltação pela sua obra e pela sua memória. Noção e roteiro que envolverão, passo a passo, o homem e o escritor, nos seus momentos e aventuras pessoais e literárias, de tal modo em Aurélio Pinheiro, — insisto em acentuar, — se interpenetram o ato de existir e o ato de escrever.

## AS ORIGENS

Gostaria certamente, **et pour cause** que Aurélio Waldemiro Pinheiro, tal era todo o seu nome civil, tivesse nascido em Macáu, como às vezes se afirma ou se imagina. Nasceu, porém, em São José de Mipibú, a 28 de janeiro de 1862. Seus pais foram o major Manuel Onofre Pinheiro, oficial da Guarda Nacional, e dona

Maria Barbosa Pinheiro. O major Onofre era, então, professor naquela cidade, onde residiu alguns anos. Dentre seus alunos, recordo aqui o futuro professor Teódulo Câmara, a quem ensinou a ler, e que lhe guardou, ciosamente, pelos dias a fóra, uma fotografia com afetuosa dedicatória. Recordo, ainda, que viveu muito, que atingiu aos noventa anos, mas a êsse tempo morava em Macáu, fazendeiro abastado, e de cuja Mesa de Rendas foi administrador. Outros detalhes sôbre o velho Onofre informam que era um distinto cidadão e portador de ilustração acima da média comum de sua classe, tendo sob êsse prisma, impressionado lisongeiramente certo engenheiro inglês da Great Western, que o animava a procurar outro meio mais adiantado, onde melhor pudesse desenvolver ou aplicar a sua capacidade. A influência moral e espiritual do pai e professor o menino Aurélio não deve ter, naturalmente, restado alheio, no processo de sua formação infantil e adolescente.

O curso de humanidades, fê-lo no antigo Ateneu Norte-Rio-grandense, hoje, Colégio Estadual. A vocação literária começou, a essa época, a positivar-se. Aurélio ingressou no movimento intelectual da cidade, do burgo natalense. Funcionário do Tesouro, praticante, nomeado em 1897. Concluído o curso do Ateneu, rumou, em março de 1902, para a Bahia, em cuja Faculdade de Medicina se matricularia.

### **O GRUPO DO “LE MONDE MARCHE” E DO JORNAL “OÁSIS”**

Natal, por essa época, primeiros anos da República, os anos da iniciação literária de Aurélio Pinheiro, possuía entusiastas grupos intelectuais, que sacudiam a tranquilidade e a monotonia da província com as suas manifestações por vêzes ruidosas, tertúlias, solenidades, polêmicas, representações teatrais, conversas diárias, nas redações e nas tipografias ou no “Potiguarania”. O “Grêmio Polimático”. O “Congresso Literário”, com o seu órgão oficial “A Tribuna”. O gremio “Le Monde Marche”, com seu jornal, tornado depois revista, “Oásis”. A “Oficina Literária”.

Dessas gerações, como sempre sucede, muitos nomes se perderam para a literatura, mudaram de rumo. A arte ou as letras lhes foram apenas aquêlre inconsequente “pecado capitoso da mocidade”, a que alude o crítico Tristão de Athaide. Fizeram-se habitantes de outras cidades; não da cidade das letras. O fato é que não lhes encontramos mais os nomes, posteriormente, nos caminhos da literatura, não tiveram um destino literário. Ou, por outro lado, as promessas, que então constituíam, acabaram malogradas. . .

Vários, entretanto, afirmaram-se, vencendo o tempo, impondo uma legenda ou uma obra, dentro das nossas relatividades e con-

tigências, às vêzes ultrapassando-lhes os muros, ampliando-se a alguns setores do país. E são, hoje, e continuarão sendo, dos mais ilustres, belos e puros nomes das letras norte-riograndenses: Ferreira Itajubá, Gotardo Neto, Henrique Castriciano, Auta de Souza, Antônio Marinho, Sebastião Fernandes, Ana Lima, Luis Fernandes, Manuel Dantas... Vinha mais de longe, glória consagrada e eloquente, a exigir, embora, hoje, urgentes revisões e seleções em sua produção, Segundo Wanderley...

Não sòmente para o Estado, mesmo para o país, onde as publicações literárias têm vida efêmera, “Oásis”, órgão do “Le Monde Marche”, significa um inexplicavel absurdo de permanência no tempo. Atentando-se, sobretudo, na época em que existiu. Com seu primeiro número saído a 15 de novembro de 1894, durou mais de dez anos, regularmente, pois seu último exemplar circulou em dezembro de 1904. Relendo as atas das sessões do grêmio, consultando-lhe as relações das diretorias, é possível, todavia, fixar-lhe as constantes de esforço, de trabalho tenaz de manutenção. Uma delas, por exemplo, Alfredo Carvalho, em várias oportunidades seu presidente, sempre ativo e diligente, mais tarefa de esteio e de raízes, agarrando-se à terra, na luta da sobrevivência, do que espetáculo ou fragância de flôres, brilhando nos poemas e nas crônicas. Não terá sido, positivamente, mera coincidência. “Oásis” haver desaparecido, definitivamente, da arena três meses depois de sua nomeação para a Mesa de Rendas de Areia-Branca, retirando-se portanto da capital. Ou será, porventura, que havia chegado, também, para o grupo, a hora inevitável da dispersão?

No capítulo em que na sua “História do Rio Grande do Norte”, Rocha Pombo se ocupa das letras em nosso Estado, classifica-a de “importante revista”. Merece, sem dúvida, o julgamento, antes de tudo simbólica e generalizadamente, como idealismo, atitude, esforço, iniciativa, dentro do seu ambiente, — o que lhe abre, ainda por cima, crédito largo de complacência e tolerância a algumas expressões de ingênuos arroubos, de divagações pueris ou de inevitáveis inexperiências adolescentes e superficialmente provincianas... Pense-se, aliás, no tempo, influências, seu estilo de literatura, seu espírito...

A disciplina do “Le Monde Marche”, imposta pelos estatutos, era rigorosa e inflexível. Eliminavam-se ou multavam-se sócios, quase todos estudantes do Ateneu ou já ingressados nas escolas superiores de Recife, Bahia ou Rio, à menor infração dos regulamentos. Ao lado dos membros efetivos, havia os honorários e correspondentes. Nos avisos da secretaria ou em notas e informações aludia-se, formalizadamente, ao “cidadão presidente”, influência real do republicanismo positivista. De inspirações, conteúdos ou finalidades naturalmente diversos, a matéria circulante no “Oásis” era, no en-

tanto, visceralmente literaria, medularmente de belas-letas, inclusive nos excessos de “preciosidade”, sentimentalismo, pieguice... Pedro Melo, abrindo o n. 1, do ano IX, em janeiro de 1903, concluía o seu artigo com esta citação do “adorável” Murger: “La jeunesse n’a qu’un temps!”. Esse “tempo” corria, assim, principalmente, num ritmo literário, de fase de adolescência romantica, — estado de espírito e de sensibilidade expresso nas produções em prosa e verso.

Os artigos de abertura do “Oásis” eram, todavia, quase sem pre sizudos, doutrinários. Falava-se, ali, de educação, instrução, progresso, igualdade, a sociedade, o dever, o socialismo, a evolução, o divórcio, a emancipação da mulher, os flagelos da sêca, a emigração de nordestinos para a Amazônia, a guerra dos boers, a edificação da cidade, o problema irritante dos estudantes de outros Estados que, de carregação, vinham fazer exames no Ateneu... Gastava-se erudição elementar em referências a gregos e romanos, estátuas e filosofias, sistemas e religiões, menções a Gobineau, Kepler, Gutemberg, às luzes do século... Em muitos colaboradores, era evidente o influxo das idéias, das coisas francesas, os enciclopedistas, a Marsehesa, a Revolução, a “Santa Liberdade”, os direitos do homem, Proudhon. Em números sucessivos, divulgou-se, na primeira página, uma tese de Elviro Dantas, apresentada austeramente à sociedade literária “Gonçalves Dias”, com o seguinte título: “Qual o verdadeiro conceito da sociedade, sob o ponto de vista filosófico?” Preponderante, mesmo, aquela influência francesa, que se testemunhava, aliás, a começar do nome do grêmio, a rigor uma vasia e acaciana frase de Eugène Pelletan.

Curiosos folhetins publicava o “Oásis”, de rótulos e temas ao estilo da época, como “O pensamento em viagem”, de Benvenuto de Oliveira, no qual o seu autor, estudante de preparatórios do Ateneu, conta imaginárias e fantásticas peregrinações, envolvendo a Grécia e o Oriente Próximo, o Mediterrâneo e o Pacífico, a Austrália e San Francisco, costas e cidades do norte e sul do Brasil; ou “O poeta e a florista”, de Ezequiel Wanderley. Histórias e títulos dêsse sabor típico eram, de resto, comuns. Assim, “A louca na florista”, conto de Pedro Alexandrino dos Anjos; “A virgem ou as três flores misteriosas”, de José de Abreu, pseudonimo de José Alcino; ou transcrições de Victor Hugo, “A alcova de uma virgem” e de Coelho Neto, “Pombos viajantes”.

Os grandes mortos nacionais, sob o prisma do espírito ou da arte, sempre tiveram, no “Oásis”, páginas de homenagens: Castro Alves, Cruz e Souza, Raul Pompeia, Carlos Gomes, Augusto Severo. Ou edições extraordinárias, como por ocasião do falecimento de Auta. Quando morreu Leão XIII, registrou-se o acontecimento em necrologia especial. Bem assim fastos da pátria ou da huma-

nidade, deste a queda da Bastilha, a Independência ou a República até à recepção aos soldados norte-riograndenses do 34.º Batalhão, que regressavam de Canudos...

No número 57, ano IV, de 1.º de junho de 1897, Alberto Maranhão, então secretário de Ferreira Chaves, já sugerindo, talvez, os governos de inteligência e bom-gosto, que seriam os seus, — e que de vez em quando escrevia editoriais e comentários sem assinatura, — publica um artigo sobre o simbolismo, conceituando-o como uma reação néo-espiritual ao realismo “forte e cru” de Emile Zola. Zola, no entanto, não deixava de ser um dos pontos cardiais da literatura e da coragem cívica para os moços potiguaros do fim do século. Quando o escritor francês, engajado na defesa do capitão Dreyfus, foi condenado por motivo de sua áspera carta “Jaccuse”, ao presidente da República. “Oásis”, número 74, ano V, 26 de março de 1898, divulgava veemente editorial e tôdas as sociedades literárias natalenses realizaram sessões extraordinárias para verberar o fato inominável. O grupo do “Le Monde Marche” esposou, então a idéia do “Congresso Literário”, do envio de “uma mensagem de aplauso e adesão” ao criador dos Rougon-Macquart, “pela sua posição de atleta do bem e da justiça”, — mensagem que não apurei bem se foi remetida. E quando morreu o espanhol Emilio Castellar, a nota de sua morte aludia à surpresa dolorosa que, com o acontecimento, todos experimentavam... Era assim *in illo tempore*, quando também acontecia que Auta de Souza publicava o “Horto”, Henrique Castriciano, “Ruínas” e “Vibrações”, Francisco Palma, membro desta Academia, os seus “Santelmos”, Ana Lima, “Verbenas”, Segundo Wanderley, “Gondolas” e “Recoltas Poéticas”, Sebastião Fernandes anunciava “Alma deserta”, Uldarico Cavalcanti, “Bandolinatas”, Ezequiel Wanderley, “Preludios”, Ursula Garcia, “O livro de Bela”.

É, em suma, um grupo, um movimento, uma atividade literária e social, a merecer estudo cuidadoso, em tôdas as suas perspectivas e direções, pelas repercussões no meio, êsses do “Le Monde Marche” e do “Oásis”. Ao folhear, hoje, as coleções do jornal, é difícil não experimentarmos um impulso de simpatia e ternura, de comovido interesse, de compreensiva admiração, de saudação afetiva, recuando no tempo, através dos dias perdidos...

Lembro, ainda, que nosso venerando confrade Antônio Soares publicou, dedicado a José Roque, no número de 17 de junho de 1900 e datado de Recife, maio daquele ano, seu famoso soneto pernambucano “Noivos”, divulgado, aliás, em “A Provincia”, daquela capital, no ano anterior. Auta de Souza, pura, mística e dolorosa, Sebastião Fernandes, em dezenas de poemas heraldicos, apaixonados, irradiantes, Ana Lima, sensível e delicada, Uldarico Cavalcanti, Francisco Palma, Lourival Açucena, boêmio e de irresistível

tível popularidade, Ursula Garcia, tantos outros, mortos ou vivos, alguns mortos, como diria o crítico Agripino Grieco, mais vivos do que alguns vivos, — ali estão, também, moços, ardentes, sonhadores, numa caravana luminosa...

## OS ANOS DE APRENDIZAGEM E DE INICIAÇÃO

“Le Monde Marche” foi fundado a 9 de setembro de 1894. Aurélio Pinheiro ingressou na agremiação em janeiro de 1900. Foi membro da direção, da comissão de redação, 1.º secretário.

Em dezembro de 1899, o jornal publica, pela primeira vez, colaboração sua: um soneto, dedicado a Lemos Filho. No começo de sua carreira literária, está, assim, como em relação a tantos outros, o marco da poesia. Tinha dezessete anos. Nada de especial a salientar nêsse primeiro poema de adolescente, como em alguns dos que se lhe seguiram. Nenhum lampejo ou projeção anunciando a presença, mesmo indecisa e vaga, de uma arte poética original ou pessoal. Motivos rotineiros de inspiração poética, vasos em linguagem e estilo igualmente comuns. Caracterizam-nos, apenas, e, no caso, insinuando uma noção do temperamento do poeta, certa inquietação ou perplexidade interior, certa premonição pascaliana, certa melancolia congênita, certa vaga espiritualidade de fundo romântico, como naqueles versos dedicados a Francisco Palma, em que, referindo-se a um ambiente de festa, assim conclui, nos dois tercetos:

“No entanto, a tudo isto indiferente

A alma do poeta tristemente  
Tateia os infinitos azulados.

E a mão na face pálida apoiando  
Uns poemas de amor vai formulando  
Pela cítara de Deus harmonizados”.

Como se vê, muito pouco e ao tom da maioria dos companheiros desde que comparados.

Ah! São bem conhecidos todos êsses tédios e desencantos dos verdes anos, essas alternativas de exaltação e desalento, essas prematuras desilusões de uma vida que ainda não começou a viver, essas fugas para áreas e espaços imaginários, onde ritmos siderais fornecerão compasso à música dos versos!

Esses índices de sua natureza humana terão reflexos outros além da poesia. Assim, em 1901, na carta aberta a Flávio Perdigão, pseudônimo talvez de Uldarico Cavalcanti, se acentuará que tem, como todos os mortais, as suas amarguras e dissabores, embora êstes não sejam constantes, apenas horas, quando o vence

um tédio implacável, — muito longe, contudo, dos desesperos dos vencidos e dos doentes, acabando por sentir-se, afinal quase um otimista, que ama e exalta Machado de Assis porque nêle vê um tranquilo, um calmo e não “a melancolia chorona dos intelectuais doentes”, — no ano seguinte, em nova carta aberta, desta vez da Bahia, do seu “pobre tugúrio de estudante saudoso e triste”, ressurgirá o pessimismo, possivelmente provocado pela nostalgia da terra. E exclamará: “Por que será que não tenho, aos 20 anos, na florida e ruidosa primavera da vida, quando tudo canta, tudo floresce e se expande numa adorável harmonia, essa nota sonora e festiva que é a alegria, a seiva pujante e saudável do espírito vivaz e forte?”

Até onde a realidade? até onde a fantasia? pode-se perguntar. Ou, como queria Goethe: até onde a poesia? até onde a verdade?

“Aurora”, “Crepúsculo”, “Tarde de Inverno” são meramente descritivos. Dedicava versos a Sebastião Fernandes, que retribuiu com ofertas idênticas. Já “Melodia do Olhar” e “Ao Piano” (maio e junho de 1900) cantam, com discrição e delicadeza, os olhos e as mãos de uma gentil e irrevelada musa. . .

“Doente”, soneto datado de uma curiosa “Aguas Novas”, e algo claudicante, reflete evidente influência do “Mal secreto” de Raimundo Correia, como é fácil constatar nestes dois quartetos:

“Se a dor que agora sinto esmagadora,  
Atrós, terrível como se estalasse  
Fibra por fibra e despedaçasse  
O peito em ansia desesperadora. . .

Se a dor que horrivelmente me devóra  
Como se fôra um corvo horrendo em face  
Da presa que feriu e procurasse  
Maior tormento e a morte lhe demora”. . .

Seguem-se, na continuidade da colaboração, “Lua”, “Versos íntimos”, e “Fidalga”, que igualmente denuncia influências ou modelos pelo menos na “maneira”. Eis como “Fidalga” começa:

“A essa que passa ativa e deslumbrante  
A mais garbosa flor aristocrata,  
Que um olhar martiriza e um riso mata  
Martirio e morte num suave instante”. . .

Não é raro, aos poetas, levarem para os seus cantos os nomes das suas amadas, embora às vêzes nomes ideais. As Eleonoras de Castro Aives, as Lauras de Olavo Bilac, as Lucianas do sr. Augusto Frederico Schmidt documentam a observação.

“Balada”, poema em que, pela primeira vez, um nome de mulher, Lúcia, aparece nos versos de Aurélio, — a mesma Lúcia, certamente, de outros versos futuros e da crônica “Recuerdo”, — (embora nos seja impossível, já agora, uma tarefa mais acurada de sua identificação ou dos limites de sua influência, as projeções de sua sombra inefável no espírito ou na sensibilidade do poeta), — “Balada” começa, por outro lado, a mostrar um artista mais seguro de sua arte, de sua inspiração, da transmissão, em vozes e cânticos, das emoções e sentimentos. O problema das rimas, entretanto, ainda aí lhe continuará a ser o aspecto em que a sua poesia apresente certos flancos abertos, certos pontos sensíveis de maior fragilidade.

“Sonho”, de junho de 1901, incorpora, igualmente, outra nota significativa ao moço poeta: a nota sensual, a febre dos sentidos, o travo da volúpia e da carne. Quem assina o soneto é Aureo Pinho, um dos seus pseudônimos da fase, sem dúvida fácilimo de identificação:

“Sonhava, tendo nos meus braços prêsa  
A tua imagem trêmula, nervosa,  
Nos lábios, a fluidez volutuosa,  
Olhos cheios de amor e de pureza.

Langues desmaios, lúbrica moleza  
Tinha teu corpo; mádida e radiosa  
Tua epiderme trescalando à rosa  
Me deslumbrava, esplêndida beleza!...

Soberbo arfava o colo teu de neve,  
De rija carnação, opresso, breve...  
Tendo de nacar rútilos lampejos.

Depois, com a ardência que em meu peito vibra,  
Fazia-te pulsar fibra por fibra  
Numa corrente elétrica de beijos...”

Em setembro de 1901, Aurélio anuncia um livro de versos, “Cinzéis”, que não publicaria. No soneto “Excelsa”, sob o signo de dois belos versos de Bilac, o poeta canta então, uma

“Régia filha dos trópicos ardentes,  
Raro primor do norte. Das seletas  
A mais seleta criatura. Estetas  
Formas possues ebúrneas, lactescentes.

Se acaso vêem-te as multidões inquietas,  
Pasma se tornam, tornam-se frementes,  
E rudes almas glaciais de ascetas  
Tôdas se ajoelham mudas, reverentes.

Resplandeces, puríssima criatura,  
Como impecável, fúlgida escultura,  
De estranhas côres e de tons diversos.

Vibra-me n'alma louca e apaixonada  
E os teus encantos, flor imaculada,  
Fulgem, cintilam no esplendor dos versos”.

“Noite de insônia” é um lindo poema de amor, ao gôsto e à medida da época, em metro alexandrino. “Primeiras lágrimas”, já de 1904, contém a mais harmoniosa, talvez, das “chaves de ouro” dos sonetos de Aurélio. É aquela

**“Teus olhos ideais orvalhados de pranto”.**

Quanto à “Página de Cyrano de Bergerac”, selecionada para inclusão no livro “Poetas do Rio Grande do Norte”, de Ezequiel Wanderley, a sua desejada dramaticidade não nos parece capaz de, ultrapassando a superfície, atingir às camadas profundas da sensibilidade, em contaminação, frêmito, rictus. . .

Dessa fase do “Oásis”, vale salientar, ainda, algumas de suas crônicas e artigos. Num dêstes, Aurélio Pinheiro abordará um tema que é de sensível atualidade, constituindo mesmo um dos problemas mais graves propostas à inteligência contemporânea: aquêle que se convencionou rotular como o do “engagement”, o da participação ou não do intelectual nos debates e lutas sociais e políticas do tempo; problema que teve em “La trahison des clerics”, de Julien Benda, o rumoroso e espetacular lançamento do assunto na arena. . . É o artigo “Brado de Patriotismo”, de setembro de 1901 (tinha dezenove anos) em que Aurélio protesta contra o que denomina “a infeliz resolução da Assembléia Cearense elevando à categoria de vila uma pitoresca e futura povoação do Rio Grande do Norte”. A proposito, então, escreverá: “Quanto ao dizer-se que um jornal literário não se deve envolver em questões políticas, não estamos totalmente de acôrdo, porque firmemente nos estribamos nas conscienciosas frases de José Veríssimo nos seus Estudos Brasileiros: “Entre a vida intelectual e a vida política de um povo há estreitas relações”. Adaptâmo-nos ao que diz o competente crítico que assim nos fornece um sólido e irremovível argumento”.

“Ponderações” comenta o estreito meio literário da província, o ambiente de ar rarefeito, e a estupidez dos críticos, e há tam-

bém um artigo em que reclama a inexistência de uma biblioteca pública em Natal, instituição naturalmente apta a prestar excelentes serviços à mocidade estudiosa.

Quanto ao homem Aurélio, isto é, ao seu perfil físico e moral, dessa época, temos êste pequeno retrato-depoimento do acadêmico Antônio Soares, seu contemporâneo e amigo. Diz-nos o ilustre poeta dos “Noivos” que Aurélio era magro, alto, de porte elegante, cuidadoso no vestuário. Sóbrio, sem vícios, apenas amigo do cigarro, alegre e folgação na intimidade e capaz de uma boa gargalhada, mostrava-se, no entanto, às vêzes, de temperamento irritável, indo até aos extremos. Intolerante para os que lhe caíam no desagrado, era afável e bondoso para os de sua amizade.

Em 1907, Aurelio Pinheiro concluiu na Bahia o curso de medicina. Escreveu uma tese, que apresentou à Faculdade: “Lipe-mania”. Um contemporâneo seu na velha escola do Salvador é o hoje professor Clementino Fraga, nome ilustre da ciência nacional. Regressando ao seu Estado, não se fixou em Natal. Rumou para o interior, Macáú, onde residiam seus parentes mais próximos. Aí clinicou, e também em Areia-Branca, onde foi médico da Saúde do Porto. E’ a fase em que colaborou assiduamente em “O Mossoroense”, o tradicional órgão da zona oeste.

De uma secção que manteve naquele jornal, durante meses, em 1909, “Bilhetes da Serra”, com o pseudônimo de Estanisláu Pamplona, foi-me possível o conhecimento de algumas crônicas.

São páginas leves e simples, comentários do cotidiano, de fatos da época, onde às vêzes se surpreendem, é verdade, ácidas manifestações de ironia e sarcasmo. Ou perpassa, alacre e jovial a sugestão da graça e do encanto de Eça, através de quem era, de maneira absorvente, impregnadora, um inteligente leitor de Eça. . .

Estava o país envolvido no tumulto da campanha civilista. Aurelio voltava-se contra a candidatura Hermes. Ruyista, naturalmente. E é numa dessas crônicas que confessa: “. . . detesto a política odienta e apaixonada, que deturpa os caracteres, amolece consciências e nega, torpemente, o talento e o trabalho”.

O presidente Theodore Roosevelt, em caçadas a leões, tigres e elefantes pelas “terras viciosas” de Asia e Africa, dá-lhe motivos para enegrecer algumas tiras de papel. Noutras, comenta o fim da guerra entre a Turquia e a Grécia, resumindo a aventureira história da ilha de Creta e formulando melancólicas reflexões sôbre a indiferença com que se costuma olhar a bandeira em nosso país. E o fato do czar Nicolau, de tôdas as Russias, haver baixado um curioso decreto, proibindo expressamente o uso de automóveis no seu vasto império eslavo, fornece-lhe não só uma crônica, mas uma alusão mordaz à sucessão presidencial. O decreto parece-lhe “simplesmente um disparate; um disparate maior que a candidatura Hermes”.

Desses “Bilhetes da Serra” que revelam, antes de tudo, um homem de antenas sempre sensíveis aos acontecimentos, universais ou regionais, um, pelo menos, dos que conheço, trái a marca da sua indole romântica, em irrecusáveis expressões. É aquêle em que, com a citação curiosa de um padre da Igreja, referências a Schopenhauer, Baudelaire, Castilho, Balzac, e depois, enfim, de lembrar que de Santo Agostinho a Voltaire, de Catão a Diderot, tantos se ocuparam em maldizer a mulher, — conclui que a vida, no entanto, só lhe tem sentido porque pode vê-la através de uns lindos olhos claros. E escreve, enfaticamente, o trecho que passo a ler, em que ressumam, acaso, indícios do seu cientificismo de médico, moço, temperado por evocações de Eça: — “E eu, miserável pecador, que em nada creio na terra, a não ser nas leis do Transformismo, no Sistema dos Primatas, na Fôrça Centrifuga e na vaidade dos homens; — eu que creio nas Moléculas, na Atomicidade da Matéria dispersa, no Quarto Estado Irradiante e na transmissibilidade dos Micróbios; eu que sou descrente com o Padre Torquemada, creio em tí, ó doce olhar azul! ó fios de ouro dessas tranças!” E mais adiante: “Depois disto, meu amigo, tens o direito de pensar (tu e os leitores) que estou meio doido, vagando sombriamente ao pé da serra com as palavras trágicas de Macbeth e as ânsias dolorosas do Fausto.

Enganas-te certamente. Eu penso como o Mestre Grilo do Eça de Queiróz: ando sofrendo de fartura!

Fartura destes ares fortemente oxigenados, destas paisagens tristíssimas da serra, desta vida boçal de cenobita, como Jacinto já tivera também dos ares de Paris, do seu palacete, dos seus aparelhos, das suas inumeras casacas e dos seus oito metros de Economia Política”.

Em 1909, ainda, e continuada em 1910, Aurelio Pinheiro teve, em “O Mossoroense”, outra secção, sob o título genérico de “Crônicas” e identificada com um A. São, igualmente, comentários à margem dos acontecimentos do mundo, como aquela da invenção da “Demoiselle”, por Santos Dumont, ou a do desvendamento do mistério dos polos por exploradores audazes, os Cook, os Peary, os Shackleton, Jean Charcot, Wilk, Adams; ou abordando fenômenos e coisas do seu próprio ambiente nativo, como o bilhete a uma certa Maria, sôbre as delicias do inverno e as tragédias da sêca, e no qual confessa a sua alma sincera e profundamente nortista, “partícula hereditária e atavica de velhos sertanejos”; ou tomando como tema o casamento e o devórcio, através das relexões e confidências de um gato filósofo, à semelhança de certas conversas de Machado de Assis com um canário e de Olavo Bilac com um mosquito; ou, referindo-se ao sorriso de Voltaire, e ao de Sterne, e ao de Sainte-Beuve, — ironia, malícia, espírito, — invocar o sorriso de Eça, “o mestre intelectual querido e adorado”, como o denomina; ou o libelo contra a reforma

da linguagem, de autoria de Medeiros e Albuquerque, aprovada pela Academia Brasileira, — crônica na qual se destaca, pela sua significação, uma referência especial a Camilo Castelo Branco, tratado ai de “meu querido e desditoso Camilo”, — “em cujas obras literárias eu fui primeiramente iniciando a minha pobre inteligência nos segredos mais íntimos da formosa língua de Camões e de Castilho”.

Eis alguns detalhes da fase macauense de Aurélio. O ambiente da cidade provinciana, às voltas com a sua pequena humanidade municipal, a mesma, sem dúvida, em toda parte, nas suas características de relações sociais, intrigas, jôgo de miúdos interesses, — êsse ambiente deverá ter influido no ânimo do escritor, em tédio, cansaço, por vezes irritação, pela estreiteza, pelo vasio... Talvez, por esses dias, já lhe andasse pelo espírito a idéia de um romance: o seu romance de estudante na Bahia, período que tudo indica densa e emocionalmente vivido. Esse romance, porém, só virá à luz em 1926, e sem quaisquer menções ao tempo de sua composição. Mas a sua natureza de romancista, de ficcionista, começaria, então, com certeza, a apurar-se, a enriquecer-se de experiências, observações, impregnações, — insensível ou inconscientemente, não importa, porque é assim, muitas vêzes, que acontece ao artista, nesses processos lentos, indistintos, subterrâneos, das elaborações de mundos e da modelagem de seres, nessas misteriosas e paulatinas estratificações de imagens, impressões, reações, — que, um dia, complexo de memória e de imaginação, surgirá, de subito, revelado à superfície do tempo.

Seu romance “Macáu” será disso um nítido testemunho.

## A AVENTURA DA AMAZÔNIA

Em sua edição de 31 de maio de 1910, “A República”, desta capital, informará, em suas “várias”, o embarque de Aurélio Pinheiro para a cidade de Parintins, no Amazonas. Consultando o mesmo jornal, em duas ou três edições anteriores, é possível a identificação do transporte de que se utilizou: o pacote “Amazonas”, do “Loide Brasileiro”. Por sua vez, “O Mossoroense” dirá, em edição de 26 de maio, que seu destino era Itacoatiara, no Pará, onde uma colocação aguardava o “distinto e humanitário clínico”.

Qual o impulso determinante dessa estranha aventura? Justas ambições de moço, espécie de engajamento no roteiro de Jasão, à procura do velocino de ouro...

Seu filho Caio Cesar Pinheiro, a quem devo informações utilíssimas, em depoimento-resposta, a uma consulta, dirá que possui fortes motivos para acreditar tenha sido por espírito de aventura, já que a Amazonia vivia no apogeu da borracha, incoercível atrativo para enriquecimento.

Num dos seus contos do volume “Gleba Tumultuária”, precisamente aquêles sob o título “Magnetismo das Aguas”, há uma personagem que, a certa passagem, assim se explica: “Recebi o meu gráu de Médico, despedi-me do mundo e parti para o Amazonas, acometido por uma terrível mania de emigração” (pág. 251). Anteriormente, em “O desterro de Umberto Saraiva”, seu primeiro romance, uma das personagens, ao referir-se à sua desilusão dessa “sucursal da Califórnia”, — “brutal, grosseira, bestial, com a sua turbulência, o seu mercantilismo, as suas orgias”, — terá de um amigo esta contestação: — “No entanto, foi a nossa maior aspiração, quando estudantes. Lembra-se?” (pág. 6). Um pouco mais adiante, essa mesma personagem recordará, dela própria e de Umberto Saraiva, estudantes na Bahia: — “Nesse tempo eramos pobres. Ambos filhos do nordeste, herdando de antepassados a insânia imigratória, vivíamos traçando projetos risonhos sôbre um velho mapa geográfico, onde o Amazonas corria azulado e tortuoso, e entontecia-nos com os seus mistérios, a sua riqueza desconforme e a sua desconhecida imensidade. Penetramos muitas vêzes por afluentes e confluente do grande rio; atravessamos florestas: subimos montanhas; pousamos em plena natureza, de lapis nas mãos, riscando o mapa e arfando de cansaço. E, cousa maravilhosa! Eramos sinceros e tínhamos fé na vitória” (págs. 8 e 9).

Na medida em que um artista se explica pelas suas criações, não encontraremos aí as sugestões do itinerário de Aurélio Pinheiro? Anos depois, um outro norte-riograndense, que também abria caminho na medicina e nas letras, com maiores projeções, tentará aventura idêntica: o sr. Peregrino Júnior. Quando o contista de “Pussanga” chegava à Amazônia, Aurélio, porém, a abandonava. E só no Rio, tempos, mais tarde, os dois se encontrarão, embora conhecendo-se pessoalmente pouco e mal.

Em Parintins, Aurelio Pinheiro abriu consultório médico. Logo no ano seguinte casou-se com uma môça amazonense: Isabel G. Menezes. A propósito desse casamento, há um episódio curioso, relatado pelo escritor ao médico conterrâneo Luís Antonio dos Santos Lima, seu amigo e seu companheiro, em 1929, na sua viagem para o Rio, a quem dedicou, com expressões afetuosas, volumes dos seus dois primeiros romances, e um dos que lhe guardam, hoje, comovidamente, a memória. Foi o caso que, ainda estudante na Bahia, Aurélio divertia-se, certa vez, com alguns colegas, num jogo inocente de quarto de pensão. Uma cigana, uma dessas mulheres de aventura que dizem a “buena dicha”, e que, nas fisionomias ásperas e morenas, queimadas do sol e do pó das estradas, como nas maneiras e nas roupas vistosas, podem guardar algo de perturbador, entrou-lhes, de súbito, pelo quarto a dentro, e se pôs a distribuir vaticínios. Chegada a vez de Aurélio, augurou-lhe, entre outras previsões, o casamento com

uma môça de um lugar onde ela seria a única mulher... Evidentemente, tratava-se de uma perspectiva absurda, mas, ao ser contestada, retrucou que não mentem as linhas da mão e que o futuro se encarregaria de confirmar-lhe as palavras. Vai-se a cigana, o vaticínio não deixa impressão, passam os tempos, o médico Aurélio despêde-se da Bahia, clínica em Macáu e Areia-Branca, lança-se pelo caminho da Amazônia. Aí, no cotidiano da profissão, é chamado, um dia, para atender, num seringal distante, a um caso de doença. Parte. No seringal, de que era dono um homem já viúvo, e com uma única filha môça, não existiam outras mulheres. Seria essa môça, por singular coincidência, a futura espôsa do romancista...

Outros detalhes biográficos da fase amazonense informam que, distinguido pelo governo do Estado, exerceu algumas comissões inclusive a de Inspetor Sanitário. E há, também, o fato de, pouco antes de se ter mudado para o Rio, haver elaborado uma tese ao concurso de catedrático de Psicologia, no Ginásio de Manaus. O trabalho, sob o título de "Personalidade Consciente", que se adianta ser um estudo magnífico de concepção e exposição, não foi defendido perante a Congregação, por se ter o autor retirado do certame, em virtude de contingências da política reinante.

Mal chegado à Amazônia, contudo, Aurelio Pinheiro envia crônicas para "A República". Decididamente, sentia-se ainda prêso à terra natal, com a qual não gostaria de perder os contactos. O órgão natalense, em edições de 27 de agosto e 4 de outubro de 1910, divulgará suas impressões de viagem.

Antes de tudo, essas "Notas do Amazonas", como êle as denominará, refletem sua admiração e enlevo à vista e às primeiras revelações do país fabuloso.

A baía de Marajó, por exemplo, provoca-lhe autêntico arrebatamento. Enfim, era o grande rio. "Ansiosamente dilatei as pálpebras surpresas", — escreve êle — "para abranger de um só golpe, seguro e forte, um trecho bem vasto, e bem amplo, e bem largo dêsse extraordinário panorama, já dia a dia antevisto nos meus sonhos, como uma visão colossal do Apocalipse, maravilhosa e empolgante". Passa, em seguida, a dar notas descritivas da ilha de Marajó, recorda observações de Euclides da Cunha, o "querido e desditoso Euclides", sôbre o impatriotismo do rio, que carrega terra das margens para regiões estrangeiras e distantes, formula considerações sôbre a fatal instabilidade do Amazonas, o solo, a floresta, as habitações marginais, o meio de transporte utilizado quase com exclusividade, a "montaria", a cidade de Santarém, banhada pelas águas pretas do Tapajós, problemas de limites entre o Amazonas e o Pará, e, afinal, a transposição da Serra do Parintins, pôrto visado pelo viajante. E assim conclui a crônica, que revela as primeiras manifestações do seu notável espírito de observador minucioso e lúcido: — "Um sus-

surro de enlevo e de respeito correu em cada boca de passageiro — e a alma rude dos velhos seringueiros, amassada e batida nas lutas incontáveis, no meio dos seringais; e a alma tímida e triste dos que iam começar as mesmas lutas, se confrangeram soturnamente num mudo recolhimento”.

Na segunda “Nota”, Aurelio ocupa-se, inicialmente, do problema da imigração. O Juruá, o Purus, o Acre e o Rio Branco são os pontos primordiais de preferência para quantos emigram. Conta, então, o escritor que foi entre uns leves sorrisos de piedade e o motejo dos companheiros de viagem que desembarcou, portanto, definitivamente e único, em Parintins, porto do Baixo Amazonas. “Todos os outros”, — acrescenta — “sertanejos acoçados pelas sêcas, ignorantes e crédulos, moços inteligentes, movidos por uma grande ambição, aventureiros de tôda a espécie — iam subir invariavelmente até os mais altos afluentes, na ânsia imoderada de encontrar a todo transe riquezas desconhecidas, em algum trecho de terra virgem, prometedora de fantásticas farturas”. Aliás, aquêles pontos longínquos, citados como de preferência dos emigrantes, surgem ainda apenas como etapas. Daí, — prossegue o cronista, — “alcançam outros, internamente corajosamente, atravessando florestas imensas, cachoeiras enormes, braços de rio quase inavagáveis, perigos sem conta, até onde haja um núcleo de *siphonia elastica*, em que a machadinha não tenha feito correr em fios o leite precioso”. E “isto quanto aos trabalhadores comuns, geralmente sertanejos atingidos pelas sêcas, porque os restantes, aliás em número respeitável, vão explorar os seringueiros dinheirosos, negociando com lucros formidáveis, ou exercendo muitas vezes falsas profissões, num ruído feroz de charlatanismo”.

“O Baixo Amazonas”, — continua, — “é olhado com desprezo. Toda a terra que não forneça a borracha em abundância não merece a atenção dos emigrantes. E em meio o bando voraz dos aventureiros terríveis, sóbe também essa iludida e leviana mocidade, e embrenha-se incautamente até os limites do Perú e da Bolívia; ou até às origens ignoradas do Rio Branco, apesar da triste e assustadora reputação daqueles climas, apesar de todos os perigos que se encontram naquelas regiões, onde a própria Natureza, rude e selvagem, oferece tôda a sorte de obstáculos ao homem audacioso que tenta penetrar os seus arcanos”.

Sinto, na verdade, a tentação de transcrever tôda esta crônica admirável de argúcia. Assim as observações sôbre os pântanos infetos, a expelir miasmas de beri-beri, que partem a devorar entranhas de sertanejos, muitas vêzes então caídos para sempre sôbre essa terra mortífera do exílio, tão rica e tão venenosa, a evocar, as pálpebras úmidas de pranto (se é exato que, no momento supremo da morte, se fixam na retina as coisas mais intensamente amadas na vida) a imagem luminosa da terra distante. Assim sôbre o índio amazônico,

que não tem essa beleza física que lhe querem atribuir. “É geralmente pequeno, franzino, amareloço, como um tipo de raça que se extingue, consumido pelo tabaco, pela aguardente, pela preguiça, restando-lhe somente o cérebro sonhador e ativo, trabalhando incessantemente, enquanto o corpo imóvel se estira sobre a rede macia, e a mulher cuida sem descanso da manutenção e dos filhos. Assim, as considerações sobre o vezo brasileiro de consolarmo-nos das nossas mediocridades pelo porque-me-ufanismo vasio e inócuo. Mas será que vivermos cantando que as nossas terras são de uma fertilidade assombrosa, que as nossas fontes de riqueza são inesgotáveis, que tudo que é nosso é imenso, é estupendo, é extraordinário, melhora-nos alguma cousa das duras realidades humanas e culturais?”

Detem-se, então, Aurélio, numa imagem nítida e impressionante na sua advertência: — a de um seringueiro que conhecera, enriquecido, fabulosamente, depois de dez anos de infatigável trabalho no meio dos seringais, no Alto Acre, dando agora para gastar principescamente, em escandalosa e doentia ostentação. E escreve: “Esse há pouco, disseram-me, era analfabeto. Entretanto agora que o dinheiro o educará melhor que um pedagogo e o civilizará melhor que a fria sociedade, tinha um desdém para tudo, para os homens e as coisas, a pender-lhe dos lábios pálidos, tinha a pose tranquila e descuidada, o olhar perdido e calmo, o gesto imponente e nobre, da forte convicção do seu valor; uma grande vaidade circunspecta, um fígado engorgitado e um baço quase pôdre”.

No “Jornal de Manaus” e no “Tempo”, órgãos amazonenses, Aurélio também escreverá crônicas. Conheço algumas, datadas, de 1913, de secções com o título “A’s Quintas”, sob as suas iniciais, e “Bilhete Postal”, sob o pseudônimo de Pedro Pamplona. São assuntos políticos, do país ou locais, as dolorosas e torpes miserias que Manaus esconde no torvelinho de uma população cosmopolita, a alienação das crianças, a opinião pública, a teoria patológica do gênio...

### “O DESTÊRRO DE UMBERTO SARAIVA”

Em Manaus, 1926, editado pela Livraria Classica, publicará seu primeiro romance: “O destêrro de Umberto Saraiva”. Inicialmente, fixemos esse fato, admitido pelo próprio escritor ao seu filho Caio: o livro contém um pouco de sua vida. Não chega a ser, evidentemente, um puro capítulo auto-biográfico. Inclusive pelas inevitáveis deformações, de natureza artística, e provavelmente, também, porque nunca um criador, na sua obra, é sempre uma só criatura. Pode distribuir-se, até, ao contrário, por todos os seres que nela se movimentam; numa tentacular transubstanciação, como da população de um dos seus livros confessa Julien Green, em dada passagem do seu “Jornal”: “Je suis tous les personagens”; por cada uma delas envolver e revelar,

aqui e ali, múltiplas e diversas expressões de suas experiências ou de suas sensações.

No romance estariam, assim, índices ou reflexos de sua existência de estudante na Bahia, mas, positivamente, não se pode calcular bem até que ponto o conflito sentimental, que nêle se descreve, definirá circunstâncias vividas realmente pelo narrador.

Não basta, com certeza, para isso, que o estudante, depois bacharel, Umberto Saraiva, figura central do romance, seja filho do Rio Grande do Norte, como Aurélio, e para cujo sertão natal volverá um dia, comovido, a conselho médico, numa tentativa de restauração dos nervos devastados e da saúde, a rever com amor as paisagens perdidas da infância e da adolescência. Sua caracterização humana, de ser constitucionalmente doente, temperamento passional, vítima de atavismos, — descendente, embora de uma rija estirpe de sertanejos simples, “secularmente castos” — participa, às vêzes do domínio do inverossímil, do convencionalismo. E o mesmo sucede com outras personagens — em situações, atitudes, diálogos. Dão, por instantes, a impressão mais de pretextos para vagas dissertações ou “tiradas”, ao gosto do autor — cuja presença e intervenções percebemos, nitidamente, a mover os cordeis das “marionnettes”, — do que criaturas comuns, vivendo a sua vida. A infeliz e desarvorada paixão de Umberto Saraiva, que, ferido pela tragédia do amor contrariado, acaba exilando-se, para regiões remotas do Acre, a intransigência grotesca do Comendador Noronha, o destino melancólico de Rosa, heroína, visão ideal, no caso, até pela tuberculose que a mata, inexoravelmente, o final patético e folhetinesco da história atingem, ou melhor resultam planos irrealis de dramas românticos, com todos os seus exageros e delírios. De resto, parece não haver escapado ao próprio senso crítico do romancista, a natureza dessas perspectivas. Já no final do volume, Jorge, uma das personagens, comenta: — “Ao princípio achei tudo piégas, tudo de uma frivolidade detestável: a sua paixão (de Umberto) exasperada, sombria, delirante, como as paixões das personagens de Ibsen; a pureza, a sensibilidade, os modos angelicais de Rosa, tão fora destes tempos de escabrosa sensualidade; os preconceitos ferozes do Comendador Noronha, que o diabo guarde bem no fundo do inferno; essa poética e santa e risonha tia Amélia, que vive a rezar e a perdoar; e o Ernesto e a Maria, e tudo. Tudo isso piégas, tudo fora da normalidade e do bom senso. E agora com essas personagens que eu vejo, que eu sinto, que eu topo nas ruas todos os dias, a negócios e a passeios, se encadeia essa tragédia horrenda, que assombra todo o mundo! É de enlouquecer!” (pág. 229).

Atribue-se a Paul Valéry a confissão de que nunca poderia fazer um romance, por não suportar ter que escrever: “Oui”, dit la Marquise, en se levant. . .”

A verdade, contudo, é que não conseguirá jamais compor um bom romance quem esquecer o cotidiano humilde ou vulgar, cheio de contingências ou trivialidades, não importa, mas imperativo e fundamental nas suas realidades e exigências. Nesse apenas, como em quaisquer outros setores, ficará reservada ao engenho do artista, ao seu tato e sensibilidade do “métier”, às suas faculdades de aproximações humanas, a possibilidade de guardar o equilíbrio na areia movediça. . .

Já na animação, na articulação do ambiente do romance, Aurélio Pinheiro revelará qualidades essenciais marcantes, de ficcionista. Aliás, como romancista, de modo geral, essa capacidade de armar cenários e quadros, de animar atmosferas, de descrever ou reconstituir, com seus toques e nuances, paisagens e lugares, será, a meu ver, a sua virtude maior. Dará, a êsse respeito amostras definitivas e indiscutíveis no levantamento, na estruturação das áreas dos seus romances, novelas ou mesmo crônicas e impressões amazônicas, galvanizando, literalmente, nas pobres mãos trêmulas de humano artezão, os desmesurados e selvagens contornos de uma natureza primitiva. “Macáu” se distinguirá, igualmente, sob esse prisma, e será, ainda, como “Gleba Tumultuária”, uma obra em que as criaturas terão mais imediatas e flagrantes manifestações de vida, em que nos provocarão contactos e reações mais fundas. E já que enveredei por esse rumo de reflexões, vale salientar, também, que, no romancista Aurélio Pinheiro, as personagens de segundo plano, os comparsas de categoria inferior, em importância ou projeção das histórias, jamais se esbatem indistintos ou sôam falsamente. Muitas vezes, mesmo, são êstes “segundos planos” que comunicam ao desenrolar do romance a sensação de verdade, de base no cotidiano, em que falham aqueles focalizados em “close up”.

Evocando, por exemplo, em “O destêrro de Umberto Saraiva”, o ambiente da “república” de estudantes, na Bahia, o romancista fá-lo em traços inesquecíveis de colorido, pitoresco, verossimilhança. A tribo que se abriga na Pensão de Dona Sinhá é recomposta e recordada com uma visão segura de memorialista, nos seus tipos, detalhes, rotinas, o próprio ar inconfundível de que se impregnam tais espécies de estabelecimentos, — absolutamente reconhecível, mesmo em páginas de romance, ao olfato de quantos já percorreram, em certa fase da vida, idêntico itinerário. . .

Sob o aspecto do estilo e da linguagem, a fluência e o ritmo da frase denunciam o bom conhecedor de seu instrumento de trabalho, com o senso das oportunidades e das propriedades, a graça das imagens sugestivas, sobretudo pelo uso sempre plástico dos adjetivos. Este trêcho servirá de exemplo significativo, definindo-lhe a “manière”.

— “No dia imediato à fúnebre cerimônia da Cathedral, fiz-lhe uns versos.

Nesse tempo de mocidade e de Academia pensava eu que o verso era a suprema expressão e só êle poderia traduzir — ressoante como uma orquestra e ardente como uma flama — tôda a humana sensibilidade. A prosa, mesmo emplumada e plasmada num dilacerante pesadelo de artista, mesmo arrumada e polida com o fino saber ático — era a inércia, a opacidade, a algidez, a indistinta vibração da palavra.

Era assim nesses alegres tempos acadêmicos.

Por isso dizia, fiz-lhe uns versos — versos horríveis, funambulescos, nefelibatas, retorcidos nas idéias e nas rimas, como os faziam os poetas dêsse tempo, quando Cruz e Souza pontificava do alto dos *Broqueis* e as *Flôres do Mal* de Baudelaire incendiavam a mocidade das escolas.

Comparei-a a uma árvore, a um círio, a uma nuvem de inverno, a um fantasma, a uma vaga do oceano, a centenas de coisas obsoletas e antagônicas, num acesso detestável de liberdade poética de que hoje tenho o mais negro e o mais triste remorso” (págs. 47/8).

Outra impressão de Aurélio Pinheiro, que já nos fornece “O desterro de Umberto Saraiva”, é a de sua cultura, de seus conhecimentos, da variedade e da profundidade de suas leituras, expressas em referencias e alusões ao longo do volume. Quanto a influências propriamente ditas, sentem-se, no livro, uns vagos reflexos e “tics” de Eça. Não parece provir diretamente de certa fase ou atitudes do grande satírico e ironista, esta passagem: — “A Bahia! A Bahia! Prouvera a Deus um terremoto para ela ou pelo menos uma chuva de ácido fênico! E o nosso furor desembestou numa critica infernal ao país, à raça, aos costumes e às instituições”? (pág. 242). Aquela cena da troça desabalada (a última do curso de direito), com que um grupo de estudantes, entre os quais Umberto, comemorou o acontecimento histórico da Tomada da Bastilha “num fregre lóbrego da Sé, entre pasteis de camarão e vinho verde — ganindo a Marselhesa” (pág. 33) — surge-me, como típica, de sugestão da linguagem eciana, o Eça de “Os Maias”, por exemplo, cujo João da Ega projetaria, talvez, incidências no complexo moral e espiritual de Umberto Saraiva: “poeta, republicano, pedante e ateu”... (pág. 71).

Enfim, é sensível, no romance, uma visão negativista e pessimista da vida, da própria natureza humana, de que seriam bem expressivas estas conclusões de Umberto Saraiva e às quais não estaria, então, possivelmente, estranho, o seu criador: — “Perguntei a mim mesmo muitas vezes, para que serviriam essas investidas através do saber e se a felicidade perfeita não seria a perfeita ignorância! Abandonei os livros. Nunca mais, à minha mesa de trabalho, sob a luz do candieiro de petróleo (cujo pavio nunca estava aparado e fumegava como uma chaminé de fábrica) abri um Tratado. Para que?

Não sabemos nada! Havia milhares de anos que os homens varavam os laboratórios, desciam às furnas, olhavam os astros, fundiam os metais, estabeleciam princípios filosoficos, dissecavam cadáveres, espreitavam todas as *Causas*. Para que? Depois de tantas investigações, tanta curiosidade, tanto labor, que nos trouxeram êles, os homens? Que nos deu, depois de tantos séculos, penosamente atravessados, essa sombria caravana de sábios? A Dúvida! A Dúvida cada vez maior, cada vez mais viva, cada vez mais triste! Não sabemos nada. Nem ao menos podíamos explicar e compreender esse futil, insignificante, elementar fenomeno da Vida, que vem da Monera ao Homem!

E com a cabeça a doer, pensei uma noite — em que insônia me transia os nervos — que tínhamos apenas a nos distinguir dos velhos *Platyrrhinos* das cavernas: — a verticalidade e a maldade” (págs. 76/9.

“O desterro de Umberto Saraiva” foi prêmio de romance da Academia Brasileira de Letras, em 1926. Além de Aurelio Pinheiro, concorrera à laurea acadêmica o autor e ator Odilon Azevêdo, com o livro, “A mulher do promotor”, livro medíocre e falho, num de cujos exemplares o próprio Aurelio fez várias anotações, especialmente quanto à falta de uniformidade do tratamento pessoal, e até mesmo erros comuns do idioma.

#### “GLEBA TUMULTUÁRIA”

No ano seguinte, 1927, Aurélio Pinheiro, ainda na Livraria Clássica, de Manáus, editará “Gleba Tumultuária” — Cenas e Cenários do Amazonas.

Numa nota inicial explicativa do romance “Terra de Ica-miaba”, escreveu o sr. Abgvar Bastos: “Fiz um livro n’Amazonia. Ajustei os símbolos à realidade. Procurei o homem na paisagem da vida, mas fixei a vida no panorama da terra. Andei, vi, pres-crutei. Três anos contaram os passos do autor no vale imenso e profundo. Nada é novo, contado. As histórias estão tatuadas nas gentes, talhadas nas pedras, calcadas nas árvores, delineadas na terra, submersas nas águas. Todos podem lê-las convenientemente. É questão de querer descer ao chão e escutar, com amor, os corações subterrâneos. Aí estão as lendas remotas, os mitos sagrados, os hieroglifos eternos, os totens propiciatórios...”

Aurélio poderia ter inscrito algumas dessas palavras e conceitos, no pórtico do seu volume. Obra de ficção, “Gleba Tumultuária” se nutre, porém, do humo forte da terra amazonense e suas histórias ultrapassam as contingências individuais para situar-se no plano da legendas, dos símbolos, das próprias coordenadas morais e sociais de uma região.

Se o homem é, realmente, produto do meio, — nenhum outro ambiente testemunhará melhor êsse determinismo do que o da Amazonia. Tôdas as obras inspiradas pela região, dos livros de

Euclides aos livros de Ferreira de Castro, estudos sociológicos ou trabalhos de imaginação, refletem essa “constante” do homem condicionado incoercivelmente à natureza que o rodeia, que o esmaga, que acaba por modelá-lo à sua imagem áspera e selvagem.

Num dos capítulos do seu admirável ensaio “Um complexo antro-po-geográfico”, o escritor pernambucano Gilberto Osório de Andrade aborda, com agudeza, êsse curioso tema, ao escrever: — “Terá a selva o poder, no caso a selva amazônica, de suscitar na alma humana sinais de retôrno ao primitivismo? Eis um sensacional problema de geografia psicológica. Há, na história dos seringueiros, certos indícios de rebarbarização dos indivíduos em contacto com a selvageria circundante. A aventura dramática de Arturo Cova, personagem de novela em que o colombiano J. Eustasio de Rivera pôs iniludivelmente muito de si mesmo, é a análise admirável de um conflito dessa natureza, a crônica, mesmo, de todo um processo de adaptação ao meio barba-ro mediante uma resposta psíquica equivalente” (pág. 149). Daí, sem dúvida, em conclusão, essas estranhas categorias humanas, tôdas instinto e primitivismo, que os volumes sôbre a Amazônia exibem, caravana de criaturas dominadas pelo signo da aventura, jogando cartadas absurdas e atrevidas com o destino...

Sabe-se, e já aqui aludi ao fenômeno, do sortilégio exercido pela Amazônia sôbre o espírito do nordestino, na sugestão de suas imensas riquezas. Cearenses, pernambucanos, piauienses, potiguares, quantos sertanejos não se lançaram no rumo dêsse fabuloso país da borracha, perseguindo-o até os seus confins, varando rios e florestas, arrostando doenças e obstáculos de tôda espécie!

“Gleba Tumultuária” é, a êsse propósito, um vivo documentário, — resumido em doze histórias, — tanto mais eloquente, porém, pelo que demonstra da integração do seu autor no espírito da terra, das aguas, das florestas, de cujas condições se faz rapsodo e interprete numeroso.

São histórias de ambições e violências, de amôres e ódios, de crueldades e misérias. Que se há de fazer, no entanto, se no vale sombrio e imenso a vida se alimenta e continúa de tão perturbadoras manifestações? “Não há seringal no Amazonas e no Acre que não tenha a sua lenda, o seu trecho heróico, o seu lado pitoresco e aventureiro”, — acentuará o escritor, no conto “Direito de seringueiro” (pág. 188). Poucas linhas antes, fixaria nitidamente as tragédias dos seringais, escrevendo: — “Todos aqueles barracões tinham suas páginas de sangue. Alguns mesmo capítulos inteiros. O alcool, o ciúme, a ambição, a perversidade...” (pág. 187).

“O Amazonas é um pai que não quer filhos medrosos”, confidenciará a Manuel Gato, em “Suicídio”, um certo velhote carregado de experiência, numa observação de profundo sentido psicológico.

“Gleba Tumultuária” sugerirá tudo isso e também como, nas palavras do sr. Gilberto Osório de Andrade, “essa Amazonia prodigiosa, atordoante, nunca inspirou amor, só cupidez”.

Lutas pela posse de terras e matas, recontros com bandidos fronteiriços, bolivianos ou peruanos, disputas ferozes pela mulher, — eis os temas centrais de suas histórias. E nem se diga que um desses temas se afirma como de menor densidade do que o outro, sobretudo o último mencionado, quando nesses confins tanto se agrava a falta da cubiçada presa e “a idéia lasciva e fremente do sexo” (pág. 35) empolga, sempre, em solicitações irresistíveis, a mente árdega dos homens do vale. Porque os homens emigravam, como ainda hoje, sósinhos, para as selvas da Amazonia. Deixavam nos seus Estados mulheres e noivas, a aguardarem um precário, problemático regresso. Tão precário que ficou como um caso típico aquele, bastante conhecido, das noivas cearenses, a envelhecerem melancolicamente, esperando os noivos, **que foram para a Amazônia ou que foram para o norte...**

Num ou noutro conto, afirmar-se-á, emocional, a presença da terra nordestina do romancista. Em “Magnetismo das Aguas”, há uma personagem, Fernando de Castro, que recorda: “Na minha cidade natal há uma colina verdejante de onde se avista o mar, a Fortaleza e os recifes... ,pag. 252). É, sem dúvida, natalense. Em “Suicídio”, Manuel Gato é também riograndense do norte, do Seridó.

Para João Ribeiro, mestre da lingua e mestre da crítica, em crônica publicada no “Jornal do Brasil”, (Rio, 16 de maio de 1928), “Coração de Caboclo”, “Sucurijú” e “A Surra” são, pelo calor e beleza do estilo, das melhores narrativas do volume. Aliás, num seu julgamento generalizado, “o livro todo compreende paginas empolgantes que jamais se esquecem”. “Os dois gemidos” merece muito bem, pela sua pungente dramaticidade, figurar no nível das citações explícitas de João Ribeiro. Lembro, ainda, que no conto “Zé Amancio”, a figura varonil e caudilhesca de Plácido de Castro passa, no ardor dos combates, “como um fulgurante gênio da guerra” (pág. 140).

Insisto em que todos os mistérios das águas, onde habitam as Iáras de cabelos verdes, e das florestas da Amazônia, onde o feitiço sexual de caboclas e índias entontece o solitário homem branco, fremem nas páginas de “Gleba Tumultuária”. Igarapés, lagos, paranás, cortados pelas prôas ousadas das “montarias”. Monstros que sóbem do fundo dos rios, vózes e apêlos soturnos que fervilham no intrincado das florestas. De repente, “sobre as águas tranquilas, na muda escuridão, duas tochas que brilhavam sinistramente, como um clarão gelado e branco” (pág. 19). Eis que é a sucurijú. Ou então “da negrura do cacau, partiam cantos rou-

cos de córócorós, gemidos de sapos, silvos de insetos, sons perdidos e estranhos da mata adormecida” (pág. 40). Sob a fúria da tempestade, a floresta será o cáos, uma visão apocalíptica... O Amazonas, sereno e largo, mudará, naturalmente, de fisionomia. E o escritor descreverá: “As águas barrentas da cheia corriam apressadas, arrastando galhadas, ilhotas de mururés, tronqueiras enormes, espumas, detritos, cousas indistintas que o grande rio arrancára das varzeas, dos igapós, das restingas, e levava na sua dinâmica prodigiosa para formar em outras paragens as suas ilhas de seis meses” (pág. 244). Ou então, será “a nostalgia que invade tôda gente nas noites amazônicas, quando a solidão, o rio e a floresta são tão grandes e tão tenebrosos que o homem se sente mais humilde e mais fragil que um verme” (pág. 161).

Nesse novelista formidável da Amazônia, convém não esquecer, porém, aquêlo já referido lastro de cultura letrada e humanista. Mesmo aí, nessas páginas agrestes, com uma fôrça e uma vibração de linguagem autenticamente teluricas, de fremitos euclidianos, sente-se que êle bem leu o seu Anatole (pág. 205), e é um sutil intermezo ouvi-lo aludir ao espírito geométrico de Pascal ou ao sereno ceticismo de Montaigne... (pág. 222). E o que é mais paradoxal, sem parecer pedante ou ridículo.

### **A VIAGEM E A FIXAÇÃO NO SUL**

Numa das páginas internas de “Gleba Tumultuária”, Aurélio Pinheiro anunciará, como a sair brevemente as seguintes obras: “O ouro do Sucundury”, romance, e “Reino da Iára”, impressões do Amazonas; e em preparação: “O anel simbólico”, romance. Antes de qualquer novo livro publicado, todavia, será a viagem para o Rio.

Foi em 1929 que o escritor, encorajado por Coelho Neto, amigo de longos anos e com quem mantinha correspondência, — existente ainda, ao que sei, na parte do seu arquivo que se encontra em Manáus, e que se me tornou impossível de consulta, — abandonou a Amazônia para uma nova aventura: a conquista da metropole. Do chamado posteriormente “exercito do Pará”, mais um que tentava transpôr os muros da cidadela, franquear os limites da quadragésima porta...

No Rio, colaborou, a princípio, em “O Malho” e a “Ilustração Brasileira”, revistas que, na época, eram as mais difundidas na capital da República, irradiando-se para o país. De 1934 e 1935, recorde algumas crônicas na primeira daquelas revistas: “Talismãs”, comentários sôbre superstições e fetichismos; “Manáus-Colômbia-Perú”, envolvendo questões fronteiriças, como a de Leticia; “Amazônia na literatura”, na qual, depois de inteligentes

observações sôbre o destino da civilização amazônica, lembra os ilustres nomes de brasileiros que, no plano da literatura, respeitando-lhe as peculiaridades regionais, lhe ergueram imperecível monumento: do Padre Bernardino, com suas crônicas de viagem até o verbo tentacular de Euclides; seguidos, solícita e honestamente, por elementos mais novos: Gastão Cruls, Artur Reis, Peregrino Junior, Abguar Bastos, Francisco Galvão; e “Ultima ilusão”, reflexões melancólicas do coletivo cotidiano, assim encerradas: “Foi Karl Marx quem disse em 1848, há oitenta e seis anos (como tardas a nos chegar as idéias novas!) que “tôda a história da Humanidade se resumia na luta de classes”.

E pobre, doente, batido pelas privações, êsse homem genial, expulso da Alemanha, da França e da Bélgica, morreu na sua pobre casinha de Londres, defendendo a sua idéia e lançando o seu grito de revolta!

“Talvez seja uma verdade; talvez seja a última ilusão dos homens!”

Outra crônica dessa fase de “O Malho” é “A luta contra o demônio” sôbre o livro de Stefan Zweig em torno de Holderlin, Kleist e Nietzsche, que traduziu; “Haile Selassié”, focalizando o imperador da Abissínia, então sob a ameaça das armas fascistas de Mussolini; e “O fim da parvoíce”, comentando declarações de um cientista inglês, Herbert Baker, de que o gênio é simplesmente uma resultante de determinada secreção glandular... Quantas, contudo, sei que escreveu, publicou e não consegui para documentário?

Organizou Aurélio também várias historietas em quadrinhos para o “Tico-Tico”, utilizando, principalmente, como temas, a vida de grandes estadistas brasileiros, como Benjamin Constant.

Depois, pela mão do sr. Otávio Tavares, ingressou na “Revista da Semana”, como colaborador efetivo, publicando uma série de contos amazônicos e iniciando, aí, a divulgação do “Diário de um Médico”, relatando casos curiosos de sua vida de médico sanitarista na gleba tumultuária. Apesar do que o nome supõe, êsse “Diário” não constitui, entretanto, um registro de anotações de caráter pessoal, impressões, estados de espírito ou de consciência, o tipo, por exemplo, do clássico “journal”, como o usam os escritores franceses; são contos leves, rápidos, fixando fatos e histórias sucedidos na Amazônia. Tencionava, aliás, aumentados em número os trabalhos, publicá-los em volume. Escreveu, também, vários artigos para o “Eu sei tudo”. Mais tarde, convidado pelo escritor R. Magalhães Junior, passou a escrever para “Carioca”, revista recém-fundada pela Empresa “A Noite”, com grande aceitação pública, e a primeira a ser impressa em rotogravura no país. Aí publicou ensaios, críticas, contos e uma série de estudos meticulosos de di-

vulgação da existência de homens de grande talento, retificando então algumas versões sobre as molestias que levaram à morte Beethoven, Chopin, Voltaire, Dostoiewsky, Heine, Holderlin, Nietzsche, Mozart e Balzac. Esta série, de resto, não foi completada, pois Aurélio faleceu em meio do trabalho. Também planejava enfeixá-los, afinal, em livro, sob o título: "Os gênios através da Medicina". Era membro da Associação Brasileira de Cultura, do Rio, e da Academia Amazonense de Letras. Em Niteroi, onde morou alguns anos, exerceu o cargo de professor de Literatura no Liceu Estadual. Não esquecera, embora já naquele meio do caminho da vida, de que fala o altíssimo vate, a poesia, encanto dos dias adolescentes. "Sonho de caboclo", poemeto amazônico, cheio de memórias e visões do grande vale, deve ter sido composto no Rio. Logo de sua chegada à metropole, — parece-me, — é a crônica sobre o volume "Roseira Brava", da poetisa Palmira Wanderley, que nesta Casa ocupa a cadeira sob a invocação de Auta de Souza, e na qual fixa conceitos pessoais sobre a arte poética.

Amigos leais, tanto de sua pessoa como de sua obra, teve-os vários no Rio, entre as rodas literárias. Citam-se os escritores Gastão Cruis, Benjamin Lima, Marques Rebelo, Magalhães Junior, Lima Figueiredo, Agripino Grieco, Peregrino Junior. Deste último tenho, em carta recente, o seguinte depoimento sobre Aurélio: "Conheci-o pouco e mal. Na Amazônia o nosso desencontro foi tal que nem sequer tive notícia dele; quando cheguei, êle saía.

Contudo, no Rio, tivemos dois ou três encontros pessoais, na Livraria Leite Ribeiro — e troca rápida de impressões. Esses fugazes contactos mal me permitiram fixar uma impressão do conterrâneo ilustre — nortista moreno, de um moreno queimado e sujo, enxuto de carnes, rosto magro e ossudo, olhos ardentes, fala descansada e triste. Modesto e simples, não me falou da sua obra, cujos últimos livros me ofereceu, mas apenas do Pará e do Rio Grande do Norte, que eram as duas grandes paixões do seu espírito — como eram do meu. Esta afinidade, que nos identificava, fez-nos amigos. Em todo caso, a vida, que nos esmagava, não nos permitiu jamais um convívio mais assíduo e cordial. Fui muito mais amigo da obra do que do autor. Mas de ambos guardo cordial recordação..."

"Enxuto de carnes, rosto magro e ossudo, olhos ardentes, fala descansada e triste..." Insensivelmente, sóbe-me à lembrança o perfil humano do Cavaleiro da Triste Figura, aquele bom e generoso Don Quijote de la Mancha, tal como o descreve o engenhoso Cervantes!"... de complexión recia, seco de carnes, enjuto de rostro..."

Dessa fase do Rio e Niteroi, é, igualmente, a sua numerosa atividade de tradutor. Por gentileza do escritor Adauto da Câmara,

membro desta Casa, inexcedível de solicitude em atender e estimular, e que me fêz indicações valiosas, tive cópia do fichário de traduções suas, existentes na Biblioteca Nacional. Vão a dezoito. São traduções de obras de autores ingleses, franceses, russos e austríacos, estes últimos, com certeza, não diretamente do original. O "Chopin", de Henri Bidou; "A luta contra o demônio" e "Casanova", de Zweig; "Voltaire", de André Maurois; "Napoleão e Cromwell", de Carlyle; "Em Guarda", da Máximo Gorki; "Ana Vickers" e "Babbit", de Sinclair Lewis; livros de Nicolas Ségur, de Eveline Le Maire, formulários de Endocrinologia e Ginecologia, de Jeaneney; "Liberdade de Concepção", de A. Marchall e O. J. Mero; revisões de traduções de "Crime e Castigo", de Dostoiewsky, e de "Thomas A. Edison, sua vida e sua obra", de Francis Artur Jones. Apurei, depois, que outras traduções suas não se acham nessa relação da Biblioteca Nacional: "A figura de Don Juan na tradição" estudo psicanalítico do dr. Otto Rank; "O amor na série animal", de Curt Thesing.

A esta altura, fixemos certas circunstâncias, confirmadas, aliás, por testemunho familiar. Aurélio Pinheiro lutou com tremendas dificuldades para subsistir no Rio. E subsistir, com dignidade, adiante-se, numa merecida referência ao seu caráter, à sua honestidade de processos intelectuais. Pobre, com família, os cabelos começando a pratear-se, teve que desdobrar-se, apelando continuamente para as possibilidades de trabalho mental que, na realidade, eram surpreendentes. Daí sua longa e intensa colaboração em tantas revistas, simultaneamente, sobre os assuntos mais diversos; daí a sua atividade no gênero tradução, embora êste seja sempre miseravelmente pago. Um escritor de sua estirpe, um criador de seus recursos, e com o admirável material de experiência humana que adquirira, diretamente, nos seus contactos com a vida, até em suas fórmulas e visões as mais rudes e espantosas, como na Amazônia, não se votaria a essa tarefa de servo da gléba, na infinita maioria do casos inferior, exaustiva e obscura, a roubar-lhe e a absorver-lhe horas preciosas à própria realização, não fôra a angústia financeira do trágico cotidiano.

Reclamará estudo circunstanciado essa fase de sua vida, no Rio, — multiplicando-se em trabalho e produção, — estudo que me foi impossível de fazer, pela falta de outros indispensáveis e completos elementos de consulta, pela dificuldade de pesquisas e verificações em coleções de tantas revistas da metropole. Uma cousa compreendemos e sentimos, porém, muito proximamente, em tôda a sua flagrante realidade, em tôdas as suas melancólicas e precárias contingências; é o duro, obstinado, silencioso esforço de danaide, que tal significou, para o escritor, êsse cotidiano recomençar, sem perspectivas além do horizonte, geralmente, nas horas de balanço da vida, limitado, imediato, mesquinho, ingrato...

À endocardite surpreendente, que o matou a 17 de novembro de 1933, em sua residência, em Niteroi, não deve ter sido alheio êsse trabalho insano, praticado até o esgotamento.

O “Jornal do Brasil”, Rio, edição do dia seguinte ao seu desaparecimento, dedicou-lhe comovido necrologio, de que destaco estes trêchos: — “O Brasil perdeu ontem” — rezava o registro fúnebre — “um escritor que, embora vivesse afastado dos meios trepidantes em que se fazem e se fundam os prestígios literários, era autor de belas e apreciáveis obras.

Referimo-nos a Aurélio Pinheiro. Modesto, tímido, retraído, fugindo às igrejinhas onde o louvor é fácil, êle viveu todo para o seu trabalho burocrático, para a sua família e para a sua faina de homem de letras. Cincoenta e seis anos esteve na terra, e esse lapso de tempo dedicou-o aos livros de contos, aos romances, às biografias e às críticas, que lhe absorveram os dias afanosos e úteis”. Depois de aludir a várias obras do escritor, a nota concluía: “Era, enfim, Aurélio Pinheiro, um trabalhador esforçado, sincero, cheio de amor pela atividade literária, cheio de boa vontade pelas coisas do espírito. Seu desaparecimento deixa saudosos os seus amigos e deixa pesarosos todos aqueles que lhe acompanhavam a bela, e constante e útil atividade espiritual”.

Ainda não é tudo porém, — senhores acadêmicos e meus senhores. Três livros, ou melhor, quatro livros seus aparecem entre “Gléba Tumultuária” e o seu falecimento. O “Dicionário de Sinônimos da Lingua Nacional”, na Brasil Editora, obra sem assinalação da data, mas efficientíssimo trabalho, o primeiro no gênero a ser divulgado no Brasil, os que existiam antes sendo de autores portugueses, já antigos, sem as prevalecentes modalidades e transformações da lingua em terra brasileira, como acentúa no prefácio. A seguir o romance “Macáu” que, como o dicionário, não possui a data identificadora do ano em que foi publicado por Adersen-Editores.

### O ROMANCE “MACÁU”

A propósito dessa obra, há uma observação do sr. Agripino Grieco em crítica publicada na época e inserta, depois, no volume “Gente Nova do Brasil”, (pags. 60/61/62): — “De outros romances se tem falado demais. Deste se tem falado de menos”. Observação que bem resume todo o injusto destino literário de Aurélio Pinheiro: sempre de menos se falou dele, nunca na extensão, na proporção do seu exato valor. Esse grande e poderoso trabalhador intelectual, dos maiores que temos tido, saídos desta província, jamais teve compensações morais e materiais à altura do seu talento, inclusive e principalmente na própria terra natal, onde suas obras, muitas esgotadas, e suas atividades, mal se conhecem, a não ser, é

claro, por admiradores e amigos que formam um pequeno grupo fiel. E é o caso que talvez haja concorrido para isso o seu horror ao cabotinismo, a sua consciência pessoal da dignidade do escritor, que não deve constituir-se em objeto, como tanto melancolicamente vemos suceder, de feira de vaidades, ruidosa da exibição e da algaravia de saltimbancos... Atitude negativa, em suma, esta, num país onde geralmente se abre caminho por métodos inteiramente opostos à sua compostura, à sua discreção, à sua reserva.

“Macáu”, como o próprio nome o indica, é o romance de uma cidade de nosso Estado. Será melhor dizer, de resto, numa cidade de nosso Estado. Pois há nele, simbolicamente, um ar específico de ambiente provinciano, capaz de ser verificado noutras áreas urbanas de condições semelhantes. Particularizando, mesmo, a velha cidade litorânea, há, apenas, além das referências a subúrbios, salinas, o atêrro, ruas, praças e edifícios característicos, — a fisionomia de certos tipos e personagens cujos nomes de ficção não chegam a impedir o reconhecimento dos seus nomes civis ou de batismo. Sob êsse aspecto, é êle um romance intencional, dentro de seu rótulo de romance de costumes, à melhor maneira da classificação. Embora a arte do ficcionista não haja transformado o seu romance numa precária “reprodução” do real e sim, como quer Mauriac, numa “transposição” do real.

Desse “piccolo mondo”, como acentúa o autor de “Vivos e Mortos”, o sr. Aurélio Pinheiro, “arrecadador de sentimentos infinitesimais”, depõe como testemunha de vista. E é ainda do sr. Agripino Grieco a noção do romancista como que procedendo a uma auscultação clínica em dados heróis, a simples anedota valendo até como documento. Sabendo “transmitir a vida sem desfigurá-la, sem o horrendo vício do exagêro”.

Sua caracterização das personagens é aí admirável. O coronel Frederico de Oliveira, o dr. Moreira, o dr. Aluisio, promotor, o rábula Teotonio, d. Angelina, por exemplo, respiram de realidade e pitoresco, nos seus dramas pessoais, a que não estaria alheia a pior das nossas sub-divisões de planos políticos: a municipal. Nessa caracterização, é francamente perceptível a influência de Eça, que julgo ser o escritor a ter exercido maior influência em Aurélio Pinheiro, e isso desde o período de sua iniciação literária.

Nesses retratos, não falta, quase sempre, certa dureza, e, de modo geral, na estruturação do ambiente social acentua-se a trama de intrigas e maledicências, sobretudo sob estreitos critérios e processos políticos, peculiar às pequenas comunidades de interior. “Sociedade maliciosa e ignorante”, eis, mesmo, como a define o autor, que é sempre dirêto nas suas palavras, sem qualquer recurso ao “manto diafano da fantasia”. E nisso êle participa, também, do caráter do romance realista; como romance de costumes é um romance realista.

Para o artista, a arte é, às vezes, uma revanche, uma desforra. Nem a “Divina Comédia”, ao que já se exemplificou, fugiu, em determinadas passagens, a essa contingência. E “Bouvard et Pécuchet”, do criador de Ema Bovary, tratado autêntico da imbecilidade humana, resta o modelo ideal no gênero.

“Macáu”, de Aurélio Pinheiro, reveste-se de incidências dessa natureza, derivadas, não para o humorismo, e sim, mais intidamente, para a sátira.

O rábula Teotonio e d. Angelina, que ainda cheguei a conhecer, sob seu nome legítimo, resultam como gravados em agua-forte, e, na galeria das criaturas de Aurélio Pinheiro, se destacam pela crúa e algo impiedosa luz com que o romancista devassou-lhes os ridículos e misérias da pobre condição humana.

Na crítica, a que já me reportei, do sr. Agripino Grieco, refere-se este à personagem Espiridão Barbosa, negociante de couros, que acaba violando uma promessa de segredo só porque não sabia o significado da palavra “sarcófago”. “Este trecho”, — aduz o crítico — “subscrito por Artur Azevedo, correria o Brasil todo, no tempo em que havia lazeres, cadeira de balanço na varanda e simplicidade burguesa para saborear essas fatias de espírito”.

Para o sr. Agripino Grieco, porém, o detalhe que dissiparia quaisquer dúvidas quanto aos indiscutíveis dons de ficcionista do autor é aquele em que o pobre Joaquim Caetano, enviuvando de dona Angelina, e sacudindo a canga para longe, desanda a engordar, alforriado das brutalidades da morta, mas, como nascera escravo, já se põe a palestrar “com uma senhora gorda que criticava todo o mundo”, com um ar de quem quer retornar à canga. . . E há, ainda, aquela sua afirmação de serem inumeráveis, em Aurélio, as palavras a que corresponde um claro sentido interior.

Em Frederico Oliveira, chefe político, dando que falar pelos seus hábitos de sibarita e libertino, mas inteligente e polido, sente-se um tipo rico de conteúdo psicológico, — tipo que outra personagem, com exagerada dóse de pernosticismo, classificaria como “um grego do tempo de Praxiteles vivendo na poeira e na ignorância de Macáu” (pág. 155).

Já tive o ensejo de pôr em relevo a segurança do romancista na movimentação das personagens auxiliares. Em “Macáu”, essa virtude se mostra mais uma vez, constituindo solida argamassa ao arcabouço e à animação da contextura novelesca. Bem assim, seu talento descritivo, sua habilidade pictórica, sua arte, tocada de profunda naturalidade, na fixação de paisagens e cenários. Esta visão, por exemplo, possui contornos de inesquecível ressonância e abrirá sempre aos olhos de um nativo da região infinitas perspectivas de emoção:

— “A maré enchia. Já pelo braço do mar que renteava a cidade e alimentava por longos quilômetros as salinas do município, as **corôas** de terra parda iam desaparecendo lavadas pelas águas da preamar. Velas de baleeiras cortavam, tufadas pelo nordeste, as águas arpepiadas. Na praia lamacenta banhavam-se garotos aos gritos. No trapiche, embarcações, de blusas engomadas, mascando tabaco, comentavam serenamente viagens e façanhas marítimas. Uma **barcaça de sal** bordejava de margem à margem o casco negro aparecendo sôbre as maretas, o velame reteso. Ao longe, do outro lado do rio, os moinhos giravam as grandes asas de ferro tangendo as águas quiéatas das **levadas**” (pág. 21).

Creio que Macáu está a pedir desde muito, o romancista social, — não, naturalmente, no sentido político, mas ecológico. Ou antes: naquêle sentido amplo em que Jean-Paul Sartre emprega um dos seus conceitos prediletos e lapidares: em suas “situations”. Isto é, suas injunções de vida e trabalho, suas contingências econômicas, suas relações individuais e de grupo, seu meio específico, condicionando seres, elementos, circunstâncias; embora o homem de tal modo condicionado possa tornar-se um centro de indeterminação irreduzível. E Macáu, aliás, tomada aqui como expressão da área das salinas nordestinas — sub-estrutura tecida nas mais ásperas e duras exigências de trabalho, — nas mesmas possibilidades em que Areia Branca poderia ser lembrada. Território social e humano denso de expressões e significações, de um peculiaríssimo “back-ground”, a provocar, assim, estudo e interpretação, — tanto do espírito de investigação e análise do sociólogo como das antenas sensíveis do artista, nas suas intuições e captações do próprio imponderável. A literatura não é um jôgo, um divertimento de ociosos, uma atividade culposa, aquele ridículo “sorriso da sociedade”, da definição equívoca. A literatura é, cada dia, cada vez mais, uma revelação do espírito, um instrumento de compreensão humana, uma função social responsável. Exposições, relatórios, capítulos de estudos, reportagens, — certamente tudo isso já existe sôbre o problema social da zona salineira. Mas sômente a arte animará de vida e de projeção essa realidade, imprimindo-lhe os nítidos contornos e ampliando-lhe o poder de comunicação. “On ne pourra composer une histoire de la France au début du XXe. siècle, sans puiser, dans des ouvrages comme les vôtres, d’essentiels documents humains”, — eis um pedaço de carta do historiador Charles Seignobos ao romancista Georges Duhamel, acaso aludindo ao “tableau” magnífico da “Chronique des Pasquier”.

Confessou, uma vez, André Maurois: “O que sei da Índia, sei-o por Kipling, por Forster; o que sei da Rússia czarista, sei-o por Tolstoi, por Turgueniev; o que sei da França da Restauração

e de Julho, sei-o por Stendhal, por Balzac; o que sei da America, sei-o por Sinclair Lewis, por Sherwood Anderson, por Dos Passos”.

— “Tu n’expliques rien, ô poète, mais toutes choses pour toi nous deviennent explicables”, — canta Paul Claudel, num verso lúcido.

Ao pensar num romance desse gênero, quanto a Macáu, ocorre-me, como exemplo, o admirável “Marajó”, do sr. Dalcídio Jurandir, — documentário agora indispensável ao conhecimento e a compreensão do grande complexo social amazônico, no setor marajoára. Ou, por igual, o “ciclo da cana de açúcar”, do sr. José Lins do Rego, relativamente à zona canavieira do nordeste. Ou as obras de Simões Lopes Neto e este recentíssimo “O Tempo e o Vento”, do sr. Erico Veríssimo, sôbre a terra gaúcha. Ou, ainda, “Terras do Sem Fim”, do sr. Jorge Amado, com o drama das plantações do cacáu. Iria longe, nessas exemplificações, a falar de outros livros, do sr. José Américo de Almeida, da sra. Rachel de Queiroz, do sr. Graciliano Ramos.

Não pretendeu, — é evidente — Aurélio Pinheiro, no seu romance, penetrar por êsse terreno, tentativa em que poderia certamente aventurar-se, pois “Gleba Tumultuária” é um indice de suas possibilidades no assunto.

Seu interêsse, no caso, era outro e o ambiente social macaense atraíu-o apenas sob um detalhe de sua fisionomia, mas no qual se cumpriu, e se realizou, integralmente, como romancista.

Ainda há pouco, — vale recordar, — publicou-se um romance com pretensões a documentário, sôbre a vida nas salinas de Macáu. Entretanto, pelo desconhecimento do seu autor das indispensáveis particularidades do meio, — malgrado seu inegavel talento de romancista, — a obra ficou nas fronteiras da indistinção, da incharacterização.

Por isso mesmo, porque êle era um livro errado, falho, até na linguagem, — coisa imperdoável num documentário, — não transmite senão sensações superficiais ou causa, apenas, reacções do sentimento; quando o autêntico “social”, projetado em tôda a sua fôrça, em interpretação e sugestão, vai é ferir em cheio as consciências. Falou-se, até, que a obra teria provocado repercussões li-songeiras no sul. Tanto pior, no caso, para nós, assim desfigurados em caricatura grotesca e falsa... Detalhe significativo, a respeito; ter-se-ia o seu autor queixado de as duas únicas críticas com restrições ao seu livro terem partido de intelectuais norte-riograndenses, macaúenses, por sinal. Pudéra...

### “A MARGEM DO AMAZONAS”

Quando saiu “Macáu”, na página interna contendo a bibliografia de Aurélio Pinheiro, anunciava-se como a publicar: “O ouro

do *Sucundury*”, romance de aventuras amazônicas, cujo título foi depois mudado para “Em busca do ouro”; — “Diário de um Médico”; “Página da Vida”, contos, que não chegou a ser editado; e, afinal. “À margem do Amazonas”.

Certamente, é este último livro, — Vol. 86, série 5ª., da “Brasiliana”, Companhia Editora Nacional, 1937, — a sua obra mais importante e a de maior ressonância nacional, polarizando curiosidades, interesses e consultas de mais diversos número e espécie de leitores.

Quando esteve no Amazonas, Aurélio Pinheiro exerceu a função de Inspetor Sanitário. Foi-lhe, assim, aberto caminho para percorrer todo o Estado e entrar em contacto com suas populações ribeirinhas, auscultando-lhes os problemas, as contingências, as alternativas de adaptação e fixação. É evidente, também, que seu arguto espírito de observação esteve sempre atento às manifestações e flagrantes do ambiente, em pesquisas, estudos, anotações, — conjugados o objetivismo do estudioso e a visão do artista, — lendas, etnografia, sociologia, história, economia, povoamento, folclore, índios e pescadores, o vale e os rios, flora e fauna, seringueiros e missionários, fronteiras e pantanos. Tudo isso em profundidade e extensão, não em superfície.

Escreve êle no livro: — “Os viajantes que viram o Amazonas de bordo dos transatlânticos ou dos *gaiolas*, nas viagens de Belém a Manáus, voltam desencantados, decepcionados, descontentes, como se tivessem caído numa indigna cilada — porque não há nada mais insípido, mais desagradável, mais secante, do que esses quatro ou cinco dias de águas e florestas, sem perspectivas, sem horizonte, sem mutações, dando a idéia de que se atravessa um corredor asfixiante, sombrio, interminável, com a sensação de vesicatórios pelo corpo. Um velho político da terra dos Barés dizia que êsse era o Amazonas para *uso externo* — um Amazonas inexorável, que põe logo à prova a paciência e a boa vontade dos turistas.

Outro, o Amazonas feiticeiro, empolgante, misterioso, surpreendente, fica para trás dessa infinita muralha verde.

É o Amazonas ameno e pingue dos campos bucolicos, das roças alegres, dos sitios poéticos, das caboclas bonitas, das procissões fluviais do *Divino*, do trabalho e das festas. E mais do que tudo isso, o Amazonas dos lagos imensos onde os caboclos nas *montarias* arpôm o pirucú e o peixe-boi; o Amazonas dos recantos sombreados onde flutuam as grandes folhas circulares e fulguram as soberbas Vitorias Regias; o Amazonas das praias de tartarugas, cujos cascos se entrecocam nas noites de postura; o Amazonas grandioso, claro, cintilante, que desperta nos corações amor e bondade.

Esse é o Amazonas de incomparável beleza e de perene abundância, fascinante e hospitaleiro, como o último lugar na terra onde

a vida oferece ainda, em proporções paradisíacas, o esplendor dos dias suaves, o imprevisto das paisagens deslumbrantes e a paz religiosa das águas e das florestas” (págs. 17 a 19).

Aurelio viu além da “infinita muralha verde”. E não somente, como já concluímos dos cenários de “Gleba Tumultuária”, os seus aspectos de inefável poesia natural. E sua contribuição pessoal, a inclusão de sua obra na bibliografia amazônica, onde figuram nomes como Euclides e Alberto Rangel, Raimundo de Moraes e Gastão Cruls, Peregrino Junior e Ferreira de Castro, Alfredo Ladisláu e José Veríssimo, Abguar Bastos e Rodolfo Teófilo, Gilberto Osório de Andrade e Carlos de Vasconcelos, se fez em proporções que lhe asseguram permanência e autoridade.

O primeiro capítulo do livro é destinado, sobretudo, à parte da lenda, aquela do país atravessado por um *Mar Branco*, cujas vagas arrastavam areias de ouro e pedras diamantinas e cuja capital era a fabulosa e dourada *Manôa*. É, então, o desfile dos Pinzon, Diogo de Leppe, Francisco de Orellana e sua infeliz aventura, Lopo de Aguirre e sua sinistra maldade. Vêm, depois, as referências às explorações metódicas, sistemáticas, práticas, Pedro Teixeira, Caldeira Castelo Branco, Maciel Parente, Aranha de Vasconcelos, o pé firme fixando-se aqui e ali, da ilha de Marajó às terras do Madeira.

Nessa região, um tipo social vai-se definindo, aos poucos, à proporção que lhe atuam na personalidade as influências do meio e determinado gênero de atividades centraliza as ambições e o esforço: o seringueiro.

Esse “homem que a mesopotâmia amazônica modelou à sua semelhança”, — “elemento representativo da própria terra”, — encontrou em Aurélio Pinheiro um interprete de rara penetração psicológica e moral. Páginas adiante, um outro tipo de homem do vale, o caboclo amazonense, merecer-lhe-á apreciação idêntica, — desde a sua desambição, a sua boa fé e a sua coragem até o seu temor ao índio, que não lhe perdôa a amizade ao Caryua.

Vinha, geralmente, do nordeste, “da terra-sol para a terra-água”, o seringueiro, êsse peregrino audaz e a sua luta pela sobrevivência, contra moléstias, a miséria, os monstros das selvas e das águas, o banditismo dos caucheiros bolivianos e peruanos, é um espetáculo patético. Como recorda o escritor, as selvas amazônicas devoraram mais de quinhentas mil criaturas emigradas do nordeste brasileiro. E foi tão tétrico ossário o alicerce da industria da borracha.

Passa, a seguir, Aurélio Pinheiro ao exame do problema do povoamento, que considera o maior de toda a Amazônia, inclusive em relação com o clima. Concessões de terras, localizações especiais para milhares de emigrantes, atração de colonos alienígenas, — tentativas e mais tentativas, principalmente governamentais, suas dificuldades de objetivação, suas controversias, suas inconveniências.

O Alto Rio Branco desvenda-lhe as paisagens prodigiosas dos *campos gerais*, dos *lavrados*, dos *retiros*, das *ilhas*, dos *carrascos*, minas e fazendas, fascínio de Lobo de Almada, cientista e administrador, em 1787 e 1788.

Um dia, um estranho aventureiro, Roinier Asjoe, surgiu na Amazônia. Dizia-se vagamente javanês, deportado para a Guiana pelo Governo da Holanda, numa léva de sentenciados. Data desse homem e de sua lenda o aparecimento da balata, como valor comercial importante, atraindo o interesse de exploradores. Aurélio descreve toda a ganancia que desde então se desencadeou, durante anos seguidos, entre advenas e nativos, que varavam as florestas em tôdas as direções em busca da *Massaranduba* salvadora. O sistema de extração do leite feria, porém, de morte, a grande árvore generosa. Restava um triste espantalho ressequido, esgotado na seiva, estiolado na folhagem.

O capítulo sôbre índios e missionários envolve dados e informações preciosas sôbre os selvicolas daquela área, inclusive no desmentido da lenda de sua ferocidade. Eram, principalmente, os Parintintins, articulados, afinal, na estrutura da civilização pelo esforço pacificador do Serviço de Proteção aos Índios. A ação corajosa e obstinada do missionário, porém, tal como no-la projeta o admirável poema de Castro Alves, já se fizera sentir pelas tabas e malôcas, localizadas no vale numeroso, morrendo às vêzes obscuramente pelos barrancos dos rios sob as fléchas ou derrubados pelas febres palustres.

No Rio Madeira, é o vulto de Frei João de Sampaio. No Rio Negro, é o padre Samuel Fritz, o apóstolo da Amazônia, levantando em 1769 a primeira carta geográfica do vale, através de peripécias sem conta, fundando para mais de 30 missões perigosas, percorrendo tôdas as regiões com uma sotaina esfarrapada e alpercatas de couro crú, seguido apenas por um índio que o adorava. Outros frades andam pelo Solimões.

Eram aí, como o foram em vários pontos da colonia, os únicos defensores dos índios, os únicos seres humanos que protestavam contra o esbulho das terras e a escravidão. Expulsou-os, um dia, o marquês de Pombal, destruindo a grande obra civilizadora das Missões, hoje, entretanto, livres para agir, para incorporar à pátria pedaços humanos do seu próprio corpo ignorado, através dos caminhos da religião e da fé.

E vem o capítulo sôbre a floresta amazônica, com detalhes sôbre os seus especímenes diversos: das *sapopemas* de vinte, trinta metros de circunferência, retalhadas em largas pranchas formando abrigos que podem agasalhar famílias, — à castanheira, ao cedro, à sapucaia, à itauba, à misteriosa árvore do curare, dezenas outras, mortíferas, entorpecentes, alimentícias, úteis, aromáticas, medicinais, afrodisíacas, em exuberancias espantosas. E depõe o escritor: —

“Cerca-nos por todos os lados um estranho universo que nem poderíamos imaginar. Os vegetais tomam aspectos surpreendentes, são como singular sociedade onde cada individuo tem uma função determinada, um temperamento, uma atitude, uma vida própria” (pág. 101). É autenticamente, um “sombrio reinado de folhas, de caules, de raízes, de tubérculos, de óleos, um laboratório imenso e original” (pág. 104). Nesse tumulto criador, esplende, heraldica, a Vitoria Regia, vista, pela primeira vez, pelo botânico Koenke, que mal percebeu sua estranha beleza, e classificada, afinal, por Bridges, em 1845.

Continuam as páginas. Agora, é a vez do Rio Negro, a correr na região mais interessante do vale amazonico, as margens rumorosas de clamores de triunfos e clamores de derrotas, estridores de batalhas e lamentos de sacrifícios, heroísmos e maldades.

Escreve Aurelio, recompondo a estupenda cavalgada: “Soldados, missionários, degredados, aventureiros de tôdas as nações perulustraram o rio escuro, internaram-se pelos afluentes, palmilharam serras, planaltos e varzeas, mataram ou catequizaram selvagens, atravessaram florestas, perderam-se nas brenhas ignotas da Colombia e da Venezuela.

A imaginação de tôda essa plêiade de violadores deveria estar cheia de miragens fabulosas, de visões inauditas, de intolerável impaciência, — de tudo o que ouvira nas longas viagens, ora no Atlântico a bordo dos veleiros, ora nas próprias águas do Amazonas.

Vinham todos tomados de um prévio deslumbramento que logo os entontecia ao verem a imponência das florestas e das águas, e ao ouvirem as lendas colhidas nos terreiros das Malócas de índios mansos, onde pagés narravam histórias espantosas e davam roteiros para as cidades de ouro perdidas pelo vale” (Págs. 128/129).

Mas aí também passaram sábios e cientistas: Bernardo Pereira de Berredo, Alexandre Rodrigues Ferreira, Humboldt e Bonpland, Wallace e Bates, Agassiz e Barbosa Rodrigues, vendo, estudando, registrando em diários e notas de viagens. Fabuloso Rio Negro! Estranhos mitos ameríndios diz-se terem nascido, principalmente, das tuas premonições sombrias: o Mapinguary devorador; o *Caapora* maligno; a *Boiassu* insaciável; a *Boiúna* aterradora... Lembra, igualmente, Aurélio, o homem de gênio que sofreu por aquelas paragens ignotas, esse prodigioso Eustasio Rivera, que de lá nos trouxe as páginas dolorosas de “La Voragine”.

Há, ainda, interessantíssimo, o capítulo sôbre o jacaré, escorregadio, perverso, feróz, — caçado, porém, com astúcia perfeita, pelo servícola; o capítulo sôbre o ouro dos Incas; o capítulo especial sôbre a castanheira; o capítulo sôbre a cheia amazonica, espetaculo impressionante de devastação, quando passam, sôbre as águas, as formosas ilhotas de canarana, “povoadas de feras e de passaros, em estranha promiscuidade, emigrando suavemente rio afóra...” (pág.

165); o capítulo sobre as fronteiras; o capítulo sobre a borracha, com referências históricas e econômicas, com o relato dos processos de aproveitamento, com a sua fase catastrófica sem precedentes na história econômica do Brasil, a borracha fator de enriquecimento e de tragédias; e há o Baixo Rio Branco, há Manáus, e há a pesca do pirarucú e do peixe-boi no dorso das “montarias”...

“À margem do Amazonas” testemunha, mais uma vez, a impregnação, do autor, do complexo cultural amazonico, — fiel observador de sua humanidade e de sua natureza. O livro é escrito com certa grandiloquência, com frequentes recursos às maiúsculas para palavras como Vida, Grandeza, Força, (pág. 29). O poeta que havia em Aurélio jamais esteve ausente das páginas desse livro e surge, em imagens, evocações, descrições, como aquela de certos “rios d’sertos”... “rios de solidão tão impressionante, tão profunda, tão despropositada”... “que dão a idéia viva do fim do mundo”... (pág. 205).

É um espetáculo soberbo, por exemplo, a descrição do permanente duelo entre o caboclo e o jacaré, a que já aludi, postas frente à frente a ferocidade do bicho e a astúcia do nativo. De resto, toda a província hiléiana, nas suas manifestações de vida e movimento, constitui-lhe algo de extraordinário. “A Amazonia esgota, no homem, a capacidade de emoções”, concluirá (pág. 26).

### O ÚLTIMO LIVRO: “EM BUSCA DO OURO”

A Amazonia, que lhe marcaria o destino para sempre, tornado esse pobre homem de São José de Mipibú, como gostaria talvez de chamar-se, à semelhança do seu mestre admirável de Póvoa de Varzim, um interprete do vale prodigioso, dar-lhe-ia um último livro: o romance “Em busca do ouro”, (Editora S. A. A Noite, Rio, 1938).

Ainda aí a ficção será motivo para observações sobre gentes, coisas e costumes, para longas páginas descritivas do ambiente. Confessa Duhamel que as experiências de sua vida alimentam, sustentam, animam as suas histórias. Eis o que sucedeu com Aurélio Pinheiro. Contém o romance certos convencionalismos das personagens e de próprios trechos do enredo. Mas são largamente superados pelas virtudes do paisagista e cenarista.

Temas já abordados voltam a obter novo tratamento: assim, as lendas do ouro amazonico; o drama do nordestino, atirado para ali como um residuo humano, desamparado pelos governos, aniquilando-se de febre pelos desvãos das florestas; a fascinação do escritor, pelos rios, condicionadores, como a floresta, do meio economico e social, e delimitando regiões inteiras como o Abunã; o contraste entre o Rio Negro e o Solimões: — “. . .o Solimões, impetuoso, barrento, encrespado, arrojando à fóz a enormidade das suas águas, as suas

ilhas de canarana, galhadas secas como espectros boiando na correnteza. O Rio Negro, calmo, lustroso, escuro, opondo àquela furiosa investida a formidável resistência da sua grandeza”. — As terras do Solimões, “baixas, atravessadas de igarapés, de *furos*, de paranás, com os barrancos a pique, pardos, quebradiços, sustentando na sua fragilidade de *terra caída* uma vegetação adventícia de *ueranas e embaúbas*. As do Rio Negro, até a distante costa do Tabocal, altas, pedregosas, multicôres, estendendo aqui e ali pitorescas brancuras de praias” (pág. 97); as lendas dos *paranás*; o avanço ousado até às cabeceiras dos rios; e tudo naquela sua linguagem vigorosa, plástica, cheia de energia e sabor nativos.

O estudioso, o observador de “Á margem do Amazonas” ressurge, portanto, no volume. Ocorre-me esta transcrição: — “O alto Aripunã, o alto Sucundury, o alto Gy-paraná — as cabeceiras todas desses rios que desaguam na margem direita do Madeira, se encontram nos últimos desdobramentos do planalto matogrossense. Há uma verídica, inconfundível diferença geológica entre esse fim de planalto e o baixo Madeira, num espaço de dois gráus apenas. Ao passo que nesse término do massiço de Mato Grosso se observam os traços do período paleozoico, no outro, se nota essa feição de toda a planície atravessando o período quaternário, com as suas camadas de aluvião compostas de argila, de resíduos de mica e de arenitos, dissolvendo-se e reconstruindo-se sob a ação das correntes fluviais”. Impressionante, sem dúvida, o contraste das duas terras, — “uma talvez a mais velha de todo o Planeta, talvez já habitada há centenas de séculos, talvez tendo abrigado grandes raças e grandes civilizações. A outra — como afirmava Euclides da Cunha — certamente a mais nova do mundo, ainda indecisa, ainda sob ativas transformações, ainda com os pavores das terras *caídas* e das ilhas transitórias.

Na verdade, milhares, milhões de séculos separavam essas terras que se defrontam! Ainda não haviam corrido as águas do Amazonas e de todos os seus tributários: ainda do *Telhado do Mundo*, no pico andino de Vilcanota, onde nasceu o Grande Rio, não descera o primeiro fio d’água; ainda todo o Vale era um deserto lacustre e horrendo povoado de monstros — e já o massiço de Mato Grosso ostentava a sua crôsta milenária” (págs. 21 e 22).

Já vimos, várias vezes, o poder de sugestão do paisagista. Insistamos, em mais êste trecho: “A Jacy” cortava serena e velóz as águas quietas do Madeirinha. A lua fulgia no alto entre cirrus que se desfaziam. Sôbre os barrancos erguia-se a floresta negra e alta, e da escuridão das frondes partiam gritos, uivos, assobios, numa confusa, misteriosa ressonância. Na embocadura de um lago fosforeavam olhos ferozes de jacarés, espreitando os peixes que deixavam a prisão lacustre e fugiam para as águas correntes. E um rumor de luta, de desespero, de furia, agitava, revolvia a água profunda. Aqui

e além, nos claros da margem, apareciam contornos de barracas, fechadas, tristonhas, perdidas, com o tecto de palha branquejando” (pág. 136). Ou então: — “Da floresta escura partiam de vez em quando vozes estranhas de animais notívagos. O Sucunday corria sinuoso e profundo entre os altos barrancos, os *igapós* e as varzeas das suas margens desertas. A cachoeira do *Biribá* parecia abrandar o largo rumor, e jorrava as águas numa cadencia sonora. E a noite amazonica, toda cheia de fascinação, toda fecunda no mistério das lendas, toda povoada de Iáras encantadoras, de Mapinguaris invencíveis, de Boiunas montruosas — desdobrava-se na solidão da floresta ressoante e tenebrosa” (págs. 172/173).

O nucleo do romance é a aventura de um pequeno grupo, avançando através dos rios e das florestas, à procura de um rico filão de ouro, cuja existência, no alto Sucunday, fôra denunciada por um velho índio mundurucú. Naturalmente essas personagens têm destinos, que o romancista fixa devidamente.

“Em busca do ouro” guarda, contudo, ângulos de um romance de tésé, construído sob determinada tendência, no caso, a condenação à hipertrofia do seringalismo, que faz desprezar tôdas as outras imensas riquezas do vale amazonico, e, ao lado disso, acendendo ambições desvairadas, imolando vitimas sem conta.

Ouçamos este dialogo, em que inicialmente fala a personagem Pedro Mariano:

— “O *Tupana*, ou antes o *Tupan-paraná* — rio de Deus — é talvez o rio mais triste do Amazonas, e talvez o mais rico. Há de tudo nas suas florestas, desde a copaiba, desde o cravo, desde os castanhais incomparáveis, até essa tentadora seringueira, que tem sido o nosso mal.

— O nosso mal? Exclamava Luís Negreiros, estupefacto. Não compreendo. . .

— Todo o mal! Continuava Pedro Mariano. Foi a seringueira que nos fêz esquecer as riquezas do Vale. Foi ela que nos tornou loucamente perdularios. Por êla se têm derramado toneladas de sangue humano; por ela se encheram de cruzes todos os barrancos; por ela se têm cometido infamias inauditas. Aí está: tudo desprezado, tudo inulto, tudo deserto como este rio, porque essa maldita seringueira absorveu tôdas as energias da raça!

Realmente — dizia o Agronomo, pensativo, — parece que Você tem razão. A seringueira absorveu tudo. É uma calamidade!

— É um castigo! Castigo que não tardará. A seringueira é o carrasco das outras industrias, o mais funesto impecilho ao progresso da terra. A salvação do Amazonas dependerá da morte dessa árvore. E no dia em que desaparecer a última seringueira, começará, então, aqui uma vida nova e grandiosa” (págs. 138/139/140).

A caravana não encontra o ouro desejado, ao final da viagem.

Era mica, eram laminas de malacacheta dourada, era êsse pobre aluminato de potássio. Enganara-se o índio velho. Um caúchal imenso, porém, ali se encontrava, naquelas paragens remotas, esperando braços de homens que colhessem a riqueza do seu *latex*. E é quando Luís Negreiros volta a falar:

— “A riqueza do Amazonas, meus amigos, está, estará por muitos anos na sua floresta, nas suas árvores! Nessa aventura em que nos encontramos, vi, observei, senti a força desse destino da minha terra. Essa fortuna aí está; Belmonte viu-a também. É fácil e é prodigiosa!” (pág. 253).

Essa, em suma, a lição que nos transmite a última obra do escritor. Lição de otimismo, de clarividência, de energia.

—oOo—

Este, — senhores acadêmicos e meus senhores, — e tanto quanto me foi possível tentar recompôr e estudar, o itinerário humano e intelectual de Aurélio Pinheiro.

É uma vida intensa, inclusive psicológica e espiritualmente, resultando numa profunda e compreensiva experiência, transmitida pelos seus livros e seus trabalhos literários de generos diversos.

Estou certo, contudo, de que além dos limites até onde puderam e conseguiram alcançar as minhas pesquisas e as minhas possibilidades de interpretação e comentário, — muita cousa fundamental resta ainda a ser acentuada, em honra do seu nome e da sua própria terra natal. Continuarei nessa tarefa de estudo, nessa busca de sua produção dispersa, — para novas oportunidades de ocupar-me de sua pessoa e de sua obra, — na concretização do desejado levantamento total do mapa do seu território humano.

Permita-se-me, agora, afinal, externar a íntima satisfação de ser saudado, neste ensejo, pela palavra do acadêmico Edgar Barbosa.

Companheiro de geração, de literatura e de jornal, é êle, certamente, entre nós, o contemporâneo para o qual se volta, da maneira mais viva e permanentemente renovada, a minha simpatia intelectual. Em nossa história literária provinciana, imagino que ninguém já passou, ou passa ainda, seguindo, de perto as pegadas impressas no terreno pela prosa admirável de mestre Henrique Castriano, com u’a magia de estilo, uma graça vibratil e luminosa de expressão, um maior encanto de sugestão vocabular, — como os que constituem a marca de sua arte de escritor.

Alquimista de um surpreendente laboratório fáustico, onde manipula, com o sortilégio de fórmulas e sínteses perfeitas, imagens do tempo, sempre contagiantes, ainda quando esse rótulo não as distingue, pelo colorido e pela palpação, — tais manifestações de sua clara inteligência são, nas letras de nossa terra, uma daquelas “things of beauty”, de que fala o poeta, uma das fontes da nossa emoção, um dos motivos da nossa alegria.

## POESIA E AVENTURA

**Palavras de saudação, em nome da Academia Norte-Rio-grandense de Letras, a 22 de dezembro de 1949, na solenidade da posse do titular da cadeira Aurélio Pinheiro.**

Sr. Américo de Oliveira Costa: —

Não sois um viandante que por acaso nos chegasse, sob a calma da noite, batendo à porta com as mãos vazias. Trazeis para este cenáculo as honras e os lauréis da bela viagem que, desde a adolescência, empreendestes pelo país das letras, em cujas praias ensolaradas desfraldastes as velas do vosso barco, cheio da determinação aventureira de um jovem marinheiro.

Poesia e Aventura — eis a eterna canção dos exilados nessa ilha áspera e pagã. A língua geral não é a vossa, não são do vosso figurino mental os usos e costumes dessa época que se assemelha singularmente ao ciclo das especiarias, ao engôdo das expedições à Índia, da conquista, a ferro e fogo, das essências exquísitas.

Notam-se em quase todos os moços aquelas constantes negativas já consagradas no testemunho insuspeito do poeta Lêdo Ivo: — “O narcisismo, o desespero de ter chegado tarde a um mundo já caduco, a fidelidade intelectual a um passado que eles não conheceram, uma perversão psicológica que os leva a não acreditar nas revoluções nem políticas nem literárias, uma fome de disciplina, uma atração perturbadora pelo misticismo inconsequente e acomodatório, pelas filosofias do nada e da morte; uma vocação aristocrática para apreciar na literatura apenas a obra dos perfumistas, e não o exemplo mais simpático dos jardineiros, que conhecem os caprichos da terra e as possibilidades das plantas e das flôres” . . .

Dai porque não viestes, no dia em que envergais simbolicamente o fardão acadêmico, encasulado nas galas e resplendores de um novo Marco Polo, Desmentis a toda hora o velho aforismo segundo o qual a arte é longa e a vida breve. E isso porque perlustrais os domínios da estética e percorreis a cidade dos livros mais como um peregrino do que como um turista, desde que a arte e a literatura não vos foram nunca simples instrumento de recreação.

No jornal, no ensaio e na crítica, foi sobretudo como crítico que vos tornastes um nobre da melhor estirpe, manejando êsse espírito de admirável penetração na obra do Autor, tão bem interceptado por Tristão de Ataíde em julgamento que honra o vosso passaporte intelectual. Essa “virtú” rara e sobrio, a adquiristes no sereno amor da inteligência latina, ao convívio daquela França pela qual combastes, ainda há poucos anos, tão ardente e firme como um voluntário bretão.

De nada têm que nos incriminar nem os russos, nem os ingleses, nem os norte-americanos de hoje. Voltamo-nos para ela em nossa primeira manhã sentimental, continua a ser a pátria inatingível da nossa mais ingênua e remota saudade.

Vosso primeiro ponto de contáto com a insatisfação e o tumulto foi a banca de redação de jornal que é sempre — ai de nós! — a verdadeira porta aonde vamos encontrar o mundo. Mas alí vos esperava a sombra afetuosa do velho Sylvestre Bonnard, para ensinar-vos, mais do que “a austérea alegria do sacrifício”, a serenidade da permanência no plano terrestre, em meio á selvageria dos rochedos e à inconstância das ondas do mar social.

Não é em vós nem o crônista mundano da primeira fase, nem o artifice de paradoxos da quadra acadêmica, nem o reporter do último conflito internacional, que importa fixar. Ainda é na crítica que a vossa personalidade espiritual nos oferece complexidades fascinantes, em que triunfam, graças ao sígno de poesia que é o talismã que não podeis esconder, uma grande ternura, um desestudado abraço de solidariedade humana.

—oOo—

Por tudo isso, sr. Américo de Oliveira Costa, é que na história da nossa literatura sereis o viajante, o homem cosmopolita, cujo espírito afetuoso e indulgente admite e respeita os mais estranhos dogmas e se debruça com amavel simpatia sôbre tôdas as arquiteturas. Nem por inocência se lembrará alguém de pôr em dúvida vosso amor à Província, a esta nossa pobre e querida Penelope de vaqueiros e de pescadores; pois, ao contrário de Ulisses, não haverá mais linda viagem do que a que fazeis retornando à sua heroica humildade e ao seu comovente desamparo.

—oOo—

E por quanto mar gelado navegastes, desde os princípios de vossa derrota! Vem-me esta palavra também com o outro sentido que lhe emprestarão os que ignoram ou se esqueceram, no espaço de uma manhã, de que fôstes o responsável pela eclosão do movimento literário de Mossoró nos anos de 38 e 39; de que declinastes, certa

vez, convite para um pôsto jornalístico dos mais eminentes e ambicionados na imprensa do Rio de Janeiro; e de que, se fosseis capaz de armar cenários ao vosso talento no mundanismo frívolo das letras, serieis da mais alta companhia de escritores metropolitanos, para muitos dos quais a província, quase sempre, é um burgo pôdre e um protetorado intelectual.

Derrotado, vencido, não vos dói o crisma em que apenas confirmar-se-á o vosso pecado de intemperança com a gleba vampirica. Derrotados, em termos, porque aqui somos nós que a possuímos dolorosamente, à maneira do pintor que, as mãos em sangue, o corpo mutilado, eternizava a gloria virgem do Eden, o amanhecer do Paraiso.

Direis como o poeta: — “Pátria do meu desejo, a ti me entrego; matem-me os olhos, mas que eu fique cêgo — com a tua sombra nas pupílas mortas”.

Sr. Américo de Oliveira Costa: —

Estou certo de que também este foi o desterro e a glória do vosso Aurélio Pinheiro, vosso porque acabais de reintegrá-lo na terra que ele sempre amou. Ouvistes-lhe, como um seu irmão, o apêlo longinquo, e vos apressastes, devotadamente, em seu regresso. Vim aqui, em nome da Academia, menos para saudar-vos do que para invejá-lo, desde que nesta noite, pela vossa fé, ele redescobriu a sua alma.

1850

... e ...

... e ...

... e ...

## AMARO CAVALCANTI E JUVENAL LAMARTINE (\*)

VERÍSSIMO DE MELO

Quis talvez o acaso, por uma ironia, que o menos experiente de todos vós, srs. acadêmicos, tivesse um dia a honra de ocupar a cadeira do patrono insigne, que é Amaro Cavalcanti, um dos mais altos de todos que ilustram a nossa galeria, pela sua projeção excepcional na vida política e jurídica do Brasil. Cadeira que teve como primeiro ocupante a figura nobre de Juvenal Lamartine de Faria, outro vulto de flamante irradiação nacional, cuja presença física, nesta casa, ainda não de todo se apagou, não apenas pelo seu recente desaparecimento, mas sobretudo pelo calor que a sua personalidade emprestava às reuniões da Academia Norte-Riograndense de Letras.

Grande é a minha responsabilidade em substituir simbólicamente, neste cenáculo, aqueles que em realidade são insubstituíveis pela magnitude dos seus espíritos. Os traços de ouro que assinalam a passagem desses dois norte-riograndenses em nossa História são tão vivos que me ofuscam e aturdem.

Todavia, sabemos todos que não somente de astros de primeira grandeza estão povoadas as constelações. Ao lado daqueles planetas maiores, daqueles sois gigantescos e fulgurantes, há também pequenos e buliçosos asteroides, insignificantes pelo seu tamanho, mas certamente necessários ao colorido e desenho das noites estreladas.

Aqui estou exatamente nessa condição humilde, procurando lembrar e enaltecer os dois grandes expoentes da nossa casa e da cultura norte-riograndense, que são Amaro Cavalcanti e Juvenal Lamartine de Faria.

---

(\*) Discurso de posse, na Cadeira n.º 14, da Academia Norte-Riograndense Letras, no dia 30 de Julho de 1957.

## AMARO CAVALCANTI

O meu patrono, Amaro Cavalcanti, provém de origem modesta. “A maior figura intelectual do Rio Grande do Norte em todos os tempos”, na expressão de Juvenal Lamartine de Faria, nasceu a 15 de agosto de 1849, na fazenda “Logradouro”, município de Caicó.

Amaro Soares Cavalcanti de Brito, professor primário, e d. Ana de Barros Cavalcanti foram seus pais. Teve Amaro como único irmão varão a João Maria Cavalcanti, o Padre João Maria, o santo sacerdote João Maria do nosso povo, ainda hoje e sempre venerado em praça pública.

Amaro Cavalcanti — salientava Juvenal Lamartine de Faria, com outras palavras — era a tenacidade no estudo, o amor à cultura, a energia humana a serviço das causas da Justiça e da Pátria. João Maria era a virtude, o amor aos humildes e a Deus, o que sabia praticar o bem pela compensação do próprio bem.

O menino paupérrimo, que foi Amaro Cavalcanti, estava, entretanto, apontado pelo destino a exercer papel relevante na vida pública do país. Estudando latim em livro emprestado pelos seus colegas, em Caicó, inicia a sua atividade como empregado no comércio naquela cidade seridoense. Cêdo, porém, abandona aquele trabalho, mas aproveita todo o seu tempo para estudar línguas e ciências sociais.

A notícia de um concurso de retórica na cidade de São Luis do Maranhão leva-o até àquela capital, onde se inscreve e obtem honroso primeiro lugar. Todavia, não foi nomeado. Já havia preterições injustas nesse tempo e o segundo colocado foi o nomeado pelo presidente da Província. Amaro regressa a Natal. De passagem, pelo Ceará, vai assistir à ordenação do seu mano, o Padre João Maria. Aí soube de outro concurso para a cadeira de latim, em Baturité. Aproveita a oportunidade e inscreve-se, conquistando outro primeiro lugar. Finalmente, é nomeado. Passa então quatro anos naquela cidade, lecionando, fazendo advocacia, como provisionado, e economizando dez mil réis mensais dos seus vencimentos de sessenta mil réis, afim-de realizar o grande sonho de sua vida, que era uma viagem ao estrangeiro. Durante esse período em Baturité escreveu Amaro o seu primeiro livro, intitulado “Religião”.

Em 1877 empreende a sua viagem à Europa. De lá se dirige aos Estados Unidos, onde se matricula na Albany Law School, em New York, formando-se, anos depois, em direito, defendendo tese e conquistando, como sempre, o primeiro lugar na sua turma, entre cinquenta e oito colegas, no ano de 1881. Essa vitória lhe dava, logo depois, o título de “Counsellor at Law”, conferido pela Côrte Suprema dos Estados Unidos.

De volta ao Brasil, exerce os cargos de diretor do Liceu de Fortaleza e inspetor de Instrução Pública na capital cearense. A convite de Leão Veloso, ministro do Império, em 1886, participa de uma congresso de instrução, no Rio, onde defende brilhante tese sob o título de “Ensino moral e religioso nas escolas públicas”. Um ano depois, inscreve-se no concurso para a cadeira de latim do Colégio Pedro II, concurso presidido pelo próprio Imperador, e já sabeis qual foi o resultado. Ainda e sempre obtém Amaro o primeiro lugar e logo foi nomeado. As suas atividades pedagógicas, porém, seriam encerrados pouco depois, com o seu ingresso na vida política brasileira, no mesmo ano. Eleito deputado à Assembléia Geral Legislativa, pelo 2.º Distrito do Ceará, foi contudo depurada a sua eleição, voltando ao Rio, para se dedicar à advocacia e à imprensa, fazendo então a propaganda da República.

Após a vitória do regime republicano, Amaro Cavalcanti foi eleito senador, pelo Rio Grande do Norte, ao primeiro Congresso Constituinte. Destacou-se então como um dos mais cultos elaboradores da Constituição de 1891. Desempenhou a seguir importante missão diplomática no Paraguai, a convite do Marechal Floriano Peixoto, revelando outro aspecto do seu talento. Em retribuição ao bom êxito de sua missão, o Marechal ofereceu-lhe as legações de Buenos Aires e Viena, mas ele recusa as distinções. A diplomacia não o atraía. Volta ao parlamento em 1896, como deputado federal pelo Rio Grande do Norte, mas não chegou a se empossar, por ter sido nomeado Ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo dr. Manuel Vitorino, continuando no alto posto no govêrno do presidente Prudente de Moraes. Serviu depois com o Barão do Rio Branco, exercendo o cargo de Consultor Jurídico do Ministério do Exterior, de onde saiu para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal, por nomeação do presidente Rodrigues Alves, e aí se conservou até a sua aposentadoria, em 1914. Todavia, não cessaram as suas atividades. Fundou a Sociedade Brasileira de Direito Internacional e tomou parte, como delegado do Brasil, em 1915, na Conferência Pan-americana de Washington. Ocupou a seguir o cargo de Prefeito do Distrito Federal. Em 1918, foi nomeado membro do Tribunal Arbitral de Haia e logo depois Ministro da Fazenda, ocupando, interinamente, a pasta da Justiça, ainda no Govêrno do presidente Rodrigues Alves.

Depois da morte de uma sua filha, de tal modo ficou abalada a sua saúde que, no dia 28 de janeiro de 1922, quando conversava numa cadeira, com seus familiares, teve morte instantânea.

Juvenal Lamartine de Faria relaciona para mais de quarenta livros de autoria de Amaro Cavalcanti, vários escritos em inglês e francês. Duas obras suas, entretanto, se destacam pela importância e atualidade: “Regime Federativo” e “Responsabilidade Civil do

Estado”, consideradas clássicas na nossa literatura jurídica. Recentemente, foi o segundo desses livros reeditado.

Com esses breves traços da vida e da obra de Amaro Cavalcanti, rendo a minha homenagem de saudade, respeito e profunda admiração à sua memória, que é e será sempre digna da nossa maior veneração.

### JUVENAL LAMARTINE DE FARIA

A Juvenal Lamartine de Faria, a quem tenho a honra de substituir nesta cadeira n.º 14 da Academia Norte-Riograndense de Letras, como evocá-lo neste momento de tão pura e rara emoção? Como fixá-lo, neste instante de saudade, aos olhos e à lembrança de tantos dos seus companheiros e admiradores, que muito melhor do que eu o conheceram? Que com ele conviveram de perto, ouvindo os seus ensinamentos e colhendo os frutos da experiência de uma vida altamente útil para a nossa terra?

Recordo-me do primeiro dia em que ouvi, insistentemente, pronunciar o nome de Juvenal Lamartine de Faria. Foi em Natal de minha infância. Eu era um menino de nove anos de idade, quando rebentou a revolução de 1930. O espetáculo da multidão em passeata pelas ruas, gritando e dirigindo insultos ao seu nome, naquela manhã de sol em que muitos agitavam lenços vermelhos e vivavam a João Pessoa, Juarez Távora e Getúlio Vargas, tudo aquilo me deixou funda marca no espírito. Lembro-me até do ridículo enterro simbólico que lhe fizeram e que passou aos trambolhões pela rua, perante a minha estupefação de menino.

Certo que eu nada compreendi naquele dia e em muitos outros que se seguiram. Ouvia falar que o Governador deposto fugira num navio e que esse homem vilipendiado, caluniado, injuriado, se chamava Juvenal Lamartine de Faria.

Vitoriara, afinal, em todo o país a Revolução de 30. Passara a nação por um período de transição e de agitação que sacudira todos os alicerces da velha República. Pouco a pouco, os espíritos serenaram e as instituições voltaram ao trabalho normal de engrandecimento da nacionalidade. Correram os anos. Um dia, regressa Juvenal Lamartine de Faria do seu exílio, em Paris. Eu o vejo, então, pela primeira vez, na av. Tavares de Lira, cercado de amigos e admiradores. Alto, elegante, extremamente cordial para com todos que dele se aproximavam, falando baixo e tranquilamente, confesso que tive uma tremenda surpresa quando o comparara mentalmente com aquele outro que a minha imaginação pintara, através as informações que os seus inimigos políticos espalharam por todo o Estado e até pelo país inteiro.

O seu govêrno de dois anos e nove meses — logo me convenci — estava pontilhado de realizações progressistas para a época. Algumas de suas conquistas no campo jurídico seriam glórias para o nosso Estado e até para o Brasil, como o direito ao voto feminino, que ele introduziu no Rio Grande do Norte em primeiro lugar no continente sul-americano. A aplicação no Código Civil Brasileiro da doutrina alemã dos direitos subjetivos da posse foi outra iniciativa sua que mereceu justos e consagradores elogios de Clovis Bevilacqua. A substituição da cadeira de Filosofia pela de Introdução à Ciência do Direito nos cursos jurídicos também foi idéia sua. E só esses trabalhos já garantiriam a imortalidade do seu nome na história do nosso Estado.

Entretanto, múltiplas e brilhantes eram as facetas do seu espírito. Era ele também o estudioso arguto dos nossos problemas econômicos e sociais. O jornalista esclarecido e de estilo objetivo e agradável. O político de atividade fecunda no parlamento da República. O administrador de idéias largas e avançadas, que iria abrir novos horizontes ao desenvolvimento da nossa terra. O pioneiro da campanha pela aviação comercial no Rio Grande do Norte e fundador do nosso Aéreo Clube. O semeador do progresso, o gentleman, o conversador amável e sóbrio, o homem de espírito lúcido e jovial. Enfim, Juvenal Lamartine de Faria era o conterrâneo eminente e de singular personalidade.

Homem de formação literária e cultural diversa da de Juvenal, embora acreditando que temos pontos de contatos na formação moral e cristã que recebemos de velhos e honrados troncos ancestrais, tento, todavia, nesta hora, interpretá-lo como à minha própria admiração ele surge e se agiganta, com as suas virtudes inumeráveis, sua vida em certos períodos tão agitada, mas sempre útil, sua obra valiosa de sociólogo e conhecer seguro dos problemas básicos da economia do Rio Grande do Norte.

—oOo—

No artigo “Tendências do Pensamento Norte-Riograndense”, publicado em “Bando”, n.º 1, vol. II, em 1951, Manoel Rodrigues de Melo chamava a atenção para um fenômeno curioso do Seridó em relação aos seus filhos mais ilustres. Ele demonstrava, através de nossa história, que os poetas e ficcionistas mais importantes do Rio Grande do Norte são todos nascidos na região litorânea, ao passo que os homens do Seridó se destacaram mais como juristas, economistas, políticos. E acrescentava: “A aridez do solo, exigindo do homem esforços inauditos para vencê-la e dominá-la na batalha pela vida, tornou o seridoense um homem cético em relação aos temas poéticos, olhando a vida pelo lado prático e realista e não pelos vidros multicôres da poesia e do sonho”.

Realmente, aos olhos de um visitante, não há região mais agressiva no Estado do que a do Seridó. Ali a vejeção é quase sempre rala e pobre, a não ser à margem dos seus açudes e fazendas. O sol naquela zona queima com o calor dos desertos. E, por toda parte, por onde o nosso olhar se estende, vemos apenas pedreiras sem fim, numa desolação que impressiona e amargura aos homens nascidos e criados à beira do Atlântico ou à margem dos vales litorâneos. Por isso concordamos com a tese esposada inicialmente por Manoel Rodrigues de Melo e que foi confirmada e secundada por José Augusto Bezerra de Medeiros no seu livro “Seridó” e por Juvenal Lamartine de Faria em artigos divulgados pela “Tribuna do Norte”.

Lembro ainda, sobre a região que seria o berço do nosso ilustre antecessor, um episódio quase anedótico e do qual foi protagonista o dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. Fazendo, uma vez, um discurso político, numa cidade seridoense, teve ele, ao perorar, uma metáfora que ficou famosa. Referindo-se àquela região adusta, com a sua costumeira eloquência, exclamava:

— Um dia, quem sabe?, estas pedras do Seridó poderão se transformar em pedras preciosas!

Não sabia êle que ali, realmente, vinte anos depois, se descobriria o maior celeiro de minérios do Estado e um dos maiores do Brasil!

—oOo—

Pois bem. Nessa região nascia a 9 de agosto de 1874 Juvenal Lamartine de Faria, na fazenda “Rolinha”, município de Serra Negra. Foi o primogênito do casal sr. Clemente Monteiro de Faria e d. Paulina Umbelina Monteiro de Faria, tradicional família sertaneja. Os seus oito irmãos foram Clementino, Lafayette, Nelson, Epitácio, Maria, Jovelina, Paulina e Ambrosina.

Seu genitor era agricultor e criador em Serra Negra, mas teve também atuação saliente na política daquele recanto do Seridó. Foi presidente da Intendência, deputado estadual e chefe político do seu burgo durante quarenta anos.

Da austeridade de sua educação, nos fala Juvenal em suas “Memórias”, ainda inéditas. Muito garoto ainda, era forçado a ouvir de joelhos, parte de uma novena muito longa na casa de seu avô paterno, logo depois da ceia.

Aprendeu as primeiras letras com o seu genitor, mas o seu primeiro professor foi Antonio Carlos de Medeiros, que residia na antiga vila de Serra Negra. Em 1890, seu pai mandou-o estudar francês e latim em Caicó, com o prof. Manoel Augusto Bezerra de Araujo. Hospedava-se na casa do velho mestre. Dessa época, ele próprio nos diz: “Fui um mau estudante, não só faltando às aulas como dando péssimas lições, pois não estudava”.

Em 1891, veio Juvenal estudar os preparatórios no Ateneu. Natal era a esse tempo uma pequena cidade, de menos de vinte mil habitantes. Em consequência, porém, de um atrito dos estudantes com o fiscal do Governo junto ao Ateneu, o antigo estabelecimento cerrou suas portas. Não podendo concluir os preparatórios em Natal, rumou Juvenal à cidade de João Pessoa, juntamente com o seu colega e amigo José Bernardo de Medeiros Junior, ali completando o curso.

Na sua infância, dois relevantes acontecimentos políticos teriam profunda e benéfica influência em sua formação: A abolição da escravatura e a proclamação da República.

Adolescente ainda, antes de ingressar na Faculdade de Direito do Recife, Juvenal já se aproximava dos políticos natalenses. Era uma destinação irrefreável. Uma reminiscência interessante ele relata, em suas Memórias, desse período: Foi a deposição do dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro, Governador do Estado. Almeida Castro aderira ao golpe de estado do general Deodoro da Fonseca, rompendo com Pedro Velho e o cel. José Bernardo. Deposto Deodoro, Floriano Peixoto mandou depôr todos os governadores que permaneceram fiéis ao seu antecessor. Na redação de "A República" encontraram-se Pedro Velho, o senador José Bernardo, Augusto Severo e numeroso grupo de políticos. Juvenal assistiu à reunião e nos diz que de lá saíram todos em direção ao Palácio do Governo, que ficava na rua do Comércio, a fim de depôr Almeida Castro. Ao penetrar a multidão naquela artéria, estava o governador na janela, com pessoas de sua família. Em baixo, na rua, formada, estava a Polícia, sob o comando do capitão Machado. Almeida Castro ergueu a mão e mandou que o povo parasse. Mas, ninguém o atendeu. Puxou o governador o seu revólver, mas o seu filho, ao lado, o arrebatou das mãos. Desesperado, debruça-se na varanda e manda o capitão Machado atirar contra o povo. O capitão não o atende e ele grita: "Fogo, capitão de. . . O capitão Miguel Seabra, que acompanhava Pedro Velho, desarma o comandante da Polícia e assume o comando. Enquanto isso, Almeida Castro desce a escada até o meio e aguarda o pessoal. Pedro Velho o intima, em nome do povo, a deixar o Governo, mas ele retruca: "Esse povinho não representa o Rio Grande do Norte e daqui não saio!" O capitão dos Portos, um velho de barba branca e respeitável, intima-o também em nome da Marinha, mas Almeida Castro debocha do velho e manda que ele vá prá casa, se tratar. Mas tarde, foi o Palácio cercado por uma companhia do Exército e o governador, afinal, deposto e prêso.

Voltemos, contudo, ao itinerário da vida de Juvenal Lamarine de Faria. Numa época de grandes agitações de idéias, matricula-se na Faculdade de Direito do Recife, que naquele tempo se chamava Academia de Direito do Recife. Era professor alí, entre outros vultos notáveis da época, o dr. Clovis Bevilacqua, o discípulo

amado de Tobias Barreto. Juvenal acompanhou de perto a virulenta política pernambucana e fez um jornalzinho na escola, colaborando noutros. Em 1897 concluiu o seu curso jurídico com as melhores notas de sua turma e obtendo, porisso, um prêmio de viagem à Europa, do qual não se utilizou. Por unanimidade, foi eleito orador de sua turma.

Regressando a Natal, exerce as funções de vice-diretor do Ateneu e redator de "A República", juntamente com Manoel Dantas e Alberto Maranhão.

Criada a comarca de Acarí, foi ele nomeado seu primeiro juiz de Direito pelo então governador Joaquim Ferreira Chaves. Instalada a comarca no dia 1.º de setembro, no mesmo mês, no dia 14, ele se casava com d. Silvina Bezerra de Araujo Galvão, filha mais moça do cel. Silvino Bezerra. Do seu casamento, teve o casal onze filhos: Olavo, o mais velho, considerado hoje merecidamente como o chefe da família Lamartine de Faria; Clovis, (o primeiro Clovis morreu com poucos meses de idade), o segundo é vivo; Otávio, que foi assassinado barbaramente a 13 de fevereiro de 1935; Silvino, Oswaldo, Olga, Maria de Lourdes, Jurací, Paulina e Elza, esta última falecida a 12 de setembro de 1935. Em sua Memórias, ele declara, a propósito, que o ano de 1935 foi o mais desgraçado de sua vida: Em sete meses, perdeu dois filhos queridos: Uma filha, Elza, em consequência de uma moléstia; e Otávio, assassinado traiçoeiramente, no governo Mário Câmara, por um grupo da Polícia, em sua própria fazenda. Sobre a morte de Otávio ele escreveu: "Nunca pensei puder resistir a tão profundo e cruel golpe, pois o meu filho era um dos valores novos do Rio Grande do Norte e o único crime que tinha era o de acompanhar, na política, o seu primo dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. Gosava, porém, de um largo e legítimo prestígio no município do Acarí, onde o povo o estimava e seguia a sua orientação. Era um técnico de real valor, tendo feito um curso de aperfeiçoamento na América do Norte e com uma orientação segura dos nossos problemas agro-pecuários".

Nomeado juiz de Acarí, desenvolveu Juvenal Lamartine de Faria estafante atividade. Substituía sempre outros juizes e as viagens eram feitas a cavalo. Assim mesmo, cumpriu rigorosamente as suas obrigações e estudou bastante para resolver as várias questões que teria de julgar.

Por indicação do dr. Pedro Velho, foi eleito vice-governador do Estado, em 1903, sendo governador o dr. Augusto Tavares de Lira.

Um ano depois, percorre quase todo o Estado, em companhia do engenheiro Sampaio Correia, afim-de estudar as obras de maior urgência para combater a sêca. De volta dessa excursão, Pedro Velho manda-o chamar e pede-lhe que faça uma petição requerendo demissão do cargo de juiz de direito e renunciando à vice-governadoria.

Juvenal, sem saber o motivo, obedeceu-o incontinentemente. A demissão e renúncia, soube depois, — tinham a finalidade de desincompatibilizá-lo para pleitear uma das cadeiras de deputado federal. Foi o começo de sua fecunda atividade política na representação federal do Estado.

De sua formação intelectual até esse período, além de sua vida na Faculdade, no Recife, ele nos fala com carinho dos livros que lia quando juiz no Acari, no sossego de sua fazenda Ingá. Aí familiarizou-se com D'Anunzio, Renan, Herculano, Eça de Queiroz e muitos outros.

—oOo—

Em 1906, Juvenal Lamartine de Faria foi eleito deputado federal, sob a legenda do Partido Republicano, início de uma atividade parlamentar que se estenderia da 6a. à 13a. legislaturas, isto é, daquele ano até 1926, sucessivamente. No ano seguinte, 1927, foi eleito para o Senado Federal, renunciando o mandato em 1929, por ter sido eleito presidente do Estado.

Em suas Memórias, por modestia, ele diz que foi sempre um membro medíocre do parlamento, ocupando poucas vezes a tribuna, pois acrescenta que não tinha inclinação para falar em público.

Fez parte, porém, de importantes comissões na Câmara de Deputados. Entre os muitos projetos que relatou, destacamos o do voto feminino e o da questão do Amazonas e Acre. Este último parecer, antes de ser lido na comissão, fôra aprovado pelo Conselheiro Rui Barbosa.

Da tribuna da Câmara, Juvenal defendeu também a questão do sal no Rio Grande do Norte, quando os comerciantes do sul pleiteavam a entrada livre do sal estrangeiro no país, sob a alegação de que o nosso produto não dava para atender às necessidades do consumo nacional. Seu ponto de vista foi o vitorioso.

Em conferências públicas e da tribuna da Câmara fez igualmente a defesa do nosso algodão de fibra longa.

Teve relevante atuação nas discussões das verbas votadas para atender aos trabalhos de combate à seca, em 1915.

O projeto de lei que pleiteava a criação de estações experimentais do algodão e do Instituto Agrícola foi apresentado e defendido por ele.

Revelou-se jurista do melhor quilate, tão grande quanto um Amaro Cavalcanti, no parecer que emitiu sobre a pretendida intervenção federal no Estado do Rio, providência que só iria beneficiar a situação política do dr. Artur Bernardes. Opinião contrariamente à medida, com fundamento na doutrina e na lei, num estudo julgado hoje definitivo sobre a espécie.

No Senado, apresentou projeto criando uma base internacional aérea em Natal, com uma secundária na ilha de Fernando Noronha

e um farol no Rochêdo São Pedro e São Paulo. Já naquela época êle vislumbrava a importância estratégica da nossa posição geográfica.

O interesse pela solução dos nossos problemas levava-o sempre a proferir conferências em congressos e exposições agrícolas, como a do algodão, no Rio de Janeiro, e o do milho, em Curitiba, abordando em todos eles aspectos palpitantes da vida agro-pecuária do nordeste e as possibilidades do nosso Estado.

—oOo—

Creio que daria estudo à parte o relato das figuras pinaculares da vida política e cultural do Brasil, com as quais Juvenal Lamartine de Faria convivera. Suas impressões sôbre vultos como Rui Barbosa, Pinheiro Machado, Quintino Bocayuva, o Visconde do Rio Branco, Epitácio Pessoa, Joaquim Murinho, Campos Sales, Nabuco, Silvio Romero, Clovis Bevilaqua, Euclides da Cunha e tantos outros estão anotadas em suas Memórias. Manteve relações pessoais com todos presidentes da República velha, com exceção do Marechal Deodoro, Floriano Peixoto e Prudente de Moraes. Da mesma forma, com a maioria dos ministros de Estado, junto aos quais solicitava benefícios para o Rio Grande do Norte.

De Rui Barbosa, por exemplo, oferece-nos Juvenal Lamartine de Faria esta impressão para mim surpreendente: “Rui Barbosa — escreveu êle — não era um conversador atraente, tais como Gastão da Cunha ou David Capista. Sua palestra não era entremeada, como a desses inteligentes mineiros, de frases relampejantes ou irônicas dos grandes conversadores. Mesmo na tribuna, sua eloquência só alcançava os mais altos remígios quando um aparte mais forte feria a sua sensibilidade exagerada”.

—oOo—

Estava Juvenal já no Senado, quando o seu nome foi lembrado para candidato ao govêrno do Rio Grande do Norte, sucedendo ao dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. E é ele próprio quem nos confessa: “Sabia que ia trocar a melhor posição da política nacional pelo pior lugar, — o mais incômodo, o mais cheio de responsabilidade e o mais ingrato — o de governador de um Estado pobre e pequeno.

Tendo em vista, porém, que o seu mandato vinha sendo renovado em várias legislaturas, não podia Juvenal recusar o convite. Mas, condicionou a aceitação do cargo a um programa de govêrno que iria apresentar ao eleitorado. É a sua plataforma de govêrno documento importante e que ainda hoje não perdeu a sua atualidade, tal a objetividade com que ali são expostos os nossos problemas e as suas soluções mais lógicas e urgentes. As questões mais sérias, para o desenvolvimento da nossa economia, estão ali esboçadas.

O seu programa de govêrno foi aprovado e êle eleito governador, assumindo o exercício no dia 1.º de janeiro de 1928. Nessa época, o orçamento do Estado atingia a uns dez mil contos, havendo déficits a pagar das administrações passadas.

Entendia Juvenal que era necessário fazer uma administração de poupança, economizando as rendas públicas, aplicando-as honestamente e sem agravar a população com novos impostos. Era preciso também fazer um reaparelhamento administrativo no Estado e escolher auxiliares competentes e honestos.

A revolução de 30 interrompeu, entretanto, a sua administração, que se auspiciava das melhores, pelas realizações que conseguiu ainda concretizar, graças também ao seu secretariado, onde se encontravam homens como um Varela Santiago, um Adauto da Câmara, um Omar O'Grady, Prefeito da Capital, e um Cristovam Dantas.

Na sua plataforma de govêrno, — para que se tenha uma idéia desses documento — Juvenal já se batia pela revalorização e exploração dos nossos vales úmidos; aceitava a teoria de que os impostos que gravam a produção devem ser antes substituídos por outros, como o territorial, mais equitativo e que fôrça a divisão e aproveitamento dos grandes latifúndios, quase sempre abandonados pelos seus proprietários. Preconizava o aumento da receita do Estado pelo desenvolvimento da nossa produção agrícola e industrial. Aconselhava aos criadores a introdução de bons reprodutores, seleção inteligente e cuidadosa pastagem. Sabia que o algodão era a grande fonte de lucro do nosso Estado e porisso pedia o aumento e melhoramento da produção.

No seu govêrno, logo nos cinco dias iniciais, a sua primeira medida foi a reforma do Tesouro do Estado, segundo o modelo do Rio e de grandes Estados como São Paulo e Minas Gerais. Tinha por objetivo simplificar a complicada burocracia de então. Examinou desde logo outros setores essenciais da administração, como o Banco do Rio Grande do Norte, aumentando o seu capital e salvando-o da quase falência em que se encontrava.

A repartição de água, transporte e luz elétrica, também passou por uma urgente reforma. Importou novos máquinas para êsse serviço público. Ouviu a opinião de juristas e técnicos e fez o contrato com a Cia. Fôrça e Luz, que ainda hoje vigora. Reformou a Imprensa Oficial, dotando-a de máquinas modernas. O problema educacional também não foi descurado. Criou novas escolas e intensificou o ensino público. Possibilitou a criação das dioceses de Caicó e Mossoró, — dois centros de educação de larga irradiação no interior do Estado, graças à doação de cem contos de réis em apólices da dívida do Estado, a juros de oito por cento, para a constituição dos seus patrimônios. Não fez empréstimos e nem aumentou impostos, tendo antes reduzido o imposto de exportação do açúcar e isentado a ex-

portação de cereais, legumes e frutas, auxiliando ainda a fundação de duas usinas de açúcar no Estado: A de "São Francisco", em Ceará-Mirim, e, através de empréstimo de cem contos em apólices do Estado, a instalação da usina "Estivas".

Construiu, na capital, a Recebedoria de Rendas, o edifício da Saúde Pública, demoliu o quartel velho da Polícia e edificou um outro prédio. Deixou quase concluído o edifício da Chefatura de Polícia e construiu as obras do Leprosário "São Francisco de Assis", deixando isolados mais de 90% dos doentes do mal de Hansen, recenseados no Rio Grande do Norte. Adquiriu o prédio onde até bem pouco funcionou o Departamento de Educação e os terrenos onde hoje estão o Banco do Rio Grande do Norte e a Associação Comercial. Construiu o estádio denominado "Juvenal Lamartine". Concluiu o antigo hospital de crianças, hoje Instituto de Proteção e Assistência à Infância, único no gênero no nordeste do país, naquela época. Calçou várias ruas e praças de Natal, em colaboração com a Prefeitura e valorizou e possibilitou o notável plano de urbanização da cidade, conhecido pela denominação de Plano Palumbo, iniciativa do seu prefeito, dr. Omar O'Grady. Construiu, de concreto, tôdas as pontes de estradas de rodagem de Natal ao Seridó. Criou mesas de rendas e grupos escolares. O Aéreo Clube de Natal foi uma das suas grandes realizações, inclusive a escola de pilotos. Foram abertos vintes campos de aterrissagem no interior, inaugurando pessoalmente todos êles e algumas vezes descendo até em campos de futebol. Mas, não só diretamente Juvenal, no seu govêrno, contribuiu para o progresso do Estado. Junto ao Govêrno Federal, pleiteou e obteve diversos melhoramentos, entre os quais os seguintes concluídos durante a sua administração: Nôvo edifício para a Alfândega de Natal; remodelação da Escola de Aprendizes Marinheiros; terminação das obras da Escola de Artífices, hoje Escola Industrial de Natal; obras no Porto de Natal e estudo do porto de Areia Branca; continuação da estrada de ferro de Mossoró até a cidade de Caraúbas; terminação do açude "Cruzeta; revisão dos açudes Itans, em Caicó, e "Morcêgo", em Augusto Severo, além de outras obras de menor vulto.

Recusou tôdas as propostas de empréstimos externos, que recebeu quando governava o Rio Grande do Norte, mas, assim mesmo, aumentou os vencimentos da magistratura, do professorado e reorganizou a Polícia do Estado. Combateu o banditismo que assolava o Rio Grande do Norte, através de providências policiais necessariamente enérgicas.

—oOo—

Duas iniciativas de Juvenal Lamartine de Faria, no seu Govêrno, tiveram, entretanto, repercussão nacional pelo seu ineditismo. A da viação aérea, — foi a primeira. Foi no Rio Grande do Norte

onde se fundou a primeira escola de aviação civil em todo o país. E antes de assumir o govêrno, Juvenal já se interessava para que a Cia. Latécoère viesse se estabelecer nesta capital, o primeiro ponto do Brasil que já recebia os serviços dos pequenos e rápidos navios que ligavam Natal a Dakar.

Ninguém desconhece que esses fatos influíram decisivamente para que se instalasse, no futuro, a importante Base Aérea de Paranamirim, que tantos serviços prestou às Nações Unidas, na última grande guerra.

O interêsse de Juvenal pela aviação vinha de longe, como êle próprio salienta. Foi um dos primeiros civis que no Rio subiram num avião para um vôo de experiência. A propósito, Romulo Wanderley, no discurso que pronunciou nesta Academia, no 30.º dia de sua morte, afirmava: “A sua ambição era dos espaços ilimitados, onde vôam as águias e os condores. Daí o seu encantamento pela aviação, sonho de tantos idealistas”.

Outra iniciativa culminante do seu govêrno foi a do voto feminino. Tendo sido relator do projeto que reconhecia os direitos políticos da mulher, êle possibilitou que o Rio Grande do Norte, entre todos os Estados de raça latina, fosse o primeiro a reconhecer esses direitos e a conceder à mulher o direito do voto. Foi o nosso Estado que alistou a primeira mulher eleitora no Brasil: D. Julia Barbosa. D. Alzira Soriano foi a primeira a candidatar-se e ser eleita prefeita do município de Lages. Em consequência, anos depois, a exma. sra. d. Maria do Céu Pereira Fernandes elegia-se a primeira deputado à Assembléia Legislativa Estadual.

Pela sua avançada iniciativa, foi Juvenal severamente criticado no país. Tempos depois, outros Estados e outros povos seguiam o seu exemplo. Em París, quando estive no exílio, foi êle homenageado por um grupo de senhoras da melhor sociedade francesa, pelo fato de ter sido o nosso Estado, por seu intermédio, o pioneiro do voto feminino e da concessão dos direitos políticos à mulher.

—oOo—

Juvenal deixou, ademais, preciosa e vasta colaboração em jornais e revistas deste e de outros Estados. O seu livro “O Meu Govêrno” não é uma obra literária, porém relatório consciencioso dos dois anos e nove meses de sua administração. As suas “Memórias”, iniciadas a 9 de janeiro de 1955, ditadas para um dos seus familiares, pois já estava cego a essa altura, estão infelizmente incompletas. Todavia, assim mesmo, são elas repositórios preciosos para o conhecimento do político e do cidadão que foi Juvenal Lamartine de Faria. Segundo estou informado, elas serão editadas em breve, com anotações do seu velho amigo José Augusto Bezerra de Medeiros.

Creio que, além dos estudos sôbre problemas básicos da nossa economia, a atividade intelectual de Juvenal Lamartine de Faria mais avulta nas reminiscências que espalhou em centenas de artigos de jornais e revistas, impressões de homens com os quais conviveu e manteve amizade durante toda a sua vida. Deve êle ser considerado, sem favôr, um dos nossos mais vivos e penetrantes precursores dos estudos sociológicos e antropológicos, ou melhor dizendo, de antropologia cultural no Rio Grande do Norte, ao lado de um Felipe Guerra, um Eloy de Souza, um Luís da Câmara Cascudo ou um Manoel Rodrigues de Mélo. Costumes e práticas tradicionais sertanejas estão fixadas por Juvenal em páginas imorredouras, como o ensaio que escreveu intitulado “O sertão do meu Tempo” e publicado no vol. 3.º da Revista da Academia Norte-Riograndense de Letras. Perfis de patriarcas genuínos do nosso Estado, como os coronéis Silvino Bezerra e José Bezerra, estão traçados pela mão de mestre desse observador de tipos e figuras do sertão. Todavia, o seu talento era daqueles que se não acomodam a especializações estreitas. E se fez antropologia cultural, espraçou-se também em estudos de economia e ecologia, destacando-se igualmente como jurista, político de escol e à maneira antiga, sabendo cumprir acima de tudo a palavra empenhada, sem medir sacrifícios.

—oOo—

Ultimamente, lendo as suas “Memórias”, tomei conhecimento de um decálogo que escreveu para os seus filhos e netos, que considero precioso. Só um homem de experiência, culto e bom poderia imaginá-lo e lançá-lo no papel com tanta seiva de sabedoria.

Neste instante em que reverenciamos a sua memória, não será demais ouvirmos os conselhos que ele deixou para a sua ilustre família e que bem poderiam servir para tôdas as famílias de nossa terra, pelo que eles contêm de verdade e compreensão humana. Ei-lo:

1 — Que façam uma seleção rigorosa das pessoas com quem convivem ou sejam forçadas a conviver, afim de que possam escolher, com segurança, os seus amigos mais íntimos e merecedoras de sua confiança. Uma vez fixada a escolha dos amigos, procurar cultivar com o máximo cuidado essa amizade, porque não há, desta vida, bem mais precioso do que os de um bom e verdadeiro amigo.

2 — Nunca procurar intimidades com pessoas de conduta duvidosa nem permitir liberdade com quem ainda não se tem conhecimento seguro do seu caráter.

3 — Não se meter em negócios escusos, atraídos por promessas de grandes vantagens, nem entabolar negociações de caráter econômico com indivíduos aventureiros.

4 — Não se deixar dominar por nenhum vício, sobretudo dos que degradam as pessoas que a eles se escravizam, como o alcoolismo, o jôgo, etc.

5 — Devem ser intransigentes com suas convicções, mas tolerantes com as crenças alheias, quer sejam políticas, quer sejam religiosas.

6 — Não façam apreciações apressadas sôbre a conduta e procedimento de pessoa alguma, antes de ter conhecimento seguro da verdade dos fatos, nem usem, em hipóteses alguma, palavras desrespeitosas quanto ao procedimento ou conduta da família de qualquer pessoa, mesmo que essa pessoa seja uma inimiga declarada.

7 — Procurem educar seus filhos e pessoas que estiveram sob sua guarda nos mais severos princípios da moral cristã, ensinando-lhes, ao mesmo tempo, a conquistar o seu pão com o suor do seu rosto, pois o trabalho, mesmo o mais humilde, dignifica e enobrece a criatura humana.

8 — Nunca façam promessas levianas ou difíceis de serem cumpridas, mas, uma vez empenhada a palavra, devem fazer todo o esforço para cumpri-la.

9 — Sejam fiéis a qualquer compromisso tomado em política, mas procurem sempre se escusar de qualquer direção política, enquanto no Brasil a política não tomar um rumo elevado e honesto da verdadeira arte de promover o bem do povo.

10 — Manter e estreitar as relações de amizade e confiança entre os membros da família, sobretudo entre os irmãos, esforçando-se para resolver qualquer divergência num ambiente de compreensão e de estima recíprocas.

—oOo—

Com a redemocratização do país, Juvenal Lamartine de Faria permaneceu ao lado de José Augusto Bezerra de Medeiros, integrando os quadros da União Democrática Nacional no Estado. Candidatando-se a senador, sofreu uma decepção política, por não ter obtido, pela primeira vez, votação necessária à sua eleição.

Em 1955, ao atingir a idade de oitenta anos, irremediavelmente cego, ele deu à publicidade um manifesto, no qual comunicava ao povo e aos seus amigos em particular, a sua decisão de abandonar definitivamente a atividade política. Nesse documento, onde verbera com energia o govêrno do sr. Getúlio Vargas, despede-se do povo e dos seus companheiros de luta com estas palavras serenas: "Deixo, portanto, as atividades políticas, por ter procurado cumprir o meu dever com honestidade e servir à minha terra com algum proveito. O meu estado de completa cegueira e de surdez progressiva isola-me do convívio social e se torna um impedilho quase irremovível

para a prática e as funções políticas, que deixo sem ódios e prevenções”.

Era o adeus do grande líder, que sentia a aproximação da morte e não queria partir sem deixar as despedidas feitas ou dizer, como Manuel Bandeira, no poema “Consoada”:

“Alô, Ineludível!  
O meu dia foi bom.  
Pode a noite descer.  
A noite com os seus sortilégios.  
Encontrará lavrado o campo,  
a casa limpa, a mesa posta,  
com cada coisa em seu lugar”.

Efetivamente, no dia 18 de abril de 1956, falecia Juvenal Lamartine de Faria nesta cidade do Natal, cercado pelo conforto de sua esposa, filhos, netos e amigos. Tendo sido maçom e atingido todos os graus da Maçonaria — conforme salientou Romulo Wanderley no discurso citado — Juvenal soube morrer sem abjurar as suas idéias, num exemplo impressionante de convicção e firmeza de caráter. Olavo Lamartine, seu filho mais velho, que assistiu os seus últimos instantes, contou-me que seu pai soube morrer como vivera: Corajosamente. A uma das suas filhas que lhe pedia para que se confessasse, Juvenal exclamou:

— Não tenho do que me penitenciar. Nunca ofendi a ninguém. Só persegui indivíduos que estiveram fora da lei!

Ele poderia ter dito como o Cardeal de Richelieu: “Os meus inimigos não foram meus inimigos; foram inimigos do Estado”.

Um dia após a sua morte, o deputado Múcio Ribeiro Dantas fazia o seu necrológio na Câmara Estadual e apresentava requerimento pedindo que se dedicasse a sessão do dia imediato em homenagem à sua memória. Nessa ocasião, o mesmo e brilhante parlamentar apresentava projeto de lei denominando Juvenal Lamartine de Faria ao atual município de Serra Negra, terra natal do meu eminente antecessor.

Indo o projeto à Comissão de Constituição e Justiça, ali um dos deputados levantou preliminar adiando a sua apreciação, sob o fundamento de que a medida (escutai só!) alteraria a divisão territorial do Estado. Por conseguinte, só poderia se efetuar a mudança da denominação do município nos anos de milésimo três e milésimo oito, de acôrdo com a Constituição, — dizia ele. E a Comissão, por ignorância, — pois não creio que tenha sido por má fé — aceitou a asnice e a justa homenagem ficou adiada.

Faz poucos meses, a egrégia Câmara de Vereadores de Natal, acolhendo oportuna sugestão, pela imprensa, do engenheiro Fernando Cysneiros, votou uma lei concedendo o nome de Juvenal Lamartine

de Faria a uma das artérias do bairro do Tirol, nesta capital, lei que foi sancionada pelo Prefeito Djalma Maranhão.

E é tudo quanto se fez até hoje, srs. acadêmicos, pela memória do nosso saudoso confrade, a quem devemos tantos e tão assinalados serviços como homem público e cujo vulto bem mereceria ser perpetuado em bronze numa as nossas praças públicas.

Contudo, é sempre melhor que ainda se possa dizer de Juvenal o que Catão, o Velho, declarou, certa vez, aos seus amigos que protestavam por se haver erigido em Roma arcos triunfais e estátuas a outros varões ilustres e dele se terem esquecido: “Maior crédito meu é que perguntem os vindouros por que me não puzeram estátua, do que por que a puzeram!”

—oOo—

Srs. Acadêmicos: Cumpro, neste instante, com estas palavras, uma determinação estatutária da Academia Norte-Riograndense de Letras. Não poderia ter a pretensão, nem de longe, de exaurir o tema fecundo que é a vida de Juvenal Lamartine de Faria. Apenas, num vôo de pássaro, dou notícia de alguns aspectos de suas realizações imorredouras e de sua vida intensamente vivida.

O meu antecessor na cadeira n.º 14, a quem Nilo Pereira recentemente chamava de “antecipador de novos tempos, homem público com trinta anos de adiantamento da época em que viveu” aguarda o julgamento sereno da História. Não seríamos nós, seus contemporâneos, que tentássemos medir-lhe o tamanho ou traçar as perspectivas de sua ação dinâmica e fértil como político, sociólogo e estadista.

Se a sua ausência, para a saudade dos seus amigos e companheiros, parece já tão longa, tão distante, para o seu nome a Posteridade apenas amanhece. As luzes da manhã do Tempo ainda não lhe clarearam o perfil.

Mas, dia virá em que os nossos pósteros se orgulharão, com justiça, dessa figura humana nobre e generosa, altiva e de extrema fidelidade a si próprio, que soube ser grande pela inteligência e prestígio dos altos cargos que exerceu com dignidade e verdadeiro sentido do bem público, sem perder aquela simplicidade que era um dos encantos de sua convivência inesquecível.

No futuro, há de aparecer o seu biógrafo. Porque, só assim as gerações vindouras poderão meditar realmente no exemplo de sua vida extraordinária e privilegiada, que honra sobremodo a história política e a cultura do Rio Grande do Norte.



## SAUDAÇÃO A VERÍSSIMO DE MÉLO

*NILO PEREIRA*

Sr. ACADEMICO Veríssimo de Melo: — Foi honra desmedida esta que me concedestes, a de vos receber nesta Academia Norteriograndense de Letras, onde vos assentais com a galhardia de um vencedor autêntico, que é aquêle que chega à imortalidade literária pelo valor pessoal e por um saber já de experiência feito.

Para um humilde homem do meu canto, que sou e como tal me declaro e dou fé, assume essa honraria proporções para às quais não há adjetivo que sirva. Correria grande risco se procurasse o qualificativo para semelhante situação. E, nesse caso, antes que por incompatibilidade de gênios, ocorra o divórcio, que em tal hipótese, admito, entre o substantivo e o adjetivo, prefiro dizer-vos, sr. acadêmico Veríssimo de Melo, que estou sumamente honrado com o paraninfar a vossa posse, no esplendor da liturgia acadêmica, que impõe, mesmo para espíritos irreverentes como o vosso, a tirania dos ritos e dos estilos.

Esse ato de investidura não é apenas um dos acontecimentos da cidade, espécie de feitiço caíndo por cima do feiticeiro; é, sobretudo, um acontecimento literário de tamanha significação que a bem dizer, me cerceia as fôrças diante do desafio que fazeis ao pobre cantador para a lôa definitiva em que se exaltem os talentos de um escritor que se realizou plenamente no folclore, nessa prodigiosa riqueza em que o povo perpetua a sua sabedoria, o mistério e a graça do seu poder telúrico de fixação e encantamento.

Natal pode reivindicar o privilégio de uma Escola de Folclore, como o Recife se ufana de uma escola de renovadores do Direito. Não há nisso deformação de perspectiva para uma aproximação de planos mentais, nem escândalo no se relacionarem estudos tão diversos. No terreno da cultura as escolas formam pesquisadores e sistematizadores do conhecimento. Por isso há em Luis da Câmara Cascudo, mestre não apenas nacional, mas internacio-

nal, um fundador legítimo de escola da pesquisa folclórica, admiravelmente rematada — se é que a insatisfação intelectual algum dia termina mesmo em campos aparentemente limitados — no monumental livro LITERATURA ORAL, que me parece algo de verdadeiramente extraordinário como realização arquitetônica de uma ciência do povo, que se transmite com toda a força criadora da poesia, da lenda, da ingenuidade e do heroísmo. É ao mestre natalense que se deve o que hoje se pode chamar, sem ênfase de expressão, o planejamento científico dos estudos folclóricos, a marca definitiva que há nessa investigação como autenticidade popular, e o vigor humano que a inteligência comunica à interpretação daquelas “estórias” que o tempo não leva.

É um discípulo de Luís da Câmara Cascudo que, hoje, pela palavra de outro discípulo seu, irmanados, ambos de dois, pelo culto do espírito e fiéis às raízes emocionais da terra e ao telurismo das paisagens interiores, que aqui ingressa; e de modo que eu não sei se é a Academia que mais se honra com o receber-vos ou se sois vós que mais vos honrais com a recepção. Num e noutro caso somam-se as constantes da cultura numa simbiose consagrada pela natureza associativa dos valores positivos e permanentes.

Gostaria de assinalar, desde logo, que o ceticismo não vos impediu de cair em cheio na glória acadêmica, que, para muitos, é a burocracia estatutária do galardão. Uma observação que vou registrando, como uma vitória sobre o preconceito satírico, é a continuidade pacífica das Academias provincianas como expressões vivas da renovação da cultura. Não são os céticos, os irônicos, os maldizentes que se reduzem, finalmente resignados e dóceis, em conversão tardia, mas fatal, ao academicismo. São as Academias que, de sua índole e formação, não representam estorvo à liberdade da criação literária e artística. Ainda hoje não sei o que seja o estilo acadêmico, isto é, a imposição dos cânones e dos dogmas em nome de u'a maneira de ser inflexivelmente normativa. Se isso fôsse da condição acadêmica, não estaríeis aqui, sr. Veríssimo de Melo, que do vosso natural sois um inconformado com as coisas estabelecidas, sem que isso atinja a vossa circunspecção de juiz.

A literatura e o jornalismo vos libertaram, creio eu, da incansável sistemática das convenções. E, num mundo, já acusado de populista, sem implicações políticas de nenhuma espécie, recriais a vida com um toque alegre e vário, como uma nota pessoal de zombaria às vêzes tímida de assaltar o castelo forte das celebrações burguesas em que não raro se homizia, herôicamente teimosa, a mediocridade padronizada.

Aludi à vossa timidez, que me parece uma forma de defesa para a vossa tendência satírica que a conversação revela em comentários vivazes. O temperamento é que vos põe maneiras ao estilo,

sem tirar a verve deliciosa do observador tenaz, que, todavia, não persegue a vítima, porque espera que, com a primeira flecha do sagitário, ela se converta à verdade interior. Daí porque me pareceis, às vêzes, um asceta, cuja magreza quixotesca não traduz, decerto, a vigília do deserto nem as noites de cilício, mas o que há nos homens magros de sugestão ao idealismo e à renúncia. E não foi por outro motivo que, num moinho de vento, conforme a denominação do poeta Esmeraldo Siqueira, sobrevoastes, ante-ontem, o vale do Ceará-Mirim, deixando dessa tentativa não uma vaga na Academia, mas uma crônica surrealista, que foi um dos encantos da festa de inteligência e de sensibilidade que um autêntico homem do Renascimento, Waldemar de Sá, ofereceu, ontem, na sua casa, que é um salão florentino do século XVI. Para mim um santo — creio não ser êsse, infelizmente, o vosso caso — deve ser sempre magro: muito ôsso é sinal de muita abstinência... Os santos, os poetas e os profetas não há imaginá-los fartos do mistério transcendente. Mas, não foi outro senão mestre Cascudo quem, em artigo publicado em BANDO, ano VII, vol. 8.º, outubro de 1956, aludiu à mística da obesidade, citando homens gordos e ao mesmo tempo leves e até diáfanos, entre os quais sempre me encantou pela transparência espiritual o admirável G. K. Chesterton.

\* \* \*

O que tendes feito, snr. acadêmico Veríssimo de Melo, na vossa atividade de folclorista autêntico, de pesquisador tão reconhecidamente honesto e vigilante, é recolher a vasta literatura oral que constitui para o nosso espírito a tentação de um mundo sempre por descobrir e cuja posse mental, insatisfeita e voraz, nenhum tratado limitaria.

Sob êsse aspecto, vossa obra de pesquisador pode ser apontada, sem lisonjas, como um excelente trabalho ordenado e sistemático em que encontro o método “bandoleiro” com que se caracteriza, esplendidamente realizada, a escola de que é grão-mestre o escritor M. Rodrigues de Melo, nosso ilustre presidente, e cujos olhos sociológicos tanta coisa têm desvendado em suas investigações tão tipicamente varzeanas.

Pertenceis a um grupo — o grupo de BANDO — tão nobremente constituído por nomes da categoria de Câmara Cascudo e Rodrigues de Melo e Hélio Galvão e Osvaldo Lamartine e Raimundo Nonato e tantos outros — grupo que se vem encarregando de tarefas definitivas do ponto de vista da indagação de problemas não apenas locais, mas regionais e ecológicos. E vem daí, decerto, o vosso gôsto pela penetração social do que eu chamaria a sistemática da literatura oral, que me parece, na sua essência, o

problema da correlação dos acontecimentos folclóricos em sua manifestação acentuadamente ecumênica. É que, como verdadeiro folclorista, fixais um tom humano, isto é, universal em tudo quanto significa o expressionismo popular dessa mensagem quase anônima em que se grava, perpétuamente, a inquietação coletiva diante do mistério de que se entretetece a vida. E buscaís nessa trama emocional o que subsiste no fundo dos tempos como o resíduo permanente do homem em sua ânsia de explicar a vivência psicológica e social com que nos interrelacionamos no espaço histórico-sociológico de um mundo só, tumultuário, mas igual.

Afinal, o que é o “folclórico”? Que o diga mestre Cascudo, em seu livro *LITERATURA ORAL*: — “O folclórico decorre da memória coletiva, indistinta e contínua. Deverá ser sempre o popular e mais uma sobrevivência. O popular moderno, canção de Carnaval, anedota de papagaio com intenção satírica, novo passo numa dança conhecida, tornar-se-ão folclóricos quando perderem as tonalidades de sua criação”. É um processo que Cascudo chama de despersonalização da história, acentuando-lhe a gradação popular, além do espaço e do tempo, numa zona quase imemorial e imponderável em que a poesia como que confere aos fatos e às narrativas a ingenuidade e o lirismo humanos que a história oficial não regista, porque nem cria nem exprime as condições sentimentais dessa fuga deslumbrada. Nessa universalidade do folclore a erudição perde o aspecto de um sistema, de um ordenamento cultural, para ser a temática de uma ciência própria, unvida da graça, da leveza, quase estou a dizer da pureza dos sentimentos em sua estratificação cotidiana, primitiva e simples. Um desafio de cantadores tem, às vèzes profundezas abismais de solução filosófica, penetrações lúcidas e intuitivas, o relâmpago imprevisto e clarificador que abre no coração humano um horizonte novo de perplexidade e de beleza.

Na definição do amor, por exemplo, não há mais profundidade nem mais transparência em grandes poetas do que em humildes cantadores geniais, como aquê, súbitamente arrebatado à visão do engano dalma ledó e cego, que dizia a Fabião das Queimadas, segundo lembra mestre Eloy de Sousa, num fêcho magistral de controvérsias:

Fabião, nós somos dois véio  
Os véio num vale nada.  
Só vale quem tem amô,  
Quem traz a alma enganada.

A resposta honra os fastos petrarquianos da celebração do amor: —

A minha alma de velho  
Anda agora remoçada,  
Que a paixão é como o sono:  
Chega sem ser esperada.

Ora, snr. acadêmico Veríssimo de Melo, aqui estou a dizer coisas em que sois autoridade máxima, revestida agora da imortalidade acadêmica, que vos dá ao nome uma unção quase canônica de reafirmação ritual da vossa proficiência. O folclore tem isso: apaixonada. E por um triz não nos leva, a nós ambos, a um desafio público de que eu, pobre coitado, sairia vencido e desbaratado. Perdoai o meu atrevimento em respigar na vossa seara, mas acreditai que o faço com a mesma ânsia de descobrir no fundo das coisas o **abstractum** universal do homem, a mobilidade espiritual com que o povo vem animando, no mais remoto de sua elaboração psicológica, o mundo extraordinariamente féerico de suas credices. E é também porque me comove a espantosa vidência do povo, o seu dom poético, a espontaneidade de sua criação.

Silvio Romero, citado por Luís da Câmara Cascudo na introdução aos CANTOS POPULARES DO BRASIL, dizia com uma exaltação que Tobias Barreto jamais compreenderia: — “Se vocês querem poesia, mas poesia de verdade, entrem no povo, metam-se por aí, por esses rincões, passem uma noite num rancho, à beira do fogo, entre violeiros, ouvindo trovas de desafio. Chamem um cantador sertanejo, um dêsses coboclos destorcidos de alpercatas de couro e peçam-lhe uma cantiga. Então, sim, Poesia é no povo”. E mais adiante: — “Os Povos têm dois jazigos de relíquias, um no espaço: o cemitério; outro no tempo, a tradição”.

Pode ser que o mestre exagere quanto ao conteúdo da Poesia, que também sobe do povo para os poetas que não são propriamente do povo, mas recolhem um sentimento criador que não está no espaço nem no tempo. Contudo, quem negasse essa inspiração popular da Poesia, êsse vigor humilde da seiva quase bárbara, estaria amesquinhando o que a espontaneidade e a intuição mais representam para a decifração do mistério da vida. É nessa mensagem irresistível que tendes encontrado, snr. acadêmico Veríssimo de Melo, o encanto sugestivo da realidade que o folclore parece recolher pelo caminho as migalhas de sonho e de ilusão que o homem vai deixando de sua jornada universal.

\* \* \*

Não é apenas por terdes publicado livros e ensaios do porte dos que se chamam: ADIVINHAS, SUPERSTIÇÕES DE SÃO JOÃO, ACALANTOS, PARLENDAS. TRÊS ASPECTOS DA SUPERSTIÇÃO BRASILEIRA, ADAGIÁRIO DA ALIMENTAÇÃO, AL-

CUNHAS DO BRASIL E DE PORTUGAL, O CAVALO NO ADAGIÁRIO BRASILEIRO. A CHUVA NA TRADIÇÃO POPULAR, CURIOSOS ASPECTOS DA POESIA TRADICIONAL, O ATAQUE DE LAMPIÃO A MOSSORÓ ATRAVÉS DO ROMANCE POPULAR. HISTÓRIA DE AMOR EM QUADRINHAS, RONDAS INFANTIS BRASILEIRAS, JOGOS POPULARES DO BRASIL, APRESENTAÇÃO DO BAMBELÔ, INÁCIO DA CATINGUEIRA e, recentemente, POPULÁRIO NATALENSE — que sois um folclorista. E sim porque animais o vosso ofício, que ofício é bem o de procurar nas fontes todo êsse legado opulento de riquezas emocionais, com a paixão de um descobridor de mundos encantados. Creio que se nasce para alguma coisa; e vós não sois, com efeito, uma vocação perdida. Sois um pesquisador na plenitude da tarefa realizada. E aureolas essa glória com u'a modéstia biologicamente invencível.

Quando vos lembrastes dêste humilde acadêmico para esta recepção, que em honra do vosso nome fazemos, dirigi-vos algumas perguntas que não eram o inquérito de Marcel Proust, ao qual conferistes tanta significação natalense, mas traduziam o desejo de um conhecimento mais íntimo do escritor a quem a Academia Norteriograndense de Letras está consagrando neste momento. Pois o vosso gênero é dos que escondem o autor atrás de personagens variadas, fora e acima das coincidências ou das transferências de personalidade em que, requinta, frequentemente, o sortilégio da ficção ou a arte do estilo. O que me dissestes nessa **enquête** é inestimável, inclusive quando afirmais que a vossa maior alegria foi a de se ver citado, ao lado de Joaquim Ribeiro e de Câmara Cascudo, na segunda edição do livro de Manuel Bandeira — NOÇÕES DE HISTÓRIA DA LITERATURA UNIVERSAL, pág. 139, II volume? Do mesmo passo que confessáveis uma “desgraça” que quando ocorre, é fatal: a de vos fazerdes jornalista, coisa que, uma vez acontecendo, nunca mais deixa de ser. Nessa seara, com os vossos comentários e artigos em jornais natalenses, acontecestes com a força arrastadora de uma vocação que põe no vosso talento uma faceta de refulgência perigosamente eciana. Se os cronistas se chamassem apenas Aderbal de França ou Veríssimo de Melo ou Newton Navarro, estaríamos pagos de tôdas as exigências do ramo e rendimidos de todos os pecados da extravagância e do esnobismo. Isso vos tornou popular. Eis o que me dizeis, sem nenhum propósito de vos fazerdes candidato a vereador ou a deputado: — “Uma vez entrei num ônibus do Tirol e olhei para trás; conhecia todo mundo no ônibus. Como o dinheiro não dava para pagar a passagem do ônibus completo, desci a pé para casa, muito triste, mas por outro lado orgulhoso da minha popularidade”. E rematais a um tempo olímpico e desprendido das vaidades do mundo: — “Te-

inho verdadeiro prazer em cumprimentar o povo. Seja um mendigo que me conhece ou uma figura do café society". Num programa de propaganda eleitoral, essa frase fecharia com o fatal chavão: Já ganhou...

É esse o estilo das vossas confissões, sem a intenção de serem o livro de memória que a vida traz com uma espécie de ordem de pagamento em tempo oportuno.

Só uma coisa desconhecia inteiramente e o folclorista, por si mesmo, jamais revelaria: a vossa tendência para estudos da Astronomia, o que constitui o maior êxito da **enquête** a que vos submeti. Eis a narrativa com as vossas próprias palavras: — "No dia em que fui eleito para a Academia foi uma festa. Cheguei em casa à meia-noite. Minha mulher estava muito satisfeita, porque eu vinha para casa. Então, eu disse:

— Não. Eu não venho ainda não. Eu vim só buscar o violão.

Uma noite — prosseguis — cheguei em casa às duas da manhã. Dei essa explicação:

— Acabei de entrar na Sociedade de Astronomia de Natal.

— E por isso vem assim tão tarde?

— É claro. Astronomia só se pode estudar à noite. E quanto mais tarde da noite, melhor visibilidade..."

Ora, snr. acadêmico Veríssimo de Melo, se revelo trechos como êsse das vossas respostas ao meu vitorioso questionário é para mostrar o vosso espírito desprevenido e alegre, e nunca para vos comprometer, mesmo porque na vossa astronomia a visibilidade noturna é aquela que Jean Cocteau reclamava para a elaboração da poesia.

\* \* \*

Fico sem saber se vos tracei o perfil acadêmico, diante da multiplicidade de aspectos da vossa personalidade intelectual. A verdade é que admiro, desde longos anos, o que a vossa inteligência tem produzido no domínio do folclore e do jornalismo. A Academia Norteriograndense de Letras tem, hoje, uma de suas grandes noites porque vos recebe e vos proclama um dos seus; ao mesmo tempo que vos lembra a grave responsabilidade de ocupardes, nesta ilustre Casa de Henrique Castriciano, a cadeira que pertenceu ao estadista e ao político que se chamou Juvenal Lamartine, a quem, volvido o tempo e apagadas as paixões, se começa a fazer a justiça devida a quem tanto honrou a vida pública norteriograndense. Bastaria o apôio entusiástico que, como presidente do Estado, trouxe Juvenal Lamartine à Temporada Literária de 1930, organizada por um dos seus melhores colaboradores e cronista dos que mais honram êsse gênero literário no país, o nosso confrade Aderbal de França, para que, ao lado do economista, do ruralista,

do parlamentar, do administrador, do profundo conhecedor da realidade nordestina, do pioneiro do voto femenino e da aviação civil, do antecipador mais vivo e mais dinâmico do nosso progresso regional estivesse o homem de bom gôsto, o intelectual em cujo Governo as iniciativas da cultura tiveram estímulo decidido e vigoroso.

Quero, por minha vez, sem quebrar o protocolo acadêmico, acentuar, cheio de enternecimento e de emoção, que nunca esquecerei a sua figura por tantos motivos austera e respeitável na sessão solene em que fui recebido nesta Academia. Nunca tive maior homenagem em tôda a minha vida, e nunca reuni tantas fôrças do meu coração para agradecer em carta, essa presença inolvidável, que me ficou nos olhos como a de um autêntico varão republicano destinado a encerrar com a lição de suas virtudes políticas uma quadra da história nacional.

Meu caro Veríssimo de Melo:

Há um conto folclórico, intitulado "Festa no Céu", que nos mostra o corvo violeiro subindo à mansão paradisíaca, sem imaginar que um sapo pudesse desferir, na misteriosa ascensão, notas estranhas e intrusas no instrumento que a crítica zoológica tornou consagrada na assembléia dos bichos, onde há, como entre nós, um reino musical.

As palavras que se ouvem, neste momento, são apenas notas arrancadas, no desalinho da estesia furtiva, à viola do compadre corvo.

Sêde benvindo a esta Academia, mestre Veríssimo de Melo, folclorista, jornalista, cronista, crítico, escritor provinciano no sentido mais nobre de vossa devoção ao que faz da nossa terra e da nossa gente o mundo da criação e do amor.

---

(\*) Discurso pronunciado na Academia Norteriograndense de Letras, em 30 de julho de 1957.

## NOTAS PARA A HISTÓRIA DA ACADEMIA (\*)

M. RODRIGUES DE MELO

Há quase vinte e oito anos, um grupo de intelectuais, por sugestão de Afonso Costa, fundava, em Natal, uma Academia de Letras.

Luís da Câmara Cascudo, voltando do Rio de Janeiro, trazia a idéia em potencial. A província política acabava de sair da maior campanha que registra a sua história. As cinzas estavam ainda mornas e as almas dos combatentes apresentavam sinais de cansaço da luta sem trégua e sem quartel. Marginal em política, temperando o seu ceticismo com um pouco de otimismo na arte de fazer amigos, Luís da Câmara Cascudo reunia, na casa da Junqueira Aires, (1) os morubixabas das letras, lançando a primeira semente, improvisando listas de candidatos à imortalidade, promovendo reuniões, fundando, enfim, as bases da futura instituição. Aderbal de França, entusiasta de tôdas as horas, servia de secretário, sem nomeação, anotando as sugestões, redigindo as atas, publicando o noticiário e atraindo adeptos para a nova causa. Henrique Castriciano, veterano das boas letras, viajado e culto, exercendo o principado na poesia e na prosa, liderava, por seu turno, uma boa parte dos homens de letras de então. Sebastião Fernandes, empolgado pela idéia, estimulava os tímidos, valorizando a produção literária de cada um, naquele tom fidalgo e erudito que era o maior florão da sua personalidade de escol. Luís Gonzaga do Monte, recolhido no seu ascetismo religioso, sugeria o lema da Academia, *Ad lucem versus, voltada para a luz, rumando para a luz.*

---

(\*) Discurso pronunciado no dia 5 de setembro de 1964, por ocasião da instalação de parte do prédio da Academia Norte-Riograndense de Letras, em solenidade presidida pelo Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professor Onofre Lopes da Silva.

A 14 de novembro de 1936, instalava-se, definitivamente, no antigo prédio do Instituto de Música, cedido por Valdemar de Almeida, a Academia Norte Riograndense de Letras, sob o signo da cultura e da inteligência. O local da instalação parecia um privilégio. Ali vivera a sua adolescência e terminara os seus dias de vida, o mais vibrante polemista da Questão Religiosa, inimigo de Dom Vital e de Pedro II: Joaquim Fagundes, poeta, dramaturgo e polemista.

Ali morara o Vigário Velho da Cidade, Bartolomeu da Rocha Fagundes, político liberal, maçom, compadre e padrinho de tóda a Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação. Ali se fundara, em 1924, o mais alto paladino da imprensa-católica norte-riograndense, *Diário de Natal*, cujo primeiro diretor seria, mais tarde, membro destacado desta Casa, Antônio Soares de Araújo. Henrique Castriciano, feita a primeira eleição, saía presidente, renunciando, mais tarde, por motivo de doença (2). Cascudo, Secretário Geral, assumia interinamente e promovia nova eleição, entregando o cargo a Antônio Soares de Araújo. Um artigo de Aderbal de França, publicado n' *A República*, provoca a renúncia de Antônio Soares que é substituído por Luís da Câmara Cascudo (3). Juvenal Lamartine, eleito para suceder a Câmara Cascudo, repete a experiência de 1930, depois de brilhante gestão à frente da Academia. Assume, em seguida, Paulo de Viveiros (4) em cuja presidência se movimenta a Academia, realizando sessões, celebrando centenários, agitando o ambiente literário da província. Deixando Paulo de Viveiros, há um período de prostração na Academia. Nestor Lima, Secretário Geral, tenta reerguê-la, em companhia de alguns poucos, passando a presidência a Américo de Oliveira Costa, (5) então chefe de gabinete do Govêrno Sílvio Pedroza.

Em séguida, vem Edgar Barbosa, eleito no dia 9 de março de 1950, mais tarde substituído por Januário Cicco, eleito a 21 de dezembro de 1950, que também renuncia.

Depois dêste, vem novamente Paulo de Viveiros, (6) que realiza um vasto programa de ação, adquirindo os primeiros donativos em dinheiro, publicando os dois primeiros números da Revista, dando posse a inúmeros Acadêmicos, trasladando os restos mortais de Nísia Floresta para o Rio Grande do Norte, adquirindo um terreno, por doação da Prefeitura, que por fim retorna ao patrimônio municipal, por falta de recursos para a construção.

Em 1955, assume um outro presidente, engendrado pela astúcia de Paulo de Viveiros, Edgar Barbosa e Américo de Oliveira Costa, reunidos no Instituto Histórico, sem prévia consulta ao candidato. Não deixava de ser um desafio pelo menos para o indicado. A Casa, conservadora e inimiga de barulho, consentiu no ato temerário. A primeira resposta ao desafio fôra a construção em prazo rêcorde do Mausoleu de Nísia Floresta e a reconstrução do seu Monumento na atual cidade do mesmo nome.

Homem simples, modesto, sem recursos, sem prestígio na esfera social e política do Estado, mas obstinado na realização dos seus ideais, o oitavo presidente da Academia tinha bem viva na sua consciência a responsabilidade que lhe era atribuída ao assumir a presidência deste cenáculo. A despeito da sua pequenez, não faltaram os incentivos, os estímulos de confiança e compreensão. Silvio Pedrosa, assumindo o govêrno, por morte do saudoso governador Dix-Sept Rosado, assinou decreto fazendo doação de um terreno à Academia, além de oferecer mil volumes da *História do Rio Grande do Norte*, para construção da sede própria. Eleito, mais tarde, Dinarte Mariz, trazia êste para a Prefeitura, um jovem amigo das letras e das artes que, a pedido do presidente da Academia, sancionava lei da Câmara Municipal, revalidando a doação do terreno anterior, e permitindo, por outra lei da Egrégia Câmara Municipal, a venda do terreno em questão, para, com o resultado desta, iniciar-se a construção dêste Edifício. Êsse jovem não era outro senão o ex-Prefeito Djalma Maranhão, cujo nome pronuncio com respeito, nesta hora dramática de sua vida. Não ficaram aí os estímulos e a compreensão do povo natalense. O governador Dinarte Mariz foi o primeiro governante a conceder subvenção mais ou menos apreciável para construção do prédio da Academia, mandando incluir, no orçamento do Estado, uma verba de Cr\$ 210.000,00, que a Assembléia Legislativa, na sua alta soberania, considerou, posteriormente, demasiada, reduzindo-a para 110.000,00.

O govêrno do Município, por sua vez, continuou auxiliando, incluindo verbas no orçamento, pequenas, bem verdade, mas reveladoras do nobre sentimento de solidariedade dos seus dirigentes. Se no passado a Academia contava com a benemerência dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, só temos razões daqui por diante para acreditar na esclarecida orientação dos seus governantes, ajudando e estimulando a iniciativa particular.

No decurso de nove anos não fez a Academia uma só campanha popular nem se serviu de meios escusos para construção de sua sede. Os donativos particulares se limitaram a dois ou três, isto mesmo de importâncias inferiores a cinco mil cruzeiros.

No plano federal, as subvenções não chegavam a ser generosas. Não passavam, inicialmente, de 50, 100, 200, 300, 500 mil cruzeiros anuais, sujeitas aos infalíveis cortes de 20, 30 e 50 por cento aplicados pelo Plano de Economia Nacional.

Apesar disto, devemos ressaltar a presteza da nossa Bancada, na Câmara e no Senado, atendendo aos nossos apêlos e colaborando do melhor modo para construção desta obra.

Ê de justiça salientar, no passado, os nomes de Georgino Avelino, João Batista de Medeiros Galvão, Aluizio Alves, Dix-Huit Rosado,

Sérgio Marinho, consignando verbas no orçamento da República para a Academia.

Em 1962, o Deputado Tarcísio Maia, atendendo a pedido que lhe fizemos, consignou uma verba de Cr\$ 5.000.000,00, cuja primeira parcela de Cr\$ 2.500.000,00 recebemos em 1963 com a qual construímos a grande lage de cimento armado que leva ao Salão Nobre deste edifício. A segunda parcela, já autorizada pelo Ministério de Educação e Cultura, será, em breve, recebida e empregada na construção do Salão Nobre e do Auditório.

As verbas de 1963 não foram ainda recebidas, não obstante o esforço desta presidência e do nosso procurador Dr. Manoel de Me-deiros Brito.

As consignações de 1964 se elevam a mais de dezessete milhões de cruzeiros, graças ao empenho dos senadores e deputados Tarcísio Maia, Dinarte Mariz, Jessé Freire, Clóvis Mota, Aluísio Bezerra, Dix-Huit Rosado, Djalma Marinho, Vingt Rosado, Aristófa-nes Fernandes, Ribeiro Coutinho e Walfredo Gurgel.

Assegurando a continuação das obras do edifício que hoje em parte se instala, escrevemos êste ano, a todos os membros da nossa Bancada, na Câmara e no Senado, inclusive ao Senador Manoel Vilaça que em resposta nos garantiu manter atitude de vigilância na defesa dos interesses da Academia.

O mesmo fizeram os deputados Jessé Freire, Tarcísio Maia, Clóvis Mota e Aluísio Bezerra.

Ao lado desses nomes ilustres e beneméritos formam outros que não podemos nem devemos deixar de mencionar. Queremos nos referir, em primeiro lugar, ao Engenheiro desta obra, Dr. Wilson de Oliveira Miranda, cuja probidade administrativa e capacidade profissional são reconhecidas e proclamadas por todo o Estado. No que toca à Academia não é só a sua probidade profissional que devemos ressaltar. É sobretudo o seu desprendimento, a sua compreensão, pois tendo um contrato de trabalho com a nossa instituição, nada recebeu, até agora, e tudo tem dado de seu esforço e da sua dedicação para a realização desta obra. Sem o apóio desse eminente patricio, nada, seguramente teríamos feito na administração desta Academia.

As homenagens desta noite devem ser divididas, em grande parte, com a sua pessoa, que representando a ciência e a técnica, assegurou o êxito desta construção. A sua capacidade profissional, o seu zelo e a sua dedicação a esta obra, foram os instrumentos de que nos servimos para erigir êste monumento de arte.

Se o engenheiro representa a ciência matemática, fazendo os cálculos, traçando as normas para a construção, o mestre de obras, com os seus pedreiros e serventes, representa o braço e a técnica, pondo em prática as diretivas do arquiteto. Assim, pois, devemos exprimir, nessa altura, o reconhecimento da Academia ao mestre de

obras Antônio Soares da Silva que iniciou conosco esta batalha e continúa engajado no mesmo esforço de realizar para o futuro um marco digno de admiração na história da construção civil de nossa terra.

O mesmo devemos dizer dos seus companheiros de trabalho, Aristides Pereira da Silva, pedreiro, Antônio Freire de Melo, servente, e do vigia Francisco Rodrigues da Silveira, cujo desvêlo pela obra é motivo de alegria para quantos o conhecem na sua tarefa de zelar e vigiar o patrimônio da Academia.

Há, porém, uma figura que se incorporou desde cedo à história desta Casa. Queremos nos referir ao Engenheiro Arquiteto Manual de Sousa Lelis, autor da planta deste Edifício. Baiano de nascimento, aqui vive e trabalha há muitos anos, ajudando a construir o progresso do Rio Grande do Norte. A êle expressamos igualmente o reconhecimento da Academia no momento em que se instala uma boa parte da sua sede.

Mas, além destes, outros ainda fazem jús a uma menção. São os amigos da Academia e do Presidente. São os banqueiros da cidade. Nos momentos mais difíceis, quando as verbas se esgotam e os trabalhos ficam a meio do caminho, exigindo medidas de compressão e cortes no pessoal, são êles que aparecem como tábua de salvação, para evitar o desastre maior. O empréstimo é o único remédio. Ninguém por certo imaginou a extensão desse drama. Não só de quem pede, mas também de quem dá. Só mesmo a confiança e a amizade podem vencer barreiras tão grandes, aproximando as almas, aliviando os corações. Ulisses Celestino de Góis e Aldo Fernandes Rapôso de Melo têm um capítulo especial na história da Academia, pelo bem que têm feito, incentivando uma obra que avulta e cresce no panorama da cidade que êles ajudam a construir em bases sólidas e definitivas. Bem haja o esforço que êles dispendem no trabalho de desenvolvimento de nossa terra e de nossa gente.

Mencionando os banqueiros da Academia não será possível deixar na sombra os comerciantes engajados na batalha pela construção da nossa sede. Há um fato curioso a assinalar, neste aspecto. Ninguém têm mais crédito no comércio local do que a Academia Norte Riograndense de Letras. As firmas mais destacadas da cidade admiram o nosso esforço e colaboram de maneira admirável nesta obra.

Luis de Barros, Amaro Mesquita, Leonel Leite, José Dias Fernandes e tantos outros podem ser citados como exemplos de benevolência e compreensão ajudando o esforço de uma instituição pobre e sem possibilidade de realizar por si só tarefas além das suas específicas finalidades. A êsses comerciantes que representam, na verdade, o espírito de iniciativa e de trabalho, em nossa terra, deixamos aqui registrados os agradecimentos da Academia pelas atenções que lhe têm dispensado nas mais diversas situações desta batalha pela construção da sede própria.

Lembramos, nessa altura, dois nomes, entre tantos outros que poderíamos mencionar, sôbre os quais não podemos deixar de falar neste momento. Queremos nos referir ao industrial Luis Veiga e ao comerciante Paulo Paulino Mesquita, os quais, nos momentos mais difíceis da Academia, chegam sempre com as suas assinaturas, endossando os títulos e retirando o presidente de situações vexatórias. Ao lado destes, figuram dois ilustre membros desta Casa, cujos nomes aqui registramos com o nosso reconhecimento e gratidão. São êles: Rômulo Chaves Wanderley e Virgílio Trindade. E por que não falar na dedicação e operosidade de Carolina Wanderley, trazendo em dia as Atas da Instituição e assinando os cheques na falta do Tesoureiro?

Registrem-se ainda, para encerrar esta longa relação de nomes, dois ilustres norte-riograndenses que não ficaram indiferentes ao nosso esforço, colaborando do melhor modo para a concretização desse nobre ideal. Queremos nos referir ao Diretor da Faculdade de Medicina, Dr. João da Costa Machado, e ao Diretor da Faculdade de Direito, Dr. Otto de Brito Guerra, os quais, em momentos de verdadeira angustia do Presidente desta Casa, acorriam sempre ao seu encontro e davam-lhe as mãos, emprestando madeiras para realização de serviços inadiáveis.

Meus Senhores e Minhas Senhoras:

Todo êsse esforço estaria sem dúvida ameaçado de destruição pelo tempo, pelo sol e pela chuva, se outra mão benfazeja não tivesse atendido ao nosso apêlo, mandando ultimar os acabamentos da parte do prédio que estamos instalando. Queremos nos referir ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Aluizio Alves, que, atendendo ao nosso apêlo quase dramático, no sentido de ajudar a Academia, assim o decidiu, autorizando-nos a proceder os trabalhos de acabamento, dando-nos assim os meios de podermos neste instante entregar a esta douta instituição uma sede condigna e de acôrdo com os fóros de civilização e de cultura do nosso povo.

A Sua Excelência, o Sr. Dr. Aluizio Alves, que por motivos superiores aqui não pôde estar, nesta noite, deixamos o reconhecimento mais profundo da Academia com o pedido solene de que continui a nos ajudar até a conclusão desta obra.

Ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professor Onofre Lopes, que nos honra e sensibiliza com a sua presença, presidindo esta solenidade, transmitimos igualmente os agradecimentos da Academia, a cujo grêmio pertence com destaque e elevação.

E para terminar, supomos não haver palavra mais grata aos membros desta Casa, do que anunciar a presença do Professor Luis Delgado, presidente da Academia Pernambucana de Letras, que, a nosso convite dirigirá a palavra aos intelectuais natalenses.

Ao Professor Luís Delgado e ao Professor Nilo Pereira, externamos aqui as saudações mais efusivas desta Academia.

NOTAS:

- (1) Luís da Câmara Cascudo morava a êsse tempo na casa n. . . . , de propriedade de Sérgio Severo de Albuquerque Maranhão, amigo de infância do escritor. Posteriormente, mudou-se para a casa n. . . . , na mesma Avenida, onde ainda reside.
- (2) A renúncia de Henrique não foi só por motivo de doença, como está escrito. Houve um motivo secreto que o próprio presidente resignatário fez transparecer ao Secretário Geral da Academia, escritor Luís da Câmara Cascudo, em bilhete que lhe escreveu e que transcrevo a seguir: “Caro Cascudo, como vê v., esquivei-me a declarar o motivo porque não quero de modo nenhum continuar na Presidência. Peça-lhe que faça o possível para que eu não continue. Se a Academia não concordar é o mesmo, porque não voltarei mesmo à Presidência, nem ela perde com isto. Saudades, Henrique”.
- (3) Cascudo foi eleito presidente na sessão de 27 de maio de 1943, renunciando imediatamente e sendo eleito em seu lugar o Acadêmico Juvenal Lamartine.
- (4) Paulo de Viveiros foi eleito presidente na sessão de 24 de março de 1949, tomando posse na mesma data.
- (5) Américo de Oliveira Costa foi eleito presidente a 26 de dezembro de 1949, renunciando coletivamente à presidência no dia 31 de dezembro do mesmo ano.
- (6) Paulo de Viveiros é eleito pela segunda vez, em 22 de fevereiro de 1951.



## SAUDAÇÃO A NILO PEREIRA (\*)

VERISSIMO DE MELO

Estamos assistindo, ainda um tanto ceticamente, como se despertássemos de um longo sonho, o inacreditável acontecendo: A Academia Norte-Riograndense de Letras instalando-se, definitivamente, em sua sede própria.

Muitos dos nossos confrades — entre os mais otimistas, — jamais imaginaram que ainda neste século o prédio da Academia se erguesse do pó. Confessamos, também, honestamente, a nossa velha descrença. Não por falta de recursos, embora a longo prazo, e de entusiasmo de quantos ilustram esta casa. Mas, sobretudo, por conhecer a precariedade dos meios, os contra-tempos da burocracia, a má-vontade dos homens, todos êsses obstáculos que surgem, cada dia, diante de quem se aventura, na província, a uma iniciativa desta significação e deste porte.

Conhecemos detalhes da luta homérica e medonha travada pelo nosso preclaro presidente, acadêmico Manoel Rodrigues de Mélo, para obter verbas necessárias ao andamento da obra. Qualquer outro, senão êle, teria desistido da batalha e cruzado os braços, à espera de melhores dias. Rodrigues de Mélo, entretanto, é dos bravos que não conhecem barreiras ou abismos, quando se determinam a lutar por uma causa justa e nobre. Porisso, seria injustiça descomunal se, nesta hora, não tivéssemos uma palavra de aplausos e profundo agradecimento ao acadêmico Manoel Rodrigues de Mélo, que foi ao mesmo tempo e a todo instante o nosso arquiteto, engenheiro-construtor, pedreiro, pintor, decorador, supervisor de obras, que sabemos mais! E tudo isto a pé e sem relógio. . . Finalmente, nesta batalha da cons-

---

(\*) Saudação lida no dia 5 de setembro de 1964, em Natal, por ocasião da instalação da Academia Norte-Riograndense de Letras no seu prédio próprio.

trução da sede, entre mortos e feridos, escaparam todos. Mas, há um só herói, que é êle. O que mais acreditou e que porisso mesmo só não empenhou a alma, em certos momentos, mas até nesse extremo recurso êle deve ter meditado. . .

No dia em que a Academia se instala, perante as presenças ilustres, entre outras, do nosso eminente mestre prof. Luiz Delgado, — presidente da Academia Pernambucana de Letras, — a vitória de Manoel Rodrigues de Mélo, que é a vitória da Academia, não seria completa, se ao nosso lado não tivéssemos também o acadêmico Nilo Pereira, e austero deão da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, mestre de jornalismo brasileiro, escritor esplêndido e fulgurante, consul perpétuo do Ceará-Mirim na capital pernambucana.

Não vale examinar se será ou não dos estilos e protocolos acadêmicos a saudação de um confrade a outro, apenas por motivo de uma conferência. Para nós, Nilo Pereira está acima e além dos rituais da Academia. Ouví-lo, discursando ou conversando, é prazer espiritual tão raro e inefável, que para êsse fim sempre devem ser postas de lado meras tradições acadêmicas ultrapassadas.

Nilo Pereira, — meus senhores e minhas senhoras, — é um dos últimos humanistas deste país.

Numa época de especializações e sub-especializações, não há quase segredo no domínio da cultura para este ilustre conterrâneo. Onde é necessária uma palavra sua, um comentário, um artigo, uma opinião sôbre um livro, uma revista, um estudo ou sôbre uma iniciativa de interesse público, Nilo está presente. E a tudo e a todos ele estimula, através da lucidez do seu espírito, da clareza e elegância do seu estilo, da boa fé e solidariedade de seus propósitos.

Nilo Pereira é um intelectual que tem feito da cátedra, do jornal, da tribuna, do próprio convívio humano, não só a motivação superior de sua existência, mas a oportunidade para oferecer, de alma aberta, a quantos o procuram ou têm a honra de sua amizade, a contribuição generosa de seu talento e do sua cultura.

Pela sua fecunda atividade literária e cultural, ele assume, às vezes, as dimensões de uma instituição viva e multifária, à sombra da qual todos nós nos acolhemos e recebemos o calor de seu incentivo jamais recusado.

Não sabemos de outro jornalista militante e escritor, em qualquer parte do Brasil de hoje, que atenda a tantos e que mais valorize o trabalho alheio, do que ele. E de tal forma sabe tratar dos homens e das coisas, através do seu estilo sóbrio e incomparável, que ao sôpro de sua palavra quase mágica, tudo que diz a respeito dos outros adquire sabor fora do comum, quando muitas vezes — e citamos o nosso caso particular, — o bilho e valor do que anuncia é mais dêle do que dos outros, do que nosso.

Que dizer do epistológrafo? Que dizer do homem constantemente bem humorado e jovial, que a todos contamina de verve e alegria? Que dizer da bôa sátira que utiliza a todo instante, mas que não fere, antes estimula e aproxima?

Não seria neste momento, onde se pede apenas uma palavra singela e fraternal de saudação, que iríamos esmiuçar esse tesouro de diamantes, que é a personalidade de Nilo Pereira.

Apenas, como uma palavra que se diz um tanto às pressas, antes de iniciarmos a bela viagem da conferência que ele pronunciará dentro de poucos instantes, gostaríamos de destacar no escritor Nilo Pereira uma constante do seu espírito: O sentido universal e regional ao mesmo tempo, que sabe imprimir a tudo quanto escreve ou declara. Universal porque não perde ocasião para dignificar a missão do homem em face dos grandes objetivos da existência, os quais para ele pairam mas alto. E regional, porque, como poucos, sabe valorizar da Província o que ela tem de melhor, de mais característico, de mais permanentemente humano.

Nilo Pereira, cidadão do mundo pela formosa cultura clássica, que possui, é também e sobretudo um escritor autenticamente provinciano, no que o termo têm do mais puro e mais proustiano.

No seu último livro publicado, "COISAS DE NÃO ESQUECER", ele assim se confessa, deliciosamente, ao regressar de sua viagem à França: "Trago dessa viagem três conclusões definitivas, que aqui deixo: — a primeira cidade do mundo é o Ceará-Mirim, onde nasci; a segunda cidade do mundo é o Recife, onde vivo, casei e nasceram todos os meus filhos, recifenses da gema; e a coisa melhor do mundo é estar em casa, é a família. Nada substitui a casa da gente. Viajar sem voltar seria um drama. A maior dimensão humana é a saudade".

Depois disto e diante disto, meu caro Nilo, receba dos seus confrades da Academia, neste dia inesquecível "em que tomamos casa", — como se dizia ao tempo da temporada literária de 30, — a saudação mais afetuosa, mais cordial, mais calorosa dos seus confrades, que hoje exultam por dois grandes acontecimentos, para nós quase transcendentais: A casa nova e o irmão, que chega.



## ELOY DE SOUZA (\*)

*ONOFRE LOPES*

Se para recordar Eloy de Souza é preciso falar de tribuna, deixarei ao sucessor do nosso pranteado, na Academia, a tarefa de lhe fazer a biografia.

Saudade é emoção que a alma renova com alegria, com tristeza e com suave ternura. É, entretanto, em todos os casos, uma ausência e uma falta que nos comove o coração. Eloy estará sempre presente entre todos nós, na memória dos amigos, na dolorosa lembrança de sua espôsa e na gratidão da terra, pelo tanto que fez e pelo muito que inspirou.

Personalidade marcante na vida política e social do Rio Grande do Norte, situou-se, no cenário nacional, como força de significativa expressão na balança dos acontecimentos.

Os dois últimos séculos vividos pelo homem têm sido uma buliçosa fase revolucionária do pensamento imprimindo profunda transformação no espírito dos povos e na conceituação da estrutura social.

A renascença, com as suas grandes aventuras espirituais, a conquista da liberdade, o progresso da ciência e da tecnologia, a difusão das novas concepções filosóficas sacudiram revolucionariamente as raízes das velhas fórmulas e sistemas e, por cima dos escombros, criaram um mundo de novas florescências, com novos ideais e de promissoras esperanças.

O velho mundo, tradicional centro de irradiação do pensamento, era o grande laboratório da efervescência espiritual que espalhava para tôdas as partes do mundo o contagiante sôpro da renovação.

---

(\*) Palavras proferidas na Academia Norte Riograndense de Letras, em homenagem à memória do Acadêmico Eloy de Souza, no dia 29 de março de 1960.

Também, como fatalidade histórica, o Brasil, pela sua mocidade, empolgava-se com o sentido nôvo das coisas e com a ostensiva propaganda dos irresistíveis postulados da justiça e da razão. Repetiam-se conceitos e alusões sobre “Declarações dos Direitos”, “Contrato Social”, Jean Jacques Rousseau, Camilo Desmoulins, George Washington, independências das colônias inglêsas, queda da Bastilha. A frasiologia revolucionária e o ideal de soberania, como termos de advertência para uns e incentivo para outros, deram necessariamente resultantes sociológicas de profunda e vital repercussão nacional.

Os cadetes da Praia Vermelha, os estudantes de Ciências Naturais, os idealistas e os poetas assimilaram, com tumultuária inquietação, a filosofia positivista e revolucionária de Augusto Comte, o realismo de Spencer, a objetividade de Claud Bernard e de Pavlof, e até as amargas reflexões do esquisito e intratável Schopenhauer.

As novas correntes do pensamento, que os moços exaltavam com a arrogância do seu entusiasmo, fixaram objetivos de profundo valor para nossa soberania: liberalismo, abolição, república, independência econômica, ideais de paz e progresso tiveram nas elites intelectuais as poderosas forças que acionariam o crescimento do país em civilização e cultura. A tribuna e a imprensa eram os instrumentos da gente esclarecida, empenhada na patriótica campanha, que daria as bases institucionais de uma nação livre, governada sob a vontade e a inspiração do próprio povo. Vale a afirmação de que estávamos sendo sacudidos, ao sôpro de uma filosofia de princípios igualitários, para um despertar de redensões e de conquistas. Não era um tumulto inconsequente, ou uma desordenação revolucionária: era uma marcha ascensional de evolução política, na convicção e na consciência de grandes destinos, nascida da vitalidade e do influxo espiritual dos povos cultos da Europa.

Foi no Brasil, assim efervescente, embriagado de esperanças e de ideais, sentindo a rebeldia e a sedução de Joaquim Nabuco, ouvindo José do Patrocínio, ardoroso e doutrinário, empolgando-se de Rui Barbosa e de Castro Alves, geniais e idealistas, abraçado pela mocidade que despertava e precipitava os acontecimentos; foi no Brasil, assim, onde se preparavam os pronunciamentos da abolição e da república; foi no Brasil, assim moço, idealista, convulso, exuberante de força e de vida, lutando pelas reivindicações do século e pela segurança do progresso, vivendo as últimas conquistas da civilização, que nasceu, viveu e morreu Eloy Castriciano de Souza. 1873 e 1959 são os extremos da trajetória da sua vida. Nasceu, em Recife, uma criança rica; viveu no Brasil um homem público, faleceu em Natal um velho pobre.

Cedo, perdeu os pais, e, na orfandade, sentiu aquela mesma tristeza de Auta, meiga e dolente nos seus versos, a mesma tristeza de Henrique, céptico e profundo nos seus poemas. Veio para a companhia dedicada e afetiva da avó materna, Silvana Paula Rodrigues, na cidade de Macaíba, então importante centro comercial, onde o pai, também Eloy de Souza, desempenhara próspera atividade, e era rico. Aos 21 anos de idade, concluiu o curso de Bacharel em Ciências Sociais, na Faculdade de Direito do Recife. De volta ao Rio Grande do Norte, passou a atuar ativamente na vida política do Estado, com amizade e a simpatia de Pedro Velho. Iniciado na vida pública, teve logo a clara visão de que o homem de govêrno, o dirigente, o representante do seu povo deveria ter larga base de cultura geral e amplos conhecimentos dos mais complexos problemas sociológicos e administrativos.

Era o homem de espírito, a inteligência de escol, sentindo a extensão das altas responsabilidades e a convicção de que a cultura precisa estar a serviço do homem para melhor servir ao povo. Não a cultura a serviço do poder, como meio ou instrumento de fortalecer as forças da tirania, como assim o fêz Bismarck, como assim abusaram Hitler e Stalin, como do mesmo modo pensam as ditaduras da filosofia estatal, pela escravização do homem.

Eloy fêz a sua cultura firmado em bases puras e sadias, e sob a inspiração dos princípios renovadores do tempo, visando servir ao ideal da terra com tôdas as energias do seu espírito. Caráter bem formado, generoso, a um tempo perspicaz e penetrante, a um tempo compreensivo e forte, teve em tôda sua vida, atuação consciente, ágil de ação, certo de atitudes. Presenciou todos os movimentos, inquietações e até as turbulências coletivas que o velho mundo inspirava e ensinava com o exemplo. Era indispensável, e oportuno, que os homens das nossas elites sociais e intelectuais imprimissem rumos seguros às forças da vitalidade nacional, para que as conquistas, nascidas do movimento da razão, fôssem glórias duradouras. A queda dos monumentos e a morte das civilizações eram eternos exemplos da transitoriedade dos triunfos e da fugacidade dos louros. Ensina a análise dos fatos que é importante valorizar a exuberância da mentalidade, mas a disciplinação das suas expansões é condição imperativa ao alargamento dos caminhos que levam a gloriosos destinos e fecundas esperanças. Com o espírito de humanismo e consciência bem formada serão postos em relêvo as responsabilidades individuais e os deveres coletivos para a harmônica comunhão dos elementos que estruturam a sociedade e fazem o Estado, com a legítima promoção dos valores e a justa seleção das forças que movem o mecanismo social, econômico, administrativo, político e espiritual de uma Nação.

A cultura de um povo faz as qualidades da sua civilização. Conteúdo e forma dizem da essência espiritual da sua época.

Eloy entendia que precisávamos de uma propedêutica própria e de uma pedagogia oportuna no aprendizado da nossa formação. Para tanto, e para o necessário equilíbrio, os homens de liderança deveriam ser práticos, racionais e humanos, porque as dimensões do ideal muitas vêzes transcendem à disciplina do espírito, gerando a desordem. As ações dão os efeitos da sua intensidade. Paralelas ou divergentes, contrárias ou iguais, as forças têm como resultantes a expressão do seu valor, na excelência dos seus frutos, ou nos vezes das suas perdas. Os fins resultam dos meios. A cultura mal formada, a falsa cultura, leva o homem ao orgulho intelectual e à embriaguês pedante do saber. Os piores venenos são os que entorpecem as coletividades. A pureza de uma civilização nasce da boa cultura.

Eloy de Souza foi homem de saber e de sensibilidade. Elemento vivo, atuante e participante consciente dos nossos problemas sociais e econômicos, durante 65 anos, como Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador da República e como jornalista emérito foi parte exponencial da nossa estruturação política. Deu tôdas as forças da sua formação intelectual para um Brasil grande, expressivo nas suas manifestações de civilização e de cultura. As leis que fêz o parlamento aprovar, as teses que sustentou pela imprensa, com profundo conhecimento de causa, importam em fé patriótica de ofício que exalta e projeta a sua personalidade na memória das gerações. As grandes obras resultam das grandes sensibilidades. As prerrogativas individuais fazem o relêvo da ação, e traduzem o espírito e a vitalidade da época. Os passos do homem imprimem no tempo os segredos da sua alma. Eloy foi grande soldado do século. A sua vigília consciente pelo povo e pela pátria será sempre um crédito de segurança para a nossa admiração. Superou a adversidade com grandeza dalma. Os espinhos da estrada são uma contingência de todos os tempos, coexistindo com a natureza do homem. Foi um mestre de tolerância e um penetrante psicólogo. A ponderação, a conveniência, a compreensão e a bondade eram os fortes componentes da sua pessoa profundamente humana, com o objetivo espontâneo da harmonia e da tranquilidade, que são as fontes inspiradoras do bem e do heroísmo. Servia à natureza do seu temperamento para melhor servir ao seu ideal de patriota. Privando da amizade pessoal das grandes figuras que faziam a galeria ilustre do Brasil, na política, nas letras e no jornalismo, alinhou-se ao lado de Pinheiro Machado, Quintino Bocaiuva, Pedro Velho, José do Patrocínio, Rui Barbosa, Lopes Trovão, Afrânio Peixoto, Coêlho Neto, e, com destacada atuação na imprensa do país e nas tribunas do parlamento, mobilizou e equacionou os problemas vi-

tais que importavam o destino da pátria. Tôdas as suas atitudes valiam por um incitamento de civismo. Os seus numerosos discursos e artigos valiam por um encorajamento. Nunca se cansou da tarefa. Mesmo ao pêso da velhice, a sua personalidade mantinha-se palpitante e viva, profundamente interessado nos assuntos da coletividade, e emocionantemente solidário com a pessoa humana. Memória prodigiosa, recordava, com impressionante precisão de detalhes, fatos e pessoas da vida nacional, da vida do Estado, com indefinível sabor na revivência de tôdas as emoções. Bom, generoso, acolhedor, contagiante de ideal, sempre prestimoso, polarizou profundas e sinceras amizades pessoais, tanto dos humildes como dos importantes da sociedade, tanto dos pobres como dos ricos, identificando-se, misturando-se na intimidade que faz a família, no encanto da sua solidariedade e na beleza das suas expansões afetivas. Incansável lutador pelos interêsses do Rio Grande do Norte, sua terra de sentimento e de coração, estudou e defendeu arduamente os problemas regionais, a solução racional do flagelo periódico das sêcas. Com o intuito de melhor aprender, viajou pela Europa e Oriente, estudou o povo e a terra, os problemas sociais e os problemas econômicos, observou o espírito das civilizações exóticas e o fulgor das civilizações modernas. Fortaleceu-se da convicção do aproveitamento das regiões áridas, levando-o a sustentar, com tôdas as suas energias, no parlamento nacional, a necessidade de meios e recursos obrigatórios, por fôrça de lei, para solucionar a desgraça das longas estiagens do Nordeste. Os seus discursos na Câmara e no Senado traçaram corajosamente diretrizes racionais e lógicas, com a experiência e a técnica com que os ingleses tornaram ricas extensas áreas do deserto. É uma documentação de valiosos ensinamentos, fundamentada em odjetivos econômicos, e de valôr sociológico indiscutível.

Na imprensa, foi jornalista de primeira grandeza. Primor de linguagem, fina sátira, análise funda e penetrante, estilo atraente, cheio de substância e harmonia. Homem manso, polido, pacato de espírito, suave de temperamento, profundamente afetivo, um dia acordou de juba revolta e crêspa. É que as liberdades públicas, no seu querido Rio Grande do Norte, aos desatinos de interventores da revolução de 1930, estavam comprometidas na essência dos seus fins, quando nem os direitos do homem, nem a razão dos acontecimentos, ou a lógica dos princípios elementares da dignidade do homem era uma razão básica da condição humana.

Sem ser intencional, fêz, então, verdadeira escola de jornalismo e de civismo, impondo a mística da pregação sadia, na elegância daquele estilo vivo e forte, inconfundível na beleza da expressão, na segurança da forma, e na análise precisa e serena. Infundia o espírito de resistência cívica e de sadia formação polí-

tica. Austeridade e cortesia, respeito e lealdade eram as armas invencíveis do seu combate. Muitas vêzes, borrifando o adversário com a anestesia do seu estilo gracioso, cheio de astúcia e de maliciosas entrelinhas, torturava-o tanto, quebrando-lhe os ossos e arrancando-lhe as vísceras, que o pobre diabo não tinha pelo menos o direito de gemer a dor que o aniquilava. Hoje, há ainda quem guarde números do jornal "A Razão", com artigos de Eloy de Souza. Há até quem os tenha de memória para recitá-los, tal a maravilha, o primor e o encanto, tanto da essência, como da análise peculiar, e do valor literário. E com que espírito, êle dizia: Tenho tanta pena daquele pobre rapaz..." Só Deus sabe o veneno que ia nesta delicadeza...

Corajoso, desassombrado, nunca se serviu da sua pena vigorosa para fins que não se harmonizassem com o interesse social, econômico e educacional do povo. Também, nunca mediu os desgastados que podessem causar as verdades de sua palavra, porque, a serviço do bem, era o guardião atento dos princípios de liberdade e de democracia, dos princípios de justiça e dos legítimos interesses da coletividade. A sua alma, a sua sensibilidade, o seu patriotismo, a sua cultura, a sua vocação, as suas esperanças e o seu idealismo traçaram as linhas do seu caráter e firmaram as diretrizes de um patrimônio moral todo a serviço do Rio Grande do Norte. Bonançoso de alma, pronto para a concórdia, obsequioso e abnegado, deu tudo quanto possuía e tudo quanto ganhou na vida pública, com desprendimento evangélico, com encantadora solicitude. Defensor dos direitos da terra e das reivindicações do povo, era o homem de luta em nome da justiça, um devotado das instituições democráticas, um intransigente, homem forte e dominante no combate pelas causas justas.

Nascido em Pernambuco, mereceu ser filho dileto do Rio Grande do Norte, e viveu na terra e pela terra. Mesmo prêso às limitações que a velhice obriga, de sua residência, valendo-se do telefone, mantinha estreita e constante comunicação com todos os amigos, perfeitamente em dia com tôdas as novidades, políticas e sociais, do Estado ou do País, privadas ou públicas. Tinha sempre oportunidades para aconselhar, opinar com segurança, armado do exemplo e da experiência da vida, com absoluta lucidez e claro raciocínio. Escutando as vozes do seu tempo, e revivendo os cenários que o prodígio da sua memória trazia ao presente, evocava, com deliciosa minúcia, fatos e personagens de significação histórica, para exemplo de profundos ensinamentos e de revelações úteis à posteridade. Homem de bom coração, de bom senso, simples d'alma, decidido de atitudes, quando a alguém faltasse moderação e prudência, êle, com sabedoria e argúcia, refreava a tempestade com a razão.

O seu espírito acompanhava, com suavidade, a evolução dos tempos. Justificava as expansões da mocidade, sentindo-lhe as alegrias e o calor do espírito. Era uma velhice moça e jovial, que se confundia com o presente, sem os conflitos de opiniões tão próprios de uma época que passa com outra que renasce.

Quem tanto ensinou com o exemplo da própria vida, quem tanto fez pelo seu país e pelo seu Estado, inculcando o civismo e estimulando o progresso material e as atividades que engrandecem a terra e o povo, quem tanto fez pela instrução e cultura do Rio Grande do Norte, quem tanto se identificou com a terra, vivendo a emoção de filho, de irmão, de pai e de avô, em todos os seus triunfos, alegrias e tristezas, fez, também, com tudo isto, o monumento da sua imortalidade. Imortal por esta Academia, pelo valor e beleza das suas letras. Os seus livros e artigos são uma obra literária. A Cadeira n. 17, de que é patrono Pedro Velho, chora o vazio do seu silêncio, e todos nós, com a bandeira hasteada em luto, assistimos com saudade a sua mudança para o céu.



## A TEMPORADA LITERÁRIA DE 1930 (\*)

NILO PEREIRA

A oportunidade que a Academia Norte-Riograndense de Letras me oferece — a de falar aqui, na sua sede própria, que devemos à tenacidade e à capacidade de ação do seu presidente, o meu caro amigo escritor Manuel Rodrigues de Melo — é das que não esquecerei nunca. Nada me honra mais do que pertencer a tão ilustre Companhia, onde se encontram os maiores nomes da cultura da nossa terra. Mesmo de longe acompanho a vossa caminhada, que agora se exalta com a inauguração desta sede, prova da vossa alta compreensão nos destinos de tão ilustre entidade. Trazendo o eminente acadêmico Luiz Delgado, presidente da Academia Pernambucana de Letras, para fazer a conferência inaugural da vossa nova fase de trabalho, mostrais, senhores acadêmicos, o vosso intento de elevar cada vês mais o nome glorioso da nossa Academia. Acreditamos todos no papel das Academias, como nos dirá o escritor Luiz Delgado, na sua magistral oração, que ecoará sempre nesta Casa como u'a mensagem de confiança na missão que nos é assinalada.

Não somos, os acadêmicos, os únicos homens de letras dignos do nome. Mas somos cavaleiros armados para uma tarefa de cuja importância não é possível duvidar. Não temos figurinos prontos nem estilos encomendados. Temos só a consciência — e basta-nos isso! — dum dever cultural para que se reclama não a fatuidade, mas a responsabilidade. O nobre exemplo da Academia Norte-riograndense de Letras repercute, nesta hora, em todo o Nordeste. Sua vitória não é apenas a duma realização material aliás tão relevante, que, por si só, consagra a sua atividade benemérita; é a vitória do Espírito que celebramos unidos e jubilosos ao lado dêsse homem sem mêdo e sem

---

(\*) Palestra realizada no dia 5 de setembro de 1964, por ocasião da instalação de parte da nova sede da Academia Norte-Riograndense de Letras.

mancha, dêsse herói de tantas lutas, dêsse trabalhador de tantas vinhas, dêsse volutuoso de tantas teimosias, dêsse realizador de tão invejável obstinação — o nosso Presidente Rodrigues de Melo. Presidente já perpétuo no consenso da nossa inteligência e da nossa sensibilidade. Imortal pelas letras; perpétuo pela ação. Este edifício, que é o milagre da inteligência e da vontade, nasce com o seu nome natural: Casa Manuel Rodrigues de Melo.

Em 1930 não se podia dizer que Natal fôsse a cidade pacata, cujo desenvolvimento o jornalista e geógrafo Manuel Dantas previa para um prazo fatal de cinquenta anos. Não era a cidade que Henrique Castriciano previa alongada pelos lados da Redinha, em artigos de jornal que Luis da Câmara Cascudo transcreverá no seu livro *NOSSO AMIGO CASTRICIANO*, cujo prefácio confiou a êste seu modesto discípulo, não menos devotado à distância do que aquêles outros mais próximos do mestre: êstes últimos mais ricos da experiência pessoal e do fascínio dêsse homem tão fortemente telúrico, êle próprio, à semelhança de Castriciano, tanto de Natal como do mundo.

Vinha do governo de José Augusto Bezerra de Medeiros a transformação política e cultural a que nós outros, estudantes da época, assistíamos já conscientes dos tempos novos. Uma espécie de Mecenato intelectual assinalava no governador José Augusto o gôsto pela proteção dos talentos, daqueles que, sem a ajuda do Estado, teriam visto murchar as ilusões da inteligência. O governador democrático, que andava a pé, tomava café no “Cova da Onça”, e pertava a mão aos adversários, ia à Ribeira de bonde, contava anedotas e era, êle próprio, vítima de anedotas satíricas, segundo as quais, pelo bom coração que tem, dava razão a todos, inclusive aos que lhe tiravam a razão — iniciava em Natal um estilo político que havia de ser, pela vida tôda, a sua vocação, o seu destino, a sua lição. Não havia nisso a cortesia eleitoral do candidato que, hoje em dia, dobra a espinha dorsal em arco para desferir setas piedosas no coração do eleitor, desmanchando-o em votos. Aquilo era o homem todo, autêntico, no seu culto democrático. A Oposição, enfeitçada, morria aos seus pés. O Governo impunha-se também pelas boas maneiras, pelo sorriso do “condottieri”, pelo gesto amável e largo com que amolecia a crítica. Mas a liberdade de opinião, hierática e legal, mantinha-se íntegra e desimpedida. Apenas o feitiço do governante era uma arma perigosa, a magia pessoal que transfigurava arroubos da Convenção num pacífico 18 Brumário, sem golpes.

Nós, estudantes, íamos anotando essa posição simpática, êsse aliciamento político sem quebra das dignidades e das tradições pessoais. A imagem mais forte que me ficou dêsse homem público de estilo nôvo, amigo do povo sem qualquer cenografia demagógica, foi o seu modo democrático de entrar em Natal, em carro aberto, ao lado do presidente eleito da República, o sr. Washington Luiz. A Revolução

dêsse decisivo ano de 1930 nem ao menos estava no ar. A Legalidade repousava nos textos frios, na ordenação mansa das normas republicanas. Era um outro Afonso Pena que, eleito, vinha ao Nordeste para ver de perto o nosso drama. Natal tôda estava na rua, engalanada, festiva. O carro vinha pelo Baldo, lento, responsável, ganhando a avenida, já noite. O presidente eleito, hierático, compondo à meia luz o perfil cesáreo do homem providencial, era o retrato vivo da autoridade no cenário histórico da República romana. Dir-se-ia que os aplausos eram para o Dr. José Augusto, que respondia à multidão com o chapéu transformado em panacho de líder liberal. O presidente não perdeu aquela austeridade, aquêle tom barroco que o levaria, mais tarde, a deixar o Poder sem quebrar a linha castiça da sua Legalidade clássica. Na verdade, era um clássico da política, assim como o nosso José Augusto era o último dos românticos. Os estilos eram diferentes; mas é curioso como, no julgamento de ambos predomina o traço comum da honestidade pública, que os fêz sem nenhum exagêro, a mais vigorosa expressão plutarqueana do varão republicano.

O caminho do Mecenato intelectual que José Augusto abriu alargou-se no govêrno Juvenal Lamartine. Por temperamento era diferente do antecessor. A autoridade exprimia-se nêle por um ar fechado de político consciente da sua fôrça. Talvez não tivéssemos acesso junto a êle como junto ao outro. A velha expressão que consagrou em José Augusto um homem afável, distribuído em conhecimentos inumeráveis — “Bom e velho amigo, na boa e na má fortuna” — o hábito de chamar a todos pelo nome todo, a erudição genealógica que lhe permitia perguntar por tôda uma árvore quando tratava com uma pessoa só — isso não íamos esperar do Dr. Lamartine, porque acreditávamos que José Augusto era único.

A verdade é que o nôvo governador, que uma reforma constitucional elevava a presidente do Estado, se não era um outro José Augusto pelo estilo, trazia consigo uma flama renovadora que poucos homens públicos, neste nosso País, são capazes de possuir. O voto feminino e a aviação civil são dois marcos na história duma Nação suscetíveis de dar a medida dum estadista.

Em 1930 estávamos preparados para apresentar ao Brasil um padrão de vida intelectual e política digno de enfrentar o mais severo julgamento. O Estado pequeno engrandecia-se pelos métodos da administração, pelo sinal das posições novas no País ainda tímido dos avanços fatais. E foi justamente por essa época que o jornal oficial A REPÚBLICA, fundado por Pedro Velho e redigido pelos mais notáveis jornalistas do Estado, recolheu talvez mais do que nunca os jovens, alguns ainda preparatorianos ou estudantes do Ateneu, outros já acadêmicos de Direito no Recife, aos quais se abria a oportunidade duma iniciação já vizinha da glória provinciana. A di-

reção de Cristóvão Dantas e de Adauto da Câmara permitiu que jovens de talento — um Edgar Barbosa, um Otacílio Alecrim, um Luiz Tôrres, um Damasceno Bezerra, um Edgar Dantas, e tantos outros, — tivessem no velho jornal, muito mais cultural do que palaciano, muito mais dos atos da inteligência do que dos atos oficiais, um órgão dos problemas que vinham agitando os espíritos. Ficou famoso — lembro-me bem — o artigo que Edgar Barbosa escreveu sobre “O Pan-sexualismo de Freud” — a tese arrojada com que o jovem escritor sacudia um pouco o pó da rotina burguesa, na Província. O secretário d’A REPÚBLICA, Aderbal de França, cronista mundano experimentado nos melhores jornais do Rio de Janeiro, trazido pelo presidente Lamartine do exílio federal, dava feição nova ao órgão de Pedro Velho — criava secções, iniciava em Natal a crônica social com um gosto literário admirável, atraía vocações, fazia um jornalismo atuante, vivo, direto. A crônica internacional de Antônio Bento antecipou, na imprensa brasileira, valha-nos a verdade, o gênero difícil e raro. Até o itálico punha nessa crônica uma moldura gráfica que valia por uma advertência ao leitor.

Foi por essa época que tive o meu alumbramento jornalístico. Já escrevia no antigo DIÁRIO DE NATAL, sob a direção de Alberto Roselli, advogado e diretor da Escola de Comércio, pela qual sou diplomado, e para onde fui atraído por um amigo inestimável, que tantos serviços tem prestado ao Rio Grande do Norte — Ulisses de Góis. O DIÁRIO era órgão da Boa Imprensa. Para nós outros, afeitos, por formação, ao confessionalismo do diário católico, A REPÚBLICA, lá em baixo, na Avenida Tavares de Lira, parecia-nos a má imprensa, a imprensa cética, política, neutra, podendo tratar de assuntos que aos de cá, da rua Vigário Bartolomeu, eram proibidos. Era uma espécie de divisão em xarias e canguleiros do jornalismo natalense. O bispo Dom José Pereira Alves, orador consagrado, animava o jornal, dava ênfase à Ortodoxia e repetia Dom Vital na luta contra a Maçonaria, postada quase em frente.

Entre para o DIÁRIO com dezessete anos de idade. Nas suas páginas amarelcidas estão as minhas notas e reportagens sobre os primeiros aviões vindos a Natal, líricamente pousados sobre o Potengy. Não esqueço o discurso que Dom José fez a Sarmento de Beires, no melhor estilo camoneano. Começou dizendo: — Um velho de aspecto venerando, etc. Houve quem me advertisse: -- Ele disse *aspecto*, quando é *aspecto*. Informei, triunfante, que a expressão campeava n’OS LUSÍADAS: — era o velho do Restelo, a prudência da terra contra o arrôjo dos homens do mar. Fomos à Biblioteca Pública, à rua da Conceição: a palavra camoneana dormia o sono da glória no poema imortal, posto em sossêgo. Dom José subia na nossa admiração. O colega e amigo que me disse isso é hoje um dos meus mestres: nunca mais lhe pude dizer nenhuma novidade nem desco-

brir para êle alguma palavra escondida como uma raridade na floresta clássica.

Quando recebi de Aduato da Câmara, com o apôio de Aderbal de França, o convite para escrever n'A REPÚBLICA, quase não acreditei no que ouvia. O problema do jornal católico desaparecia diante dos têrmos incisivos do apêlo: — podia escrever como quisesse. Nem mesmo me mostraram as conveniências ou inconveniências de trabalhar em jornal do Govêrno. Publiquei logo um artigo contra o Positivismo. Um jornalista do Interior indignou-se e afirmou que eu estava contra o regime republicano. Disse que eu, não tendo o que fazer, atacava insolentemente Augusto Comte, o qual, no caso, seria o meu bey de Túnis. A conclusão era uma só: eu não passava dum ignorante. Êsse adjetivo me tranquilizou, pois receiava outro p:er, já naquele tempo: subversivo. A REPÚBLICA, apesar do nome, não era positivista. Havia liberdade de pensamento. Meu catolicismo que, graças a Deus, é cada vêz mais vivo, mais forte, estava em paz. Augusto Comte não podia ser meu patrono.

Nessa época começavamos a sentir os pruridos revolucionários. A crítica do sistema eleitoral era já intensa. O presidente Washington Luiz, que eu via alto, cenográfico, o "cavanhac" à moda francesa, elegante, offembachiano, em carro aberto com José Augusto, encar-nava a Legalidade ortodoxa, a Constituição rígida, a disciplina mística da ordem jurídica. A influência de Jackson de Figueiredo me arrastava aos conceitos intocáveis da Legalidade e da Autoridade. Natal começava a sofrer a inquietação da hora indecisa, tumultuária, que se anunciava. Escrevi então, n'A REPÚBLICA, um artigo contra a Revolução. Um artigo que hoje classificaria de jacksoniano. A direção estampou-o na primeira página. Olhei e não vi: era a glória. Quando estourou a revolução de 1930 eu ainda residia em Natal, embora estudante do segundo ano da Faculdade de Direito do Recife. Fiquei esperando o castigo. Dostoiewsky me dava a sugestão fatal: crime e castigo. Nada fizeram contra mim. Ninguém havia lido o meu artigo... O chefe de Polícia da Revolução, Café Filho, quando lhe fui pedir o salvo-conduto para ir ao Recife prestar exames, recebeu-me com efusão. Nem me falou no artigo nem perguntou pelo lenço vermelho.

Se eu já escrevia n'A REPÚBLICA — perdoai-me a falta de modéstia — não me espantou muito o convite que me fêz Aderbal de França para tomar parte na TEMPORADA LITERÁRIA DE 1930. Mesmo assim a lembrança do meu nome me deixava perplexo. 1930 era um século de Romantismo. A TEMPORADA tinha um pouco êsse sentido: assinalar um século de Romantismo. Mas o tema não foi imposto a ninguém. Lembro-me das conjecturas que fiz para escolher o meu assunto. O que me ocorreu foi um estudo de iniciante sôbre o O ESPÍRITO DAS LENDAS. Meu propósito era demonstrar

fazendo das fraquezas fôrça — que a História não esgotava a vida. A lenda, com o seu toque heróico ou folclórico ou mítico ou imagístico, punha na vida humana um sabor de magia. Nem sempre guardo o que escrevo, mesmo porque, no meu caso, não há o que guardar. Mas essa velha palestra, a primeira que proferi em público, já amarelecida pelo tempo, datilografada em máquina de tipo miúdo da Escola de Comércio de Natal, tenho-a como a melhor das recordações. Lendo-a hoje, sinto-me humilde. O tema era atrevido; mas a linguagem vinha despretenciosa. Meu maior defeito nessa conferência era a inflação do adjetivo, embora a frase não chegasse a ser propriamente farfalhante ou borbulhante. Espanto-me como sabia escrever em ortografia antiga: as palavras tomavam aspecto fantástico, denso, florestal. Filosofia com dois “ph” era excesso de saber. Quimérico com “ch” parecia uma ilusão mais difícil. Detenho-me nesses pormenores e vejo o tempo passar suavemente, como um rio manso, que nem sempre é o esquecimento.

Essa minha palestra na TEMPORADA LITERÁRIA DE 1930 começava assim: — “Haveis de achar paradoxal, minhas senhoras e meus senhores, uma palestra sôbre o espírito das lendas. A literatura contemporânea, que vem se amoldando a outras tendências, tomando outras côres, revestindo outros aspectos, descrevendo uma longa e demorada evolução, parece brigar com o classicismo das lendas, que eu julgo encantador tanto quanto quimérico”. E acrescentava: — “Ora, as lendas... haveis de dizer”. Meu propósito era trazer o auditório ilustre para um oasis. Mas, relendo piedosamente o trabalho, terminado no dia 18 de junho e lido no dia 21, conforme as anotações, vi que dispunha ainda de três dias para meditar. Isso era o bastante para tirar os adjetivos, um pouco de sonoridade que acaso pudesse acordar os mitos clássicos, poéticamente adormecidos nas florestas ou no fundo das águas. O texto sofreu poucas emendas. A imaturidade estava patente.

Mas havia uma outra intenção, vagamente filosófica: chamar a atenção do público para essa coisa tão velha quanto o homem; o princípio dualístico da vida — o gênio bom que se opõe ao mau, a luta do livre arbítrio no mundo imaginário, entre deuses remotos que o homem criou para complicar mais ainda a vida, mas também para torná-la mais misteriosa. Esse museu de cêra da Mitologia saía um pouco da contemplação, do segrêdo das religiões e das cosmogonias, do etéreo espaço, para nos dar as mãos, em 1930, numa peregrinação estranha de duendes, gnomos, gênios, assombrações.

Corria tranquilo o mês de junho, mas já a fogueira revolucionária dava sinais com algumas brasas do São João rubro, aquietado na nossa literatura, na nossa crença em outro mito, o sr. Washington Luiz. Esse meu pobre documento literário de 1930 não deixa entrever a crepitação política. Lendo as MEMÓRIAS de João

Neves da Fontoura vejo hoje que junho não era mês para lendas. E eu dizia delas num longo período dionisíaco, quase pretencioso: — “Através delas renasce a Grécia, em todo o esplendor, em tôda a pompa, em tôda a luz, em tôda a maravilha, em tôda a beleza, em tôda a majestade dos seus poemas mitológicos que projetaram para a immortalidade e para a glória êsses numes das letras que se chamaram — Homero e Virgílio, Sófocles e Anacreonte, Safo e Tirteu, e tantos outros, tantos outros, que enchem o panteon literário da velha Grécia, diante de cujas ruínas solitárias Renan entoou a sua ORAÇÃO NA ACRÓPOLE, hino de amor e de veneração ao eterno gênio helênico; através das lendas ressurgem o Egito sonhador, paisagem descolorida da história dominada pela imponência das pirâmides seculares, que não de sempre resistir, mudas e heróicas, às soalheiras do deserto; através delas a Índia primeva sai do túmulo dos seus eternos sonhos e da sua contemplação infinita e do seu misticismo e da sua inércia; Roma reaparece, líubrica e guerreira, no seu mitologismo simbólico; medos e persas, assírios e babilônios ressuscitam nas suas lendas, que marcam o apogeu e a estética da sua fantasmagoria”.

O texto é pobre, mas arrebatado, gordo. A conclusão rebentou antes mesmo do prosseguimento da tese: — “E parece mesmo que uma história sem lendas seria árida, estéril e intratável, e a sua verdade, não teria atração, nem enlêvo, nem encanto”.

Por essa época de devaneio eu acreditava mais no mítico do que no heróico. Numa frase que traía um pouco Raul Pompéia sentenciei: — “A mitologia arranca-nos à austeridade didática da narração”. E quase como Euclides da Cunha, falando da Companhia de Jesus para ressaltar a figura e a obra de Anchieta, fechei sem hesitar: — “Este é o seu grande, o seu inigualável milagre”. Não me esqueci, porém, de dizer que a Mitologia é uma mentira. Mentira deliciosa. Fecunda mentira. E apegado à poesia, que procurava como um peregrino audaz no labirinto da fantasia, dizia: — “Há mais poesia do que história, mais lirismo do que cronologia, mais fantasia do que narração na crônica multissecular das idades”. Os tempos se encarregaram de desmentir a assertiva: sou hoje catedrático de História e não de Mitologia...

Os livros citados nessa palestra de 1930 mal podem dar a impressão do que se passava no Brasil. Só um deles — O RETRATO DO BRASIL, de Paulo Prado — estava em voga: era um manifesto pessimista da nossa miscigenação triste. Admiro-me cá com os meus botões como tendo tido tanta influência no meu espírito o pequeno grande livro — TENTATIVA DE ITINERÁRIO, de Tristão de Athayde, dirigido aos que tinham vinte anos — ao debate espiritual da época houvesse eu preferido simples divagação sobre lendas: divagação quase didática, um tanto inspirado em conferências de Bilac. A TEMPORADA era rigorosamente literária. Talvez por isso o tema

literário tenha predominado sôbre o que se chamava a angústia do após-guerra, a incerteza dum mundo perplexo, ferido, desalentado. Refugia ao mundo moderno; perdia-se numa composição livresca, num exercício literário sem consequências, pois os deuses ficavam nos seus lugares, as ficções no seu capítulo próprio; e a literatura propriamente dita podia continuar certa de que, naquela noite de 21 de junho, no edifício da Prefeitura de Natal, onde se realizou a TEMPORADA LITERÁRIA DE 1930, não havia como temer pelo repouso mental dos seus aficionados.

As lendas ficaram no ar, soltas, como balões dum São-Jeão literário, subindo lentamente para uma região distante, onde a estas horas, a conquista cósmica põe em correria os deuses do paganismo. Já ao findar a palestra, generosamente ouvida pela assistência, na qual parece-me estar vendo meu Pai, talvez contente com o brilharete do filho, eu mesmo dizia o que representava o esforço pela ressurreição lendária: — “Aqui termina o meu entretenimento literário convosco”. Era isso mesmo: um entretenimento, nada mais. Um passa-tempo. Mas como eu desejava mostrar que o mundo é o palco dos gênios dualísticos, o fêcho bilaqueano impunha-se no soneto adequado: —

Não és bom, nem és mau: és triste e humano. . .  
Vives ansiando em maldições e preces,  
Como se a arder no coração tivesses  
O tumulto e o clamor de um largo oceano.

Pobre, no bem como no mal padeces;  
E, rolando num vórtice vesano,  
Oscilas entre a crença e o desengano  
Entre esperanças e desinteresses.

Capaz de horrores e de ações sublimes,  
Não ficas das virtudes satisfeito,  
Nem te arrependes, infeliz, dos crimes.

E, no perpétuo ideal que te devora,  
Residem juntamente no teu peito  
Um demônio que ruge e um deus que chora. . .

O tema grego andou me preocupando nesse já remoto ano de 1930. Curioso é que a sugestão vinha muito da influência que sôbre mim exerceu um helenista de Natal, o ao mesmo tempo sábio e santo cônego Luiz Monte — Luiz Gonzaga do Monte — nascido na Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, mas radicado em Natal desde menino. Seus discursos admiráveis tinham sempre um toque

helenístico. Animado com o êxito caridoso que teve a minha palestra na TEMPORADA LITERÁRIA DE 1930, fiz a minha segunda conferência pública, na Escola de Comércio de Natal, no dia 8 de setembro do mesmo ano, quando a Escola, dirigida por mestre Ulisses de Góis — mestre de gerações no mais puro sentido da palavra — completou o seu 11.º aniversário de fundação. O tema foi êsse — A GRÉCIA DE ONTEM E DE HOJE. Estávamos às portas da revolução, mas, eu embalado pela beleza, queixava-me do esquecimento em que caiu a Grécia. E invocava a ORAÇÃO DA COROA, traduzida por Latino Coelho. E continuando o pensamento mítico da palestra sôbre o ESPÍRITO DAS LENDAS, terminei por dizer como se estivesse à sombra de alguma ruína: — “Ninguém perturbe o sono da Grécia. Que ela durma sorrindo com a sua glória, a sua tradição, a sua imortalidade. É assim que eu te compreendo, ó velho país das grandes lendas heróicas, que revelam a índole e o caráter da tua gente. É assim que eu te vejo. É assim que eu te sinto. E sobretudo é assim que tu não morres, ó velha e maravilhosa Grécia!” Quem sabe se, a esta altura dos tempos, quando o mundo volta a se agitar, não gostaria a Grécia de ouvir êsse hino à sua placidez heróica, êsse canto à sua grandeza muda!

Tudo isso era o ano de 1930 para mim. Ano romântico, de alumbramentos. A Temporada Literária punha nos nossos espíritos o gôsto pelo devaneio. Aderbal de França, concebendo-a, nem podia imaginar — quem sabe? — o bem que nos fazia, a nós outros, jovens, que tínhamos nisso a iniciação literária. Em carta de 23 de agosto último, com o seu admirável talento, dizia-me Edgar Barbosa: “Aderbal é uma figura que ainda não foi estudada com a devida justiça. Lembro-me sempre de que CIGARRA, a revista por êle feita da cabeça aos pés, cinco números que na época foram o que de melhor se fêz no Nordeste em literatura, sociedade, mundanidades (um FON-FON regional), resumiu brilhantemente nossas aspirações intelectuais. O ano de 1930, ainda hoje, é para mim uma montanha povoada dos seres da nossa exaltada mitologia. Volto-me para ela com o encanto de haver pretendido escalá-la e de lembrar que conversei com alguns deuses. As coisas, de então para cá, entraram em declínio, a paixão literária amorteceu, mas a montanha ficou e em nós o encantamento de termos participado da aventura maravilhosa”.

Ninguém terá dito melhor dessa aventura do espírito, que aconteceu há trinta e quatro anos e agora, de certo modo, se renova com o ANO LITERÁRIO DE 1964, que o escritor Rodrigues de Melo inicia nesta Academia, inaugurando a sede própria, que é o resultado do seu idealismo, da sua coragem de pedir, da sua dialética, do seu esforço de menino que correu em cavalo de pau pelas várzea do Açú e agora brande a lança do Quixote contra todos os moihos de vento.

Trinta e quatro anos se foram e hoje retomamos o mesmo sonho, num mundo diferente. Diante de nós está a mesma montanha que deslumbrou Edgar Barbosa. As lendas têm o mesmo espírito. A Grécia não morreu. Do fundo dos tempos vem a permanente estesia das coisas que o homem inventa para dar a impressão de não chegar ao fim. Somos os mesmos peregrinos do Mistério. Mudamos o estilo. Mas não mudamos dentro de nós os mitos em que alongamos a infantil credulidade, a ficção com que enganamos a vida. Foi assim em 1930. É assim hoje. Do cimo da montanha olharemos sempre o mundo como crianças diante dum brinquedo, cujo segredo procuramos alcançar pela fantasia, que é o desespero da razão. Aí de nós se não fôsse assim. Se 1930 não fôsse 1964. Se a ficção não estivesse entre um e outro para nos dar a ilusão de que somos os mesmos; e de que na nossa alma há um engano que faz do tempo que passou um tempo que não passa nunca!

Aqui termina o meu entretenimento literário convosco. . .

## PAPEL DAS ACADEMIAS (\*)

*LUIZ DELGADO*

Animal esquivo, agarrado como uma ostra à concha em que nasci, inimigo de viajar por temperamento e condição, lamento vir pela primeira vez à vossa bela cidade clara e sorridente, não para vê-la com olhos tranquilos e descuidosos, mas para despejar sôbre ela, despejar sôbre vós que tão bem a representais, a minha pobre literatura.

Confesso que não vos fito sem remorsos. Não sois, perante meu coração mais profundo, uns hospedeiros generosos e bons, a cumular-me de gentilezas que em vão vos agradeço: sois umas vítimas imprudentes que me mandastes buscar, que me recebestes com requinte, que saistes dos vossos cômodos e aqui estais, impávidos. Ireis bater-me palmas sem dúvida, que a isso vos impelem também as convenções. Ah! como eu gostaria de vos dizer coisas belas ou altas, ao nível de vossa inteligência e de vossa fidalguia! Peço-vos que aceiteis a sincera homenagem de minha confusão nesta hora, quando me sinto tão longe das distinções com que me recebeis.

Se outros fôssem os meus poderes e os meus dotes, talvez me aventurasse a correr para a infância e recordar as primeiras impressões que me suscitou a vossa nobre província por onde andavam parentes de minha mãe, inclusive o que toi a um então remoto Caicó, juntando o seu destino a uma Nóbrega que assim se integrou no seio da minha tribo. Quando ia ao Recife, era na casa de meus pais que se fixava. Certa vez, como fôsse figura importante, levou consigo um soldado que lhe servia de ordenança e ainda me lembro

---

(\*) Palestra realizada no dia 6 de setembro de 1964, por ocasião da instalação de parte da nova sede da Academia Norte-Rio-grandense de Letras.

dêle, com as vistosas, coloridas fardas daquele tempo, sentado à porta a tarde inteira, aguardando chamados e dando estranhos relevos à modéstia da minha rua...

Havia também os nomes das cidades de onde chegavam as cartas, as notícias. E não eram, aos meus ouvidos, nomes doces, mesmo quando continham invocações religiosas: S. José de Mipibu, Santa Luzia do Sabugí. Nas sílabas de Canguaretama, corria qualquer coisa de marcial e de rude.

Meu primo seminarista chegava com a mala pesadíssima de livros. Só um carregador, dentre os que conhecíamos, tinha disposição bastante para subir com ela à cabeça a ladeira do Seminário ou ir levá-la, de madrugada, nos regressos, à estação do trem, no Brum.

O outro Rio Grande do Norte que me passou escassamente ao alcance, já não era assim doméstico e pueril. Era ruidoso de vozes, brilhante de inteligência: o Rio Grande do Norte do vosso fulgurante Cascudo, falando sôbre literatura e sôbre história nos corredores da Faculdade de Direito. Calado e humilde, lá me ficava eu no meu canto, olhando, talvez com inveja, aquela irradiação, aquêle prestígio.

Começava eu também a escrever, naqueles idos. A escrever minhas pálidas lorotas. Dois homens eminentes e acatados me acolheram com carinhosos estímulos: um era o pernambucano Lucilo Varejão; o outro, o rio-grandense Araújo Filho. Ainda hoje estão a meu lado, ainda os procuro e os ouço — preclaros amigos a quem nunca poderei ser ingrato.

Vêde que dou a êste meu ingresso de agora em vossos círculos uma solenidade ritual, invoco precedentes, apresento padrinhos. Inclusive êste que veio comigo e que aqui está — não direi junto de mim, pois é acima e à frente de mim que êle anda sempre: Nilo Pereira.

Ele costuma repetir, com os enfeites de graça e de malícia que sabe pôr em suas histórias, o nosso primeiro encontro. Civilizado desde o berço, achou que devia ir visitar-me em uma de suas primeiras passagens pelo Recife. Não calculava que iria encontrar um sujeito rústico, incapaz de manter palestra quando não havia negócio preciso a tratar. E ficamos os dois — eu, acuado no que êle nem sabia que era apenas tímido, e êle, atordoado com a recepção canhestra e fria...

Muitos anos passaram, já, sôbre o episódio longínquo. Confluímos, os dois, para algumas idéias e trabalhos comuns, confluímos até para a mesma família, casados que somos com duas irmãs. Creio que, a estas alturas, êle vai se acostumando comigo — inclusive com a minha falta de hábitos sociais, triste moldura negativa para o quadro em branco das outras qualidades que também

não tenho. E é um imenso serviço o que êle me presta vindo aqui comigo: a cintilação de suas palavras responde à vossa finura — e eu posso continuar no meu apagamento que dêsse modo não ofende muito as vossas vistas.

Tudo isso mostra que esta minha primeira visita à vossa terra não é o nosso primeiro encontro.

E como se vós mesmos tivésseis a intenção de sublinhá-lo, a voz que ouço a saudar-me quando entro neste recinto, é a de Paulo Pinheiro de Viveiros.

Onde é que estamos agora, caríssimo confrade potiguar? É na sala nobre de uma Academia ilustre ou é na sala de redação de um diário recifense, antes de 1930? Somos dois cinquentões mais ou menos cansados, ou somos dois rapazes curiosos e ardentes diante do futuro? Será possível que nos reencontremos aqui e logo não ressurja em tôrno de nós o ambiente de estudo e de trabalho, de aulas e de redações em que deixamos um pouco de nós mesmos, num Recife desaparecido há mais de trinta anos?

A poderosa continuidade da vida dispensa-me, porém, prezado companheiro de ontem e de hoje, de intentar qualquer esforço de reconstituição imaginativa. Não é necessário procurar erguer pontes de retórica entre o passado e o presente. Passado e presente são a mesma coisa na essencialidade dos corações e dos destinos. Que fazemos ainda hoje? Estudar, sonhar, aprender... Como ontem. Foi-se de junto de nós a figura tão austera quão generosa do nosso mestre de jornalismo — Caio Pereira. Não está aqui, a corrigir os nossos pronomes ou apagar os nossos galicismos. Mas, se procurarmos em tôrno de nós, nas Academias de que fazemos parte, encontraremos, acaso, apenas impessoalizadas e sutis, outra força, outra inspiração, outra crença, sinão as daqueles verdes anos longíquos?

Transfiguram-se, com efeito, as disciplinas e as tarefas pela vida a fora, mas só na aparência. Juvenis ardores transmutam-se em maduras cautelas. No entanto, quando nos analisamos, descobrimos que o impulso fundamental é, ainda, o mesmo. É certo que já não esperamos triunfos espetaculares e talvez já nem os queremos: não será, porém, um idêntico sonho de vitória o que nos leva a lutar dentro de nós por um pensamento mais exato, por uma expressão mais perfeita, por uma linguagem mais límpida? A consciência reclama agora, serenamente, o que, outrora, entre alvoroços, a ambição exigia. Queremos entrar nas Academias de Letras por vaidade; quando, porém, nos ajustamos a elas, advertimo-nos de que é outro o seu espírito verdadeiro: um espírito pertinaz, humilde, fiel. São essas as virtudes que dentro delas exercitamos.

Não é êsse, bem o sabemos, o generalizado juízo que por aí a fora se faz das Academias.

Prejudica-as a fama secular, o indisputado prestígio de um nome que se recobriu de glória — sim: de glória autêntica, muitas vezes. A princípio, tratava-se apenas de escolas, de indivíduos que se reuniam para mútuo estímulo e mútua ajuda em suas estudiosas preocupações. Tão fecundamente o fizeram, que acabou sendo título de honra pertencer a uma delas. As que cumpriram o desígnio inicial, enriqueceram-se de um ouro abundante cujo reflexo iluminou as outras, apagadas e inúteis em si mesmas. E é disso — não nos iludamos —, desse esplendor irrecusável que provêm as confusões, inocentes, umas, e envenenadas, outras, que nos cercam — grandes ou pequenas Academias, acadêmicos de corpo inteiro ou de pé quebrado.

Se os fundadores dos nossos clubes lhes tivessem dado outras designações — as de grêmio, associação ou instituto por exemplo —, não haveria escândalo algum. Chamaram-nas, porém, academias. E rótulo tão ilustre, vindo da Grécia através de Florença, de Roma e de Paris, não se compreende que desembarque em Natal, Recife ou Maceió, sem provocar atenção, sem suscitar tumulto. Logo nos inquietamos todos, contemplando essa carga de classicismo e de Renascimento a ser desempacotada em nossos burgos barrocos. E não tarda que estejam divididos em duas categorias os eventuais consumidores, pois enquanto alguns, trinta ou quarenta no máximo, em regra, conseguiram seu quinhão da ambicionada mercadoria, os restantes permanecem, aguardando vez e fazendo êses comentários aborrecidos que estamos habituados a ouvir e a fazer nas filas a que nos tem obrigado a moderna escassês de tudo.

Desdubro as imagens nada acadêmicas que estou usando, imagens antes mercantis ou portuárias, para introduzir alguma ordem na emaranhada discussão que é a sugestiva matéria desta minha banalíssima palestra. Vamos dizer, então, que três problemas estão envolvidos nela: que mercadoria é essa que chega — será a fama ou o trabalho? Que títulos têm os que a monopolizam? E que emprêgo lhe vão dar?

Vêde que coloco a primeira questão em termos simples: fama ou trabalho. Há quem fale em glória — o que é, sem dúvida, excessivo em nossos horizontes provincianos. E outros chegam a tocar os limites do risível, quando inventam ou propalam uma lenda de imortalidades... Ai de nós! que nem temos a resistência pós-tuma das múmias a que nos comparam os invejosos e os satíricos.

Básicamente, a questão é mesmo esta: somos acadêmicos porque nos julgamos célebres ou porque pretendemos trabalhar?

Deus me livre de avançar outra conclusão sinão a de estarmos nós mesmos divididos a êsse propósito. E, as mais das vezes, quem sabe se o pleito não acaba sendo decidido — se se pode chamar a isso decisão — pela inércia, pela preguiça, pelo adiamento...

Queremos, por certo, fazer isto ou aquilo; mas, tão cheias de atropelos e compromissos já estão as nossas existências, para tantos encargos somos solicitados, inclusive por nossas inclinações pessoais, nem sempre coincidentes com o programa coletivo, — que corre o tempo sem construirmos nada. Morremos. E o pobre do nosso sucessor é danado da vida e resmungando pragas que vai fazer o nosso elogio oficial, improvisando galhardetes e bandeirolas no trajeto mesquinho e estreito que, afinal de contas, fizemos. . .

Há vaidosos entre nós, nos nossos quadros: mas, só entre nós andarão êles? Muitos que se candidatam ao nosso elenco, fazem-no por simples vaidade. Quem dirá, porém, que não sejam, êsses, uns vaidosos sòmente de segundo gráu, porquanto os de gráu superior estão certos (e, às vêzes, têm razão) de que nada têm a lucrar em nossa companhia, e a sua isolada glória esmaeceria misturando-se à pobre glória com que nos iludimos. . .

Não há de ser nas balanças de semelhante apuração inócua, que se irá medir o valor das Academias. Dentro ou fora delas, somos todos matéria compósita e complicada que nenhuma química chega a isolar cabalmente. Um fato inegável é que gosamos ao chegar às Academias — e por isso chegamos a elas — certa notoriedade local, ainda que não sejamos nem os únicos nem os maiores de seus galardoados.

Entra em ação, aqui, um segundo critério, o de nossas simpatias ou afinidades — e êsse é o grande cavalo de batalha dos nossos inimigos: acusam-nos de compadrismos e conchavos com sacrifício do mérito. E esquecem com isso que motivo mais grave de acusação teriam se alimentássemos a veuidade de ser tribunais infalíveis, aptos a decidir diferenças de milímetro na estatura de quantos se inscrevem para as nossas vagas.

Bem mais humanos e lúcidos somos nós, quando, numa faixa de valor estabelecida segundo circunstâncias de tempo e de lugar, fazemos confessadamente as nossas escolhas examinando também certas aptidões sociais dos que virão conviver conosco. Pois, na verdade, um grande segrêdo está nisto: somos um convívio. A nossa função não é constatar um merecimento que bem pode ser excepcional e mandá-lo viver no seu canto: trata-se de trazê-lo para a nossa companhia cotidiana. Conta-se de um senador do nosso antigo império, no tempo do Senado vitalício, que advertia os companheiros quando estavam êstes ameaçando apaixonar-se em suas discussões políticas:

— Lembremo-nos de que vamos aturar-nos uns aos outros, até a morte. . .

Eis aí. . . Nas Academias, temos de conviver por prazos graças a Deus bastante longos, por vêzes. E é de elementar prudência

calcular as qualidades de tolerância, de cortezia, de afabilidade, dos companheiros que vamos ter — e não apenas as suas genialidades. Desde o latim não se fala no temperamento irritadiço dos poetas? Não hão de ser as Academias uns conclaves de convencionalismos hipócritas, mas seria insensato que se organizassem como misturas explosivas. Entre essas duas margens, cumpre-nos estabelecer o curso vivo e, tanto quanto possível, harmonioso das nossas águas.

Só assim poderemos trabalhar. Só assim poderemos atingir aquêles objetivos que não estão sòmente nas letras a bem dizer universais dos nossos estatutos, sinão também inscritos em nós, em nossas consciências, de intelectuais e de cidadãos.

Gostaria, a êsse respeito, de apresentar-vos algumas idéias que uma virtude terão pelo menos: a de partirem de arguições levantadas contra nós por nossos adversários.

Dizem êles, com efeito, que somos conservadores, tradicionalistas, retrógrados, e debicam-nos, alegando que só nos movemos nas horas de eleições. São libelos, êstes, que de certa maneira se anulam. Mas, não importa. Demos que seja assim. Examinadas bem, essas censuras valem por elogios.

Há um modo de olhar para o passado pelo qual os homens vivos se mudam em estátuas mortas, como no episódio bíblico. Mas, se alguma coisa desejamos aprender na vida, para onde devemos voltar-nos sinão para o passado no qual estão escritas as experiências que foram realmente feitas, no qual cresceram as árvores que efetivamente frutificaram?

Só o passado é lição. Lição a ser meditada e comprovada, por certo, — não apenas memorizada. Nem memorizar é aprender. Só no passado encontramos as referências concretas que nos permitem apreciar, escolher, decidir. O futuro é abstrato e incógnito; podemos adivinhá-lo, pressenti-lo: conhecê-lo, não. Ao nosso conhecimento só o passado se submete — embora permaneçam nêle êsses abismos de mistério que são talvez as marcas, em nós, da infinita, inalcançável grandeza do Deus que nos criou. E é no equilíbrio entre o conhecer e o aspirar, que tem suas raízes a ação humana. Se conhecer sem aspirar é imobilizar-se, aspirar sem conhecer é perder-se. Nem os indivíduos nem as sociedades avançam sem um ponto de partida, sem um chão onde pôr os pés — e nos universos do pensamento e da arte estas velhas mas esquecidas verdades são tão válidas, se não mais, que em quaisquer outros.

O arguto Chesterton comentou, certa vez, a desigualdade das confrontações que fazemos: se encaramos o futuro, aparece-nos êle como um papel em branco no qual podemos escrever tão grandes e tão vistosos como quisermos, os nossos nomes, os nossos feitos; mas, se é para o passado que dirigimos a nossa observação, lá encontramos, inapagáveis, nomes imensos, majestades e grandezas em

face das quais não podemos sentir-nos sinão humilhados e confusos.

Será esta, creio eu, a primeira e a mais importante lição do passado: êle nos imuniza sinão contra tôda soberba, ao menos contra certas formas agudas da soberba. Eu sou livre de imaginar que serei, no futuro, o astro mais brilhante de minha geração, que o meu nome será louvado enquanto o dos meus contemporâneos quedará esquecido. Basta, porém, que eu olhe para os braços inculpidos na minha poltrona acadêmica em Pernambuco, para que me com penetre de minha desvalia; lá estão os nomes do Pe. Lopes Gama, patrono, de Artur Orlando, fundador, de Andrade Bezerra, primeiro sucessor. A mais elementar sensatez mostra-me que êsses homens são mais altos, mais poderosos do que eu. Não me é possível ignorá-los nem reduzi-los. Eis-me, de súbito, limitado a minhas reais dimensões. O mais que posso fazer é esforçar-me para aproximarme dêles, para continuá-los um pouco. E — olhem lá: com que precárias possibilidades de êxito...

A simples invocação do passado que assim fazem as Academias, bem poderia ser apresentada como sinal de que são elas antes humildes do que orgulhosas: não se dispõe uma instituição a cultivar o passado, a recordar e enaltecer as figuras ilustres do passado, sem que implicitamente se coloque num papel menor. Sua grandeza máxima estará eventualmente em ser sòmente ela que faz isso em certas épocas, só ela que acende a lâmpada de certas lembranças, só ela que mantém presentes no turbilhão dos dias certos nomes, certos livros, certos gestos, certas obras. Honra lhes seja, por isso.

É assim, é com êsse espírito, em regra, que nos voltamos para o passado. Mas, o passado não nos absorve. E indício mais seguro e claro do modo como nos preocupamos com o futuro, é o zêlo que nos toma e com que tanto se divertem os nossos adversários, quando temos de preencher um claro aberto em nossas fileiras.

Dizem que só então nos agitamos e movemos. Dizem que saímos a ajustar votações e compor candidaturas. Dizem que invocamos amizades e resuscitamos ressentimentos. Dizem que em tais momentos, e sòmente nêles, as Academias fervem, entre duas longas, pesadas modorras.

Talvez pudéssemos argumentar que a palpitação não é tanto nossa quanto dos candidatos que nos rondam — ou será nossa apenas na proporção em que nos deixamos sensibilizar pela ansiedade, pelo empenho que êles revelam. Mas, não será isso, de qualquer forma e dentro de qualquer sistema de interpretação, um sinal de vitalidade e de força? Haveria quem se interessasse em acorrer aos nossos quadros, se não tivéssemos alguma autoridade, se não déssemos algum prestígio, se não valéssemos nada? Mas, então, se somos uma realidade mais ou menos valiosa, se chegamos a representar

alguma coisa nas esperanças alheias, — fica, ou não fica, evidente alguma coisa nas esperanças alheias, — fica, ou não fica, evidente que desempenhamos um papel social, que exercitamos uma função literária?

Parece-me incontestável que o simples fato de sermos o que somos, mesmo com tôdas as deficiências que devemos ser os primeiros a reconhecer, a proclamar e a corrigir, — o simples fato de sermos o que somos, suscitando algum interêsse, representando uma espécie de promoção cultural a que muitos intelectuais aspiram, confirma o nosso valimento.

A propósito da velha constatação de diminuir o número de nossos depreciadores quando temos vagas a preencher, deixai-me repetir a frase de bom cunho acadêmico de um de meus companheiros recifenses, quando, alguns anos atrás, um brilhante jornalista escreveu ataques um tanto excessivos à Academia Pernambucana. Não apenas passaram da conta razoável, êsses ataques, mas tomaram um rumo de tal maneira desagradável que alguns diretores da Academia julgaram conveniente uma interpretação judicial.

Foi quando, perspicaz e incisivo, ergueu a voz o prof. Barreto Campelo:

— Sou contra. O que temos a fazer é votar nêle, — que êle um dia, mais cedo ou mais tarde, há de querer entrar aqui. É assim que me tenho vingado de todos os que nos atacam.

E é mesmo. Passados certos ímpetos, desmontadas certas circunstâncias, quase todos os espíritos melhores de nossas comunidades reconhecem que o grau acadêmico é uma espécie de reconhecimento oficial do que fizeram, além de um estímulo para o que ainda têm a fazer. Nossa atuação sôbre o futuro é a sugestão que assim exercemos sôbre os que escrevem — poetas e prosadores tão desajudados e divididos, incompreendidos da multidão e incompreendidos entre si mesmos tantas vêzes.

Pois, não se há de esquecer êsse delicado aspecto de nossa vida literária provinciana — quando não seja de tôdas as vidas literárias: por artes de um diabo qualquer que aguça em nós as qualidades críticas e polêmicas, brigamos muito uns com outros. Tanta graça achamos em descobrir as fraquezas dos confrades, quanto graça nenhuma achamos em que êles descubram as nossas... Ficamos, então, sèriamente ofendidos com a sua prevenção, com a má vontade a nosso ver sistemática, que êles assim demonstram contra nós. Somos dessa maneira, os literatos, um grupo humano muito desconfiado. E onde há desconfiança, há máguia e tristeza — como se andasse nisso uma dolorida contraprova de que o coração humano para a fraternidade e para o amor é que foi feito.

Em tal paisagem moral, as Academias não dirêi que representem uma excepção total porquanto dentro delas se refletem

também essas coisas — mas representam, com certeza, uma pausa, um alívio, um descanso. Juntamo-nos para recordar nomes ilustres, para estudar o patrimônio que o passado nos legou, para confidenciar projetos e trabalhos, para exercer em tôrno de nós a ação às vêzes escondida de nossa simples presença. É discreta e difusa, frequentemente, a atuação das Academias. No entanto, oportunidades surgem em que há uma como revelação a exemplo do que ocorre aqui, neste momento em que, senhores acadêmicos do Rio Grande do Norte, dais à vossa cidade e não só a ela mas ao Nordeste inteiro, a demonstração de vossa capacidade, do vosso fervor, erguendo esta casa.

Não sei — meu prezado e eminente confrade presidente Manoel Rodrigues de Melo — se é a minha consciência de presidente também, embora tímido e acovardado, de uma Academia de Letras, que me tem feito quedar perplexo, desde ontem, em face dêste prodígio de vossa imaginação e vossa tenacidade. Quando voltar à minha terra e os meus companheiros pedirem a minha impressão desta visita que estou a fazer, resumirei tudo, fielmente, em poucas palavras. Direi:

— Estive com Dom Quixote.

É de Dom Quixote sonhar façanhas assim. Apenas acontece que o grande mestre de heroísmos envolvia-se em seus sonhos, perdia-se nêles, e terminava olhando o ar vazio enquanto se desfaziam — fumo, vento que eram — as irrealidades luminosas que o tinham alucinado. E vós, não. Vosso sonho tem corpo agora, corpo de pedra e cal, de cimento e de ferro.

Como, no entanto, no mundo de Dom Quixote, o concreto é secundário — cama ou elmo que seja, palácio ou albergue —, maior do que esta casa grandiosa em si mesma, é a afirmação que nasce dela, a coragem que ela mostra, a lição que ela irradia.

Talvez estejais, nesta hora, esgotado por vossas trabalhadeiras, estropiado por vossas lutas. Acontecia o mesmo a Dom Quixote. Mas, a vossa cidade e, dentro dela, sabe Deus quantas gerações olharão a sede desta Academia e vos renderão homenagem.

E não será preciso que nenhum forasteiro anônimo venha de longe dizer-vos para que servem as Academias de Letras. Vós já sabeis, minhas senhoras e meus senhores, que elas servem para inspirar arrojos dêste tipo, fidelidades dêste porte, coragens assim.



## A VIDA CULTURAL DE CABO VERDE E SUAS INTERAÇÕES COM PORTUGAL E BRASIL (\*)

EDGAR BARBOSA

Devo, antes de tudo, agradecer ao Presidente desta Casa, o escritor Manoel Rodrigues de Mélo, a honraria que ora me concede, designando-me para apresentar, aos amigos das boas letras, o poeta e romancista caboverdiano Luis Romano de Melo. Dispensável far-se-ia qualquer apresentação se a etiqueta acadêmica não o pedisse, pois norte riograndense já se tornou Luis Romano, por espontânea e entusiástica adesão ao nosso povo, aos nossos sentimentos e aspirações. Contemporâneos da autoridade de Luis da Câmara Cascudo, Nilo Pereira e Veríssimo de Mélo, críticos nacionais como Virginius da Gama e Mélo, têm frisado na obra de Luis Romano, seu cunho brasileiro e particularmente nordestino. Tão certo é que os ventos de Cabo Verde sopram no Nordeste e que uma série de afinidades ecológicas, de semelhança de sentimentos e desgraças nos irmanam.

Os dois livros que Luis Romano publicou depois de chegado ao Rio Grande do Norte — o romance "Famintos", em 1962, e os poemas de "Clima", em 1963 — são mensagens de um artista imbuido de um forte espírito de solidariedade humana. No romance, as cenas, os casos, as impressões e as lembranças confundem o homem com a terra da ilha sem nome, ambos se abraçam e engendram uma paisagem que se desvenda aos nossos olhos, como nos quadros dos primitivos, sem mágicas nem artificios de perspectivas. Nos poemas de "Clima", a nostalgia da infância, a piedade cristã, o amor aos pobres e aos simples têm, conforme acentuou Nilo Pereira, muito de franciscanismo, "dessa doçura que fez do Poverello um outro Cristo". Há

---

(\*) Discurso de Saudação ao escritor Luis Romano, por ocasião da conferência proferida na sede da Academia Norte-Riograndense de Letras, no dia 29 de maio de 1965.

um sentimento filosófico que com naturalidade transparece na ficção e na poesia de Luis Romano. A revolta, por mais que dê dramaticidade ao assunto, é comedida como a indignação de um gentil-homem, que Luis Romano o é da cabeça aos pés.

Esse aspecto de sobriedade na forma e elevação no conteúdo lírico de toda a mensagem do autêntico intelectual que vamos ouvir, imprime à sua obra uma austeridade que se liberta das rudezas verbais do neorealismo e também daquele instinto mórbido de retratar perversões, que é, no conceito da nova crítica, o traço marcante da literatura contemporânea.

Devemos felicitar-nos por haver o Rio Grande do Norte acolhido Luis Romano de Melo como se êle fosse um conterrâneo que aqui voltasse depois do longo périplo, da grande circunavegação que empreendeu. Sua viagem e sua aventura são um pouco da nossa, vivida mais no espírito do que na trivial realidade que nos assedia e nos afoga. Por isso, êle nos traz Cabo Verde e todo seu arquipélago, as sementes da infância, as "mornas" e as canções de ritmo e poesia tão nossos, nomes, que ouvimos imaginando iátes, gôndolas, falúas, jangadas, gemendo as cantigas de gageiros e arfando nas ensedas de países distantes.

Mas, nessa evocação, um sôpro da poesia universal, que sempre vem dos longes da saudade e do sofrimento, tem o perfume selvagem dos versos do nosso Itajubá e eis por que Luis Romano de Mélo nos vai falar ao mesmo tempo de uma literatura atlântica com fundamentos caboverdianos e do mistério que irmana essa literatura com a região desesperada do Nordeste. O romancista e o poeta inspirarão o etnógrafo nessa conferência que honra a Academia e confere a Luis Romano o privilégio de ser sempre bem-vindo a esta Casa.

## LITERATURA CABOVERDIANA (\*)

LUIS ROMANO

O clima literário das Ilhas de Cabo Verde, presentemente oferece-nos aspectos diferentes daqueles que, até, então, embaciavam sua estrutura artística, moldada de forma a manter uma constante de rotina, saudosismo e resignação, para, assim, quase se tornar insignificante sem a mensagem que, por ventura, legasse aos jovens uma esperança no futuro, com os fundamentos de uma corrente literária enraizada no idioma caboverdiano.

Sabemos que não poderia deixar de ser, já que, não só houve campanha e pejo em se expressar crioulanamente, nos núcleos estudantis, como também se constatou fuga de elementos de valôr, motivada, um tanto pela conveniência, e outro pela erudição, elementos, repetimos, que poderiam ter aberto e mantido a expressão do linguajar crioulo nas letras de Cabo Verde, há mais tempo e com outra amplitude.

Houve, é certo, o factor afastamento que contribuiu para que a maioria se sentisse incapaz de transcrever os anseios, nem comungar com as emoções do homem-povo, votado, as mais das vezes, à incuria e à esterilidade locais, função de ciclos e situações.

A maioria, também, tentou assuntos literários numa base oscilante, se não falsa, já que pouquíssimos se infiltram na massa da plebe, para, assim, se depararem com a dificuldade de traduzir para o português, os sentimentos, riquezas e substractum do falor da mãe-terra, na sua expressão mais popular.

Posto isso, e antes de prosseguirmos nesta análise, há que escutar a gente de Cabo Verde, quer seja nos acordes da sua música própria, quer nas produções literárias quase toda marcada por uma

---

(\*) Conferência proferida na sede da Academia Norte-Riograndense de Letras, no dia 29 de maio de 1965, a convite do seu Presidente, Acadêmico Manoel Rodrigues de Mélo.

nostalgia que vem de muito longe, já que o Caboverdiano se con-  
venceu de que é um saudoso-endêmico, meio fatalista-meio supersti-  
cioso, e, o que é nefasto, cultivou como mérito esta decadência de  
que já é tempo de se alijar, para não sossobrar.

Há que, no entanto, compreendê-lo, na hora presente, atra-  
vés dos raros autênticos que procuram transmitir para mais longe, a  
expressão e notícias de uma das regiões mais curiosas, sob ponto de  
vista literário e étnico localizadas na orela da África.

Tem-se a impressão de existir um fenómeno estranho, talvez  
bio-psicológico, a avolumar-se nessa massa humana, sempre imbuída  
de ansia de realização, que em boa hora vem chegando, ou por vezes,  
sentimos a desilusão de cada ilheu perante a natureza que votou esse  
conjunto de penhas à contingências negativas quase sempre.

Eis por que o Caboverdiano tolera, acompanha e exalta o  
aflorar artístico dos seus irmãos, seja na ternura e característica das  
“normas”, seja ainda sob qualquer outro motivo criador, constante-  
mente à espera do “Filho-da-Terra” que o dignifique efectivamente,  
libertando-se sem favores, para se colocar no clima literário moderno,  
com o assento que bem merece e ninguém mais pode ignorar.

A razão, em nosso entender, que originou essa tendência,  
tem bases primordiais na Estiagem, com cenários de padecimentos  
aniquilando grupos humanos com subsequentes modalidades dra-  
máticas que passaram a ser aceites cíclicamente.

De longa data houve uma constante dolorosa na vida do  
crioulo, resignadamente sofrida, quase fatalmente esperada, sem quei-  
xumes. Mais tarde, a evolução despertando a consciência, motivou  
inconformismos, ou, ainda, impulsos para a sobrevivência. Isso veio  
causar a emigração, em parte. Os que não puderam fazê-lo consti-  
tuíram o núcleo do qual raríssimos conseguiram legar-nos algumas  
obras, e, até mensagens de criouldade, realmente aproveitáveis.

Poderemos dividir Sector das Letras Caboverdianas — data  
vénia — em três grupos:

- I — MESTRES
- II — DESILUSÕES
- III — ESPERANÇAS

destacando sòmente a essencia positiva de cada um, como  
mensagem-valor, sem preocupar-nos com variantes de ordem secundária ou inexpressiva.

MESTRES: — Os que ficarão permanentes nas Letras de  
Cabo-Verde. Líder dos Mestres, Pedro Cardoso, o mais telurico dos  
que pugnaram para que o Crioulo, como instrumento linguístico, ti-  
vesse lugar oficial nas expressões: falada e escrita, e daí proviesse o  
fundamento de um linguajar cabo-verdiano derivado do português

continental, embora enraizadamente arcaico. Seu esforço, pode-se considerar igual àquele que Mário de Andrade desenvolveu na literatura brasileira, e, João Guimarães Rosa, hoje, seu mais legítimo continuador, prossegue nas suas obras extraordinárias.

Fóra de dúvida, Pedro Cardoso, se isolou, naquele tempo; podemos dizer, destacou-se, incompreendido, numa época em que, se tivesse conseguido corrente e colaboração além-mares, resultaria para o tesouro linguístico português o patrimônio de uma língua: a caboverdiana, retrato do português da época dos primeiros descobrimentos lusos. Em Pedro Cardoso devemos homenagear um símbolo, idêntico ao Trovador Eugênio Tavares. Ambos sabiam, ambos sentiam que a tradução do crioulo para o português era deturpar a riqueza emotiva da prosa ou da poesia, fosse através da declamação, fosse através da música.

**BALTAZAR LOPES:** — Sua obra máxima, até agora, é: “O Dialecto crioulo de Cabo-Verde”, um monumento ímpar na Filologia Portuguesa. Verifica-se, cientificamente a quase realização do sonho de Pedro Cardoso. Dela os estudiosos, sobretudo os novos, poderão retirar energias para diversas finalidades que facilitam melhoria no conhecimento do Caboverdiano, suas raízes, sua índole e seus anseios mais legítimos.

Baltazar Lopes, foi esquecido na hora deslumbrante da sua carreira, motivo que caducou o desenvolvimento e expansão total da sua erudição, ele, um dos alunos predilectos do Mestre Leite de Vasconcelos. Seja como fôr, basta a publicação desse léxico para que fique destacado como o nosso maior expoente sabedor da “tronclidade” caboverdiana.

Deve-se-lhe o penhor da realização de uma obra feita na modestia, silêncio e sapiencia de um que consideramos um Mestre, e, é — o de facto.

**ANTÔNIO AURÉLIO GONÇALVES:** Salienta-se como nosso primeiro filósofo. Investigador e crítico literário, com parcimónia tem enriquecido a literatura local.

A essência erudita que o caracteriza, conseguiu suprir o pouco que até hoje pôde publicar. Ainda, entretanto, não explorou a veia que não só domina, mas também faz escola: a Filosofia.

Analista com perfeito equilíbrio, seus trabalhos sôbre o meio caboverdiano destacam-se pela consciência que o autor têm dos problemas da terra e do homem com quem lida diàriamente.

Pensador, Antonio Aurélio Gonçalves, situa-se como principal mentor de que o caboverdiano urgentemente carece, para se guiar na moderna literatura.

De natureza modesta, faltou-lhe estímulo, para projecções que ultrapassassem as raias naturais. Nele, reside fonte, para, em tempo útil, as Letras de Cabo-Verde se enriquecerem com um estudo

fundamental que traga contribuição para nossa realidade intelectual e o conhecimento do escritor crioulo, além-terras.

**DESILUSÕES:** — Os que receberam todo o apôio e carinho da terra. Os que tinham e têm condições para satisfazer as mais presantes esperanças e se aboletaram insignificamente com um pálido destaque, para serem autênticas falhas na Literatura Caboverdiana, ou, inda, vítimas de circunstâncias que os superaram desanimando-os.

**JORGE BARBOSA:** — Iniciou actuação nas nossas letras com poemas vigorosos, colorido local, até com tímidos arroubos de humanismo. Houve época em que se destacou qual pirilampo, para, depois se eclipsar numa monotonia e repetição de motivos, retrocesso até.

Ficamos com a impressão de ter operado em Jorge Barbosa dois factores: primeiro, desânimo; segundo, carência imaginativa e comodismo ambiente.

**FELIX MONTEIRO:** — É doloroso constatar em Felix Monteiro aquele que não foi e poderia ter sido o nosso mais abalizado etnólogo, portanto um elemento de importância destacante, para facilitar o estudo e conhecimento do Caboverdiano.

Infelizmente, fazendo-se precioso, talvez com razão, dele só possuímos alguns apontamentos que não contribuíram para seu destaque na nossa literatura antropológica, como valor, ou mensageiro. No campo do folklóre, Felix Monteiro se revelou o mais competente, em estudos publicados na Revista "Claridade", estudos que, se fossem ampliados, se colocariam na vanguarda do que se precisa saber sôbre o Caboverdiano. Não nos conformamos com o silêncio de Felix Monteiro, e ainda é tempo.

**NUNO MIRANDA:** — Poeta versátil, é Nuno Miranda outra desilusão que tivemos. Descaiu em apreciações precipitadas e imaturas sôbre Cabo Verde, com retratos inautenticos da própria gente e meio, em folhetos conformistas. A atitude de Nuno Miranda é perigosa, por ser falsa. Temos o pressentimento que se trata de um amedrontado a escrever para outrem aquilo que na realidade não sente, por que Nuno não pôde fugir à terra de que faz parte integrante.

**TEIXEIRA DE SOUZA:** — O mérito de Teixeira de Souza é ser nutricionista, justamente numa região onde sua especialidade e veia artística poderiam confluír para um substancioso trabalho fundamentalmente humano. Como escritor, seu valor não se confirmou. Como cientista não nos deu a obra que viesse servir de padrão e recurso nutricionista para bem da gente de Cabo Verde, nomeadamente nos anos de subnutrição. Como crioulo, esse o seu dever. Sua estagnação é contra os dotes que detem e sabemos que sabe e pode abrilhantar.

**JAIME DE FIGUEIRÊDO:** — Formação vidrenta, exigências precoces, para o meio ambiente. Desenhador doentio com expleadidas

esculturas feitas a bico-de-pena. Natureza arrevezada, irreverente, por vêzes, Jaime de Figueirêdo foi um animador da Revista Claridade que Baltazar enriqueceu com inteligência e arte. Curioso saber-se que Jaime agitou o meio literário caboverdiano para a realização de um movimento neo-regionalista e por fim veio mirrar-se e cair em indiferentismo, numa hora que tanto seu caráter influira, com o poder e clareza da sua critica imparcial, a formação de jovens escritores para a consciência de uma literatura regional sem artificios ou arranjos nocivos.

**TOMAZ MARTINS:** — Poeta novo, romântico, conhecedor das próprias virtudes, com raízes humanas fincadas na terra crioula; sua terra. Seus méritos toldaram-se com a emigração. Desajustado, não escreveu mais; quem sabe, seus dramas íntimos. — Perdemos nele um companheiro com predicados de inatacável capacidade. Tomaz deve ter sofrido. Só assim explicamos a sepultura viva em que se deixou enterrar, ele um intelectual tam jovem, tam cheio de promessas.

**JOÃO LOPES:** — Analisamo-lo como um elemento curioso. Autodidata com formação humanística, João Lopes, certamente é o intelectual que mais de perto conviveu com o crioulo-irmão. Sabedor de todos os nossos problemas, faltou-lhe paciência para expô-los, debatê-los e corrigi-los. Entusiasta por Caboverdianismo, tudo quanto escreveu lembra uma saudade de estudante. Nada para legar aos novos e á terra. Magnífico argumentista, João Lopes lembra um contrariado que se tornou visionário consciente. Seu valôr como folclorista, mereceu-lhe convite de Artur Ramos, para estudos em conjunto.

**ESPERANÇAS:** — Os que inesperadamente surgiram do silêncio, e, mesmo desapoitados, revolucionaram as matrizes. Os que, quase anónimos, reflectem a personalidade de um povo que se qualifica. As novas esperanças das Letras Caboverdianas são a única fôrça viva e crescente, com autenticidade para situar nossa literatura no âmbito internacional. Trata-se de verdadeiro renascimento cultural de uma região atlântica.

**TEOBALDO VIRGINIO:** — Talvez seja nosso maior impressionista com estilo próprio, sem influência de escolas nem tendências orientadas. A crítica do Português Alvaro Salema um pouco exagerada, condiciona-o como expoente na nossa literatura, se continuar o caminho iniciado na evocação. Desaprovamos em parte. Teobaldo Virginio é alguém, mesmo não prosseguindo o trilho saudosista; queremos dizer, trata-se de um jovem escritor ecológicamente caboverdense, dominando o ambiente e suas variedades, sem condicionamentos que agradem este ou àquele. Seu estilo é saído do povo, expressando-se como tal, marcado com o padecer e ansiedades da sua terra. "Distancia" seu segundo livro, qualifica-se como melhor até hoje, oficialmente registrado na literatura ultramarina.

**GABRIEL MARIANO:** — Figura destacante no ensaio e estudos sôbre Cabo Verde, Mariano têm veia de investigador que muito sabe e pode literatizar o crioulo. Jornalista desempoeirado, têm sôbre sí a ameaça de ser envolvido pela aureola do silêncio, se não continuar a publicação de seus estudos característicos.

**MANOEL LOPES:** — Nosso melhor româncista. Também nosso grande poeta. Os trabalhos de Manoel Lopes primam por uma seriedade que se impõe. Seus livros “Chuva braba” e “Flagelados” do Vento Leste, reflectem Cabo Verde e suas variantes, para daí se fazer um estudo de introspecção. Da mesma escola de Baltazar, Manoel Lopes é um obcecado pela melhoria e dignificação do homem Caboverdiano. Possui dotes para representar a terra em qualquer meio literário, saindo da humildade e silêncio excessivos em que vive. Seu último livro “Crioulo e outros poemas”, é uma confirmação palpitante.

**ONÉSIMO DA SILVEIRA:** — Verdadeiro iconoclasta, que, em boa hora, protestou e despedaçou o círculo vicioso em que se vivia literariamente em Cabo Verde, a maioria se bajulando na distribuição de cortezias recíprocas. Onésimo feriu velhos e moços, consciênte de afastar o pieguismo envolvente que entorpecia, talvez por desânimo, a nossa literatura. Temos nele um analista independente. Sua crítica sôbre o movimento literário de Cabo Verde, resultou em autêntico saneamento mental do qual a moderna literatura crioula só têm a ganhar.

**ARNALDO FRANÇA:** — Com predicados para se elevar no sector da crítica, possui Arnaldo França, e, peca se o não fizer, categoria para enriquecer nossas letras. Filia-se no Grupo das Esperanças que nele depositamos, visto que, consciênte dos dotes pessoais muito vem contribuindo para a unificação dos escritores irmãos.

**OVIDIO MARTINS:** — O mais audacioso dos nossos modernos poetas. Lembra Pedro Cardoso com seus ideais para integrar o idioma de Cabo Verde na literatura. Escritor combativo imbuido profundamente de mística Caboverdiana. Ovidio é um forte apoio que possuímos e sabe o lugar que merecemos no âmbito das letras, do Ultramar.

**MANOEL FERREIRA:** — Escritor Português, que se tornou emotivamente Caboverdense. Até agora, “Hora di Bai” seu melhor livro, testemunha-o. A maioria dos trabalhos publicados, baseia-se na constante Caboverdiana, avolumando-se para fazer de Manoel Ferreira aquele que mais têm escrito e agido para bém de Cabo Verde. Irmão — mensageiro, quando regressar á Nossa Terra e conviver mais intimamente com a gente, visitando tôdas as ilhas, então escreverá a “obra” por que ansiosamente esperamos. Saudamos Manoel Ferreira, como também Sergio Fruzoni, ambos apaixonados por Cabo Verde. Prosseguindo esta analise, diremos que não desconhecemos e não deixamos de acompanhar os esforços de muitos jovens que são no-

mes-promessas: Terencio Anahory — Mario Fonseca — Corsino Fortes — Dulce Almada — Rolando Martins — Abilio Duarte — Amiro Faria — Dante Mariano — Jorge Pedro Barbosa — Felisberto Vieira Lopes e quejandos. São ainda cintilações tremeluzindo em que a promessa não significa esperança certa. Para êles, contudo, nossa maior, nossa única esperança, para um Cabo Verde mais culto, mais arejado e consciênte.

## II

Dessas considerações destaca-se, portanto a evidência de uma literatura atlântica com fundamentos Caboverdianos, e raízes telúricas já definidas, quer seja na prosa, quer na poesia, ou, ainda na música, presentemente o seu melhor meio de irradiação.

A Estatística Literária das Ilhas de Cabo-Verde é reduzida, se levarmos em conta o tempo decorrido para se chegar à situação actual. É evidente que várias condições contribuíram para essa espécie de letargia em que predominava o poeta submetido ao suplicio das rimas, em detrimento da poesia expontânea e livre, ou, o literato desconhecendo, talvez fugindo, a influência das correntes modernas.

As escolas nos chegaram do romantismo luso-brasileiro, que, mais ainda, se desenvolveu num ambiente fechado, dolorido de lamentos, saudades e ressignações místicas. Foi assim que, durante mais de um século se vegetou num dobar de prantos e suspiros, sem qualquer significação literária que merecesse a pena de ser lembrada.

Com o evento dos movimentos realista e seguidamente neo-realista, chegou-nos do Brasil — verdade seja dita — a notícia de livros extraordinários que relatavam exactamente nossas emoções e vida, quase escritos por adivinhos, que, sem terem ido a Cabo Verde, desenvolviam tudo quanto já palpitava no sentir dos intelectuais Caboverdenses e só esperava a primeira fagulha para eclodir.

Lembramos, a título informativo, os seguintes Escritores Brasileiros que foram a chave da nossa revelação literária:

Nina Rodrigues — José Lins do Rêgo — Manoel Bandeira — Jorge Amado — Raul Bopp — Graciliano Ramos — Jorge de Lima — Aluizio Azevêdo — José Américo — Mário de Andrade — Raquel de Queiroz — Gilberto Freire — Ribeiro Couto — Amando Fontes — Artur Ramos — Marques Rebelo — etc, etc.

Daí resultaram publicações de escritores de Cabo-Verde, emparelhando-se modestamente, à medida das possibilidades ilhoas com as obras da moderna geração Portugal-Brasil; temos, assim: — “Chiquinho”, de Baltazar Lopes; — “Prodiga” e outros contos de Antonio Aurélio Gonçalves; — “Chuva Braba” e “Flagelados do Vento Leste”, de Manoel Lopes; — “Distância” de Teobaldo Virginio; — “Arquipelago” e “Ambiente” de Jorge Barbosa; — “Poemas” de Pedro Car-

doso; — “Caminhada” de Ovidio Martins; e, por último — “Famintos” e “Clima” de Luis Romano; — as mais recentes de que temos notícia, merecendo valor como obras de ficção que possam destacar um grupo para estudos de investigação literária e antropológica no Atlântico.

Fóra isso, não mencionamos uma substanciosa colectânea de assuntos publicados em revistas e cadernos, tais como: poemas — contos — ensaios — conferências — e críticas, quase tudo imbuido da constante e preocupação para que seja conhecido o merecimento artístico de Cabo-Verde e seus valores humanos mais representativos.

Essas obras, devidamente analisadas, traduzem na sua maior parte, a tendência para o enriquecimento do vocabulário e escrita com termos caboverdianos, termos geralmente provenientes do português dos meados de mil e quatrocentos e mil e quinhentos em diante, muitas vezes já em desuso em Portugal e ainda vigentes com abundancia nas minhas Ilhas Arsinárias, nalgumas regiões do Brasil, em outras províncias ultramarinas, para terminarem na península de Macau, lá nos confins da Ásia.

Tratando-se de importante patrimônio linguístico é que o Mestre Baltazar Lopes, provou, através da Filologia, com o seu “Livro” que o idioma de Cabo-Verde “é um linguajar suficiênte”, merecendo considerações e apoio de ordem científica para se chegar a admiti-lo, não como dialecto, mas como língua na qual se expressam cem mil indivíduos “in loco”, e, aproximadamente, mais dois-terços espalhados pelo mundo, com a faculdade de nela abordar assuntos de ordem geral, ou técnica, e que, para mais, serve de veículo para qualquer pessoa se entender sofrivelmente e sem maiores dificuldades, com os elementos humanos que vivem no litoral africano, desde a costa da Guiné até Angola, continuando em Moçambique — Ceilão — Antiga Índia Portuguesa, costa de Malabar e Macau, sem nos esquecermos que há vestígios do crioulo na Guiana Holandesa, ainda vigentes.

Há alguns anos missionários franceses tiveram de mandar traduzir para o linguajar de Cabo-Verde, as suas preces em livrinhos que distribuíram aos nativos da Guiné Francesa, limítrofe com as possessões portuguesa, por terem verificado a eficiência desse dialecto no ambiente negro que pretendiam catequizar.

Existe portanto maior facilidade, hoje, no intercâmbio com grupos daquelas paragens, graças ao Caboverdiano, melhor que o próprio falar português moderno, simplesmente porque prevalece ainda, na costa africana, antigamente pertence da Corôa Portuguesa, o sêlo linguístico que os navegadores lusos aí deixaram, sob forma dialectal, e que constitui uma espécie de língua-passa-porte, ante o intrincado falar de origens diversas, que prejudicam e estorvam a troca de contactos entre povos da faixa litorânea da África.

Já o Mestre Leite de Vasconcelos se interessara pelo falar de Cabo-Verde, no seu "Esquisse d'une dialectologie portugaise", sem ampliar, como fez Baltazar Lopes, o campo e recursos expressivos dessa riqueza glotológica de origem incontestavelmente portuguêsã, com pequenas intromissões de outras raízes, a latejar nas Ilhas do Arquipélago de Cabo-Verde, talvez uma das mais fecundas e curiosas fontes para melhores pesquisas filológicas que interessem os que estudam e descobrem as maravilhas da Língua de Camões.

Foi, principalmente, o neo-realismo luso-brasileiro que ajudou o escritor Caboverdense a se revelar e ter consciência dos próprios méritos. De Portugal a influência, embora rica de motivos e lições, não foi tam principal. Nisso a literatura Brasileira se evidenciou mais irmã, sugestiva, ultramarina, destacando-se a do Norte, que se amolda tam paralelamente aos nossos "casos" e "estórias".

Grande número de poemas já se escrevem e são declamados em crioulo de Cabo-Verde, numa intraduzível riqueza de sons, recursos e imagens locais, sem o receio de se estar traindo o português vernáculo.

Os namorados da minha terra se compreendem melhormente assim porque o sabor das juras é mais autêntico. Nossos estudantes ao regressarem de Portugal, já formados ou nomeados professôres, expressam-se com naturalidade, crioulanamente, na fase amorosa, quando a noiva é da mesma terra, e a maioria, sem esquecer ou descurar o emprego da língua portuguêsã, obrigatória nos estabelecimentos de ensino, repartições públicas e reuniões selectas ou acadêmicas, dá livre vazante à voz do arquipélago, entre o povo, em casa, no linguajar que aprendeu com os pais, irmãos e criados, desde o berço, e depois consolidou no ambiente natural, onde não prevalecem exageros ráficos, mas sim uma fraternidade de grupos pertencentes à mesma família. Em Cabo Verde, o europeu ou o africano, ou ainda qualquer homem de que região fôr, encontra acolhimento franco e relaciona-se, fundindo-se imediatamente nos grupos locais.

Há, porém um facto curioso que desperta a atenção do estudioso dos nossos assuntos: — Todo o Caboverdiano escreve à noiva, cartas de amôr, no melhor português que souber. Os homens do povo, agricultor ou marinheiro, nessa fase, empregam os vocábulos mais curiosos e imagens extraordinárias da escrita portuguêsã que conhecemos, os quais estamos coligindo para serem publicados mais tarde. — Todo Caboverdiano, quando zangado, se explica invariavelmente em português, mesmo sendo analfabeto, numa variante de desabafos, impróprios e arranjos peculiares, para, depois de serenado, continuar falando crioulo como se não tivesse havido mudança expressiva.

Pergunta-se, houve então insuficiência de termos locais? — Não; o Caboverdiano dirá que o português representa ainda autoridade

e nela se refugiou instintivamente por ter sido sua língua alicerce, com virtudes para demonstrar persuassão emotiva no primeiro caso, e vigor expressivo, no segundo.

Eis porque de tôdas as regiões ultramarinas, por onde passou o lusitano, o falar de Cabo-Verde tem um lugar de honra e contribuição para melhoria da Filologia Portuguêsa. Sua raiz revive uma parcela de imagem de Portugal doutras éras e vem levantar o problema de se poder oficializar uma língua nova, a Língua Caboverdiana, com características "sui generis", a exemplo da galega, da catalã ou da provençal.

Assim se realizará o sonho de Pedro Cardoso, que, conseguiu, fazer récitas e imprimir em crioulo vários poemas através do Jornal "Manduco" onde desabafava seu ardor de polemista.

Só assim, se terá, sem artificios, a possibilidade de conhecer uma família humana, que se tornou um povo, estudar sua origem histórica, seu rumo, já que é tempo de recuperar o que se perdeu no silêncio dos anos.

E se a língua representa o retrato de uma terra, há que se esmerar para que ela seja cópia fiel de quem a utiliza, expulsando os recursos falsos de uma tradução nunca perfeita, ou ainda os ornamentos desnecessários de uma adaptação circunstancial.

Se a literatura Caboverdiana, não possui, até hoje, um patrimônio de vulto e valôr, foi porque existiu, de permeio, parece-nos a dificuldade de transcrever para o português, repetimos, aquilo que se sentia e se pensava no dialecto, motivando com isso um obstaculo importante a impedir o desenvolvimento e a aceitação do Caboverdiano, como língua falada ou escrita.

Os intelectuais da minha terra que se impregnaram mais da influência metropolitana, por sua vez se sentiram irrealizados ou inibidos, ao escrever em português, Vector dominante. Suas imagens, descrições ou qualquer variante com o predomínio da ficção, note-se, pecaram pela falsidade e miscelânea, uma vez que o obstáculo entre os dois elementos étnicos e as mentalidades, sob ponto de vista linguístico, se traduziam em conceitos que não eram genuinamente portugueses, nem verdadeiramente ultramarinos. Veja-se, por exemplo os trabalhos de: Januário Leite — José Lopes — Guilherme Ernesto — Mário Leite — José Inocêncio Silva — Bêzeza e outros sofrendo do mesmo mal e desajusto.

Já que o estilo é o homem, nada temos a dizer, senão meditar e pugnar para que cada um seja de facto aquilo que é, sem vergonha da sua origem, sua terra e seu futuro.

No meio de todo esse agitar, surge, então, o maior veículo gráfico de que dispomos para levar o linguajar caboverdiano para além-mares-terras; sua música através da "Morna" e "Coladeiras". Trata-se de cantigas próprias de Cabo Verde. Pelo seu intermédio é que se

iniciou a escrita crioula da minha terra, aceite por todos, em versões, quadras e poemas até agora desconhecidos da Filologia, porque, infelizmente, antes de Baltazar Lopes, pouco ou nenhum valor se deu, quanto merece, ao dialecto caboverdiano, oficialmente, salvo ligeiros apontamentos dispersos.

Aparece a figura de Eugênio Tavares, que entra em órbita como um dos nossos melhores trovadores. Suas "mornas", ainda presentes, estão difundidas sobretudo na América do Norte, onde a maioria ficou impressa em discos para regalo dos nossos emigrantes.

E, salta-nos a pergunta: — se o falar caboverdiano é apreciado em trovas e vários assuntos musicados; se ele expressa perfeita e suficientemente aquilo que o meu conterrâneo sente e deseja exteriorizar; se esse falar, sob forma de canção, entra em programas radiofônicos da Emissora Nacional Portuguesa, e é compreendido por tôdos, que razão existe para que não se desenvolva em âmbito didático, com fundamentos científicos, essa língua atlântica de raiz lusa mais que qualquer outra, para que seu povo possa usá-la com desembaraço em tôdas as modalidades e circunstâncias que não sejam, sòmente, "experiências românicas nos tropicos", utilizando uma frase do Mestre Baltazar Lopes?

A medida que a evolução trabalha para o concretismo dessa experiência falada, nosso único e melhor embaixador escrito e fonético continua sendo a "morna" caboverdiana, já que ela é cantada principalmente em províncias ultramarinas de Portugal e em toda a parte onde estiver um filho de Cabo-Verde.

Devido a isso, um sem número de motivos regionais passou a fortalecer essa poesia sonora. A difusão de discos com música caboverdiana, quer seja na Metrópole, América do Norte, Senegal, Argentina, quer em outras localidades da terra onde vive nossa gente, é bastante evultada, se levarmos em conta as dificuldades de ordem técnica no Arquipelago.

No Brasil, há também, sobretudo em nucleos caboverdianos do Rio — Santos e São Paulo, bom número de gravações que lhes são enviadas, ultimamente, de Cabo-Verde, o que não deixa de ser de alto significado.

Não existe, porém, sua irradiação fóra da intimidade, visto tratar-se de música que o Caboverdiano escuta religiosamente no recolhimento da família, para matar saudades da terra.

Louvamos, e não podia deixar de ser, o gesto da Emissora Nacional Portuguesa, que inclui nos seus programas, algumas "mornas", para refrigério de tantos patricios distantes e nostálgicos.

Estamos desactualizados, por falta de melhores contactos com Cabo Verde, para anunciar os valores poéticos que se exteriorizam por intermédio da "morna", já que ela não é mais do que um poema cantado. Sabemos que uma autêntica geração nova está trabalhando

instintivamente para consolidar ao Caboverdiano um caminho firme de porvir artístico, digno de um povo cheio de recursos intelectuais, geralmente mais aproveitados no estrangeiro.

Se a literatura de Cabo Verde tem semelhança com a do Nordeste Brasileiro, sem que haja nisso influência directa ou decalque de moldes, foi porque ambas as regiões se caracterizam no clima, nas estiagens e assemelham-se étnicamente na emoção dos seus habitantes.

O Nordeste: um Cabo-Verdiano no Brasil, tal é o paralelo que os liga e o tronco que os une.

Precisamente isso veio revelar, por mais incrível que pareça, a nosso vêr, paridades entre as duas músicas: Caboverdiana com a morna; Brasileira com as modinhas, lunduns e tanguinhos, que nos deixam embevecidos ante tamanha fraternidade, se nos valermos das toadas que vigoraram no Nordeste há alguns anos decorridos, de 1880 a 1920, conforme opinião dos Mestres: — Câmara Cascudo e Osvaldo de Souza.

No campo linguístico perdura aquí também, embora com menor intensidade, a presença de termos arcaicos portugueses, que pacientemente estamos colhendo, confrontando-os com o Caboverdense, matéria para outros estudos que serão revelados mais tarde, talvez nesta "Casa de Manoel Rodrigues".

A razão do nosso esforço é divulgar a presença de uma literatura atlântica, de expressão originalmente portuguesa, definida por características que passaram a ser próprias de Cabo Verde e que só encontraram paralelo na região mais portuguesa do Brasil, em nosso entender, o Nordeste, também importante recheio de tesouros intelectuais, no passado, no presente e certamente no futuro. Em nome da Arte, apelo por quem de direito fôr e emoção tiver, para que folcloristas, etnólogos e musicólogos se encaminhem para Cabo Verde a fim de colher um patrimônio de riquezas quase virgens ainda, na mira de melhor servir o conhecimento necessário entre os homens de boa vontade.

## SAUDAÇÃO A ROMULO WANDERLEY (\*)

M. RODRIGUES DE MELO

A Academia realiza hoje uma solenidade sui-gêneris na sua vida de instituição cultural. Realiza uma daquelas metas que são da própria essência da sua finalidade. Reune os acadêmicos, convoca os intelectuais, convida as autoridades, mobiliza a mocidade, para juntos celebrarem um acontecimento que transcende os limites da sua vida institucional e se amplia por toda a Cidade, por todo o Estado, por todo o Nordeste, e diria quase por todo o Brasil.

Não posso nem devo abstrair por completo o significado pessoal desta festa, mas quero me referir sobretudo ao caráter impessoal que ela possui. Trata-se do lançamento de um livro. Mas de um livro diferente. De um livro que pertence mais à Cidade do Natal, ao Estado do Rio Grande do Norte do que ao seu próprio autor. Esse traço impessoal do livro revela o seu sentido comunitário, social, humano, regional, brasileiro, universal, tentando, numa síntese admirável, apresentar, além das fronteiras do Estado, o esforço de dois séculos nos mais diferentes caminhos da poesia.

Não há neste livro o sentido de igreja, de partido ou de escola que chumba de morte tantas iniciativas deste gênero.

O que o distingue e recomenda é justamente o contrário disto: é o seu ecletismo, a sua amplitude, a largueza de vista do seu autor que envê de fazer um livro pessoal, isolado da comunidade, preferiu antes misturar-se com ela, trazendo à tona os grandes valores do Estado, formando assim uma cabeça de ponte entre o passado e o presente, entre o presente e o futuro.

Passadistas e modernistas, dadaístas e concretistas, românticos, parnasianos, arcades e simbolistas, radicais ou diletantes, todos os

---

(\*) Discurso lido por ocasião do lançamento do Livro *Panorama da Poesia Norte-Riograndense*, na sede da Academia, na noite de 9 de julho de 1965.

gêneros e tôdas as escolas estão ai reunidos, anotados, biografados, possibilitando assim o estudo e a análise do futuro crítico ou historiador das nossas manifestações literárias.

Merece, pois, louvores, o trabalho do acadêmico Rômulo Chaves Wanderley, que além de prestar relevante serviço às letras da Cidade e do Estado, fazendo justiça aos trabalhadores intelectuais de nossa terra, liga o seu nome de modo definitivo à história da literatura norte-riograndense.

A Academia que o têm na conta de um dos mais altos valores desta Casa, sente-se bem em proclamar publicamente a sua vitória, entregando aos amantes da poesia êste belo *Panorama da Poesia Norte Riograndense*.

Meus Senhores e Minhas Senhoras

Todos nós conhecemos a história da literatura na província. Todos nós sabemos das suas dificuldades, das suas deficiências, dos seus problemas. Araripe Júnior já fazia notar, no século passado, o drama das publicações literárias, nascendo e logo depois desaparecendo.

O fato, com o tempo, pouco mudou.

Na província, especialmente, as condições são quase as mesmas de meio século atrás.

Sem as boas disposições do poder público, estaria fadada a inanição qualquer iniciativa cultural.

Porisso é com alegria que proclamo, louvo e aplaudo o gesto de benemerência do Governador Aluizio Alves, mandando editar por conta do Estado o livro do escritor e acadêmico Rômulo Chaves Wanderley, ligando assim o seu nome ao movimento cultural do Rio Grande do Norte.

Repete e amplia Sua Excelência o exemplo dos seus antecessores que passaram pelo Govêrno do Estado, incentivando a cultura e prestigiando o trabalho dos intelectuais.

Esta edição de *Panorama da Poesia Norte Riograndense*, sendo uma homenagem aos poetas de tôdas as gerações, destina-se, sobretudo, a homenagear o esforço pioneiro de Ezequiel Wanderley que, sem estímulo, sem compreensão, sem ajuda, abriu picada, fez caminho, para que Rômulo Wanderley, mais tarde, ampliando e melhorando o seu trabalho, desse uma visão mais ampla da vocação poética dos norte-riograndenses.

Acadêmico Rômulo Chaves Wanderley:

A Academia vos saúda e felicita pelo grande trabalho que entregais hoje ao patrimônio artístico e cultural de nossa terra.

Mas, Senhores, antes de encerrar estas palavras, quero juntar ao livro de Rômulo Wanderley, um outro de poeta norte-riograndense que nos dá a honra de abrilhantar esta reunião com uma plaquete de

sua autoria. Trata-se do poeta e jornalista Francisco Amorim, membro da Academia Potiguar de Letras e velho combatente na imprensa do Açu.

Esta Academia não é exclusivista. Vem sendo construída com uma grande e superior finalidade: amparar, difundir, estimular os intelectuais e os artistas do Rio Grande do Norte. À sua sombra poderão trabalhar todos os poetas, todos os escritores, todos os artistas de nossa terra.

Jornalista Francisco Amorim,  
Sejais bem-vindo a esta Casa.

Declaro, pois, lançados nesta solenidade, dois livros e dois escritores, curiosamente, ambos do Açu: *Panorama da Poesia Norte-Riograndense*, de Rômulo Chaves Wanderley; e *Teu Livro*, de Francisco Amorim.

Não quero deixar sem uma palavra de agradecimento às autoridades, às famílias, aos intelectuais, que atenderam ao nosso convite e aqui vieram prestigiar o trabalho modesto, mas sincero que a Academia realiza, sem alarde, em proveito da cultura e da inteligência do Rio Grande do Norte.

A todos muito obrigado.



## MEU DIA DE “NATAL” DE OUTRORA

IVO FILHO

“Natal de minha meninice  
Como diferente te vejo  
Agora, que palmilho os dias da velhice  
Sem mais sentir o mínimo desejo! . . .

Como me fazer lembrar os botequins  
Feitos de ramos, palhas de coqueiros,  
Onde eu comprava sequilhos, alfinins,  
Doces-secos, enchendo tabuleiros!

E ficava esperando a hora  
Em que a missa seria celebrada  
Pelo meu, hoje, Santo João Maria,  
Antes que raiasse a aurora,  
No auge da mais íntima alegria,  
A espera da última chamada!

Não havia, então, aquela praça  
Que, agora, existe,  
Já defeituosa e triste,  
Que mãos humanas lhe tiraram a graça.  
Aquêles castanheiro ramaloso  
Ereto, mudo, silencioso,  
Que também aquela missa ouvia,  
Com a mais sublime devoção,  
Nunca pensou que um dia  
Fosse seu tronco decepado,  
Em nome da civilização  
Que não poupa as relíquias do passado! . . .

Hoje o povo pelas ruas passa  
Indiferente ao goso e à tortura,  
Sem perceber que o dia da ventura  
É, certamente, a véspera da desgraça!

E eu quêdo, eu só, dentro de mim, alheio  
A êsse movimento de alegria,  
Não procuro saber da última chamada  
Da missa que não será celebrada  
Pelo meu Santo Padre João Maria,  
Nem será assistida  
Por aquêle castanheiro ramalhoso  
Ereto, mudo, silencioso,  
Sentinela indormida  
Da igreja da Apresentação,

Porque a não irei assistir,  
Por falta de fôrças para caminhar,  
E ficarei em casa para dormir,  
Para sonhar,  
Não com o futuro,  
Que é fruto maduro,  
Prestes a cair e ao pó voltar,  
Mas com o passado de longuíqua idade,  
Que me dá à velhice os travos da saudade! . . .

Natal, 12-1966.

## AFONSO BEZERRA E A SUA GERAÇÃO (\*)

NILO PEREIRA

Quís Rodrigues de Melo, o incansável presidente da Academia Norte-riograndense de Letras, a quem as virtudes do Quixote têm levado a tantas vitórias no plano da cultura e da inteligência, que, além de prefaciador, fosse eu também apresentador do livro de Afonso Bezerra. Um livro que, em grande parte, vi o seu jovem autor escrever, e do qual posso dizer que de certo modo participei. Muitos dos seus contos e artigos, aqueles que foram escritos no velho Colégio Santo Antônio, nos nossos tempos de estudantes de preparatórios resultaram — os artigos principalmente — de conversas nossas, de sugestões comuns. Pois éramos tão amigos e confidentes que, no plano literário e doutrinário, quase nada fazíamos sem um dizer a outro o que pretendia fazer. Como se a vida para nós dois fosse um dever comum ou, em alguns casos, uma composição a duas mãos.

O livro de Afonso Bezerra — *ENSAIOS, CONTOS E CRÔNICAS* — é uma vida inteira, curta mas intensa. Por muitos anos reclamei a publicação desse material disperso na imprensa e que se arriscava a ser para nós outros, companheiros do escritor, simples lembrança, e para outros, os mais novos, uma palavra perdida. Mas como perder essa palavra que teve tanta fôrça? Afonso é toda uma geração. Uma geração que enfrentou e ceticismo. Que repudiou as atitudes cômodas e sibaritas por uma forte e corajosa afirmação intelectual. Que viveu com Jackson de Figueiredo, um dos nossos modelos, a fase de transição do catolicismo histórico — mais de precisão do que de promessa — para o catolicismo afirmativo, cujas raízes remontavam à Questão Religiosa, à coragem e à lucidez de Dom Vital.

---

(\*) Discurso proferido no dia 9 de junho de 1967, na sede da Academia Norte-Riograndense de Letras, por ocasião do lançamento do livro *Ensaio, Contos e Crônicas*, de Afonso Bezerra, em homenagem ao transcurso do sessagésimo aniversário do seu nascimento.

O que essa geração queria era bem a definição de fronteiras. O Brasil saía do positivismo republicano para a integração espiritual de sua cultura no plano verdadeiro da fé. O esteticismo já não era uma solução. O sorriso de Voltaire — dizia Jackson de Figueiredo — havia morrido nos lábios de Anatole France. É certo que essas coisas pesavam no nosso espírito, como se, de repente, uma herança fosse a negação da posse legítima dos bens que as gerações iam acumulando.

Enquanto êsses problemas surgiam, nós nos reuníamos no Colégio Santo Antônio, simplesmente porque ali estava residindo um estudante chamado Afonso de Ligório Alves Bezerra, vindo de Carapabas, trazendo consigo um coração aberto à generosidade e à beleza da vida. Era alto, magro, tinha o olhar fulgurante e ansioso, movia-se insatisfeito nos ambientes onde se projetava, como se procurasse sempre alguma coisa — e era o saber, a fé, a verdade que buscava. Dava-se todo inteiro ao primeiro contacto se no diálogo havia como foi o nosso caso — afinidade de idéias e sentimentos. Êle trazia do sertão a alma sagrada da terra, o canto lírico do povo obstinado, a suavidade das noites de lua, o encantamento telúrico das raízes emocionais. Vinha com tôdas as fôrças da juventude. E era irresistível o seu apêlo ao apostolado, à missão do intelectual naquele mundo que desabrochava e no qual êle tocava com o seu idealismo de escritor.

No Colégio Santo Antônio, que eu frequentava para estar com êle, para ouvi-lo, para segui-lo na pregação luminosa e ardente, outro mais velho do que nós dois era nessas horas ansiosas o nosso mestre — o padre Luiz Gonzaga do Monte — sábio e santo, cuja obra, também esparsa, quase perdida, reclama outro Rodrigues de Melo, igualmente obstinado e quixotesco, que a reúna, que a salve do esquecimento. Foi aí que Afonso e eu concebemos a idéia de escrever um drama — a minha primeira e única tentativa no gênero — que fosse a consagração do Cristianismo, a sua vitória sôbre o paganismo dos tempos. O paganismo, no caso, não era apenas o histórico, que vinha dos deuses e desabava sôbre os homens como um feitiço, capaz de misturar o Ocidente e o Oriente na mesma perdição. Combatíamos o paganismo do nosso tempo, a indiferença pelo eterno, a negação do homem e do seu destino supra-terreno. Rodrigues de Melo, pesquisador sem descanso e sem temor, encontrou entre os velhos papéis de Afonso êsse velho drama, que dois jovens, antes dos vinte anos, escreveram num momento de exaltação, procurando no teatro a forma de expressão da nossa ansiedade. Seria talvez a melhor maneira de comunicar ao público o nosso desejo de falar, de penetrar na alheia consciência e deixar nela a semente do bem. Nunca foi e, decerto, nunca seria representada tal peça, a não ser no íntimo dos dois que a escreveram. Mas resta dessa tentativa frustrada — que o livro de Afonso agora renova — a prova de que êle, muito jovem e já mestre, voltava tôda a sua preocupação literária e filosófica para

as coisas sérias, que transcendiam a própria idade. Bastava êsse pequeno ensaio dramático para mostrar quais os assuntos que, em tórno de uma mesa, atraíam o nosso espírito. Nesse sentido é que Afonso Bezerra representa uma geração, uma filosofia da vida, uma tomada de posição. Uma geração que se despedia do materialismo, das atitudes convencionais, do catolicismo burguês, e vivia a sua tragédia interior, que não deixava de estar ligada à angústia que a primeira guerra mundial havia espalhado pelo mundo. O “après-guerre”, de que tanto se falava, era uma interrogação, uma incerteza nos nossos caminhos. E nós achavamos que o remédio era a Fé. Por isso, na Congregação Mariana de Moços, dirigida e animada por êsse outro espírito admirável na sua ação e no seu apostolado, que é Ulysses de Gois, encontravamos o melhor modo de agir contra o mundo néo-pagão, sibarita e irresponsável, que, afinal, era aquêlê que combatíamos na nossa peça em um ato. E era também por isso que, no jornalismo católico, praticado no “Diário de Natal” e depois n’ “A Ordem”, iamoz dizer do nosso pensamento, do nosso ideal, de tudo aquilo que Jackson de Figueiredo chamou a “reação do bom senso”, que lhe deu titulo a um livro e fundamento a um programa.

A vida breve de Afonso Bezerra — uma vida de poeta do romantismo condenado à pequena duração, mas à longa extensão da obra criadora — foi um canto de confiança na sua geração, na sua terra, na sua gente. Trouxe do sertão — admiravelmente estudado pelo mestre Rodrigues de Melo na Introdução dêste livro — reservas infinitas, que lhe valeriam na hora das resistências heróicas. O seu conto sertanejo é duma pureza essencial. A narrativa é sempre lírica. O sacrifício do sertanejo enche a história da gleba abandonada. A superstição é um elemento mágico na composição espiritual daquela gente simples e ingênua, que acredita no mistério para poder crer, muitas vêzes, em si mesma. As virtudes cotidianas fazem dos contos de Afonso Bezerra quase uma epopéia, que têm como cenário a natureza castigada. Nos dias felizes de fartura, quando a terra é verde e fecunda, ninguém mais feliz do que o sertanejo. Mas nos seus cantos primitivos, nas toadas românticas, nos desafios, a alma do sertão põe a sua beleza e o seu feitiço. Tais os contos de Afonso, contos também de poeta e às vêzes até de cantador sertanejo, que ao improvisado confia uma sabedoria instintiva e ao seu modo mágica.

Mas há o ensaísta, o jornalista, o polemista. Que de tudo isso trata o livro, refletindo a multiplicidade do talento do jovem escritor. Seu espírito afirmativo e bravo, tanto quanto combativo e generoso, haveria de encontrar no jornalismo uma forma natural, irresistível de expansão. Justamente na imprensa de nossa terra, e nela mais do que em nenhuma outra, foi Rodrigues de Melo encontrar

a maioria dos artigos, ensaios, comentários que Afonso Bezerra escreveu. Empenhado numa luta, a da Verdade, tinha que enfrentar adversários. Mais doutrinário do que polemista, nem por isso renunciou ao debate; e nem houve ameaças que o detivessem na sua jornada, no seu combate; nem remoques à sua e nossa fita azul de congregado mariano que o levassem a dela se envergonhar ou sequer a suspeitar de que, usando-a, fosse por ventura menos jovem do que os do seu tempo.

Os ensaios e conferências de Afonso Bezerra antecipam o sociólogo e o psicólogo que êle seria. Tinham a tônica da Ortodoxia e por ela se batia em todos os planos da literatura e do jornalismo. Não perdia ocasião de comentar fatos e livros — e crítico literário não deixava de ser quem tanto se interessava pela literatura e pelos movimentos culturais — mas sempre para exaltar o primado do espiritual, que era a grande conquista da sua inteligência.

Relembro, hoje, essa luta que nos animava. O melhor que ficou dos tempos que se foram foi a certeza de que eram benéficos à nossa formação. Por isso não foi êsse um tempo perdido. Vieram outros combates. Outras frentes se abriram. Afonso nos havia deixado para sempre, colhido pela morte aos vinte e dois anos de idade, em plena ascensão. Mas, nas horas mais sérias, naquelas em que afirmar valia mais do que tudo, êle estava presente, como se fosse uma flama a aquecer a nossa alma. Não estava morto quem assim vivia tão perto da nossa fragilidade, reanimando-a. E, agora, tantos anos decorridos, o nosso pensamento é o mesmo, as nossas reflexões são as mesmas, as nossas perplexidades são as mesmas, porque no fundo do nosso ser está o mesmo homem ansioso do bem, está a mesma inteligência procurando um rumo certo. Essa fidelidade à juventude, às primeiras idéias, ao mundo que criamos e que não era senão aquêle para o qual fomos criados — o mundo de Deus, da Fé, da Razão iluminada pela Revelação — essa fidelidade, digo eu nesta altura da vida, é o patrimônio duma geração que acreditou nas suas forças interiores. Que venceu o ceticismo e o pessimismo. E que, hoje, após as duas guerras do século, e diante de novas ameaças muito mais sombrias do que jamais houve na face da terra, pode repetir com Jacques Maritain, no seu mais recente livro — *LE PAYSAN DE LA GARONNE* — publicado êste ano, estas palavras que sonhamos na nossa adolescência e são nos dias atuais o mesmo brado de advertência e de amor: — “As almas são ávidas de autenticidade, de franqueza, de dedicação a uma tarefa comum; elas descobrem com uma espécie de embriaguez o mistério do ser humano, as possibilidades e as solicitações do amor fraterno. Ê como uma nostalgia do Evangelho e de Jesus”.

Pois não era outra coisa que perseguíamos, tendo Afonso como nosso guia e nosso mestre, e, acima de nós, outros mestres e outros guias, o padre Monte e Ulysses de Gois, por exemplo; e se isso ficou no nosso espírito foi porque essa mensagem de autenticidade estava destinada a vencer o farisaísmo, a falsificação dos homens e das instituições. Esta, a grande lição de Afonso Bezerra. A grande lição que está no livro que êle nos deixou pelos jornais, nas salas de conferências, no seu quarto de estudante, nos corredores da Faculdade de Direito do Recife, onde seu nome ficou tão vivo como se tivesse feito o curso todo com o brilho que outros deixaram inapagável. O livro disperso e inédito aqui está: é obra de amor. Com amor foi feito e com amor recolhido e pesquisado pela imprensa, por êsse grande amoroso das nossas coisas, que é o escritor Rodrigues de Melo. Lançando o livro de Afonso, o presidente da Academia Norte-Riograndense de Letras assinala mais uma vez a sua atividade renovadora nesta Casa ilustre, à qual tenho a honra de pertencer: — Casa tanto de Henrique Castriciano quanto de Rodrigues de Melo.

Afonso tinha, como Álvares de Azevedo, o presentimento da morte. O poemeto “Se eu morrer moço”, que em seu livro vem publicado, além de outras tentativas poéticas de caráter místico, mas esta, de modo especial, inspirada no soneto “se eu morresse amanhã”, do grande poeta, é a previsão que se havia de cumprir. Lembro-me muito bem quando êle voltava do Recife, concluído o segundo ano jurídico. Vinha doente. Ansiava pelos ares de Carapebas, a gleba que tanto amava e onde ia procurar a cura. O poemeto, que só êle conhecia, lhe traçava o destino. Tinha de morrer moço, como os poetas, como moço morrera Álvares de Azevedo. Por isso em versos antecipava a morte. E nas últimas horas, tão humildes e franciscanas que até chagas se lhe abriram no corpo, ainda pôde exclaimar: — “Tanto que eu queria ser um escritor católico!”

Definia assim a sua vocação. O escritor católico, que êle queria ser e foi, está neste livro — um livro de amor, uma página de juventude, um cântico de alegria interior. Escreveu por êle e por sua geração, ou, pelo menos, por uma parte de sua geração, aquela que melhor viveu o seu drama espiritual. O tempo podia ter passado; mas está aprisionado nestas páginas antigas, e tão novas como se fossem de hoje. Páginas que eu vi nascer e palpitar e viver naquele que as escreveu com tanto ânimo, tanta altivez, tanta pureza, debruçado sôbre um mundo nôvo que despontava e que é êste mundo de espanto em que estamos. Mundo apenas presentido nos ensaios e artigos e conferências de Afonso na Comissão de Imprensa ou no Grêmio “Olavo Bilac”, e por muitos de nós outros, videntes dum universo limitado, mas amantes da fantasia de Júlio Verne.

Este livro — digo no prefácio — é um dos meus sonhos realizados. Deixai passar a palavra assim de cunho pessoal, porque maior realização é a de Rodrigues de Melo, que o colheu pacientemente nos jornais. Pedi muito aos govêrnos que editassem o livro de Afonso, como continuo pedindo que editem o do padre Monte, também espalhado pela imprensa. Tudo isso é um testemunho que deve ser preservado do esquecimento, como êste foi e ainda em tempo de ser u'a mensagem para as gerações atuais. Elas tomarão contacto com um escritor da Província, que versou tantos temas, os regionais e os universais. E sentirão que em Afonso Bezerra havia uma palavra que fica, a palavra que a inteligência diz a todos os tempos e a todos os homens.

## DISCURSO AOS ESTUDANTES

ESMERALDO SIQUEIRA

*Queridos Estudantes*

*Minhas Senhoras, meus Senhores.*

Não tergiversámos em aceitar uma distinção como esta, e aqui vimos mais pelo prazer de continuar entre os estudantes, do que mesmo pela parte de honra ou de brilho que nos possa caber na solenidade.

Manda a franqueza confessar: de início, o pensamento de um discurso escrito, em tôda a gravidade do t rmo, nos perturbou sobremaneira, tanto mais quanto nos habituáramos ao v zo nacional ssimo da oratória improvisada. Resignámo-nos, por fim, pensando em que não era possível, em momentos semelhantes, cancelar a praxe dos discursos bem meditados e lidos.

Pois, assim seja. Falaremos  qu les a quem começam a sorrir as promessas da vida. A quem todo um futuro de esperanças lhes acena com seus frutos opimos, enquanto nós, os seus mestres, já nos sentimos quase pertencentes às cousas pretéritas. Não somos, contudo, da espécie d esses pessimistas incuráveis vencidos pela ferocidade da hora presente. Podem rir-nos na cara os discípulos de Voltaire e Schopenhauer: acreditamos na vitória final da ciência e da paz, no entendimento definitivo dos povos. Daí, naturalmente, a nossa fé nos destinos nacionais, dependentes, sobretudo, da mocidade estudiosa que cultiva os métodos seguros da ciência, que freqüenta as bibliotecas, que ama os laboratórios e os anfiteatros. Essa juventude compreender  a máxima de Spencer, segundo a qual a vida não se f z para a ciência e o trabalho, mas o trabalho e a ciência é que se fizeram para ela. Seu programa incluir , sem d vida, larga parte de esportes e divertimentos. Ao nobre desejo de saber tudo, da ilimitada e livre

curiosidade, junte-se-lhe a fôrça da honestidade e da franqueza, o bom humor indispensável de que tanto precisará por ocasião dos contratempos.

Felizmente, a vida escolar moderna, aproximando cada vez mais discípulos e mestres, oferece aos estudantes vantajosas condições de desenvolvimento psicológico. Foi-se o tempo do professor solene, inacessível, e mesmo inimigo, principalmente nos dias de exame. Certos mestres, — que nada tinham de risonhos nem de francos, como num famoso poema sôbre a escola antiga, — certos mestres chegavam a considerar o estudante um réu, culpado do crime de ignorância. . . Sem dúvida, os exames são necessários, como são inevitáveis as respectivas posições de mestres e discípulos, mas ninguém lhes negará os bons momentos de convivência, análogos a êste em que nos reunimos numa comunidade festiva de sentimentos e idéas, para a inauguração promitente dêste novo ano letivo.

A simples contemplação de jovens e queridos alunos, percebemos logo que, para sermos dignos do respeito tributado aos verdadeiros mestres, o saber e a eloquência não bastam, sem o dom absoluto do coração e da vida. Só assim poderá haver comunidade de pensamento e de vida entre os que ensinam e os que desejam aprender. Desta forma, é que poderemos ir, desde já, lançando os primeiros fundamentos sólidos de nossa existência universitária. Essa privança de mestres e alunos, como que em família, cria não apenas a dívida intelectual nascida das lições, das conferências, dos exames, mas a atmosfera afetiva indispensável ao completo desenvolvimento das almas, à própria continuidade nacional através do entendimento harmonioso das gerações sucessivas.

Quanto a nós, se o nosso exemplo pode valer, há mais de cinco lustros contínuos vivemos no meio da mocidade das escolas. Nesse convívio de tôdas as horas, aprendemos a amá-la pelo muito conhecê-la. Vinte e nove anos entre milhares de estudantes, e a nossa convivência prossegue inabalavelmente equilibrada. Que existam velhos no seio da juventude, assim como se apontam velhos jovens na sociedade, não o discutiremos. A mocidade continua, na sua grande maioria, com as virtudes de sempre, abnegada e generosa acima de tudo. Os verdadeiros jovens de hoje têm o condão da sinceridade com que se movem espontaneamente, livres de requintes e artifícios, idênticos a si próprios e capazes, por conseguinte, de compreender a beleza e a poesia da vida.

Estudantes amigos. A idade a que chegámos marca justamente o comêço onde surdem as lamentações ante a impossibilidade de retôrno à juventude. Quantos de nós, para reconquistá-la, não fariamos o pacto de Fausto. É a idade em que já nos preocupamos com os que nos terão de substituir e continuar, os novos portadores do futuro.

Não importa que lhes tenhamos de ceder o passo. Sem êles, seria irrealizável qualquer obra progressista e duradoura. De seu concurso imprescindente é que ela se desenvolve e aperfeiçoa.

Consola-nos antes e consequentemente a certeza de que os mais moços não deixarão morrer os esforços dos mais velhos: que esta seqüência de trabalho é uma espécie de immortalidade, ainda que o tempo possa apagar da lembrança o nome de cada um de nós.

Falou-se e ainda se fala por aí, meus caros amigos, na "ban-carrota da ciência", no descrédito absoluto da filosofia livre-pensadora, sob o ponto de vista dos bens tanto morais como materiais que ambas teriam prometido à humanidade. Brunetière já se atrevera a decretar a falência do espírito científico do século dezenove, o que mereceu o escárnio do nosso bravo Sílvio Roméro. Ousamos rebelar-nos contra semelhante conceito derrotista e retrógrado.

Nem uma nem outra abriam falência. Pelo contrário, nunca os mais sérios problemas de nossa vida tiveram maior possibilidade de solução. Inobstante os impecilhos de tóda natureza, a evolução processar-se-á irresistivelmente em qualquer dos domínios da atividade humana. As ciências de análise e de experiência abrem caminho por tóda parte, ao influxo das idéias livres. Cada vez se divaga menos, se pensa e se age mais, numa ânsia irreprímível de tudo saber para tudo conquistar e tudo poder. Dos últimos segredos do átomo aos mais recônditos meandros de nossas almas, que é que tem podido escapar à perquirição dos sábios? Passou a éra dos devaneios e das fantasias. Nem sequer experimentamos mais a saudosa mágoa dos nossos falecidos sonhos românticos.

Uma sêde ardente de verdade nos subjuga. Acreditamos que é sòmente pela verdade que chegaremos à realização de nossas idéas. Um dia, ciência e consciência se confundirão, como augurava Lavissee. Haverá, contudo, quem continue a insuflar nos ouvidos da juventude a cantilena da periculosidade da fé na ciência como base da organização social e moral, em detrimento das velhas crenças consideradas eternas e insubstituíveis.

Deverão os moços esperar que se ponha a última pedra no edifício da ciência, para poder habitá-la? Nêsse caso, quando começariam a ocupá-lo? Não. A ciência não pode reduzir-se a mero exercício intelectual, pelo fato de jamais fazer milagres. Curiosa contra-dição! Os que nada provam nem resolvem, acastelados em suas idéas fixas dogmáticas, são precisamente os que nos querem impôr exigências absolutas. Prometedores de paraísos imaginários, êles proclamam aniquilada a ciência, porque não deu ainda a todos os homens riqueza, saúde, vida serena, sabedoria universal. Não nos tendo prodigalizado tudo isso de uma vez e de imediato, devemos repudiá-la em beneficio dos mitos e das superstições arrasados por ela? Mas,

só as religiões podem prometer bemaventuranças. A ciência procura pelo menos arrimar o homem na terra, orientá-lo na sujeição dos elementos em seu proveito, libertá-lo de todos os erros que possam causar-lhe sofrimentos físicos ou morais. O que ela promete não é a perpétua beatitude no céu, é o reino severo da verdade, que somente fará felizes a bem poucos, porque não são muitos, por enquanto, os seres humanos capazes de viver superiormente. Por desgraça, grande parte da humanidade não pode respirar fóra de uma atmosfera de ilusões. "Se não existe em alguma parte, diz Zola, outro mundo onde reine a justiça, onde os maus sejam castigados e os bons recompensados, como viver sem revólta esta abominável vida humana? A natureza é ingrata e cruel, a ciência parece terminar na lei monstruosa do mais forte: desde logo, tôda a moral desaba, tôda a sociedade marcha para o despotismo".

Ora, senhores, a coerência dos que assim julgariam a sociedade uma escola de perversão os levaria a preferir o ópio da ignorância ou o vinho do sonho, a fixar num outro mundo as suas esperanças.

Zola falava do desesperado apêlo à felicidade em sua época, partido como clamor de todos os pontos, no meio das conquistas da ciência inexorável, que prosseguia impulsionando tudo e já prenunciando os seus feitos e recursos modernos. Seus contemporâneos bocejavam de tédio, cansados das téses científicas, imploravam quimeras consoladoras, o bálsamo do misticismo para as chagas do coração.

Que diríamos nós hoje, quando a luta pela vida recrudeceu e se diversificou infinitamente, em consequência primordial dos estupendos progressos mecânicos? Deveria haver, diante disso, maiores razões ainda para se aspirar ao repouso e à beatitude dos sonhos.

Se não nos enganamos, todavia, são bem raras as criaturas atualmente que tenham tempo de sonhar, que mesmo pensem nessa maneira de evasão. Especialmente a mocidade das escolas, que até chega a ser realista e positiva em excesso, e se vai integrando dia a dia na vida das bibliotecas, das salas de aulas, dos centros e ambientes ãonde também campeia a cultura. Existe nela, pelo menos na sua melhor parte, um desejo infrene de viver, de não perder nem um minuto, de avançar modernamente para o futuro, com os auxílios e as vantagens da ciência, indiferente a dogmas e conjeturas sôbre o além.

Se repelimos fantasmas, isto não quer dizer que sejamos des-tituídos de fé. Como o ilustre criador dos Rougon-Macquart, que tanto soube comprová-lo com o seu edificante exemplo, também temos nossa fé. Acreditamos no trabalho, amamos o estudo, confiamos na ciência. Apesar de nossa reconhecida falta de talento e as peripécias e circuntâncias da luta não nos haverem tirado da obscuridade para a glória, nem porisso deixará a nossa vida de atestar o significativo poder do esfôrço perseverante.

Jovens amigos. David Hume expressou o que tantos já haviam pensado e dito, ao colocar o prazer como a suprema finalidade da vida. Apenas, não se conhece palavra de sentido mais elástico. Que prazer? Para nós, o fim da vida é o prazer somente depois de descobrirmos no trabalho a fonte de tôdas as alegrias e recompensas. Esse há-de ser o prazer oriundo do dever cumprido, da tarefa realizada, da soma de bem material ou espiritual que o nosso labor houver produzido. Prazer, por havermos contribuído para a segurança e bem-estar de nossas famílias, para a grandeza e prosperidade de nossa pátria.

Nesta altura da palestra, já deveríamos ter apelado para a tolerância do auditório, essa tolerância que nos parece a virtude das virtudes, e porisso mesmo tão rara e tão difícil, conquanto todos a reconheçam como dever. . . Escutem-me, pois, os senhores mais alguns minutos.

Edmond Scherer afirma que a tolerância nasceu no dia em que as crenças dominantes foram abaladas nos espíritos. Foi a dúvida que a gerou, e não a fé. Seus apóstolos, vamos encontrá-los, com o crítico, entre os livres pensadores do porte de Locke, Bayle e Voltaire. Só se começou a admitir a diversidade das crenças no dia em que nessa discrepância apenas se vislumbrou uma simples divergência de opinião.

Scherer diz mais que o fato capital da sociedade moderna é a persuasão de que não há no mundo moral um sistema de dogmas evidentes que seja criminoso regeitar e cuja imposição, por conseguinte, seja legítima ou possível.

Somos por natureza intolerantes, não admitimos que se discrepe de nós em cousa alguma. Aí dos que não se identificarem conosco no modo de pensar. Ter razão é ser de nossa opinião, diz o adágio. No passado como no presente, atropelam-se os males resultantes da divergência de opiniões. A guilhotina ceifou umas duzentas e cinqüenta mil cabeças, mais pela disparidade de pontos de vista do que por outra causa qualquer. Ninguém ignora as misérias das perseguições políticas e religiosas no transcurso dos séculos. Por entrechoque de crenças e concepções, isto é, por espírito de intolerância, têm sido possíveis flagelos como a matança dos albigenses, a Inquisição, a noite de São Bartolomeu, as dragonadas, a Bastilha, os cárceres siberianos, as mil e uma formas de tortura e de extermínio ainda não extirpadas do mundo.

Por cúmulo, até no terreno da ciência a intolerância pode fazer suas incursões. Para citarmos apenas dois povos civilizados, a França e a Alemanha, mais de uma vez já vimos se degladiarem os sábios das duas pátrias, contrapondo a ciência francesa e a ciência alemã, como se fôsse concebível um dualismo na ciência ou a verdade pudesse apresentar duas faces antagônicas.

Outro absurdo não menor, a intolerância em literatura, motivada pela luta entre as correntes literárias e os grupos ou as gerações que as representam. É costume nos moços intelectuais a malsinacção dos mais velhos, a negação, por parte das gerações novas, dos méritos e das virtudes das gerações que as precederam, senão mesmo de quantas tiveram a sorte de aparecer anteriormente. Os jovens, pondera Jules Lemaitre, não querem pensar que sofrerão dos moços de amanhã o mesmo que fazem sofrer aos idosos de hoje, pois que as gerações se sucedem combatendo-se, de acôrdo com uma lei quase infalível do progresso.

No Brasil, temos assistido a grande parte das gerações modernistas negarem qualquer parcela de importância literária às gerações anteriores, esquecidas de que nenhuma literatura pode existir e desenvolver-se sem antecedentes tradicionais onde aprofunde e robusteça as suas raízes.

Essa intransigência dos novos em face dos seus maiores é simplesmente imputável à falta de estudos sérios, de cultura capacitante, de rigorosa observação dos fatos. A verdade é que, nas letras, elles creêm no mito da criação absoluta, por assim dizer *ex-nihilo*, quando as suas barulhentas descobertas não passam geralmente de concepções mais ou menos requentadas de gerações já desaparecidas. Tudo recomeça — diz o crítico — mas nunca de modo idêntico. Eis a diferença, a causa mínima de efeitos tão ruidosos...

Então será insensato capitular de inimigos e idiotas os que se afastam de nossos postulados estéticos. Se resolvêssemos categoricamente o problema definitivo do belo, poderíamos talvez justificar a nossa intransigência.

Mas, se o problema continua aberto, assim provando sua desafiadora respeitabilidade, se não podemos comungar no belo, comungaremos, segundo Lemaitre, no mesmo culto da beleza, nos prazêres que elle nos dá e nas virtudes que nos inspira.

A intolerância confunde-se com o puro fanatismo. Este, em suas modalidades mais comuns, além da literária, sem contar a modalidade científica, verdadeira *contradictio in adjecto*, este, repetimos, pode ser político, religioso, patriótico, econômico, etc.

Compreende-se que em si mesmo, patriotismo, política, religião, nada tenham de anormal e constituam simultaneamente fatores e efeito da vida em sociedade. O que transforma em fanatismo ou intolerância êsses fenômenos sociais é o seu exagêro dogmático, sua hipertrofia mórbida, o desvirtuamento de seus princípios e intenções. A religião, a política, o patriotismo, encarados por êste prisma, não têm culpa dos crimes perpetrados em seu nome. Torquemada era fanático, e não religioso. Robespierre incarnava o fanatismo politiquero. A intolerância do fanatismo religioso repele a liberdade de crenças, como a intolerância do fanatismo patriótico defende os

nacionalismos fechados contra a ampliação internacionalista do conceito de pátria. No fanatismo político, a intolerância partidária visa exclusivamente à conquista ou conservação do poder, sem se incomodar com a lisura dos meios. O homem aqui se revela ambicioso sem escrúpulo, capaz de tôdas as infâmias.

Quanto a discussões ideológicas, não participam nenhumentemente dessa espécie de fanáticos. Se têm opiniões, são apenas seus herdeiros e nunca se deram ao trabalho de examiná-los.

Meus bons amigos, meus preclaros colegas. Duas magníficas virtudes quisemos preclonar nesta solenidade: o trabalho e a tolerância, legítimos polos da órbita social. Efetivamente, a sociedade não poderia prescindir de tais forças supremas, criadoras e mantenedoras de toda a sua delicada e completa estrutura, ao mesmo tempo que obrigatórias condições de suas mudanças evolutivas. Pelo trabalho, faremos sempre o bem e nunca teremos sequer o tempo de fazer o mal. Pela tolerância, veremos irmãos em todos os outros homens, reconhecer-se-lhes-emos o direito de serem diferentes de nós em suas interpretações da vida e do mundo, visto que podem variar ao infinito as nuances de temperamento, as heranças biológicas, as circunstâncias e os acasos da educação e da instrução, o conjunto, em suma, de cada individualidade humana.

A tolerância, portanto, ordena que nos devemos suportar e ajudar mutuamente, sejam quais fôrem nossos credos, partidos, nossas filosofias. Vale pouco a diferença de premissas, se conseguirmos chegar ao mesmo resultado, que é a fraternidade. Isto não nos impediria de sentir cóleras e ódios sagrados, como o aconselhava Duclaux, jamais inspirados em pessoas e cousas, mas sempre contra idéias, teorias, doutrinas reconhecidamente falsas e, destarte, prejudiciais ao desenvolvimento particular ou ao interêsse geral.

E que mais poderíamos dizer sem lesar a paciência dos senhores? Nossa conversa chegou ao fim. Não teve a petulância de ser outra cousa. De qualquer fórmula, esperamos que de nossa boa vontade algum proveito tenha ficado em favor dos ouvintes. Pelo menos, está inaugurado o novo ano letivo!



## AD LUCEM VERSUS

*Pe. JORGE O'GRADY DE PAIVA*

Traçou Luiz Gonzaga do Monte, o sacerdote e mestre que jamais deixaremos de prantear, para o cenáculo de letras norteriograndense, o lema: “voltado para aluz” — *ad lucem versus*.

Naquilo que expressamos vai a nossa alma. Cada um de nós vê o mundo da *sua janela*. As apreciações refletem, em intensidade e extensão, o gosto, a sensibilidade, a formação. Deus está nas criaturas, que lhe revelam os divinos atributos. O homem projeta o seu “eu” no que cria, define ou vê.

*Ad lucem versus* é o luminoso destino de um homem. Os 39 anos de sua vida duraram o instante do relâmpago illuminando o céu. Veiu ao mundo para ser luz e “luz que brilha no céu”. Porisso ordenou-se. O sacerdote é a “luz do mundo”.

Luiz Gonzaga do Monte, filho primogênito, abriu os olhos à vida ao reverbero do sol pernambucano. E como se não bastara, um nome iluminado — Vitória — foi a sua cidade-berço.

Revelou, de tenra idade, inteligência privilegiada e coração terno e generoso.

Era de ver, criança de 5 anos, privar-se de alimentos para dá-los aos pobres. Sempre obediente e piedoso. Nele madrugaram razão e sizo. Foi o encanto e a alegria dos pais. Toda a vida. Afetuosíssimo, jamais arrefeceu a sua grande ternura. Antes, crescia. Homem feito, já sacerdote, continuava a expandir, no lar, de mil maneiras graciosas, a sua grandeza dalma. Feliz mãe objeto de sua particular predileção. Feliz pai, felizes irmãos. Viveram de seus carinhos e cuidados. Vivem agora de sua grande saudade.

Dotado de prodigiosa memória, aprendia quanto estudava. E estudou a vida inteira. Adquiriu imenso cabedal de ciência.

Possuidor de genial intuição e extraordinária agilidade mental, que lhe podiam valer o título de clarividente ou iluminado, transcendeu os limites das ciências eclesiásticas para devassar os de-

mais domínios do saber. Elevou-se, sem sair do ambiente do seminário onde sempre viveu, a um nível cultural raras vezes atingido. Contou no início da sua carreira científica, com as luzes, o estímulo e a compreensão de D. José Pereira Alves, cuja biblioteca lhe foi, sem reservas, franqueada. Tornou-se, depois, autodidata.

Conheci-o de perto. Tive-o como mestre e orientador. Privei, seis anos, do seu convívio diário. Bem posso avaliar da sua excepcional capacidade. Logo que venham a ser publicadas as obras que deixou, manuscritas, ver-se-á a contribuição pessoal com que enriqueceu o patrimônio científico.

Fórmulas matemáticas criadas ou simplificadas; sistematização ou didática da Biologia; classificações, comparações várias; demonstração fisiológica da possibilidade e vantagens da continência e castidade; valor e defeitos da psicanálise; destruição das bases experimentais do espiritismo clássico, revelarão o sábio que Natal possuía.

Se é que já não foi bastante revelado pelos magistrais artigos que publicou, alguns com pseudônimo na imprensa provinciana e que o escritor Câmara Cascudo, num justo e comovente apêlo diante do seu cadáver lembrou deviam ser enfiados em volume. Nessa colaboração esparsa estão tratados com maestria temas de Bioquímica, Evolucionismo, Criminologia, Biotipologia, História, Psicologia, Mineralogia, Cosmogonia e Astronomia.

Polemista vigoroso, unindo o vivo e fluente do estilo a rigorosa argumentação, vencia o adversário, ganhando-lhe a admiração e até a própria amizade.

Espírito profundamente analítico descia aos mínimos detalhes. E com um poder de síntese admirável, coordenava os conhecimentos adquiridos. Tão bom teórico como experimentador. Nele a visão da minúcia jamais prejudicou a do conjunto. Daí uma cultura tão harmoniosa que ele podia alimentar a fé na ciência.

Constituição longilínea, em que a vida de relação predomina sobre a vegetativa, viveu quasi só do espírito.

Era de notar-se quanta energia acumulava no corpo frazino. Nunca adoceceu, gravemente. Só para morrer. E o quadro clínico da sua consunção revelou instabilidade desnordeante. Não tossia, não tinha escarros, não sofreu hemoptises. Que gigantesca resistência física! Extinguiu-se de vez. Como uma luz que se apaga de repente.

O feitio moral este era por demais modesto. É assim a aristocracia espiritual.

Ao escrever ou discursar, trazia os leitores ou ouvintes para junto de si. Familiares eram-lhe expressões como estas, mesmo tratando de assunto transcendente:

**Todos sabemos, é da maior evidência, ninguém desconhece, é obvio, etc.** Conversando, usava de linguagem tão banal que quem

não o conhecesse nem de leve suspeitaria do seu primoroso talento. Só se revelava, nessas ocasiões, pelo olhar, expressivo e profundo.

Alma simples, reta, pura. Superior às vaidades e contingências da vida.

Penetrava, com poesia e encanto, o sentido dos textos sagrados. Tinha comentários e conclusões lindas. As suas perorações inspiradas na natureza e na mitologia, revestiam patética beleza.

Exímio cultor de linguas. Hebraísta, helenista, latinista. Metrificava com não menor facilidade do que elevação. Lia em inglês e alemão. Segredos para ele não tinham as neo-românicas.

Sua piedade e recolhimento, ao celebrar, eram notórios. Recitava infalivelmente o breviário, fosse altas horas da noite. Dava direção espiritual do muito de espiritualidade que tinha.

Muito sofreu. Sobretudo incompreensões. Mas, como São Paulo, sabia alegrar-se no meio das tribulações.

Vida utilíssima. Deixou um sulco no meio onde atuou. Sua influência no ambiente social era poderosa. Foi um amigo á toda prova e um conciliador admirável.

Nas dobras da sua ilibada sotaina, como nos tons escuros das roupagens das telas de Rembrandt, vistas por Ludwig, “escondia-se a luz”. “No momento oportuno, jorrava”. A fonte era a inteligência, era o coração.

**Ad lucem versus.** Puzeram-no num túmulo voltado para o sol. Banha-o a intensa claridade do dia.

Poderia escrever-se sôbre a lápide, isto dos Livros Santos:

Júnior fui, etenim senui  
Cani sunt sensus hominis  
Aetas senecutis vita immaculata

—oOo—

Jovem fui e envelheci  
Verdadeiros cãs são o valor do homem.  
Velhice é vida imaculada

—oOo—

Morto continuará, assim, iluminando. Com uma lição perene de sabedoria.



## LUÍS ANTÔNIO, O SACERDOTE DA MEDICINA (\*)

*JOSÉ TAVARES DA SILVA*

Não faz muito tempo, recebi a honrosa visita do acadêmico Veríssimo de Melo, que teve a gentileza de levar-me a grata notícia de eu ter sido eleito membro da Academia Norte Riograndense de Letras. Essa notícia foi uma surpresa que muito me comoveu, pois, nunca pude pensar tivesse eu méritos para pertencer a tão venerando sodalício, razão por que nunca tive coragem de pleitear uma tão alta honraria.

Agradeço sincera e profundamente ao acadêmico e antropologista Veríssimo de Melo que teve a lembrança amiga de incluir-me na lista dos candidatos a tão honrosa eleição, e àquêles que generosamente sufragaram meu nome.

Ví na lembrança de meu nome e nessa eleição mais uma prova de estima do que um teste de merecimento. É um prêmio, não a um homem de letras que não sou, senão a um modesto médico de província que, há mais de quarenta anos, em Natal, vem exercendo a medicina com desvêlo, probidade e honradez. É possível que essa estima aliada a êsse passado sem desdouro e ao balanço positivo dos êxitos alcançados na minha vida profissional, tenha contribuído para o resultado de minha eleição.

Neste dia de profunda significação espiritual e moral para mim, minha família e meus verdadeiros amigos, escolhi, como é de praxe, para saudar-me, o acadêmico Onofre Lopes, não só por ser êle um colega e sincero amigo, senão também porque é da natureza humana sentirmo-nos felizes e envaidecidos, quando vamos ser saudados por um homem que, por todos os títulos, pode ser apontado como um dos grandes benfeitores de sua terra. Nesta afirmação não existe o menor vislumbre de lisonja, nem favor, pois, todos somos testemunhas do quanto tem êle realizado, em prol do

progresso cultural do nosso Estado. E foi à custa de muito trabalho, removendo óbices, sacrificando os melhores dias de sua maturidade, bem-estar pessoal e da família, sòzinho por assim dizer, sem cobertura de govêrno, porém, movido e inflamado por uma ciclópica fôrça de vontade e um fervoroso espírito público, com seu próprio vigor e a energia férrea de sua obstinação, que realizou duas grandes obras que foram decisivas para a transformação cultural e social da nossa terra: uma foi a criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, marco imperecível que eternizará sua memória, como fundador do ensino universitário em nosso Estado; a outra, a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária, representado pela sigla CRUTAC, concebida por êle e por êle já executada. Trata-se de uma obra pioneira de alcance inestimável, cujo objetivo é interiorizar a Universidade, ou por outras palavras, difundir conhecimentos úteis à população rural, levar a instrução, a saúde, enfim a cultura a todos os recantos do Estado.

Seria uma grande injustiça se, neste momento tão solene, em que vou ser por êle saudado, lhe calasse os méritos e benemerências, e lhe não realçasse os frutos sazonados de seu rico legado de realizações.

Senhores Acadêmicos:

O democrático e liberal estatuto desta augusta Academia me deu a liberdade de escolher meu Patrono. Escolhi o doutor Luís Antônio Ferreira Souto dos Santos Lima, professor, educador e médico. Fí-lo, não só obedecendo a um sentimento de amizade, senão também em homenagem à sua cultura, inteligência, honradez de seu caráter e espírito de caridade.

Agradeço aos preclaros membros dessa venerável Academia terem recebido seu nome com simpatia, e principalmente ao grande historiador e nosso venerando e venerado mestre Câmara Cascudo, que, tecendo ligeiros comentários, reconheceu com palavras de aprêço ter sido feliz a minha escolha.

Luís Antônio nasceu no Assu, a antiga Vila Nova da Princesa, em 15 de setembro de 1890.

Falemos um pouco dessa terra que êle tanto amou e mesmo distante nunca a esqueceu. Quem num relance retrospectivo repassa a história do Assu, como fiz nesses últimos tempos, fica estarrecido diante do número considerável de homens ilustres, de poetas, nascidos naquela gleba. Apesar de ser uma cidade do interior, recebendo outrora com dificuldade o influxo incentivador das cidades civilizadas, sempre se destacou, não só pela cultura da sua gente, senão também pela sua participação em movimentos patrióticos, entre os mais importantes, o da Independência e o da Abolição. Não é só, pois, a terra dos verdes carnaubais, dos poetas

e trovadores, é também o berço de dois bravos patriotas, Ulisses e Perceval Caldas, que lutaram com indizível bravura, nos campos do Paraguai, sendo que o primeiro saiu ferido na renhida batalha, durante a tomada do forte Curuzu, e o último, Perceval, coberto de glória, tombou sem vida em luta encarniçada, quando num lance de coragem e heroísmo atacava a Estabelecimento, pôsto avançado de Humaitá, fortaleza paraguaia considerada invencível e inexpugnável.

Assinalemos ter sido o Assu a segunda cidade do Rio Grande do Norte que montou uma tipografia, fêz imprimir e circular um jornal, "O Assuense", que prestou bons serviços ao desenvolvimento da cultura da cidade e foi um incentivo inicial para fundação de outros periódicos e revistas.

A criação da cadeira de latim em 1827, e da de francês em 1858, mostra bem o interêsse que aquela gente tinha pela instrução, pelo saber e pela cultura. Naquele tempo o latim na Europa, ainda não era língua inteiramente morta. Mesmo fora do Vaticano e da nomenclatura científica, não se podia compreender a existência de cultura, sem o perfeito conhecimento do latim que ainda era cultivado, e até falado por um certo número de homens de ciência daquele continente.

Por outro lado, o romantismo marcava uma nova era na literatura. Proclamava-se a decadência e a morte do classicismo e sobre as ruínas desse velho estilo rígido, pomposo e inflexível, despontava refulgente e cintilante a liberdade de inspiração. Foi nessa época que surgiram escritores e poetas de gênio como Chateaubriand, Víctor Hugo, Lamartine e tantos outros que fizeram da França uma nação respeitada e admirada, como um dos centros mais adiantados da cultura literária do mundo. Os assuenses, embora, vivendo distante das plagas européias, sabiam da existência de um grande movimento literário de renovação na França, e foi isso talvez um dos motivos que os levou a criar uma cadeira de francês, pois, sabendo francês, poderiam saborear as maravilhas literárias daqueles escritores e poetas geniais. Não obstante, é difícil descobrir uma influência estranha para explicar essa vocação imperiosa do assuense para versejar, pois, até os iletrados não escapam a essa fatalidade telúrica. Aliás, esta afirmação está corroborada numa excelente monografia, intitulada "CANÇÃO DA TERRA DOS CARNAUBAIS", onde o acadêmico e renomado escritor Rômulo Wanderley, dedilhando em acordes magistrais a lira maviosa de sua gente, disse: "Estudando-se a literatura potiguar conclui-se que nenhuma outra cidade, com exceção de Natal, tem sido berço de tantos poetas, seresteiros e boêmios. Eles nascem com a vocação irresistível dos menestréis. Versejam com a inteligência que Deus lhes dá, às vêzes, sem instrução e sem cultura". E depois de citar

uma lista enorme de poetas assuenses, êle assim arremata: “Os poetas populares proliferam pelos quatro cantos da cidade. A glosa é o gênero de composição mais apreciado. Os acontecimentos cotidianos são glosados com graça e ironia. E, nas campanhas políticas os contendores se revesam no mote e na glosa, descendo, quase sempre, à ironia à Bocage e à Gregório de Matos.

Além dos poetas e trovadores, o Assu deu filhos ilustres em outros setores da atividade humana, inclusive o primeiro médico do Rio Grande do Norte, Dr. Luís Carlos Lins Wanderley, que foi professor, deputado provincial, dramaturgo, romancista e sobretudo poeta. Como se vê, uma das características da terra dos verdes carnaubais é que sua gente tem pendor irresistível pelas luzes do espírito, pela beleza do rimário e pelos arroubos da inteligência. Essa singularidade cultural, êsse fenômeno popular inerente àquela região é que lhe confere com muita razão a justa fama de ser conhecida como a Atenas do Rio Grande do Norte.

Foi nessa ambiência de trovadores e menestréis, ao som mavioso de serenatas e violões, sob as cintilações de um céu estrelado, ou em noites mornas enluradas contemplando a opulenta paisagem verde de sonho e devaneio, criadora de tanta sensibilidade e inspiração que nasceu Luís Antônio, e aí passou seus primeiros anos de vida. Muito cedo iniciou os estudos primários no Assu com sua progenitora, D. Ana Souto Lima, até quase a idade de 9 anos. Desde a sua infância foi um menino vivo, dotado de espírito e muito corajoso. Seus rivais o respeitavam pelo seu destemor, e quando desafiado, enfrentava com valentia os adversários que eram vencidos e derrotados nas lutas corporais. Sempre repeliu com altivez as afrontas e provocações. Desde pequeno revelou-se muito inteligente, pois, fazia versos, recitava, discutia com lógica e discursava com eloquência.

Logo depois da morte de seu pai, Galdino dos Santos Lima, em 1899, sua progenitora, movida por uma constante preocupação de instruir e educar a família, mudou-se para Natal com seus 9 filhos: Galdino, Ana, Luzia, Deolindo, Nestor, Olindina, Luís Antônio, Idila e Maria, todos já falecidos, com exceção de D. Idila que, graças a Deus ainda lhes sobrevive.

Aqui chegando, frequentou a escola do professor José Ildefonso Emerenciano, mais conhecido por professor Zuza, onde completou seus estudos primários, passando daí para o Ateneu Norte-Riograndense.

Aqui em Natal, teve de enfrentar a vida na sua dura realidade, ocupando empregos humildes, a fim de poder viver e estudar que, desde a infância, foi sempre seu principal objetivo e grande ideal. Ouví muitas vêzes de seus próprios lábios o relato de peripécias e dificuldades por que passara aqui nos primeiros

anos. Ele contava êsses pormenores sem nenhuma reserva, e dêles se orgulhava, porque nêles via mais um título honroso na sua vida de homem lutador.

Fêz o curso de humanidade no Ateneu Norte Riograndense, ingressando no magistério como professor interino, no Grupo Modelo Augusto Severo. Enquanto estudava, ensinava na Escola Normal, onde conquistou seu diploma de professor primário na primeira turma, a 4 de dezembro de 1910.

Côncio de seus deveres e responsabilidades, excelente didata e senhor dos mais modernos conhecimentos de pedagogia em seu tempo, marcou uma época no desempenho de suas atividades docentes, distinguindo-se entre os professôres que maiores e melhores serviços prestaram ao ensino primário de sua terra.

Concluído o curso da Escola Normal, o então Governador Alberto Maranhão, homem de mente esclarecida e visão larga, efetivou-o na Cadeira de Professor que êle já exercia interinamente. Ao agradecer êsse ato de justiça, Alberto Maranhão disse a Luís Antônio: "Você conquistou aquêle cargo", o que significa, em poucas palavras ser o reconhecimento de seus méritos e um prêmio à sua dedicação e ao fulgor de sua inteligência.

Em 1913 consorciou-se com sua colega de turma, a professora Ecila Cortez, pertencente a tradicional família de nossa terra, e de cuja união nasceram 3 filhos: Luís Antônio dos Santos Lima, oficial médico da FAB, falecido tràgicamente num desastre de aviação no nosso Estado, Nestor dos Santos Lima Sobrinho e a professora Olin-dina Cortez dos Santos Lima, ex-diretora do Colégio Estadual do Ateneu Norte Riograndense, que herdou, não só a inteligência paterna, senão também suas virtudes na difícil arte de dirigir e comandar, tendo sido sua passagem por aquêle Estabelecimento de Ensino um exemplo vivo de progresso, trabalho e disciplina. Essas vitórias no albor de sua mocidade ainda eram muito poucas para um homem tão ávido de saber e idealismo. Morando nesta cidade, onde naquele tempo os valôres intelectuais eram escassos, dotado de grande inteligência e fôrça de vontade teve de lançar mão de seus próprios esforços para robustecer sua cultura e ampliar novos e modernos conhecimentos, tornando-se desta maneira em exemplo ímpar de autodidata. E foi dêsse modo que, dentro de pouco tempo, Luís Antônio passou a ser o melhor e mais competente professor de física, química e história natural de nossa terra. Aliava a êsses conhecimentos básicos uma grande facilidade de exposição. Conhecendo bem o nosso idioma, falava com purismo e correção, o que muito contribuía para emprestar um colorido todo especial às suas magistrais e eruditas aulas. Professor de muitas gerações, inclusive o meu próprio, soube impor-se ao respeito de seus alunos pelo saber e energia de seu caráter.

Foi diretor da Escola Normal de Natal, e por concurso, conquistou a Cadeira de Professor Catedrático de Física, Química e História Natural daquele estabelecimento.

Foi no velho Ateneu de gloriosas e inesquecíveis tradições, onde outrora se passaram certas cenas nada honrosas para seu corpo discente. Era assim que naquele tempo alguns professores foram vítimas de gracejos derespeitosos de alguns alunos indisciplinados. Entretanto Luís Antônio nunca foi alvo dêsse descrédito, pois, era acatado e respeitado por aquêles estudantes irreverentes, sendo suas aulas ouvidas com a maior atenção e o mais profundo silêncio. Esse fato é bem um reflexo incontestável de sua energia e autoridade moral, quebrando aquela triste tradição de desrespeito aos professores daquele Estabelecimento de Ensino.

Em 1919, conquistou o título de farmacêutico pela Faculdade de Farmácia de Recife, e isso à custa de muito esforço e sacrifício, pois, seus encargos de família aqui em Natal não lhe permitiam assistir à maioria das aulas. Apesar disso, contam seus contemporâneos que seus exames de fim de ano eram muito brilhantes.

Embora farmacêutico, a sua grande paixão era pelo ensino ao qual consagrou nos primeiros decênios de sua vida todo o vigor de suas energias.

Sempre militando em prol do ensino e com as vistas voltadas para o espírito de classe foi um dos fundadores da Associação de Professores do Rio Grande do Norte, da qual foi também seu presidente.

Colhido em 1921 por uma viuvez inesperada, continuou firme, sem desalento, nos seus elevados propósitos de estudar e galgar uma posição de bem maior destaque entre os doutos de sua terra.

**Poderia ter brilhado em qualquer carreira que abraçasse.** Se não tivesse sido médico, poderia ter sido um grande advogado ou excelente engenheiro.

Entretanto, comovido pelo sofrimento alheio, pelas dôres do próximo, resolveu estudar medicina, onde poderia dar mais expansão ao seu altruísmo e espírito de caridade. Desde então, ser médico, poder exercer o direito de curar, aliviar os males, enfermidades e infortúnios da criatura humana transformou-se no seu maior desejo. Como poderia êle realizar êsse sonho tão almejado, se faltavam os recursos financeiros para ingressar numa escola superior longe de sua terra? Surgiu, então, uma idéia para solucionar o problema financeiro de Luís Antônio: sendo tenente farmacêutico da reserva voltaria à ativa, indo exercer suas funções no Serviço de Recrutamento do Quartel General do Rio de Janeiro, que lhe dava folga bastante para estudar e fazer seu curso médico tão desejado. Graças a êsse meio conseguiu estudar no Rio.

Naquele tempo, em 1922, a Lei do Ensino permitia ao portador do título farmacêutico matricular-se em Faculdade de Medicina, dispensando o exame vestibular e começando o curso médico logo no segundo ano. E foi assim que nos encontramos, eu, seu ex-discípulo, e naquela ocasião seu colega de classe, cursando o segundo ano na Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro.

O tenente Luís Antônio, como era conhecido na Faculdade, dentro de pouco tempo conquistou a simpatia dos seus mestres, pelo brilho da sua inteligência e a amizade de seus condiscípulos que não eram poucos, pois, naquele ano atingiam quase a cifra de quinhentos. Sendo seu colega de turma, pude acompanhar de perto sua luzente trajetória naquela Faculdade. Era sempre escolhido por unanimidade dos seus colegas para liderar as excursões de férias, saudar os Governadores das capitais que visitavam e também os professores no fim de cada ano letivo, pois, todos reconheciam e admiravam seu grande talento de orador.

No Hospital São Francisco de Assis no Rio, frequentou o Serviço dos Professores Garfield de Almeida e Artidônio Pamplona, dois grandes luminares da clínica médica, onde muito cedo pôde revelar e desenvolver seu tino clínico, o que lhe valeu a estima e apreço daqueles dois grandes mestres da medicina.

Terminado seu curso médico em 1926, defendeu com raro brilhantismo sua tese de doutoramento que versou sobre **HIGIENE MENTAL E EDUCAÇÃO**, tendo sido aprovada com distinção. É uma obra de fôlego, contendo 178 páginas, na qual não se sabe mais o que louvar e admirar, se os conceitos e a erudição em assuntos de tão transcendente importância, ou, se o colorido do estilo, a beleza da forma, a clareza da exposição, revelando-se no manuseio da frase um lídimo conhecedor do idioma vernáculo. Não é só um estudo de gabinete, um amontoado de citações e doutrinas, senão um repositório de dados práticos e úteis que refletem o cunho de observações pessoais, escritos em linguagem simples e amena, ao alcance de tôdas as inteligências. Uma síntese de sua tese neste momento estaria fora de nosso escopo, pois, o tempo seria curto demais para repassar, mesmo num relance, seus excelentes capítulos. Entre êsses, há uns admiráveis e dignos de ser apontados: são os que concitam os educadores à adoção da educação sexual, do ensino de anti-alcoolismo, de anti-tabagismo, e a promover a campanha contra o jôgo. Nesse particular êle se revela um idealista e fervoroso patriota no combate aos vícios e flagelos, que destroem e corrompem a saúde e o moral do homem. É triste que uma tese de tão grande valor tenha sido, como tantas outras, relegada ao esquecimento. Pelo conteúdo precioso que encerra, merecia ser mais conhecida e divulgada, entre médicos escolares, professores e educadores, e, se é verdade, como afirma Anatole France que basta uma única obra boa

de arte, ou, às vezes, um bom verso para fixar na perenidade do tempo e do espaço a memória de seu criador, estou certo de que essa tese, sòzinha, justifica o acêrto da escolha do meu Patrono, para figurar na augusta galeria dessa venerável ACADEMIA.

Apesar de sua capacidade para vencer em qualquer centro adiantado do País, preferiu regressar ao seu Estado para servir à sua gente que êle tanto prezava e estimava.

Aquí chegando, inaugurou com as luzes de sua inteligência e de seu preparo uma nova era da medicina.

Convidado pelo diretor do outrora Hospital Miguel Couto, Dr. Januário Cicco, para fazer parte de seu corpo médico, teve assim o ensejo de prestar com seu grande espírito de caridade e saber médico os melhores serviços ao povo pobre e desvalido de sua terra. Não fazia diferença entre o cliente pobre e o cliente rico. A todos tratava com a mesma bondade, o mesmo carinho e dedicação. A medicina para êle era mais um sacerdócio do que uma profissão. Foi inegavelmente um grande discípulo de Hipócrates, cumprindo à risca seu juramento, honrando e dignificando assim a carreira que abraçara. Aliás, Luís Antônio no exercício da medicina foi sempre um desprendido, desambicioso, visando mais às alegrias espirituais da profissão do que proventos materiais. Salvar o paciente, amenizar suas dôres e seus sofrimentos era seu principal objetivo. Quando isso êle alcançava, grande era sua alegria, fôssem ou não remunerados seus serviços. Tinha prazer de clinicar de graça para o pobre e de seus amigos nada cobrava. Seus honorários, quando lhe eram solicitados, estavam sempre aquém do verdadeiro valor dos serviços prestados. Quando um colega mais íntimo estranhava serem êles baixos demais, respondia com ênfase que não era sócio das riquezas, nem do patrimônio de seus clientes. Recebia muitos presentes, o que era um indício certo de que clinicava muito de graça, pois, quem paga ao médico, em geral, não é tão generoso, e se esquece de que sua dívida não será jamais saldada com dinheiro, porque não é com êste que se pagam desvêlos e dedicações.

Prestou também como médico muitos bons serviços ao Estado, quase todos sem nenhuma remuneração. Trabalhar de graça para o Estado era uma feliz oportunidade e um grande prazer para Luís Antônio, pois dizia êle, num gesto muito seu de reconhecimento, que do Estado muitos favores havia recebido, e por isso muito lhe devia. Êsse fato revela mais uma característica da sua personalidade que é a gratidão. E foi por tudo isso que sua fama de homem bom e médico caridoso correu mundo, chegando mesmo a ser homenageado pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, naquele programa de outrora, onde havia uma seção intitulada "Obrigado, Doutor!..." Essa homenagem consistia em uma narração radiofônica dramatizando um episódio de bravura, ou um feito humani-

tário de alguém que, por êsse risco de vida que correrá, ou por êsse bem que praticara, recebera como recompensa, um “Obrigado, Doutor”. Aquela emissora, num gesto muito louvável, incluiu entre seus homenageados, a pessoa de Luís Antônio, focalizando a história de um caso de sua clínica particular, em que êle tendo arrancado um doente das garras da morte, recebera, como paga de seus serviços um “Obrigado, Doutor!...” Luís Antônio não se limitava à sua clínica médica, mas era meu auxiliar nas intervenções cirúrgicas e isso até poucos meses antes de sua morte. Era na sala de operação que êle comprovava o diagnóstico de nossos pacientes, e foi assim que êle aprimorou sua experiência clínica, graças à aquisição de conhecimentos de patologia macroscópica no vivo. Até parece que Luís Antônio seguiu o conselho de Miguel Couto, êste símbolo de bondade e sabedoria que, certa vez, disse ter aperfeiçoado seus conhecimentos de clínica médica, assistindo às necrópsias, mas, acrescentava, se hoje fôsse moço, enriqueceria sua experiência na sala de operação.

Conhecendo muito bem as doenças infecto-contagiantes, foi nomeado diretor do Hospital Evandro Chagas, que, nas suas mãos, se transformou num estabelecimento modelar de grande eficiência. Infelizmente, a política, que mais serve às conveniências e paixões pessoais do que ao desgraçado povo, obrigou-o a abandonar aquêlê nosocômio ao qual tanto serviu com grande entusiasmo e devotamento.

Não só na clínica, como nas grandes campanhas de educação social, teve sempre um grande e brilhante destaque. O Serviço Nacional de Doenças Mentais, nas suas tradicionais campanhas para esclarecer ao povo os perigos do alcoolismo, teve em Luís Antônio um dos seus grandes soldados. Inimigo terrível do alcoolismo a quem dava e deu até os últimos dias de sua vida um combate contínuo e sem trégua. Dotado de um grande poder de persuasão, movimentando-se com tôda a energia e ardor de seu entusiasmo e temperamento, eram suas conferências um farto e rico repositório de argumentos e fatos convincentes dos males causados pelo uso abusivo do álcool. Bastava uma só pessoa que fôsse, ter sido arrancada às garras do alcoolismo, para que êle se sentisse feliz e recompensado das lutas que tratava contra êsse inimigo cruel da saúde e da sociedade. Não perdia também a oportunidade de combater o tabagismo, e junto aos seus colegas e amigos procurava persuadí-los dos prejuízos que êsse vício podia causar-lhes. Não só em conferências, como também pela ráiodifusão teve sempre uma atuação destacada nas campanhas educativas.

Aqui em Natal, seguindo a orientação e o programa do Serviço Nacional de Câncer, era êle quem organizava a Campanha de Combate ao Câncer, realizada uma vez por ano em todo territó-

rio nacional. Falando nos estabelecimentos de ensino e núcleos operários mostrava a necessidade de exames precoces e periódicos para prevenção do câncer, e com sua autoridade de homem de ciência e o vigor de sua palavra esclarecida, sustentava e defendia, com argumentos e fatos, a tese de que o câncer no seu início era doença curável. Pôde assim certamente com seus sábios conselhos e advertências, salvar muitas vidas que de outro modo estariam irremediavelmente perdidas. Incontestavelmente foi êle um batalhador incansável a serviço das grandes causas, condizentes com o bem-estar do nosso povo e o desenvolvimento da nossa terra.

Seu espírito patriótico era muito exaltado. Achava que ninguém devia conhecer outros países, sem primeiro conhecer o seu, pois, só assim com êsse confronto estaríamos em condições de valorizar o que era nosso e ajuizar o grau de nosso adiantamento que êle assegurava alcançaríamos em breve os progressos de outras nações civilizadas.

Era um grande estudioso de nossa história pátria, procurando conhecer tudo aquilo que se havia dito e escrito sobre a história de nossa bandeira, pela qual tinha um grande culto e ilimitada veneração. A fluência altiloquente de suas palavras, quando saudava o pendão auriverde, era uma verdadeira transfusão de fé e confiança nos destinos de nossa Pátria.

Era inimigo implacável dos regimes de tirania e de força, e de qualquer outro que fôsse atentatório à liberdade e à dignidade humanas. Não perdia o ensejo de combater os regimes de ditadura. Durante a revolução constitucionalista de São Paulo, em 1932, viajando pelo interior do Estado, desenvolveu uma forte propaganda em prol daquela revolução que êle, como um bom democrata, apoiava com todo o vigor de suas convicções. Naquele tempo, o então interventor, cumprindo pressuroso as ordens da ditadura, mandava arrebanhar os pobres flagelados, no interior do Estado, para fardá-los e jogá-los contra os pelotões dos destemidos e arrojados patriotas de São Paulo, que não tinham outro objetivo, senão o de derrubar o regime sem lei, que desde 1930 se instalara no Brasil. Aquela propaganda cívica alicerçada nos melhores ideais democráticos teria surtido efeito, convencendo muitos dos nossos desditosos conterrâneos a que se afugentassem para não servir à ditadura contra a revolução constitucionalista. Aquêles interventor tão prestimoso para servir aos interesses de uma ditadura, tendo conhecimento daquela propaganda, que era feita aberta e corajosamente, mandou prender Luís Antônio e encarcerá-lo incomunicável na Escola de Artífices desta cidade durante onze longos dias. Mesmo assim continuava êle dentro da prisão com o seu verbo contundente e a coragem que nunca lhe faltou, a criticar acerbamente a ditadura, aquêles interventor e elogiar a causa de São Paulo.

Quando amigo, era o maior dos amigos, indo até ao sacrifício para servir-lhes. Não sabia dizer — não, a quem dêle se valia. Quando inimigo, era terrível e irreverente e, às vêzes, até mesmo agressivo. Não obstante, era dotado de um grande coração e sabia perdoar a seus desafetos, salvo àquêles que injustamente detravam e conspiravam sua honra.

Para defender uma causa em prol de um amigo, chegava mesmo a dominar suas prevenções e renunciar seus rancores. Lembro-me de um caso passado com um colega aqui em Natal. Januário Cicco, o então diretor do Hospital Miguel Couto e pessoa com quem Luís Antônio havia rompido relações naquele tempo, num momento de indignação e intolerância, privou aquêle colega de ter acesso àquele estabelecimento hospitalar. Compadecido e penalizado dessa situação Luís Antônio não se fêz de rogado, esquecendo sua rivalidade, foi à casa de Januário, que era um homem tolerante e não eternizava mágoas de seus adversários e diante dos argumentos de seu rival, cedeu, em parte, às reivindicações pleiteadas por Luís Antônio, a favor do colega prejudicado. Como se vê, poucos seriam capazes de tão desassombrada e nobre atitude para salvar os interesses de um colega.

Na política, pela qual era muito apaixonado, teve Luís Antônio grandes e árduos reveses. O feitio de seu caráter não se coadunava com as transigências desonrosas. Sendo desambicioso e leal não podia ter bom êxito em política. Candidato a deputado federal pelo Partido Popular, que era naquele tempo o partido da oposição contra a ditadura, enfrentou corajosamente, com risco da própria vida, a sanha criminosa dos bandoleiros e facínoras, recrutados em outros Estados, e postos aqui na nossa terra à disposição do então interventor para que êsse não perdesse as eleições. Apesar daquele clima de insegurança, de crimes e servícias que nos envergonha e reponta como uma nódoa negra e indelével na nossa história política, e tudo isso propiciado pela ambição desmedida daquele famigerado interventor e de seu chefe de polícia que se desmandaram em violências para ganhar as eleições, Luís Antônio não recuou um só momento para servir ao seu partido e às liberdades de nosso povo oprimido e vilipendiado. Seus dons tribunícios excepcionais, a opulência de sua linguagem e o fascínio eletrizante de seu verbo a serviço da propaganda eleitoral de seu partido empolgavam as multidões e eram um chamamento cívico para derrotar aquêle regime de desgraça e de terror. Contra o cangaço, a polícia e, infelizmente, até a justiça eleitoral dêste Estado, seu partido venceu, não em nosso Tribunal Regional, mas no mais alto tribunal eleitoral do País. Entretanto Luís Antônio não se elegeu. E por que não se elegeu quando a sua atuação foi tão decisiva e

sua contribuição tão eficiente para a vitória de seu partido? E como explicar essa derrota, se êle possuía tantos amigos e correligionários em quase todos os municípios do Rio Grande do Norte? A história dessa derrota eleitoral constitui um dos mais belos episódios de sua vida política e um exemplo sem par de decência e lealdade partidárias. Naquele tempo, a Lei Eleitoral permitia nos elegêssemos com os votos de legenda, somados aos votos avulsos que nos davam correligionários e amigos, de acôrdo com suas preferências, que somados aos votos de legenda aumentariam seu coeficiente eleitoral. Mas êsse processo, que daria certamente ao candidato um resultado favorável, talvez pusesse em risco o triunfo de suas hostes. Luís Antônio, gozando de muita simpatia e tendo as melhores relações possíveis com muitos chefes políticos de seu partido no Estado, poderia bem se ter aproveitado dêsse expediente legal, para se eleger, como outros o fizeram. Entretanto, o amor ao seu partido e o desejo de derrotar aquêle regime de opressão estavam acima de seus interêsses pessoais. Aconselhava aos seus amigos e correligionários sufragarem o voto de legenda e não lhe darem votos avulsos, pois, não lhe interessava ser eleito arriscando a vitórias de seu partido. E foi por essa atitude de elegância e fidelidade partidária, desprendimento e desambição que não conseguiu atingir o coeficiente eleitoral para se eleger. Se tivesse sido eleito, haveria honrado o seu mandato e sido pela cultura, inteligência e integridade de caráter, uma grande figura de renome nacional e um lídimo representante de nosso Estado na Câmara Federal.

Depois de quase 15 anos de viuvez, Luís Anôtnio enamorou-se da senhorinha Dila Pena, pertencente a ilustre família do sul do país, com quem contraiu novas núpcias. Dêsse segundo consórcio nasceram-lhe três filhos: Rodolfo, que teve apenas dois dias de existência, Luís Rodolfo Pena Lima, doutorando em medicina e D. Anadila Lima Mota Borges, esposa do Dr. Augusto Mota Borges.

Os ornamentos morais, a bondade e a ternura, tanto da sua primeira, como da sua segunda esposa, muito contribuíram para que êle atravessasse dias difíceis de sua vida de luta e de trabalho e se sentisse um homem feliz e realizado.

Atingiu sua maturidade conservando em plena forma as suas atividades físicas e mentais, não recuando nunca diante de problemas que pudessem beneficiar nossa terra e nossa gente. Sua constante preocupação estava sempre voltada para o bem público ao qual emprestou todo o vigor das suas energias.

Foi assim que tomou para si a missão apostolar de resolver o problema dos cancerosos incuráveis que só encontravam naquele tempo o Hospital Miguel Couto, sempre aberto à caridade, para

dormir seu último sono, o sono da eternidade, ocupando leitos que deviam ser para doentes que estavam em condições, de ser recuperados.

Luís Antônio que era um dos mais conspícuos membros da Liga Norte Riograndense Contra o Câncer, animado pelo crédito de confiança que lhe davam os altos dirigentes do Serviço Nacional de Câncer, movido de piedade por aqueles que sofriam sem ter sequer o direito de um entorpecente para aliviar suas dôres nos poucos dias de vida que lhes restavam, e confiante no seu espírito realizador, enfrentou a ingente tarefa de solucionar êsse grande problema humano e social. Dentro de pouco tempo, comprou uma hospedaria nas Quintas que, reformada, transformou-se logo num recolhimento, onde nada lhes faltava. Não sendo suficientes os auxílios federais que recebia, tinha de lançar mão da ajuda de seus amigos e da benemerência de pessoas generosas que muito colaboraram para o bem-estar daqueles pacientes. Sei que os excedentes de sua casa, em frutas, cereais e outros alimentos, eram levados para seus doentes, pelos quais tinha uma grande e verdadeira afeição paternal. Todos os anos, na festa do Natal, êle e sua dileta esposa, com a ajuda do Ciclo Feminino Contra o Câncer, organizavam o café dos cancerosos que mais valia por uma festa espiritual do que pelas iguarias que ali se exibiam. Mas não estava aí terminada a sua missão.

Com os auxílios federais e as economias que amealhava, construiu, ao lado do recolhimento, duas enfermarias e uma sala de operação aparelhada com todos os requisitos necessários. Adquiriu um aparelho de raio-x para diagnóstico e um outro para fazer radioterapia profunda. Na História da Medicina do Rio Grande do Norte, seríamos injustos se esquecêssemos que foi êle o fundador e o pioneiro da radioterapia profunda no nosso Estado. Esse evento constitui um marco imorredouro de sua iniciativa benfazeja e de progresso no tratamento do câncer em nossa terra.

Para completar sua obra de benemerência, ergueu, ao lado daquele nosocômio que hoje tem o seu nome, um templo católico que recebeu o nome de Capela de Nossa Senhora de Fátima. E isso conseguiu à custa de muitos esforços e prestígio pessoais, angariando auxílios e donativos para construção dessa Capela. Esse empreendimento é mais um reflexo cintilante de seu espírito de compreensão, tolerância e caridade. Não professando nenhuma religião, senão a do bem, sabia que, quase todos os pacientes internados, eram católicos. Era, pois, necessário ser tolerante e dar a êsses infelizes o conforto da religião que lhes era muito útil na hora suprema e misteriosa da morte. Nesse gesto muito humano e muito seu, gravou êle no livro de sua vida, com letras de ouro para a posteridade, a magnificência de seu coração e espírito de caridade

que não era feito na base do egoísmo. Era uma caridade alicerçada no altruísmo, sem visar aos bens e recompensas celestiais. Sendo cético, não dava ao pobre para emprestar a Deus, pois, com essa segunda intenção muito perderia a caridade seu brilho, esplendor e refulgência. Segundo seus pontos de vista filosóficos, a virtude, na prática do bem, consistia em fazer o bem sem ter em vista nenhum benefício terrestre, e nem tão pouco as bem-aventuranças do céu, como recompensa. Aliás, uma das características de sua vida profissional foi, sobretudo, a caridade. Vez por outra, encontro com antigos clientes seus que recordam com saudade sua memória e sua perda, e exclamam: Aquê! sim, era meu pai!

Na Maçonaria de Natal, foi êle uma estrêla de primeira grandeza, tendo exercido vários cargos na Diretoria da Loja Evolução 2a. Foi venerável por algumas vêzes, em cujo cargo prestou assinalados serviços, e benemérito de tôdas as Lojas. Durante três anos foi delegado do Grão Oriente do Brasil, solicitando exoneração desse cargo, por motivo de moléstia. Redator do Jornal "O Oriente", de Natal, e era considerado a expressão máxima da maçonaria entre nós. Manifestou sempre a firme vontade que seus irmãos maçons o acompanhassem até a sua última morada, glorificado pelos ritos e cerimoniais maçônicos. Isso foi cumprido, à risca, no dia de seu sepultamento, em respeito as suas ideias e a sua vontade. Se era assim em vida, porque seria diferente depois da morte?

Antes da criação da Universidade, era Diretor da Faculdade de Medicina o Professor Onofre Lopes e Vice-Diretor Luís Antônio, Professor de Clínica Médica. Criada a Universidade pelo Estado e nomeado o Professor Onofre Lopes, em 1959, para ser o Reitor, Luís Antônio, por escrúpulo, não quis assumir o cargo de Diretor, e dizia-se Vice-Reitor em exercício, reclamando eleição de novo Diretor. Feita a eleição, foi êle eleito Diretor, por unânimidade dos membros da Congregação. Embora por pouco tempo, prestou nesse cargo bons serviços, não faltando nunca ao expediente, apesar da saúde já um tanto abalada.

Federalizada a Universidade, em dezembro de 1960, Luís Antônio, nessa ocasião, em que todos os professôres deviam ser aproveitados, atingia a compulsória, não lhe restando outro caminho legal, senão afastar-se do Corpo docente. E, apesar de serem algumas interpretações favoráveis ao seu aproveitamento, êle a isso se opôs terminantemente, não havendo argumento que o demovesse de sua inabalável decisão. Sua passagem pela Universidade revelou ser êle um homem muito escrupuloso, e que seu caráter não se coadunava com aquilo que não fôsse estrita e rigorosamente legal.

Uma vez afastado pela compulsória, o Reitor Onofre Lopes houve por bem convidá-lo para dirigir o Hospital das Clínicas, gesto

êsse que foi recebido com simpatia e aplausos pela unanimidade de seus colegas e estudantes de medicina.

Infelizmente, no mesmo dia em que assumia suas funções de Diretor, isto é, a 10 de abril de 1961, quase aos 71 anos, era surpreendido pela morte, pois, foi no momento em que ia prestar assistência a um paciente pobre no Pronto Socorro, começou a sentir as primeiras manifestações clínicas que lhe puseram termo à vida preciosa num breve e curto espaço de tempo. A reflexão filosófica desse triste e inesperado acontecimento que cobriu de luto todo o Estado, mostra-nos que Deus na sua onisciência e nos seus insondáveis e inescrutáveis designios, foi misericordioso para com Luís Antônio, concedendo-lhe dois grandes prêmios, ao transpor o limiar desta vida: Um deles foi o de morrer, sem dor, sem sofrimento e sem angústia, mercê da obnublição dos sentidos e da consciência, como se fôra uma recompensa àquele que viveu para fazer o bem; o outro, foi tê-lo surpreendido no momento em que desempenhava suas funções no nobre exercício da medicina, como se fôra uma última homenagem prestada a seus dotes de homem de trabalho e de lutador incansável.

Ele caiu na luta pelo bem tal qual o soldado que tomba na defesa da Pátria. Caiu de pé, defendendo a saúde do seu próximo, num hospital que foi sempre seu campo de batalha. Mas não é só aquêle que morre lutando, derramando seu sangue, sacrificando sua vida, que merece o laurel da glorificação, o prêmio da imortalidade, senão também aquêle, como Luís Antônio, que deixando essa vida para o “exílio da eternidade”, soube, pela prática do bem e a honradez dos seus princípios, conquistar o coração de seus contemporâneos, e granjear os louvores da gratidão que lhe enobreceram o espírito filantrópico, pelo muito que fêz, em troca do pouco que recebeu. Para coroar êste modesto esboço biográfico sobre êsse homem extraordinário, a quem escolhi para Patrono, e a quem chamo de Sacerdote da Medicina, transcrevo as palavras candentes e vibrantes do festejado e erudito escritor Câmara Cascudo, ao dedicar à personalidade inconfundível de Luís Antônio, uma página de seu livro de reminiscências “O Tempo e Eu”, ainda inédito: “Na limitação provinciana da nossa geografia intelectual Luís Antônio foi uma legitimidade patrimonial. Uma ação, um esforço, uma potência verbal, um educador, um clínico, uma bondade em serviço do otimismo. Como a sua herança cultural não se materializou na relação das possibilidades pessoais, cabe à nossa geração, aos seus contemporâneos, a defesa, a guarda, a vigilância ao nome, para que não se apague na lembrança do futuro”.

E foi isso o que fiz.

---

(\*) Discurso de posse, na Academia Norte-Riograndense de Letras, no dia 15 de Setembro de 1967.



## SAUDAÇÃO A JOSÉ TAVARES (\*)

*ONOFRE LOPES*

Faz já algum tempo... as cenas me chegam à memória apenas em retalhos, resto de passado que faz história. Sei que, como adolescente ambicioso, fiquei cheio de inveja: Viram? Hoje houve um exame de Francês que assombrou! É só no que se fala!... Foi um estudante, José Tavares, que fez exame todo tempo falando em Francês! Cabra danado de inteligente!... Formidável, todo o exame em Francês!

Não andava eu, ainda fazendo preparatórios. Nunca havia entrado no Atheneu. Chegara recentemente do interior. Estava ainda bem brabo. Mas, gravei o interessante comentário e recolhi o nome de José Tavares, como se faz com as moedas de valor. Foi no tempo em que, menino empregado no comércio, primeiro na Casa de Ferragem de Francisco R. Viana, na Rua Dr. Barata, e, depois, no armazem de Estivas de M. Rocha, na rua Chile, eu procurava caminho na nebulosa, e, aos tropeços, meio ambição, meio confiança, todo esperança, vagueava pelas salas de aula noturna do Dr. João Batista, do Mestre Ivo Filho, do Prof. João Tiburcio e, depois, bem mais tarde, também nas bancas de exame do Atheneu. Ouvia falar das vitórias dos que estudavam, dos anéis vistosos de quem se formava, da importância social, da elegância no vestir daqueles que vinham das Faculdades. Era, também, o tempo em que outros estímulos me excitavam: pessoas humildes, puras e boas, habituais das "vendas" dos meus irmãos João e Pedro Lopes, onde eu vivia e sonhava, contavam com exagêro os milagres da inteligência de Rui Barbosa, recitavam Fagundes Varela, Olavo Bilac, Álvares de Azevêdo, Castro Alves. E, para maior motivação, via o jovem Bacharel Kerginaldo Cavalcanti, inteligente, bem trajado, de passos largos e resolutos, espargindo vitórias, fazendo discursos floridos de estrélas...

Não ouvia mais falar em José Tavares. Estava longe, cursando a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Reapareceu em meados de 1927, agora médico. Médico sem aquela velha austeridade. Era magro, de aigum bigode, calças largas, folgazão, comunicativo e humano. Chegou de bisturi na mão sabendo falar melhor o francês e, já agora, também, o Alemão e o Espanhol. Em Natal, não se fazia ainda cirurgia, como especialidade exclusiva. Sòmente o saudoso Januário Cicco, sempre capaz, hábil e culto, operava excepcionalmente os casos de urgência e os acessíveis à sua técnica.

José Tavares e Luís Antônio, formados juntos, amigos inseparáveis, o cirurgião moderno e o clínico geral seguro da medicina do tempo. Duas inteligências agudas na cidade provinciana e bucólica. Cidade de pouco ruído, de pouca gente, de ruas arenosas, de pregões de taboleiro na cabeça.

Mas, nela, também existiam as adormecidas canções e a alma que Goethe via em tôdas as coisas. De pouca eletricidade, mas de céus iluminados e escampos, podia-se escutar o silêncio e ouvir estrêlas, nas rimas dos poetas e na plangência das doces serenatas. Tudo na cidade era pequeno, ou era pouco. De médicos, além de Januário Cicco e Varela Santiago, como figuras centrais, havia Otávio Varela, Ernesto Fonsêca, e, mais tarde, Aderbal de Figueiredo, todos do melhor conceito e respeitabilidade.

José Tavares e Luís Antônio chegaram plenos de novas energias. Fizeram uma revolução. Revolução na medicina. Revolução no antigo Hospital Juvino Barreto. Solteiros, fizeram também revolução no belo sexo. Alegres e traquinas, eram os donos de tudo e de tôdas. . . Quem sabe se, por aí, ainda não há restos de ilusões que pedaços de alma recordam com ternura? Dois grandes profissionais vivendo a técnica e o progresso da medicina contemporânea, sempre com grandeza dalma, sempre sacerdotais. Em 1933, quando chegava do Rio de Janeiro, também formado em medicina, é que vim a conhecer José Tavares, é que retomei a moeda guardada. Senti que devia tratá-lo de Doutor. Era um grande nome e eu mais jovem. Mas, a sua simplicidade, a sua jovialidade e o coleguismo franco e largo eram tais que a intimidade veio depressa e espontânea. Passei a chamá-lo de Tavares. Hoje, chamo-o de velho Tavares, modo de que uso para dizer querido e velho amigo. Amigo de tôdas as horas. Sempre solícito e leal, desprendido e bom. Na minha condição de aprendiz de cirurgia, nunca me faltou a sua palavra de encorajamento, nunca me faltaram os seus ensinamentos, nunca me faltou a sua orientação sensata e segura na conduta operatória. Eu dizia que êle era meu Lejars, pelo

estímulo que sabia dar, por sua presença constante e incansável em apoio das intranquillas sessões cirúrgicas, como fazia êsse incomparável autor de A Cirurgia de Urgência.

As credenciais da velha estima, a fraternal intimidade, o conhecimento do homem no seu valor humano e na sua intensidade de espírito, são a chave que esta Academia depôs em minhas mãos para abrir as suas portas na saudação da imortalidade de que hoje se investe o cirurgião, o professor universitário José Tavares da Silva, o meu velho Tavares.

Mas, será que o José Tavares é um literato? Escreveu livros, fêz crítica, ensaios e romances? Onde estão as suas obras? Responde-mos: sim! José Tavares é homem de letras! A sua obra está esculpida em 40 anos de arte. Está gravada nas salas de cirurgia, nas enfermarias, nos lares, no coração e na memória da cidade. Está na ajuda que deu aos colegas, está no ensino que ministrou aos seus alunos, está no exemplo de dignidade profissional, na austeridade e na beleza do gesto que faz da medicina arte divina. Em tudo vê-se uma poesia, um ritmo, uma eloquência. E a sua cultura humanística e a atualidade dos seus conhecimentos científicos? Não é êle um mestre da técnica cirúrgica, no manejo dos métodos terapêuticos e das sutilezas dos movimentos hidrossalinos? Não é êle o conhecedor dos grandes centros cirúrgicos da América e do Velho Mundo? Não é êle um cultor da língua que define a nossa raça e fixa as nossas belas tradições? Não é êle que, sem preocupações literárias, sabe dar beleza e dignidade à linguagem, por seu estilo, fidelidade e clareza?

Na época em que vivemos, no império dos números, da massa, da força, da máquina, quando as artes enlouqueceram e o Parnaso morreu, aquêle que disciplina emoções e preserva firmeza espiritual é um esteta. Nos seus escritos, nos seus discursos, não há parábolas nem alegorias; não há requintes nem retórica; não há vaidades nem esnobismos. Há o exato, o necessário para exprimir a verdade do seu pensamento. Na sintática ou na linguagem; na produção literária e nos vôos da imaginação, talvez não seja um estilista; mas a conduta do pensamento, a singeleza da forma, o zêlo gramatical levam o médico, o cirurgião, o professor catedrático, o homem de cultura, às raias de outra missão: um servidor das letras. Os valores humanos se medem pela soma de tôdas as ações que imprimem no tempo o esforço criador da espécie.

As letras são um instrumento a mais da ação do pensamento. Nem sempre a obra da arte da literatura é um livro. Revela-se, também, na coisa criada, pela sua profundidade e conteúdo. Imortalizamos o espírito criador. Fixemos na história a perfeição das

coisas que inspiram as belezas da vida. Um bisturi tem também a sua linguagem nobre. Tem arte e ciência, tem sensibilidade e emoção. Faz as mais belas preces e suporta os maiores sacrifícios para acalmar os ventos das ruidosas tempestades da vida.

A Tavares nunca se lhe escasseou a emoção poética, a inspiração artística ou a eloquência para o bem. Não escreveu livros, mas espalhou cultura. As vitrines não ostentam volumes seus, mas uma cidade inteira aplaude sua figura humana frente ao templo da imortalidade. O Marechal de Saxe e o Duque de Richelieu, os médicos Francisco de Castro e Miguel Couto, na Academia Francesa e na Academia Brasileira, não eram profissionais das letras mas se imortalizaram na memória do tempo que Molière, Descartes, Pascal, Diderot, Balzac não pertenceram às Academias. Nem se tem a esperança de ver repetida a fase áurea da geração de Olavo Bilac, Paula Nei, Artur de Azevedo, Silvio Romero, Machado de Assis, Coêlho Neto, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio. Muito menos a ressurreição da Livraria Francisco Alves, da Garnier, da Lapa, da rua do Ouvidor, da "Gazeta de Notícias", do "Jornal do Brasil", das polêmicas e das boemias.

Estamos em face de uma tumultuosa evolução da vida literária, de uma depressão do sentimento literário, como atividade exclusiva. Aqui, e em toda parte. Vemos ruínas de velhos tesouros, e ao mesmo tempo experimentamos o sortilégio de um espírito novo, na vertigem dos espaços, desligado do passado e da história. A literatura e as artes, como ornamento das idéias, estão de nova roupagem.

Mas, estilo, beleza, fidelidade definem o espírito, o caráter, a origem e o gênio da raça, na marcha do tempo. É preciso manter e avivar a chama do bom gosto, como instrumento de afirmação de um povo. O homem de letras é o guardião, aquele que esculpe e perpetua a vida na sua beleza, na sua eternidade.

Tavares, velho Tavares: A Academia o elegeu. Reconheceu que você fez obra imorredoura e realizou o ideal de cultura do seu tempo. Você fez outra obra literária. Esta é uma festa do espírito. É um reconhecimento. É uma justiça. É um aplauso.

Estamos, por isso, de coração aberto, assim alegres e fraternos. Receba a saudação cordial e amiga desta Casa, que bem soube alargar as suas portas para recebê-lo. Os que aqui chegam, pelo que fizerem, poderão dizer, como Horácio que não morrerão de todo. Venha, pois, para a imortalidade.

(\*) Pronunciado na Academia Norte Riograndense de Letras, no dia 15 de setembro de 1967.

## NECROLÓGIO

### *NESTOR DOS SANTOS LIMA*

A Academia Norte-Riograndense de Letras perdeu, em 26 de fevereiro de 1959, uma das maiores figuras do seu quadro social, que foi, sem dúvida, o acadêmico Nestor dos Santos Lima. Sócio fundador da Academia, exerceu, durante muitos anos, o cargo de Secretário Geral, colaborando da melhor maneira para a consolidação dos passos iniciais da instituição. Amigo das artes e das letras, Nestor dos Santos Lima não vacilou em colocar o prédio do Instituto Histórico à disposição da Academia para que assim pudesse superar as dificuldades iniciais da sua marcha em prol da literatura norte-riograndense. Historiador e geógrafo, Nestor dos Santos Lima prestou ao Estado relevantes serviços, ora estudando e pesquisando a sua vida pretérita, ora representando-o em congressos e conferências em que se decidiam os mais importantes problemas da sua história e da sua geografia.

Presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, dedicou toda a sua vida ao trabalho dessa douta instituição, honrando-o e engrandecendo-o com o seu zelo, com a sua orientação, com as suas pesquisas, com os seus estudos, com o seu acendrado amor ao Rio Grande do Norte e ao Brasil.

Advogado e educador, Nestor dos Santos Lima marcou a sua passagem por êsses ângulos do saber humano com segurança e exatidão.

Sócio fundador da Academia Norte Riograndense de Letras, Nestor dos Santos Lima ocupava a Cadeira **Almino Afonso**, da qual foi fundador e ocupante até o fim da vida.

A Revista da Academia que o teve como Diretor, na sua primeira fase, presta-lhe sentida e justa homenagem depois de sua morte.

### *Cristóvão Bezerra Dantas*

Substituto de Nestor Lima, na Cadeira n. 9, que tem por patrono **Almino Afonso**, Cristóvão Dantas faleceu no dia 17 de outubro de 1964, abrindo um grande vácuo no quadro social da Academia Norte-Riograndense de Letras.

Escritor e jornalista, Cristóvão Dantas deixa a maior parte de sua obra esparsa em jornais e revistas do Brasil e do estrangeiro, não sendo fácil reuni-la, senão com grande esforço e tenacidade.

Formado em agronomia, com vários cursos de aperfeiçoamento na Europa e nos Estados Unidos, Cristóvão Dantas escreveu e publicou milhares de artigos sobre a sua especialidade, notadamente nos **Diários Associados**, dos quais era um dos seus maiores colaboradores.

Fazendo êsse registro, recordamos o companheiro de lides literárias ao mesmo tempo que lhe prestamos sentida e justa homenagem.

### *Matias Carlos de Araújo Maciel Filho*

Foi um dos fundadores da Academia Norte-Riograndense de Letras, ocupando a Cadeira n. 8, que tem como Patrono Isabel Gondim, educadora, poetisa, historiadora, dramaturga.

Homem de cultura, passou a vida lendo, pouco deixando do seu constante lidar com os livros. Autor sem livro, diria Gilberto Freyre, deixou presa ao seu nome ilustre uma longa tradição de saber e de cultura.

Linhagista de renome, orador, juiz aposentado, Matias Maciel Filho faleceu em Natal, sendo sepultado no Cemitério do Alecrim. Memória prodigiosa, discorria sobre a árvore genealógica de qualquer família, sem interrupção e sem cansaço. Estudante de Direito, no Recife, foi aclamado súbitamente para substituir um colega que faria a saudação a uma atriz, no Teatro Santa Isabel. Não tendo roupa, deram-lhe um fraque. E na hora proferiu um discurso de improviso que deixou a assistência eletrizada em delirantes aclamações. Na Academia, fez o elogio do seu Patrono de improviso, não ficando, infelizmente, traço da sua personalidade marcante e multifária, o que é de lamentar. Deixamos nesta nota a nossa saudade que é também a saudade da Academia.

## NOTICIÁRIO

### *Instalação parcial da sede da Academia*

A Academia Norte-Riograndense de Letras promoveu, nos dias 5 e 6 de Setembro de 1964, duas brilhantes reuniões com a finalidade de instalar parte da nova sede construída à rua Mipibu desta capital.

A solenidade do dia 5 foi presidida pelo acadêmico Onofre Lopes, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em que se fez ouvir, em brilhante oração, o acadêmico Nilo Pereira, saudado na ocasião pelo acadêmico Edgar Barbosa.

Antes, o presidente Manuel Rodrigues de Melo fez um relato das atividades da Academia, no período de 1955 até aquela data, prestando conta dos dinheiros recebidos e empregados na construção da sede própria.

No dia 6, houve a segunda reunião presidida pelo Governador Aluizio Alves, em que foi orador o Professor Luis Delgado, presidente da Academia Pernambucana de Letras, saudado na oportunidade pelo acadêmico Paulo Pinheiro de Viveiros.

As conferências dos Professores Nilo Pereira e Luis Delgado vêm publicadas neste número da Revista, acompanhadas dos discursos de Edgar Barbosa e Manuel Rodrigues de Melo. O acadêmico Paulo Viveiros falou de improviso, motivo porque não é possível publicar o seu discurso.

### *Primeiro Curso de Literatura Norte-Riograndense*

Comemorando o 28.º aniversário de fundação da Academia Norte-Riograndense de Letras, realizou-se na nova sede da instituição, o **Primeiro Curso de Literatura Norte-Riograndense**, com a participação de grande número de pessoas inscritas e colaboração de vários intelectuais da cidade. O programa do Curso constou das se-

guintes matérias: **Imprensa e Literatura** — Manuel Rodrigues de Melo; **Poesia Lírica** — Deoclécio Duarte; **Estudos Jurídicos** — Francisco Ivo Cavalcanti; **Crítica Literária** — Esmeraldo Siqueira; **Teatro** — Sandoval Wanderley; **Ficção** (romance e conto) Jaime dos Guimarães Wanderley; **Imprensa e Literatura no Açu** — Francisco Amorim; **Poesia Parnasiana** — Rômulo Chaves Wanderley; **Poesia Moderna** — Celso da Silveira; — **Estudos Históricos** — Enélio Lima Petrovich; **Fundação da Academia Norte Riograndense de Letras** — Manuel Rodrigues de Melo; No último dia, 14 de novembro, foi o encerramento do Curso com entrega de diplomas aos alunos que mais se destacaram no seu aproveitamento.

### *Livros para a Biblioteca da Academia*

O Presidente da Academia não cessa de pedir aos intelectuais natalenses que, ao publicarem os seus livros, não esqueçam de mandar um volume destinado à Biblioteca da instituição, onde serão registrados e postos à disposição dos visitantes daquela instituição. A Academia receberá com prazer, não só livros de autores norte-riograndenses como de autores nacionais e estrangeiros. As primeiras doações em livros que recebeu até agora foram a do acadêmico Luís da Câmara Cascudo, composta de vários volumes de conhecida significação para a cultura brasileira, bem como a do bacharel Paulo de Góis e a do poeta Antônio Antídio de Azevedo, ambos de grande valor para o patrimônio cultural da Academia. Esperamos que apareçam outros doadores de livros igualmente cheios de boa vontade e compreensão.

## L I V R O S

- Ensaio, Contos e Crônicas** — AFONSO BEZERRA — Pongetti — Rio — 1967. Publicado por iniciativa da Academia Norte-Riograndense de Letras, este livro recebeu o patrocínio do Governo do Estado, na gestão do Monsenhor Walfredo Gurgel e foi editado pela Editôra Pongetti, do Rio de Janeiro. Os escritores Manuel Rodrigues de Melo e Nilo Pereira são os responsáveis pela coleta, anotação e apresentação do livro. A aceitação que o livro de AFONSO BEZERRA vem despertando nos meios intelectuais do país, bem revela a capacidade do seu autor e o grau de amadurecimento perceptível em vários trabalhos que integram este volume.
- Pensamento em férias** — ASCENDINO HENRIQUES DE ALMEIDA JÚNIOR — Imprensa Universitária — Natal — 1967. O Professor Ascendino Henriques de Almeida Júnior, membro destacado do nosso magistério secundário, acaba de publicar este livro, prefaciado pelo Professor Edgar Barbosa. Trata-se de uma edição da Imprensa Universitária, capa de Geraldo Batista. O autor pertence à geração de Aluizio Alves, João Augusto Seabra de Melo, Arnaldo Nolasco e Paulo Luz, todos, inclusive Ascendino, com destacada posição na vida do Estado e do País. Edgar Barbosa, prefaciando o livro, afirmou com acerto: "Neste seu livro, retrata-se a superior emoção da terra e da gente", que subscrevemos inteiramente.
- A Poesia Popular Brasileira** — CELSO DA CUNHA MAGALHÃES — Departamento de Cultura do Estado — Maranhão — 1966. Celso da Cunha Magalhães é um dos pioneiros no estudo da poesia popular brasileira. Sílvio Romero o tirou do esquecimento em que viveu por muito tempo. Outros escritores o lembravam vez em quando sem maiores explicações. Coube agora ao seu coestaduano, escritor Domingos Vieira Filho, a tarefa de pesquisar-lhe a obra, anotá-la e

publicá-la em elegante plaquete que o Departamento de Cultura do Estado do Maranhão acaba de editar, prestando assim justa homenagem póstuma ao autor de **A Poesia Popular Brasileira**. É um trabalho que precisa ser conhecido, estudado, divulgado, não só pelo conteúdo que coloca o seu autor entre os melhores estudiosos do assunto, mas, sobretudo pelo sentido de pioneirismo que confere a Celso Magalhães lugar de destaque na temática do folclore nacional.

**Itinerário Sentimental de Olinda** — FRANCISCO MONTENEGRO — Recife — 1967. Francisco Montenegro fala de Olinda, dos seus sobrados, das suas igrejas, da sua gente, com uma ternura, com um enleio, que os tornam cada vez mais vivos e humanos aos nossos olhos e sensibilidade. Deduzimos êste fato da leitura dêsse seu trabalho — **Itinerário Sentimental de Olinda**, que os seus amigos, Nilo Pereira, Cleofas de Oliveira e Luis Delgado transformaram em plaquete tão sugestiva quanto rica de informações e de saber. Quando lemos qualquer trabalho em torno de cidades ou de rios, daqueles pequenos recantos onde “Deus pôs um mundo inteiro”, só nos lembramos de Nilo Pereira, fazendo da cidade do Ceará-Mirim e do seu vale as expressões mais vivas e autênticas da sua sensibilidade. Francisco Montenegro, com a publicação dêsse trabalho, incorpora-se a êsse número de escritores, em que as coisas mais simples da sua terra e da sua gente transformam-se, pelo simbolismo das imagens, nas coisas mais puras e belas de sua vida.

**Imagens do Tempo** — EDGAR BARBOSA — Imprensa Universitária — Natal — 1966. Poucos livros se publicaram entre nós, nos últimos tempos, com a segurança, experiência, cultura, leveza e graça dêsse **Imagens do Tempo**, de Edgar Barbosa. São crônicas, discursos, conferências, ensaios, que denunciam o estilo primoroso, o mágico da palavra, o poeta sem qualquer intenção de fazer versos. Ninguém resistirá ao sortilégio e ao encanto dêsse feiticeiro da frase em sínteses tão perfeitas.

**Memória de duas épocas** — RAIMUNDO NONATO — Pongetti — Rio — 1967 — O autor dêsse livro prossegue na sua tarefa, há vários anos iniciada, de estudar o Rio Grande do Norte, especialmente a zona oeste do Estado, de onde procede. **Memória de duas épocas** retrata dois aspectos da vida norte-riograndense: “A dauto Câmara, exemplo de uma geração idealista” e “Moçoró no espaço e no tempo”, conferências feitas em oportunidades diferentes. Muita informação preciosa nêsse trabalho de Raimundo Nonato.

**Dentro do Século** — IVANALDO LOPES — Imprensa Universitária — Natal — 1967. Depois de publicar **Nove Dias na Amazônia, Dicurso e Cassilda**, o Professor Ivaldo Lopes apresenta êsse volume de crônicas e narrativas, editado pela Imprensa Universitária e prefaciado pelo sr. Valdemar Araújo. Apresentação gráfica recomendável, papel de boa qualidade, **Dentro do Século**, não tendo a intenção de ofender a quem quer que seja, procura, como diz o seu autor, extrair o pitoresco da vida de todos os dias. Gênero por demais difícil e delicado, — a sátira — deixamos aos leitores do livro o trabalho de lê-lo, tirando ao mesmo tempo as suas conclusões. Será êste o melhor serviço que poderemos prestar ao escritor Ivaldo Lopes — registrar o seu livro — recomendando-o à leitura dos nossos intelectuais.

**Macau na Poesia de Edinor Avelino** — WALTER WANDERLEY — Pongetti — Rio — 1967. O Sr. Walter Wanderley publicou no ano passado um livro de pesquisa — **Família Wanderley** — que lhe deu boa acolhida nos meios intelectuais do Sul e do Norte do País. Agora, nos apresenta êsse volume dedicado ao estudo da poesia de Edinor Avelino, seu conterrâneo de Macau, e sem dúvida um dos melhores poetas do Rio Grande do Norte. Conhecedor da terra e da gente macauense, Walter Wanderley faz a exegese da cidade salinera, na poesia do seu grande poeta. A edição é ilustrada a bico de pena. Prefácio de M. Rodrigues de Melo e Orelha de Renan Wanderley.



# ESTATUTOS DA ACADEMIA NORTE- RIOGRANDENSE DE LETRAS

## CAPITULO I

### Sua finalidade, séde e responsabilidade

Art. 1.º – A Academia Norte-Riograndense de Letras, com séde e fôro nesta cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, tem por finalidade a cultura da língua, da literatura nacional e, em participar, a do Rio Grande do Norte.

§ único – Seus sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas por seus dirigentes.

## CAPITULO II

### Dos Sócios

Art. 2.º – A Academia Norte Riograndense de Letras é constituída de quarenta cadeiras patrocinadas por nomes notáveis na cultura do Estado, preenchidas nos têrmos destes Estatutos e do seu Regimento Interno.

Art. 3.º – O seu quadro social compõe-se de quatro categorias de sócios:

- a) Efetivos e perpetuos;
- b) Correspondentes;
- c) Honorários;
- d) Beneméritos.

Art. 4.º – São condições para admissão de sócios efetivos e perpétuos:

- I) ser brasileiro nato;
- II) ser norte-riograndense ou ter mais de dez anos de residência e domicílio, no Estado;
- III) ter publicado trabalho de reconhecido mérito, em qualquer ramo da literatura ou ciência;

IV) ter requerido a sua inscrição, na forma regimental.

Art. 5.º — Para ser admitido sócio Correspondente da Academia é necessário preencher os requisitos determinados nos números I a II do artigo anterior.

Art. 6.º — A Academia poderá proclamar Sócio Honorário ao brasileiro que, pelo seu notável saber, virtudes ou serviços prestados à Pátria, às Letras e às Ciências, se tornar digno dessa distinção.

§ único — O título de Sócio Benemérito é reservado àqueles qua hajam prestado serviços relevantes à instituição ou contribuído para o aumento do seu patrimônio.

### CAPITULO III

#### Da Diretoria e Comissões

Art. 7.º — A Academia Norte Riograndense de Letras será administrada por uma Diretoria eleita, anualmente, composta de um Presidente, um Secretário Geral, um 1.º e um 2.º Secretários, um Tesoureiro, um Bibliotecário e um Diretor da Revista.

§ único — Além dessa Diretoria, a Academia terá ainda três Comissões Permanentes, especificadas no seu Regimento Interno, sem prejuizo das Comissões Especiais designadas pelo Presidente, para fins imediatos.

Art. 8.º — A eleição da Diretoria e das Comissões Permanentes será feita, anualmente, por escrutínio secreto, na segunda quinzena do mês de Janeiro de cada ano, sendo permita a reeleição, em Assembléia Geral, convocada com uma antecipação mínima de oito dias, a qual sòmente funcionará com o número de sócios que represente a sua maioria absoluta, ou, em segunda convocação com os sócios que a e a comparecerem.

Art. 9.º — O Regimento Interno conterá normas, referentemente:

- a) Eleição da Diretoria, Comissões Permanentes e Especiais e sòbre o ingresso dos novos acadêmicos;
- b) funcionamento da entidade;
- c) especificação dos direitos e devêres dos acadêmicos e de outros associados;
- d) Criação dos símbolos da Academia.

Art. 10.º — A Academia será dirigida por seu Presidente, que a representa, ativa e passivamente, em Juizo, ou fora dêle, em suas relações com o Poder Público, e para com terceiros.

Art. 11 — A Academia Norte Riograndense de Letras manterá, junto à Federação das Academias de Letras do Brasil, na Capital Federal, uma delegação constituída de dois ou três membros, escolhidos entre os sócios efetivos e correspondentes ali domiciliados.

## CAPITULO IV

### **Do Patrimônio da Academia e dos Serviços Que lhe Será Lícito Prestar**

Art. 12 — A Academia pleiteará e aceitará subvenções e auxílios do Poder Público, ou de particulares, pessoa jurídica ou natural, e, em retribuição, poderá desempenhar encargos que lhe sejam solicitados no âmbito das letras, das artes e das ciências.

## CAPITULO V

### **Das Assembléias Gerais**

Art. 13.º — A Assembléia Geral é o órgão dirigente da Academia Norte Riograndense de Letras, que será convocada ordinariamente, na segunda quinzena de cada mês de Janeiro, com uma antecipação, mínima, de oito dias, destinada á eleição de sua nova Diretoria, e das Comissões Permanentes, sendo que a mesma somente poderá funcionar com a maioria absoluta dos acadêmicos domiciliados nesta cidade, em primeira convocação, ou com qualquer número, na segunda.

§ único — Além da Assembléia Geral ordinária, é permitida a convocação da Assembléia Geral Extraordinária, sempre que dela necessitar a Academia, para tratar de assunto de seu interesse, por solicitação do Presidente, ou a requerimento, pelo menos, de dez de seus membros.

## CAPITULO VI

### **Da Reforma Destes Estatutos e da Extinção da Academia**

Art. 14.º — A reforma parcial ou integral destes Estatutos somente poderá ser feita, depois de cinco anos de sua vigência em Assembléia Geral convocada, extraordinariamente, e, apenas com essa finalidade.

Art. 15.º — Em caso de extinção da Academia Norte Riograndense de Letras, em Assembléia Geral, convocada nos termos do artigo anterior, o seu patrimônio depois de apurado, e liquidadas as suas obrigações, reverterá em favor do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, ou de outra entidade cultural, sediada nesta Capital, a critério da Assembléia Geral e por maioria absoluta de votos.

Art. 16.º — Estes Estatutos entrarão em vigor a partir da data de sua publicação, no Orgão Oficial, deste Estado, ficando revogadas as disposições em contrário.

Aprovado em Assembléia Geral do dia 24 de Março de 1957.

**Manuel Rodrigues de Mélo**

**Francisco Ivo Cavalcanti**

**Raimundo Nonato**

**Bruno Pereira**

**Carolina Wanderley**

**Virgílio Trindade**

**Esmeraldo Siqueira**

**Floriano Cavalcanti**

**Onofre Lopes**

## REGIMENTO INTERNO DA ACADEMIA NORTE-RIOGRANDENSE DE LETRAS

Art. 1º — A Academia Norte-Rio-Riograndense de Letras pautará os seus serviços pelo presente Regimento Interno, que é subsidiário aos seus Estatutos.

### DAS SESSÕES DA ACADEMIA

Art. 2º — A Diretoria da Academia Norte Riograndense de Letras reunir-se-á uma ou duas vezes, por mês, em dia e hora, previamente, designados, por seu Presidente, e, ela própria, extraordinariamente, em sessões solenes de recepção a seus novos associados, ou para homenagear um de seus socios que haja falecido.

Art. 3º — As sessões serão dirigidas pelo Presidente que terá à sua direita o Secretário Geral e o 2.º Secretário, e à sua esquerda, o 1.º Secretário e o Tesoureiro.

§ único — A diretoria da Academia poderá funcionar com cinco de seus membros, porém, somente deliberará com a sua maioria absoluta.

Art. 4º — A ordem do dia, sempre que fôr possível, tratará de assuntos pertinentes à literatura e à lingua nacional e, em especial, sobre as Letras do Rio Grande do Norte, sendo que, nessas sessões, poderão comparecer, além dos membros da Diretoria, outros associados que à mesma não pertençam, para o que serão, individualmente, convidados.

§ 1º — As sessões da Diretoria serão iniciadas com a leitura do expediente e a leitura da ata da sessão anterior, sendo o expediente lido pelo 1º Secretário, e a ata pelo 2º, a cargo de quem fica a obrigação de sua redação.

§ 2º — A cargo do Secretário Geral fica a obrigação de entrar em contato com as Academias que constituem a Federação das Academias de Letras do Brasil, bem como com as entidades do Poder Público, quando o assunto estiver fóra da alçada do Presidente.

Art. 5º — No expediente, a Diretoria tomará conhecimento de apresentação, escrita ou verbal, de propostas, indicações, requerimentos e outros assuntos, sendo, nêsse momento permitido o uso da palavra ao acadêmico que a tenha feito, o qual poderá comparecer à sessão, para o que será convidado com antecipação.

§ único — Nessa sessão, o 1º Secretário fará a leitura de trabalhos oferecidos à Academia, com uma análise rápida, de Relatórios e Pareceres da Comissão de Sindicância, referentemente, à inscrição de novos acadêmicos, bem como das propostas para sócios correspondentes, honorários ou beneméritos, salvo se essa leitura tiver de ser feita em sessão secreta, a requerimento de qualquer associado, quando então, será ela feita pelo Secretário Geral.

Art. 6º — A Ordem do Dia constará:

I — de assuntos que forem designados para aquela sessão;

II — da discussão de propostas, requerimentos ou indicações lidas, no expediente;

III — assuntos referentes à lingua ou à literatura.

§ único — no encerramento de cada sessão, deverá o Presidente, se possível, designar a Ordem do Dia da sessão seguinte.

Art. 7º — A votação referente a assuntos constantes da Ordem do Dia, sòmente não se fará na mesma sessão, em que forem lidos, na hipótese de ser pedido o seu adiamento, para a sessão seguinte, requerimento que, de plano, será deferido pelo Presidente.

Art. 8º — Pode o Acadêmico que comparecer à sessão da Diretoria, pedir a palavra pela ordem, com a finalidade de encaminhar ou esclarecer assuntos da Ordem do Dia que forem de sua autoria, sòbre sua preferênciam, adiamento, ou encerramento da discussão e votação.

Art. 9º — A votação de cada matéria será sempre simbólica, porém, a nominal se verificará se a requerimento de algum dos membros da Diretoria, ou de um acadêmico que tenha, nela, interesses, precisando, entretanto, ser o pedido aprovado por maioria absoluta. Havendo empate, o Presidente terá direito ao voto de qualidade.

Art. 10 — A Academia reunir-se-á, solenemente, para recepção de seus novos associados, celebrar feitos notáveis, homenagear acadêmico que haja falecido, ou figuras ilustres nas letras, ciências e artes.

§ 1º — Para essas sessões solenes, haverá convites especiais, feitos por escrito, sendo o do Chefe de Estado feito, pessoalmente, pelo Presidente, ou por pessoa que êle designar, pertença, ou não à Diretoria.

§ 2º — Quando se tratar de recepção de novo acadêmico, êste será introduzido, na sala das sessões, por uma comissão constituída de três membros da livre escolha do Presidente.

§ 3º — O acadêmico encarregado de recepcionar o novo associado, tomará assento à mesa da diretoria, de onde poderá fazer a saudação protocolar, caso não queira ocupar a tribuna, depois do discurso do acadêmico a ser recepcionado, discurso que deverá ser feito sobre a personalidade de seu patrono, caso seja o primeiro ocupante da cadeira, e a esse e ao seu antecessor, nos demais casos.

§ 4º — Após a saudação do acadêmico recepcionante, o Presidente, de pé, e, assim, toda a assistência, proclamará o novo associado, o investindo de todas as prerrogativas de Acadêmico e sócio efetivo e perpétuo da Academia.

Art. 11 — A requerimento de cinco acadêmicos, no mínimo, ou por deliberação da Diretoria, reunir-se-á, extraordinariamente, a Academia para tratar de assuntos relevantes e de urgência.

Art. 12 — As sessões públicas da Academia serão destinadas a comemorações, conferências de acadêmicos ou de pessoas que lhe sejam estranhas, para as quais haverá convites, podendo, entretanto, ter o comparecimento de pessoas não convidadas.

§ 1º — Será pública a última sessão ordinária do ano, para a apresentação do relatório do Presidente, e do retrospecto feito pelo Secretário Geral, do movimento literário do ano a findar, devendo ser essa sessão anunciada pela imprensa, havendo convites especiais a todos os acadêmicos. Igualmente, pública será a primeira sessão do ano, para a posse da nova Diretoria, depois de eleita, na qual o Presidente fará a leitura de seu programa sobre as atividades a serem desenvolvidas pela Academia.

Art. 13 — Dentro do período de trinta dias, após o falecimento de um acadêmico, ou socio de outra categoria, haverá uma sessão solene da Academia em conjunto com a Diretoria, em homenagem ao desaparecido, cujo panegírico será feito por um outro acadêmico que fôr designado pelo Presidente, sendo facultada a palavra a um representante da família do homenageado.

Art. 14 — As sessões secretas destinar-se-ão ao conhecimento, estudo, discussão e aprovação de assuntos íntimos, ou de caráter privado, bem assim, para o conhecimento e apreciação do Relatório e Parecer da Comissão de Sindicância, sobre o pedido feito por novos socios, e as respectivas eleições para novos acadêmicos. Essas sessões não serão somente da Diretoria, porém, da Academia, em geral, cujos associados deverão ser, previamente, convidados pela presidência da Diretoria.

§ 1º — Dessas sessões secretas não haverá ata, salvo as eleitorais, que, em ligeiros traços, registrará o fato ocorrido, e sobre a qual deverá guardar-se o mais perfeito silêncio, acerca do que, em dita sessão, houver ocorrido.

§ 2º — É permitido a qualquer acadêmico requerer a transformação da sessão ordinária em sessão secreta, segundo a impor-

tância da matéria a ser discutida, ou que se faça a convocação de uma sessão secreta extraordinária, para outra oportunidade, destinada ao estudo, discussão e aprovação, ou não, dessa matéria.

§ 3º — As sessões de Assembléia Geral serão feitas pela forma prevista nos Estatutos da Academia.

Art. 15 — É permitido ao acadêmico falar sentado nas sessões ordinárias, extraordinárias e secretas, mas, nas sessões solenes, falará êle da tribuna, salvo no caso do discurso de recepção a um acadêmico novo, que poderá ser pronunciado da mesa da Diretoria. O Presidente, porém, bem como o Secretário Geral, falarão de suas próprias cadeiras.

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 16 — A administração da Academia Norte Riograndense de Letras cabe a uma Diretoria, constituída do Presidente, Secretário Geral, 1º e 2º Secretários, Tesoureiro, Bibliotecário e Diretor da Revista, auxiliada por funcionários que a mesma Diretoria achar conveniente ao desenvolvimento dos serviços, os quais serão de nomeação e demissão do Presidente.

Art. 17 — A Diretoria reunir-se-á, no mínimo, uma vez por mês, ou em sessões especiais, por convocação do Presidente ou solicitação de um de seus membros, em sessão conjunta de todos os membros da Academia, sendo que a matéria debatida será estudada e aprovada nessa sessão, salvo no caso de adiamento. Para a sessão dessa natureza haverão convites especiais a todos os acadêmicos, declarando a finalidade de sua convocação.

Art. 18 — Além das atribuições e deveres previstos nos Estatutos da Academia Norte Riograndense de Letras, compete à Diretoria:

a) — propor a criação de cargos para o funcionamento de seus serviços, cuja nomeação e demissão serão feitas pelo Presidente, sendo que, antes da demissão, ser-lhes-ão aplicadas penas de advertência, repreensão e suspensão, conforme seja a natureza da infração cometida;

b) — propor a supressão de despesas, a supressão de cargos administrativos, a concessão de prêmios ou auxílios, em beneficio do desenvolvimento das letras, bem como o que lhe parecer útil à vida social e artística da Academia;

c) — na falta e impedimento de qualquer dos membros da Diretoria, até o máximo de sessenta dias, a substituição do faltante se fará pela maneira seguinte: o Presidente, pelo Secretário Geral, êste, pelo 1º Secretário, e o 1º Secretário, pelo 2º Secretário.

d) — ultrapassando o prazo a que se refere o dispositivo supra, salvo se a Academia, em sessão conjunta, reconhecer justa causa, proceder-se-á à eleição para o lugar que estiver vago, em

sessão extraordinária de Assembléia Geral, convocada para tal fim, salvo se faltarem sessenta dias, para o término do mandato, de modo que, em tal hipótese, o lugar continuará preenchido pela forma determinada, na letra c, deste artigo;

e) — as deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, tendo o Presidente voto de desempate.

Art. 19 — Havendo renúncia coletiva da Diretoria, assumirá a presidência da Academia o acadêmico mais idoso, que convocará, dentro de 30 dias, uma sessão de Assembléia Geral Extraordinária, para ser feita a respectiva eleição, porém, a Diretoria que fôr eleita exercerá somente o mandato do tempo que faltava para o término da que tiver manifestado a sua renúncia.

Art. 20 — O presidente representa a Academia, em juízo ou fóra dêle, ativa e passivamente, não somente perante os poderes públicos, como, igualmente, em relação a terceiros.

§ 1º — Além de outras atribuições e deveres previstos nos Estatutos e neste Regimento, compete ao Presidente:

a) — presidir as sessões da Diretoria, as sessões de recepção e outras em que haja solenidade, e as reuniões da Assembléia Geral, fazendo cumprir as determinações dos Estatutos e as do Regimento, facultando a palavra ao acadêmico que dela queira usar, e cassando-a, quando necessário, e fazer o encerramento de tôdas as sessões, em caso de tumulto, ou esgotamento da matéria a ser discutida;

b) — rubricar todos os livros da Secretaria e os da Tesouraria, assinar as atas, depois de lidas e aprovadas, despachar o expediente e a correspondência da Academia e, com o Secretário Geral, designar a matéria constitutiva da Ordem do Dia da sessão seguinte;

c) — nomear as Comissões especiais, para determinados fins; designar o acadêmico, que deva representar a Academia em qualquer solenidade, inclusive para as que tiver ela sido convidada;

d) — autorizar o pagamento das despesas extraordinárias, submetendo-as a posterior aprovação da Diretoria;

e) — ordenar as despesas ordinárias e as requisições consignadas, no Orçamento Anual, e visar tôda a documentação, referentemente, a despesas que deverão ser feitas;

f) — comunicar à Federação das Academias de Letras do Brasil as ocorrências que se verificarem na Academia, que interessarem àquela, inclusive o falecimento de qualquer acadêmico para o efeito de vaga e a abertura da respectiva inscrição.

§ 2º — O Presidente, além de seu voto pessoal, nas eleições secretas, usará do voto de desempate.

Art. 21 — Ao Secretário Geral, além de outras atribuições e deveres, compete:

a) — comparecer, assiduamente, à sede da Academia, para o fim de tomar conhecimento do expediente e da correspondência, que lhe fôr endereçada, superintender todos os serviços que lhe estejam afetos, informar ao Presidente sôbre o andamento dos trabalhos e requisitar as medidas e providências que se tornarem necessárias;

b) — receber os relatórios e pareceres, facilitando às comissões e relatores os meios ao seu alcance ao bom andamento e desempenho de sua missão;

c) — apresentar, na última sessão do ano, perante a Diretoria e em sessão conjunta da Academia, um relatório literário, com um resumo das atividades da agremiação, devendo, para êsse fim, fazer a todos os acadêmicos um convite especial, com a antecipação de oito dias, no mínimo.

Art. 22 — Compete ao 1.º Secretário, além de outras atribuições previstas neste Regimento, mais as seguintes:

a) — encaminhar ao Secretário Geral todo o expediente, depois de lido em sessão da Diretoria e, convenientemente, despachado;

b) — emitir parecer, sob solicitação do Presidente, acerca de propostas, requerimentos e indicações;

c) — ter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos da Academia;

d) — juntamente com o 2º Secretário, servir de escrutinador, na apuração das eleições de qualquer natureza.

Art. 23 — Compete ao 2.º Secretário:

a) — lavrar as atas das sessões da Diretoria da Academia, inclusive as de Assembléia Geral, lê-las e assinalá-las, juntamente com o Presidente e o Secretário Geral, cujo livro será de sua guarda;

b) — emitir os pareceres que lhe forem solicitados pela presidência.

Art. 24 — Ao Tesoureiro compete:

a) — a guarda e a administração do patrimônio material da Academia, de acôrdo com a Diretoria;

b) — arrecadar a Receita e pagar as Despesas que forem autorizadas;

c) — propor a redução de despesas ou a ampliação de verbas orçamentárias;

d) — apresentar à Diretoria o balanço geral da receita e despesa de cada ano financeiro, acompanhado de quadros demonstrativos, referentemente, a valores e bens que constituirem o patrimônio da Academia;

e) — requisitar da presidência o que lhe parecer necessário ao bom desempenho de suas funções.

Art. 25 — Compete ao Bibliotecário:

a) — ter sob sua guarda e direção a biblioteca da Academia, promovendo a sua organização e desenvolvimento, especialmente, no que se relacione com a literatura nacional e, mais particularmente, com a do Rio Grande do Norte;

b) — solicitar dos sócios da Academia um exemplar de cada uma de suas obras literárias;

c) — fazer registrar, em livro especial, as doações e compras de livros, apresentando, na última sessão do ano da Diretoria, um relatório do movimento da biblioteca;

d) — promover a permuta de publicações feitas pela Academia Norte Riograndense de Letras, com as suas congêneres, ou outras associações culturais, de revistas e jornais;

e) — elaborar e propor alterações do Regimento da Biblioteca a ser, futuramente, organizado, por êle, com a aprovação da Diretoria.

Art. 26 — Ao Diretor da “REVISTA” que, ao mesmo tempo, será um dos membros da respectiva comissão, incumbe:

a) — redigir, com os outros membros da comissão e os acadêmicos que, para isso, se prontificarem, uma publicação semestral, ou anual, da Revista da Academia, que constituirá o seu órgão espiritual;

b) — estabelecer o plano da “Revista”, distribuindo-a em secções, de molde a torná-la atraente e expressiva da cultura do nosso Estado;

c) — sugerir à Academia, por intermédio da Diretoria, tudo quanto possa melhorar as condições da “Revista”, intelectual e materialmente, inclusive a regularidade de sua publicação e desenvolvimento.

## DAS ELEIÇÕES

Art. 27 — Além das eleições feitas em Assembléia Geral previstas nos respectivos Estatutos, haverá as destinadas à aceitação de novos acadêmicos, que serão em reunião conjunta da Diretoria e da Academia, cujos membros serão, pessoalmente, convidados.

§ único — Serão aceitos membros da Academia os que concorrerem ao preenchimento da vaga que se verificar, por meio de inscrição, e estejam credenciados de acôrdo com os Estatutos, sendo aceito aquêle que obtiver uma maioria correspondente à metade e mais um de todos os sócios efetivos da Academia. O candidato que se apresentar ao preenchimento de uma vaga aberta, juntará ao seu pedido de inscrição a sua ficha bio-bibliográfica, em duas vias; a relação de seus trabalhos literários, científicos ou jurídicos publicados, que manifestem seu valor cultural, todos em duas vias.

Art. 28 — Ocorrendo o falecimento de um acadêmico, o Presidente comunicará o fato à Federação das Academias de Letras do Brasil e, em seguida, fará uma convocação conjunta da Diretoria e da Academia para, em sessão solene, de caráter público, prestar sua última homenagem ao acadêmico falecido, na qual um dos associados, que fôr designado pelo Presidente, fará o elogio fúnebre ao falecido.

§ 1º — Após a feitura dessa homenagem que, por si só, proclamará a abertura da vaga, a Diretoria mandará publicar edital, com o prazo de 60 dias, abrindo a inscrição ao seu preenchimento.

§ 2º — Findo êsse prazo, o Presidente remeterá os pedidos de inscrição que tenha recebido, juntamente com as fichas bibliográficas e os trabalhos apresentados, à Comissão de Sindicância e, uma vez por essa apresentado o seu relatório e parecer, tomará a Diretoria, em sessão ordinária e conjunta dos acadêmicos que a ela comparecerem, para o que serão convidados, individualmente, conhecimento de ditos relatório e parecer, o que se verificará em sessão secreta, e, por meio de edital, anunciar-se-ão dia, hora e lugar, para ser feita a respectiva eleição.

§ 3º — Nessas eleições, o acadêmico ausente poderá votar, desde que envie ao Presidente, em envelope fechado, e com uma carta de sua autoria de apresentação, três cédulas destinadas ao primeiro, segundo e terceiro escrutínio, sendo eleito o candidato que obtiver a metade e mais um dos votos que correspondam ao total dos acadêmicos existentes.

§ 4º — É defeso ao acadêmico comprometer-se com qualquer dos candidatos, para nêle votar, ou fazer manifestações pro, ou contra a qualquer dos que se tenham inscrito, ficando, nessa hipótese, inibido do exercício do direito do voto.

Art. 29 — A aceitação de sócios correspondentes e honorários se verificará mediante proposta de três acadêmicos, que a justificarão, a qual, depois do parecer da Comissão de Sindicância, será submetida à discussão e votação, em sessão conjunta da Academia, adremente convocada com essa finalidade.

§ único — A proposta para a categoria de sócio benemérito, será feita do mesmo modo que a de sócios correspondentes e honorários, demonstrando-se o fato ou fatos praticados pelo candidato, que haja, ou hajam concorrido para o engrandecimento do patrimônio material da Academia.

Art. 30 — Para a aceitação de tais associados, a Comissão de Sindicância dará preferência:

1) — a brasileiros notáveis, que se hajam ocupado da cultura literária, científica ou artística do Rio Grande do Norte, ou

tenha dado relêvo à cultura literária, científica ou artística, no âmbito nacional;

II) — a sábios ou escritores estrangeiros que tenham estudos relativos ao Brasil.

§ único — A Comissão de Sindicância terá o prazo de 30 dias, para emitir o seu parecer, referentemente, ao candidato apresentado.

Art. 31 — Ao novo sócio Correspondente, Honorário ou Benemérito será comunicada a sua aceitação, pelo Secretário Geral, que lhe enviará o respectivo diploma.

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 — A Academia Norte Riograndense de Letras, para melhor desempenho de suas finalidades, poderá empreender a realização de obras culturais, que julgar convenientes, promovendo cursos, congressos, com as instruções que organizar, sendo sempre de provocação da Diretoria, cuja discussão e aprovação será feita em sessão conjunta, para o que haverá convites especiais a todos os associados, sessões que serão realizadas, igualmente, sempre que o assunto a ser deliberado, não comporte a ação exclusiva da Diretoria, porém, da própria Academia.

§ único — O acadêmico ausente, ou impossibilitado de comparecer a essas sessões, para as quais tenha sido convocado, poderá enviar, por escrito, o seu parecer, e a maneira por que votará.

Art. 33 — É lícito à Diretoria convidar personalidade ilustres para realizarem conferências ou cursos, na sua sede social.

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º — Para o preenchimento das dez vagas de sócios efetivos que foram criadas pelos novos Estatutos, a Academia escolherá os nomes dos respectivos patronos, que servirão de “nume” a cada uma das cadeiras criadas, em número de vinte, que o candidato, depois de eleito, escolherá um, podendo, entretanto, indicar outro, com a devida justificação, devendo a Academia homologar, ou recusar.

§ único — Após a publicação do presente Regimento, a Diretoria irá abrindo inscrição para o preenchimento das cadeiras que foram criadas, de uma a uma, até que tôdas sejam, devidamente, preenchidas.

Art. 2º — A Academia designará uma comissão constituída de três membros, para projetar a sua bandeira, **ex-libris**, seu escudo, sêlo, carimbo e fardão a ser usado pelos acadêmicos, em sessão conjunta, sendo que, pela mesma forma serão tais símbolos discutidos e aprovados, ou não.

Art. 3º — O presente Regimento Interno entrará em vigor, na data de sua publicação, no órgão oficial deste Estado, sendo revogadas tôdas as disposições em contrário.

Natal, 24 de Março de 1957.

**Manuel Rodrigues de Melo**  
**Francisco Ivo Cavalcanti — Relator**  
**Esmeraldo Homem de Siqueira**  
**Raimundo Nonato**  
**Virgilio Trindade**  
**Carolina Wanderley**  
**Oto de Brito Guerra**  
**Edgar Barbosa**

#### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º — Para o preenchimento das vagas de sócios que vierem a ocorrer nos termos do presente Regimento Interno, a Academia poderá admitir, em caráter transitório, pessoas que não sejam membros de nenhuma das Academias de Letras do Brasil, desde que tenham sido membros de alguma das mesmas em qualquer época de sua vida acadêmica.

Art. 2º — Até a publicação do presente Regimento Interno, a Academia poderá admitir, em caráter transitório, pessoas que não sejam membros de nenhuma das Academias de Letras do Brasil, desde que tenham sido membros de alguma das mesmas em qualquer época de sua vida acadêmica.

## ÍNDICE

Apresentação . . . . .	3
Augusto Severo . . . . .	5
De Severo a Waldemar de Almeida . . . . .	25
Treze Anos de Academia . . . . .	31
Aurélio Pinheiro: Tentativa de Estudo Crítico e Biográfico	41
Poesia e Aventura . . . . .	81
Amaro Cavalcanti e Juvenal Lamartine . . . . .	85
Saudação a Veríssimo de Mélo . . . . .	103
Notas para a História da Academia . . . . .	111
Saudação a Nilo Pereira . . . . .	119
Eloy de Souza . . . . .	123
A Temporada Literária de 1930 . . . . .	131
Papel das Academias . . . . .	141
A Vida Cultural de Cabo Verde e suas Interações com Por- tugal e Brasil . . . . .	151
Literatura Caboverdeana . . . . .	153
Saudação a Rômulo Wanderley . . . . .	165
Meu Dia de Natal de Outrora . . . . .	169
Afonso Bezerra e Sua Geração . . . . .	171
Discurso aos Estudantes . . . . .	177
AD LUCEM VERSUS . . . . .	185
Luis Antonio, o Sacerdote da Medicina . . . . .	189
Saudação a José Tavares . . . . .	205
Necrológio . . . . .	209
Noticiário . . . . .	211
Livros . . . . .	213
Estatutos da Academia . . . . .	217
Regimento Interno da Academia . . . . .	221
Quadro Geral dos Patronos e Acadêmicos . . . . .	231

Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas  
da Imprensa Universitária da Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte - Avenida  
Hermes da Fonseca, 780 - Natal - Janeiro - 1968



Imprensa Universitária